

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH**  
**INSTITUTO DE HISTÓRIA – IH**  
**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA COMPARADA – PPGHC**  
**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

*As Lusíadas*

*Luís de Camões e a representação da instrumentalização feminina na corte medieval portuguesa: comparando os casos de Maria de Portugal e Inês de Castro*

*Por Raquel Hoffmann Monteiro*

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2014

*Raquel Hoffmann Monteiro*

*As Lusíadas*

*Luís de Camões e a representação da instrumentalização feminina na corte medieval portuguesa: comparando os casos de Maria de Portugal e Inês de Castro*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Jr.

Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gracilda Alves.

Rio de Janeiro

Dezembro de 2014

## FICHA CATALOGRÁFICA

HOFFMANN, Raquel.

As Lusíadas

Luís de Camões e a representação da instrumentalização feminina na corte medieval portuguesa: comparando os casos de Maria de Portugal e Inês de Castro / Raquel Hoffmann Monteiro - 2014. 180pp.

Dissertação (Mestrado em História Comparada), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de História, Rio de Janeiro, 2014.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Jr

Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gracilda Alves.

1. Idade Média; 2. Realeza; 3. Luís de Camões.

*Raquel Hoffmann Monteiro*

*As Lusíadas*

*Luís de Camões e a representação da instrumentalização feminina na corte medieval portuguesa: comparando os casos de Maria de Portugal e Inês de Castro*

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Alfredo Bragança Jr.

Co-Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gracilda Alves.

**Aprovado em 19 de dezembro de 2014.**

---

**Professor Doutor Álvaro Alfredo Bragança Jr. (PPGHC-IH/UFRJ)**

---

**Professora Doutora Gracilda Alves. (IH/UFRJ)**

---

**Professor Doutor José D'Assunção Barros. (PPGHC-IH/UFRJ)**

---

**Professora Doutora Denise da Silva Menezes do Nascimento (PPGH-ICH/UFJF)**

Rio de Janeiro  
Dezembro de 2014

*I have chosen to no longer be apologetic for my femaleness and my femininity.*

*And I want to be respected in all of my femaleness because I deserve to be.*

— Chimamanda Ngozi Adichie

## AGRADECIMENTOS

A empreitada do Mestrado não teria sido possível se eu não tivesse tido o apoio de algumas pessoas que não me deixaram sozinha durante esta aventura.

Agradeço à mamãe, uma gladiadora, uma amazona que jamais, nem por um segundo, deixou que eu esmorecesse. Ela me ensinou que o mundo é a nossa arena e que dela só é aceitável que saíamos vivas, que a desistência não é uma opção. O dia que eu tiver um pouco da garra e das ganas de viver de minha mãe, serei a mais forte mulher que há.

Agradeço ao meu pai, pelo suporte, pelo estímulo, por apostar em mim, ainda que tenha ficado ressabiado no início. Dele eu herdei a capacidade de trabalhar incansavelmente, a qualquer momento, sob quaisquer circunstâncias.

Agradeço à professora Gracilda, por ter acreditado em mim desde o primeiro dia. Por ser mais que minha orientadora, ser minha amiga, minha companheira, minha segunda mãe. Eu disse, um certo dia, que devia minha carreira à senhora. E devo. Prometo fazer jus. De um bloco de pedra, a senhora tirou uma historiadora. Obrigada por ser minha mentora, por me ensinar que temos de ter brios, postura, coragem e força no caminho que escolhemos. Por ser o modelo ilibado que eu quero seguir por toda a vida.

Agradeço ao professor Álvaro, por ser imensamente generoso, ter me recebido com os braços e o coração abertos, por não permitir que tudo se perdesse. Por ter sempre um grande sorriso, um jeito pra tudo, críticas certeiras como dardos e inteiramente justas. Por ter me desafiado desde o primeiro dia e me mostrado que eu podia fazer mais do que eu acreditava ser o meu limite.

Agradeço aos amigos, de perto e de longe, que durante esses anos foram a minha fortaleza, minha guarda, meu bando e minha quadrilha: Anna Esser e Bruno Marconi, por sermos unidos, por termos amor e por torcermos um pelo outro; Claudia Kopke, pela parceria e torcida sem fim; Gabryel Souza, pela positividade; Igor Lapsky, dos bons conselhos de veterano; Juliana Goskes, por ser companheira de aventuras – de vida, feministas e historiográficas; Leandro Durazzo, pelos debates acalorados e por me ensinar tanto sobre mim mesma; Paula Vianna, por me lembrar que a vida passa além da mesa de trabalho; Sooraya Karoan, exemplo número um de generosidade e bom humor. E a tantos outros de tanta importância e amor que sabem de seus lugares em minha mente e meu coração, eu agradeço profundamente.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação, principalmente, à minha sobrinha e afilhada, Letícia. Ela ainda é um bebê e não sabe que em tempos tão difíceis para esta madrinha, a sua chegada foi um bálsamo que me deu força, luz, ganas de persistir e vontade de ser uma figura positiva em sua vida. Letícia enche meus dias de amor e de inspiração, e desejo registrar nesta dedicatória a minha vontade que um dia que ela saiba que sua existência neste mundo me dá vontade de seguir sempre em frente.

Duas outras mulheres dividem esta dedicatória com a pequenina Letícia: mamãe e Gracilda. Muitas pessoas estiveram presentes no processo de escrita, mas minha mãe e minha querida amiga foram o meu sustentáculo durante toda esta trajetória. Maravilhei-me diversas vezes com a generosidade belíssima destas duas mulheres e cada uma, a sua maneira, revolucionou minha visão de mundo. Minha gratidão é infinda, assim como minha admiração.

## **RESUMO**

Esta dissertação versa sobre a representação camoniana da instrumentalização feminina tardomedieval ibérica, a partir da análise das únicas personagens da obra *Os Lusíadas* que são mulheres históricas e protagonistas de seu poema: D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro. O épico de Luís Vaz de Camões, composto na segunda metade do século XVI, realiza uma exaltação do reino de Portugal, da empreitada ultramarina portuguesa e da Dinastia de Avis, e pertence a um projeto político de moralização da sociedade exercido pelo poder régio durante toda a vigência da Dinastia de Avis. Neste trabalho, analisamos o papel d'*Os Lusíadas* neste projeto político e comparamos a participação das representações de ambas as personagens dentro da lógica da literatura moralizante avisina, atravessando temas tais quais: o que era a instrumentalização feminina e como ela ocorria no tardomedieval, qual era a participação política feminina na alta diplomacia tardomedieval, qual era o impacto da representação de tais dinâmicas instrumentalizadoras num processo político que visava a exaltação da Dinastia de Avis.

Palavras-chave: Idade Média, Realeza, Luís de Camões.

## **ABSTRACT**

This dissertation focus on the Camonian representation of female instrumentalisation in the Iberian Late Middle Ages, from the analysis of the only characters of the work *The Lusiads*, which are historical women and protagonists of the poem: D. Maria de Portugal and Inês de Castro. The epic by Luís Vaz de Camões, composed in the second half of the sixteenth century, conducts an exaltation of the kingdom of Portugal, the Portuguese overseas enterprise and Aviz Dynasty, and belongs to a political project of moralization of the society exercised by royal power throughout the ruling of the Aviz dynasty. We hereby explore the role of *The Lusiads* in this political project and compare the participation of representations of both characters within the Aviz's moralizing literature logic, going through subjects such as: what was the female instrumentalisation and how it occurred in the Late Middle Ages, what was the women's political participation in high diplomacy in the Late Middle Ages, what was the impact of the representation of such instrumentalisation dynamics in a political process, which aimed at the elation of the Aviz dynasty.

Keywords: Middle Ages, Royalty, Luiz de Camões.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO I .....	24
1.1. História na Literatura, Literatura na História .....	24
1.2. As Crônicas Régias e Os Lusíadas .....	33
CAPÍTULO II .....	48
2.1. Poder Simbólico: Os Lusíadas na Literatura Moralizante Avisina .....	48
2.1.1. O Poder Simbólico no ofertório camoniano a D. Sebastião .....	50
2.1.2. O Poder Simbólico no Canto III, estrofes XCVIII a CXXXVII .....	56
2.2. Representação: Maria e Inês como representação das dinâmicas políticas instrumentalizadoras do feminino .....	66
2.2.1. A instrumentalização política feminina através das dinâmicas matrimoniais tardomedievais .....	69
2.2.2. As dinâmicas tardomedievais de instrumentalização política do feminino e suas representações no Canto III d'Os Lusíadas, estrofes XCVIII a CXXXVII .....	74
I. Maria .....	74
II. Inês .....	82
CAPÍTULO III .....	92
I. Exórdio .....	93
II. Características Particulares & Apresentação .....	100
III. Discurso & Ações .....	103
IV. Alinhamento com exemplo bíblico .....	109
CAPÍTULO IV .....	113
I. Exórdio .....	114

II. Características Particulares & Apresentação _____	119
III. Discurso & Ações _____	126
IV. Alinhamento com exemplo bíblico _____	131
CAPÍTULO V _____	136
5.1. Os Lusíadas e o Poder Régio em Avis _____	136
5.2. Maria de Portugal e Inês de Castro como símbolos representativos do Poder Régio n'Os Lusíadas _____	143
5.3. O Espelho Antagônico de Comparação _____	157
CONCLUSÃO _____	165
FONTES & BIBLIOGRAFIA _____	174

## INTRODUÇÃO

*De outras bellas senhoras, & Princesas / Os desejados tâlamos engeita,(...)  
– Os Lusíadas, Canto III, Estrofe CXXII*

### *O farfalhar das saias*

Creio que a grande questão que habita os pensamentos de quem trilha a vereda da História das Mulheres é: como decodificar o murmurar feminino dentre a cacofonia masculina nas nossas fontes históricas? Decerto que temos nos saído muito bem, há trabalhos acerca do feminino em diversas áreas da ciência histórica e que abrangem os mais variados recortes temporais, espaciais e metodológicos. Historiograficamente, o campo da História das Mulheres é profícuo, fértil e, ao que nos parece, ainda nem riscamos a superfície da questão, o que muito agrada, já que o desejo de saber sempre mais é a única maneira de continuarmos levantando o – talvez – mais pesado dos véus da História.

Encontramos a problemática desta dissertação justamente no meio de uma imensa cacofonia masculina: uma obra que possui dez cantos, compostos de um total de 1102 estrofes em oitava decassílaba, a *magnum opus* de toda a literatura em língua portuguesa existente: *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, obra que constitui nossa principal fonte histórica. Esta dissertação, desta maneira, tem por objetivo analisar a representação camoniana da instrumentalização política feminina na corte tardomedieval portuguesa, através da comparação de dois episódios presentes n' *Os Lusíadas*, além do papel dessas representações no cenário político-cultural de seu tempo. Entretanto, para compreender como esta análise pôde se realizar, é necessário que tenhamos domínio do contexto no qual *Os Lusíadas* foi composto, suas peculiaridades narrativas e a tendência política que influenciou sua composição.

Escrito durante a segunda metade do século XVI, o poema épico *Os Lusíadas* é célebre por possuir teores exaltadores: do reino de Portugal, da empreitada expansionista lusitana e, conseqüentemente, de seu vasto império. À altura da publicação da obra – durante o reinado de D. Sebastião I – o Portugal do autor Luís de Camões estava no auge de extensão de seu Império Ultramarino; a presença portuguesa estendia-se pelo globo, dominando uma boa parcela do comércio marítimo

intercontinental e colonizando territórios na África, na Ásia e na então recém-alcançada América.

Através da figura central do navegador português Vasco da Gama e de sua saga para encontrar o caminho marítimo para a Índia, Camões utiliza-se de mitologia e lírica para relatar eventos da história de Portugal que, segundo ele, tiveram relevância na conquista, no estabelecimento e na glória política do reino. Tecendo este fio condutor através da história lusa, dos primeiros reis até o rei D. Sebastião I – contemporâneo da obra e para quem o poeta ofereceu seu trabalho – Camões constrói uma epopeia de cunho legitimador e celebra o processo de construção da hegemonia portuguesa.

Partindo então do pressuposto camoniano de versar sobre eventos considerados importantes para o estabelecimento do reino e a expansão imperial portuguesa, analisamos a representação camoniana dos eventos históricos relatados no Canto III d’*Os Lusíadas*, nas estrofes XCVIII a CXXXVII. O excerto selecionado como fonte histórica engloba eventos da história de Portugal, ocorridos no período entre 1325 a 1355 – durante o reinado de Afonso IV, sétimo rei da Dinastia de Borgonha. A análise apresentada nesta dissertação tenciona compreender a maneira através da qual a representação construída por Camões se aplica ao projeto político da Dinastia de Avis no contexto d’*Os Lusíadas*.

Consideramos a obra de Camões como emblemática no Portugal quinhentista, não apenas no âmbito cultural da sociedade desta época, mas também nos contextos políticos e sociais vigentes. N’*Os Lusíadas*, o poeta faz um apanhado de memória histórica sobre Portugal, utilizando o mesmo como fundamento para sua narrativa da viagem do navegador Vasco da Gama às Índias, em 1498. O épico trata de temas que, à época, eram tidos como essencialmente masculinos: o governo de um reino, as responsabilidades de um rei, a sucessão, a guerra, o combate ao mouro infiel e as navegações ultramarinas pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.

Nas estrofes destacadas a seguir – as duas primeiras d’*Os Lusíadas*, podemos ver que dentro da estrutura da obra, Camões opta por selecionar algumas pessoas que acredita terem sido relevantes para a história de Portugal, para a trajetória do reino:

*As armas & os barões assinalados  
Que, da Occidental praia Lusitana,  
Por mares nunca de antes navegados  
Passaram ainda além da Taprobana*

*E em perigos, & guerras esforçados  
Mais do que prometia a força humana,  
E entre gente remota edificação  
Novo Reino, que tanto sublimarão*

*E também as memorias gloriosas  
Daquelles Reis, que foram dilatando  
A Fé, o Imperio & as terras viciosas  
De África e de Asia, andarão devastando;  
E aquelles que por obras valerosas  
Se vão da ley da Morte libertando:  
Cantando espalharey por toda parte,  
Se a tanto me ajudar o engenho & arte.<sup>1</sup>*

As estrofes citadas são aquelas que abrem o poema. Camões escolhe falar sobre aqueles que “edificaram Novo Reino” – ou seja, aqueles que foram responsáveis ou contribuíram para o Expansionismo Português; os reis que dilataram “a Fé, o Império” e devastaram as “terras viciosas de África e Ásia”; e por fim, aqueles que se libertaram do esquecimento (a “Lei da Morte”) através de “obras valerosas”. É desta forma que Camões define quem serão os personagens de sua obra, um rol de representantes da tenacidade lusitana e da densidade de sua história. Pessoas como o próprio Vasco da Gama; o primeiro rei de Portugal, Afonso Henriques; D. João I, que inaugurou a Dinastia de Avis; Bartolomeu Dias, que dobrou pela primeira vez a passagem do Cabo das Tormentas<sup>2</sup> e atingiu o Oceano Índico; Martim Afonso de Sousa governador da Índia e do Brasil; entre diversos outros.

É possível afirmar que os lusíadas do título do poema são os integrantes deste grupo definido que Camões escolhe para representar as virtudes – e também alguns vícios – dos lusitanos. As glórias de Portugal que Camões quis tornar indelévelis estavam repletas de uma plêiade de homens que protagonizam os episódios camonianos sobre a história de Portugal. Contudo, nem todos os protagonistas d’*Os Lusíadas* são homens. Em meio ao tropel dos reis, príncipes, condestáveis, duques, soldados, senhores da guerra, ministros, navegadores e aventureiros, há o farfalhar das saias de duas rainhas camonianas: D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro, protagonistas dos episódios que são o cerne de nossa análise.

<sup>1</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Os Lusíadas**. Edição fac-similar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995 (fac-símile de 1572), p. 1.

<sup>2</sup> Este feito de Bartolomeu Dias está presente numa das passagens mais famosas d’*Os Lusíadas*, o Episódio do Gigante Adamastor. O personagem mítico representa no poema as intempéries da região do Cabo das Tormentas – hoje Cabo da Boa Esperança – e aborrece-se gravemente com a passagem do navegador por suas águas.

Estas personagens são nossos objetos de estudo e comparação. A primeira foi rainha de Castela durante a primeira metade do século XIV e protagonista do Episódio da Batalha do Salado; a segunda, uma dama galego-castelhana pertencente ao séquito da infanta D. Constança de Peñafiel em Portugal, e protagonista do Episódio da Morte de Inês. Estas duas personagens d' *Os Lusíadas* são as duas únicas mulheres históricas que têm voz, protagonismo e ação direta no poema. As outras personagens históricas femininas que figuram no épico são personagens secundárias, indiretas, passivas na tessitura da narrativa. A única outra personagem feminina com protagonismo presente no poema é Vênus, uma figura mitológica, e por isso nela não nos fixaremos.

Os episódios de Maria de Portugal e Inês de Castro n' *Os Lusíadas* seguem uma ordem que se pode chamar de cronológica. Os eventos em si ocorrem, respectivamente, entre os anos de 1340 a 1355. Entretanto, para compreendermos os processos que abarcam tais episódios de maneira mais abrangente, mais satisfatória, será preciso recuar um pouco mais, utilizando o ano de 1325 como marco inicial deste recorte cronológico, uma vez que as tensões que ecoam por ele iniciam-se, grosso modo, nesta época. Abordaremos nesta Introdução, rapidamente, o contexto de cada uma de nossas personagens, para que possamos observar seus posicionamentos, seus lugares de fala.

D. Maria de Portugal era uma mulher de considerável posição política no cenário ibérico do século XIV: infanta de Portugal e filha de D. Afonso IV e de D. Beatriz, irmã mais velha de D. Pedro I de Portugal, esposa e rainha de D. Afonso XI de Castela e mãe de D. Pedro I de Castela. As vinculações familiares, bem como as alianças oriundas destas, davam-lhe um estofamento político de expressão. Camões traduz esta força no Episódio da Batalha do Salado, que tem D. Maria como protagonista. Em resumo: neste episódio, ela, já rainha de Castela, leva uma mensagem do rei castelhano a seu pai, implorando que Portugal ajude Castela a defender-se da ameaça mourisca. Ela cita os riscos que corre – a perda do marido, a perda do reino – e descreve as forças mouras em solo castelhano como opressivamente maiores que as de Castela, advogando convictamente pela causa do reino do qual cinge a coroa. Camões menciona que o rei D. Afonso IV “despreza as soberbas castelhanas”, mas cede aos apelos de D. Maria e parte para a guerra com ela, filha e rainha, ao seu lado. Estes são, basicamente, os dados históricos acerca de D. Maria que Camões nos

apresenta diretamente, fora do intertexto. Para acessar as informações que Camões não nos disponibiliza diretamente, é preciso que acessemos sua fonte para apreender a melhor maneira de estabelecer questionamentos ao texto d'*Os Lusíadas*. Para esta tarefa, recorreremos à *Crônica de D. Afonso IV* e identificamos que D. Maria de Portugal fora casada com o rei de Castela nos primeiros anos do reinado de seu pai, D. Afonso IV, num movimento diplomático que tinha por intenção estreitar as alianças entre os dois reinos. O contrato matrimonial, celebrado em 1328, tinha como princípio fundamental a cooperação e a paz entre Portugal e Castela, o que não ocorreu: diversas querelas entre os dois reinos, muitas delas orbitando o casamento de D. Maria e D. Afonso XI, assolaram o território com combates, batalhas e escaramuças entre portugueses e castelhanos. O rei castelhano quebrou o contrato matrimonial ao receber uma concubina na corte – D. Leonor de Gúzman – e dar a ela não apenas terras e riquezas, mas posição política de conselheira em Castela. D. Maria afasta-se da corte e itenera pelo reino, buscando asilo ora em Portugal, ora em Sevilha.

A questão apazigua-se em 1340, meses antes da Batalha do Salado: entre vários outros termos do novo contrato de paz, D. Maria recupera seu status na corte, sob imposição de Portugal, D. Leonor é exilada com os filhos – mas nunca deixa de perder contato com o rei, mas não podemos digressionar sobre isto agora – e a concórdia é acertada, o que acontece convenientemente, para Castela, poucos meses antes da Batalha do Salado. O território ibérico sofria incursões sazonais de invasores mouros do Norte da África e, então, aproveitando-se da fragilidade de relações entre Portugal e Castela, mouros granadinos e marroquinos invadem e sítiam a vila de Tarifa. É neste momento que D. Maria, n'*Os Lusíadas*, surge na narrativa. De acordo com a *Crônica de D. Afonso XI de Castela*, enviar D. Maria fora um estratagema político para relembrar D. Afonso IV de que, devido ao recém-assinado acordo de paz e às suas dívidas como rei cristão para com Castela, ele deveria aceitar o pedido de socorro. Enviar D. Maria fora enviar não apenas a filha, mas a fiel depositária, o símbolo vivo da concórdia Portugal-Castela, e, como poderemos acompanhar ao longo desta dissertação, da leitura de trechos das Crônicas e d'*Os Lusíadas*, o estratagema fora muitíssimo bem sucedido.

Nossa outra personagem, por outro lado, tem uma trilha avessa: da concórdia para a discórdia, tanto no poema, quanto nas Crônicas Régias. Inês de Castro chega

em Portugal em 1340, com a comitiva da princesa D. Constança de Peñafiel, que viera ao reino para casar-se com o infante D. Pedro, irmão de D. Maria – este acordo de casamento também fora acertado por ocasião da concórdia entre Portugal e Castela ocorrida pouco antes da Batalha do Salado. As Crônicas de D. Afonso IV e D. Pedro I dão conta de que o infante apaixonou-se por D. Inês tão logo ela chegou em Portugal e que o envolvimento dos dois não tardou a acontecer. O romance durou, segundo as Crônicas, por todo o período que se estende do ano da chegada de Inês até o ano de sua morte, 1355, inclusive enquanto ela esteve num exílio imposto pelo rei D. Afonso IV em Albuquerque. Ao morrer D. Constança, em 1345, D. Pedro instala-se com D. Inês num paço em Portugal e lá eles vivem por dez anos e têm quatro filhos – dos quais três chegaram à idade adulta.

A situação não era bem vista, quer pelos nobres portugueses, quer pelos conselheiros do rei D. Afonso IV ou pelo próprio rei. O amasiamento do infante causava desconforto político: D. Inês era o núcleo de um crescente poder paralelo que orbitava em torno de sua figura, composto por seus irmãos e aliados castelhanos de sua família que estavam presentes na aristocracia portuguesa – através dela ou não. Destarte, assim, o rei decide que D. Inês deveria ser executada. É neste momento que Camões inicia sua narrativa do Episódio da Morte de Inês: o poeta nos dá um rápido *background*: versa sobre o grande amor de Pedro e Inês, sobre as recusas que o infante fazia de casar-se com outras mulheres (ou mesmo de casar-se com a própria D. Inês), sobre o idílio que ela vivia com o infante até o momento que o rei e seus conselheiros-carrascos chegam para cumprir a sentença. D. Inês, como D. Maria, implora ao rei, não pela defesa de um reino, mas em defesa de sua vida e dos filhos que tem com D. Pedro; promete exilar-se, levar embora a ameaça. O rei, também como no episódio anterior, comove-se, mas não cede: ordena que a sentença seja executada.

O Episódio da Morte de Inês é um dos trechos mais carregados de lirismo d' *Os Lusíadas*: não há muito que se relacione diretamente com a questão política da morte de Inês, não há uma referência camoniana direta a esta questão. Todavia, Camões nos dá pistas, que podem ser encontradas quando recorremos às Crônicas Régias: a recusa de D. Pedro de casar-se com outras mulheres – uma vez que o casamento era um forte artifício político, a existência dos filhos de D. Inês e D. Pedro – uma ameaça à legitimidade do trono português; a presença dela na corte portuguesa, ainda que

Camões siga a narrativa cronística e nos transmita que Inês estava afastada quando foi morta. Todos esses elementos podem ser encontrados no intertexto do Episódio da Morte de Inês e são indispensáveis para compreensão do papel político desta representação numa obra de literatura moralizante avisina.

Observando o contexto dos dois momentos da narrativa protagonizados por estas duas personagens – conhecidos como “O Episódio da Batalha do Salado” e “O Episódio da Morte de Inês” – pudemos detectar similaridades e diferenças que envolvem as representações de Maria de Portugal e Inês de Castro n’*Os Lusíadas*. Os episódios que destacamos como fontes nos falam da relação entre os reinos de Portugal e Castela. Estes reinos possuíam fortes ligações entre si, tanto em conexões geográficas quanto nos elos de política e diplomacia.<sup>3</sup> As dinâmicas luso-castelhanas fundiam-se nos caminhos entre um reino e outro, movimentos pacíficos ou bélicos, processos que se desenrolaram ao longo dos séculos, promovendo a formação não apenas de fronteiras geográficas sólidas entre os reinos, mas consciências de identidade, lugar e lealdades senhoriais.

As interações político-diplomáticas entre Portugal e Castela aconteciam no âmbito das nobrezas dos dois reinos. Agindo como engrenagens do poder régio, as famílias da nobreza movem-se incessantemente, disputando entre si favores dos reis, como, por exemplo, no tocante ao poder na administração pública, status entre seus pares, títulos nobiliárquicos, posições na corte régia, terras, domínios, papéis bélicos e alianças de poder. A estruturação destes mecanismos de manutenção expansão de poder estabelecia-se através das alianças – matrimoniais ou não – entre membros da nobreza e membros da realeza entre os reinos ibéricos.<sup>4</sup>

Camões, em seu poema, tratou destas disputas de poder entre realeza e nobreza em diversos episódios, inclusive naqueles em que se dedica a narrar as histórias de Maria de Portugal e Inês de Castro, representando-as como personagens atuantes dentro do jogo político luso-castelhano. Ao comparar estas representações em nossa fonte, poderemos analisar quais os posicionamentos tomados por Camões, e compreender como estas representações fazem parte do projeto político avisino n’*Os Lusíadas*.

---

<sup>3</sup> FERNANDES, Fátima Regina; FRIGHETTO, Renan. **Cultura e poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001.

<sup>4</sup> MATTOSO, José. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. **Revista da Faculdade de Letras: História**, série II, v. 15, n. 2, 1998, p. 1038.

Paralelamente, outras fontes fazem-se necessárias para abordar crítica e historiograficamente o texto literário camoniano. A escolha das *Crônicas Régias* portuguesas para fontes complementares deste trabalho é respaldada por serem intimamente relacionadas à construção de memória, tradição e legitimação no Portugal tardomedieval - um projeto político iniciado com a alçada do primeiro rei da Dinastia de Avis ao trono, D. João I, e realizado durante toda a vigência dos reinados de seus sucessores. O contexto de produção d'*Os Lusíadas* relaciona-se diretamente com este projeto político avisino e há evidências do uso destas Crônicas por Camões como fontes à época da composição do épico. Colateralmente, também utilizamos a produção cronística castelhana como fontes, com a finalidade de obter informações sobre o ponto de vista político daquele reino acerca dos acontecimentos narrados nas Crônicas Régias lusitanas. Das obras cronísticas castelhanas, utilizamos a *Crônica de Afonso XI de Castela* e de seu filho e sucessor, *Crônica de Pedro I de Castela*, que dão profundidade à análise da questão diplomática entre Portugal e Castela que transpassa os episódios camonianos que utilizamos como fonte principal.

As Crônicas Régias são fundamentais para a compreensão do contexto dos episódios de Maria de Portugal e Inês de Castro não apenas por terem servido de fonte a Camões para a composição do poema, mas por pertencerem ao mesmo processo político moralizador da literatura da Dinastia de Avis e também fornecerem largo protagonismo narrativo a estas duas personagens em seus textos, detalhando dados como suas relações familiares, seus alinhamentos políticos, suas posições na diplomacia ibérica, seus processos maritais, entre outros, descortinando um cenário substancial para que possamos, ao longo desta dissertação, estabelecer os contatos e afastamentos entre a obra cronística e a obra camoniana.

É desta maneira que nossa problemática central - de analisar comparativamente as trajetórias de Maria e Inês dentro do contexto camoniano e dentro do cenário político-diplomático ibérico medieval - desdobra-se em questionamentos pertinentes ao nosso campo de estudo: quais os papéis atribuídos por Camões às mulheres em seu épico, qual o ponto em seus contextos nos quais Maria e Inês foram agentes e sujeitos da História para que Camões, de acordo com a proposta feita no Canto I, as inserisse em sua obra. Considerando que ambas foram contemporâneas, pertencentes a núcleos familiares e aristocráticos extremamente próximos, envolvidas nas mesmas questões e disputas hereditárias e territoriais, de

que forma suas trajetórias historiográficas se cruzam – quais as semelhanças e diferenças entre elas; de que maneira as representações camonianas de Maria e Inês tornam-se relevantes dentro do projeto político da epopeia, entre outros.

A inserção de Inês de Castro e Maria de Portugal no épico de exaltação de Luís de Camões significa que o poeta as considera elementos da corrente inextricável de acontecimentos decisivos para a história do reino português, do primeiro rei até D. Sebastião I. Entretanto, a historiografia mostra-nos que a densidade e o alcance das vozes de ambas as damas no poema não correspondem ao que a maioria das fontes históricas nos desvelam sobre a situação das mulheres – aristocráticas ou não – na transição do Medievo para a Modernidade,<sup>5</sup> um caso de silenciamento do feminino numa grande parcela das problematizações de discurso de fonte histórica. Daí parte a nossa escolha pelas Crônicas Régias que, sendo textos de caráter histórico-literário, nos possibilitam alcançar uma faceta de relevância de ambas as personagens que, neste caso, não surgiriam em outros tipos de fonte histórica – fontes jurídicas, por exemplo – através da narração detalhada de processos dos quais elas fizeram parte.

Obviamente, é preciso ter em mente que o discurso das Crônicas Régias é inteiramente influenciado pelas tendências sociopolíticas e culturais de seus momentos de produção – também sob a égide da literatura moralizante avisina – e que devemos nos ater a uma das diretrizes primordiais da História: não se deve adotar o discurso da fonte. De qualquer maneira, já estamos todos cientes que o procedimento a ser aplicado em nossas fontes é, essencialmente, o mesmo: problematizar, questionar também as Crônicas Régias, para que elas possam nos responder e revelar as informações acerca de D. Maria e D. Inês que narram e também as que repousam no intertexto.

Dentro da lógica narrativa camoniana, o protagonismo de D. Maria e D. Inês é atípico: entre uma miríade de protagonistas masculinos, ambas destacam-se narrativamente e no contexto constitutivo da memória histórica lusitana que é particular da literatura avisina. Buscamos compreender de que maneira estes episódios - e estas personagens - pertencem ao projeto político avisino de moralização e autolegitimação. Sendo assim, a dissertação apresenta especificidades

---

<sup>5</sup> No épico poderemos identificar os panoramas da caracterização de ambas: Maria é retratada como a rainha corajosa e filha gentil que pede ao pai austero que rompa suas animosidades com Castela. Por outro lado, Inês surge no poema como dama apaixonada, mãe dileta e vítima passiva e alheia aos enredos que lhe selaram o destino. Ver: CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, Canto III, est. 106; Canto III est. 121 e também Canto III, est. 131.

de recorte temporal. Nossa análise comparativa ocorre através de dois recortes temporais, um relacionado à fonte principal *Os Lusíadas* e às fontes complementares, as Crônicas Régias portuguesas; e outro relacionado aos eventos narrados por Camões nos episódios selecionados. O primeiro recorte temporal refere-se ao período da produção de literatura moralizante que se estendeu por toda a Dinastia de Avis, de fins do século XIV a fins do século XVI; envolvendo assim os contextos de composição das Crônicas Régias (referentes aos reinados de D. Afonso IV e D. Pedro I) e – e principalmente para nosso trabalho – d’*Os Lusíadas*. O segundo recorte temporal circunscreve-se na primeira metade do século XIV, quando se desenvolvem os episódios de Maria de Portugal e Inês de Castro, segundo as narrativas cronística e camoniana.

O recorte temático de nossa pesquisa, portanto, está nos pontos de contato entre nossos recortes temporais: ao compararmos nossos objetos de pesquisa - as personagens de Maria de Portugal e Inês de Castro - nos contextos de nossos recortes temporais, seremos capazes de analisar e compreender a relevância da instrumentalização feminina para a política diplomática tardomedieval ibérica e, desta maneira, seremos capazes de analisar, através da comparação da representação de tais personagens n’*Os Lusíadas*, seus papéis dentro do projeto político camoniano de moralização e exaltação avisina.

Sendo assim, é preciso que refinemos nossas intenções: esta dissertação trata de analisar comparativamente as representações camonianas de D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro, respaldando-se nas Crônicas Régias, para compreender o protagonismo de ambas numa obra que atende ao projeto político moralizante da Dinastia de Avis. O Capítulo I discute o caráter literário das fontes; o Capítulo II detalha o corpo conceitual da pesquisa e o aplica ao trabalho; o Capítulo III e o Capítulo IV constituem-se como práticas de comparação das personagens de D. Maria (no Capítulo III) e D. Inês (no Capítulo IV) nas Crônicas Régias e n’*Os Lusíadas*. Finalmente, o Capítulo V trata-se de um confronto entre as representações de D. Maria e D. Inês e a análise de seus papéis na literatura moralizante avisina.

Para realizar esta tarefa em toda sua extensão, os recursos teóricos sobre os quais nos apoiamos são diversos – ideais para a análise pormenorizada de um tema complexo. Utilizamos-nos de instrumentos variados, como o diálogo intenso com outro campo do conhecimento – a Literatura – através das fontes históricas

selecionadas e das ferramentas que recorreremos para analisá-la em congruência com a História, entre elas a Análise de Discurso; os conceitos-chave do trabalho – Poder Simbólico e Representação; a conexão com áreas do conhecimento histórico – História das Mulheres, História Política; o alinhamento com a História Comparada, através da utilização do método comparativo tal como sintetizado por Marc Bloch<sup>6</sup> (e re-abordado por José D’Assunção Barros<sup>7</sup>) – aplicado por toda a extensão de nossa análise. Tal arcabouço, é importante ressaltar, não está compartimentado em parcelas estanques desta dissertação: apesar de enfatizarmos cada um de seus aspectos em capítulos diferentes, nosso instrumental teórico-metodológico atravessa completamente o trabalho, em constante diálogo.

A primeira instância de nosso instrumental teórico-metodológico está no diálogo que provemos entre História e Literatura. A necessidade de tal contato entre estes dois campos do conhecimento científico surge das características de nossas fontes históricas, tanto a principal – *Os Lusíadas* – quanto as complementares – as Crônicas Régias. Por serem obras literárias, seja através de um discurso litero-histórico (como *Os Lusíadas*) ou do histórico-literário (como as Crônicas Régias), foi preciso recorrer à Literatura e seus domínios práticos e teóricos para que pudéssemos conceber uma análise apurada de nossas fontes. Esta abordagem dialética das fontes nos temos de um debate entre História e Literatura é feita no Capítulo I, através da prática da Análise de Discurso, já que este versa sobre o uso de História e Literatura em nossa pesquisa, o caráter limítrofe das Crônicas e do Épico para o trabalho como fontes históricas literárias, o respeito a esse tipo de fonte e a metodologia apropriada para a abordagem de obras literárias como fontes históricas.

Nossos conceitos-chave, Poder Simbólico, tal como concebido por Pierre Bourdieu; e Representação, como formulado por Roger Chartier; constituem o eixo analítico desta dissertação pois aplicam-se aos dois grandes panoramas que nos propusemos a observar – o Portugal Tardomedieval e o Camoniano, respaldando nossas hipóteses e abrindo o caminho de nossos objetivos. Abordados especificamente no Capítulo II e referenciados ao longo de todo o trabalho, os conceitos de Representação e Poder Simbólico funcionam aqui como uma ferramenta

---

<sup>6</sup> BLOCH, Marc. Por uma história comparada das sociedades europeias. In: **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p. 119-150.

<sup>7</sup> BARROS, José D’Assunção. História Comparada - Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas: UNICAMP, n. 13, 07-21, 2007; p. 17.

dupla, dialogando constantemente durante a análise, uma vez que Camões representa as dinâmicas de instrumentalização feminina tardomedieval em seu trabalho a partir de uma postura política de poder simbólico de sua época. O mesmo ocorre com as nossas fontes complementares, as Crônicas Régias. Por outro lado, dentro do contexto do Portugal Tardomedieval, para compreender a instrumentalização em si, a dupla ferramenta orienta-nos ao longo das análises de como se representa este fenômeno nas Crônicas Régias e de que maneira esta é uma postura de poder simbólico dentro deste recorte temporal.

Ouvir o farfalhar das saias e saber de onde partem os sons femininos em nossa fonte é uma tarefa que procuramos cumprir através do alinhamento com a História das Mulheres e, como nossas personagens e nossas fontes são fortemente influenciadas por dinâmicas régias e diplomáticas, também valemo-nos da História Política. Tencionamos compreender o papel da mulher em tais dinâmicas de instrumentalização e a reverberação deste processo na representação camoniana do fenômeno, a partir das personagens de D. Maria e D. Inês. Ora, a análise da participação e do papel político feminino (e do que concerne ao feminino) em nossos recortes temporais e temáticos exige que o trabalho preze pelo diálogo entre estas duas áreas, com a finalidade de ressaltar a posição feminina nos processos históricos analisados. Adotamos esta postura dialética por todo o trabalho, mas esta tônica se imprime fortemente nos Capítulos III e IV, que são dedicados a analisar profunda e comparativamente nossos objetos de pesquisa nos textos cronísticos e na narrativa camoniana, segundo os conceitos que compõem o eixo de nosso estudo. A personagem de Maria de Portugal será analisada no Capítulo III e a personagem de Inês de Castro no Capítulo IV e em seguida, partimos para a análise do papel político da representação de ambas n' *Os Lusíadas*.

Finalmente, é certo que todos estes nossos alinhamentos e ferramentas necessitam de um espaço teórico-metodológico no qual possam dialogar. É desta maneira que somos capazes de construir uma análise fortemente fundamentada sobre a representação camoniana da instrumentalização feminina medieval, partindo de nossa problemática inicial acerca das duas únicas mulheres protagonistas d' *Os Lusíadas*. Encontramos este espaço na História Comparada e no método comparativo, tais como sintetizados por Marc Bloch, constantemente confrontando nossos recortes e objetos de estudo. Comparamos, deste modo, o processo da instrumentalização

feminina e suas representações nas nossas fontes, o discurso das fontes sobre esta dinâmica em relação à política régia avisina de moralização e legitimação e a função de tais representações dentro da literatura moralizante avisina – de acordo com o conceito de poder simbólico. O método comparativo atravessa o trabalho como um todo, mas encontra-se enfatizado nos Capítulos III, IV e – sobretudo – no Capítulo V. Neste último, comparamos as representações camonianas de ambas as personagens entre si e através de um elemento comum aos dois episódios, o contexto do reinado de D. Afonso IV, buscando assim compreender o papel político de tais representações n’*Os Lusíadas*, de que forma se relacionam com o propósito avisino de legitimação dinástica e criação de tradição através da construção de memória histórica.

Ontem, como hoje, as mulheres sempre estiveram presentes nas dinâmicas do tempo: assumindo papéis, responsabilidades, adotando modelos, dinamizando relações. Os silêncios – ou, melhor dizendo, os murmúrios – femininos na História são o resultado de muitos anos de não-problematização da presença das mulheres no decurso dos processos históricos. A fonte só fala quando perguntamos a ela e só perguntamos se temos uma *problematização* que nos permita formular as questões adequadas aos anseios de nossas pesquisas. Não podemos afirmar que foi apenas dos anos 1970 até os dias atuais que a História começou a encostar seus ouvidos nas paredes de alcova para tentar escutar as mulheres históricas – toda generalização tem um preço, quase sempre desagradável de se pagar e pelo qual não vale a pena arriscar a pesquisa histórica, qualquer que seja. Não se pode afirmar nem que ficamos ignorantes ao feminino na história e nem que sempre lhe demos espaço. Entretanto, podemos afirmar que são relativamente recentes – e cada vez mais frutíferas – as pesquisas que se dedicam a observar e problematizar a presença feminina no curso da História. Esta é a nossa intenção: problematizar a presença feminina nos processos históricos e assim ajudar a levantar os véus, colaborar com a abertura das portas, desabafar as vozes e ajudar a transformar os murmúrios e o farfalhar das saias em uma sinfonia impossível de se ignorar.

## CAPÍTULO I

### História & Literatura

*Cantando espalharey por toda parte / Se a tanto me ajudar o engenho & arte.*

*– Os Lusíadas, Canto I, Estrofe II*

Nesta primeira parte de nosso trabalho, observamos e analisamos a relação inextricável entre a História e a Literatura que se faz presente em nossa comparação. Discutimos a maneira como se pode abordar a fonte literária em uma análise historiográfica, como se dá o diálogo entre História e Literatura, o tratamento de ditas fontes de acordo com suas particularidades discursivas e de produção, o caráter limítrofe entre essas duas disciplinas que contém as fontes da pesquisa (a principal e as periféricas), como ocorre a análise do tema, das fontes e dos objetos de estudo. Também tratamos sobre as principais características de nossas fontes – *Os Lusíadas* e as Crônicas Régias portuguesas selecionadas: seu caráter de memória histórica,<sup>8</sup> seus aspectos particulares na História e na Literatura, suas semelhanças e diferenças, enquanto obras e enquanto fontes históricas.

#### *1.1. História na Literatura, Literatura na História*

A principal característica relacional entre a História e a Literatura é que ambas as disciplinas são maneiras intelectuais de percepção, interpretação e representação do mundo social. Reservando a cada uma seus próprios métodos e respectivas teorias acerca da sociedade, do ser-humano, do tempo e do espaço; tanto História quanto Literatura são indispensáveis na formação do conhecimento humano. Roger Chartier, ao proferir conferência sobre Literatura e História, diz-nos sobre esta proximidade entre as duas disciplinas através da perspectiva historiográfica.

---

<sup>8</sup> Utilizamos o conceito de memória histórica tal como formulado por Jacques Le Goff, em sua obra *História e Memória*. Este autor defende que a criação e a conservação da memória ocorre na humanidade desde as sociedades ágrafas até os dias atuais. De acordo com Le Goff, a memória é a ferramenta de decodificação social que permite a coletivização de experiências, algo que por sua vez viabiliza a geração de identidades comuns e coletivas numa sociedade, seja ela ágrafa ou contemporânea.

Le Goff também divide seu conceito numa lógica cronológica dos modos de criação e conservação da memória – grosso modo: memória oral, memória híbrida, memória escrita. A concepção do conceito que utilizamos aqui corresponde àquela que Jacques Le Goff associa ao período do Renascimento até os dias de hoje, à criação de memória escrita, de memória institucionalizada, memória coletiva e que se pode transformar em objeto de poder. Ver mais em: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003, p. 419–476.

*Trata-se, portanto, de identificar histórica e morfologicamente as diferentes modalidades da inscrição e da transmissão dos discursos e, assim, de reconhecer a pluralidade das operações e dos atores implicados tanto na produção e publicação de qualquer texto, como nos efeitos produzidos pelas formas materiais dos discursos sobre a construção de seu sentido. Trata-se também de considerar o sentido nos textos como o resultado de uma negociação ou transações entre a invenção literária e os discursos e práticas do mundo social que buscam, ao mesmo tempo, os materiais e matrizes da criação estética e as condições de sua possível compreensão.*<sup>9</sup>

Desta forma, mesmo que existam nas duas disciplinas particularidades que as situam em pontos diferentes do saber, História e Literatura não são estanques: estão em contínuo diálogo por diversas vias possíveis de análise e apreciação. A partir da citação de Chartier, podemos verificar que no caso do contato da História com a Literatura, um historiador deverá valer-se de *historicização* para trabalhar com obras literárias e os demais elementos que compõem o universo literário – autoria, publicação, recepção, contexto, estilo, entre outros. Deverá, portanto, analisar o que lhe for de interesse e seus demais aspectos de acordo com perspectivas, métodos, técnicas e teorias historiográficas.

Chartier também versa na citação anterior sobre a construção do sentido em um discurso e, para compreender a importância da construção de sentido e como o historiador deve acessar esta peculiaridade do discurso, recorreremos a Ciro Flamarion Santana Cardoso, que trata deste assunto ao estabelecer que é útil ao historiador analisar a Literatura através de duas vias: a narrativa e o sentido, uma vez que são elementos comuns à História e à Literatura. Em sua obra, intitulada *Narrativa, Sentido, História*, este autor esclarece-nos como é possível que o historiador se dedique ao estudo da Literatura em seu trabalho, através de tais vias:

*(...) atingir o entendimento do que de fato ele [o texto] diz ou significa mediante uma análise levada a cabo com base no conhecimento das especificidades da língua, da época e da região em que foi gerado (posto que o conteúdo semântico das palavras muda no tempo e pode variar, numa mesma época, no espaço), considerando-se ainda os hábitos intelectuais então e ali difundidos, as peculiaridades estilísticas do autor (quando conhecido) e o contexto de uso dos termos no texto. Em nosso século, tais operações são vistas como uma decodificação, continuam sendo consideradas uma etapa necessária, prévia à utilização de um texto como fonte e, sem dúvida, só têm a ganhar em acuidade se os historiadores*

---

<sup>9</sup> CHARTIER, Roger. Debate: Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197, Dez-Jan. 2000.

*conhecerem o que lingüistas, estudiosos de textos literários e semiotistas tiverem a dizer-nos acerca do sentido.*<sup>10</sup>

A essência do trabalho do historiador que utiliza fontes literárias em sua pesquisa é estabelecer e manter o *diálogo* entre História e Literatura, seus respectivos métodos e teorias. Por exemplo: o documento histórico de origem literária exige que o historiador aplique durante sua pesquisa e a escrita de seu trabalho uma das metodologias comuns aos linguistas, filólogos e semiologistas: a análise de discurso. Esta metodologia permite ao historiador compreender que sua fonte – e o discurso que ela contém – foi concebida “a partir de um *lugar social*, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.”<sup>11</sup> Não se trata, portanto, de *atribuir* ideologias, valores crenças e visões de mundo à fonte histórica; isto seria um grande equívoco, além de uma postura ahistórica perante o documento. Trata-se de, *em diálogo com a Literatura e seus métodos*, realizar um trabalho historiográfico que analise o discurso da obra e verifique as posições ideológicas que ela contém ou que ela refuta. O historiador que deseja realizar um trabalho dialético entre História e Literatura, seja qual for seu objeto e sua fonte, precisa compreender que esta empreitada envolve problematizações específicas.

A característica nuclear que permite este diálogo entre História e Literatura é a possibilidade de realizar questionamentos que não atinjam a integridade intelectual de nenhuma das disciplinas. Iniciamos este texto dizendo, em seu primeiro parágrafo, que ambas são maneiras intelectuais de percepção, interpretação e representação do mundo social. O elo que nos propicia esta discussão é, segundo António José Saraiva e Oscar Lopes, a experiência humana coletiva, que abrange tanto História quanto Literatura:

*(...) não pode deixar de aludir à experiência humana colectiva; nenhuma obra literária se comunicaria se a maior parte de suas expressões não tivesse significados que já, pelo menos até certo ponto, vêm do uso corrente da língua respectiva em dada fase da sua evolução. Qualquer obra (...) apresenta uma forma autónoma, mas o seu ponto de partida, ou matéria, é uma dada experiência social que já não se deve considerar totalmente informe sob o ponto de vista literário, pois, como vimos, se pode reconhecer um estilo adequado*

<sup>10</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Narrativa, Sentido, História**. Campinas: Papyrus, 1997, p. 20.

<sup>11</sup> FLORENCIO, Ana Maria Gama [et al]. **Análise de discurso: fundamentos & práticas**. Maceió: EdUFAL, 2009. p. 25 – 26.

*às características de cada idioma e ainda estilos próprios de cada camada social, de cada época e de cada escola literária. (...) Na literatura, como em geral na cultura, pode sempre distinguir-se uma ideologia, quer dizer, um conjunto de intenções historicamente determinadas, uma visão geral e discutível da realidade e das aspirações humanas. (...) a estrutura de uma boa obra literária oferece inesgotáveis aspectos que extravazavam das ideologias cujas raízes históricas já são reconhecíveis.<sup>12</sup>*

Então, concluímos que é a partir destes pressupostos que podemos afirmar que o historiador pode abordar a Literatura de diversas maneiras, desde que o faça não só com o suporte do conhecimento das formulações teóricas literárias e semiotistas a respeito do texto ou da obra escolhida, como e também levando em consideração sua construção de sentido durante o discurso e a experiência humana coletiva implícita neste discurso. Dois métodos de abordagem que atendem a estes critérios são, a saber, os mais comuns.

A primeira abordagem mais comum que um historiador pode realizar em seu trabalho conjunto com a Literatura é a *historicização da obra literária*, ou seja, a obra literária é, diretamente, o objeto de estudo do historiador. Por esta perspectiva pode-se pesquisar e analisar, por exemplo, seu impacto, sua recepção, o processo de escrita, o contexto da escrita, o discurso que abriga em seu texto; entre outros aspectos que se referem à obra.

A segunda abordagem mais comum – e que é realizada na presente dissertação – é a análise da obra literária enquanto *fonte histórica*. Neste caso, isso significa que o texto da obra literária – ou um excerto deste texto – quando questionado, quando *historicizado*, dialogará de acordo com as indagações propostas pelo historiador durante sua pesquisa. Através dessa perspectiva, pode-se analisar na fonte literária, por exemplo: o discurso contido no texto, a narrativa (o que narra, quem são os narradores, quem são os narratários), de que maneira o texto se posiciona de acordo com a política vigente – se apoia, se critica, de que maneira o texto representa eventos e personagens históricos, de que modo a obra representa a sociedade através de seu texto, e de que modo interage com ela.

A necessidade da decodificação do sentido e do discurso do texto da fonte literária, como nos propõe Ciro Flamarion, é o primeiro passo indispensável para a análise de uma obra literária como fonte histórica. Esta decodificação baseia-se na

---

<sup>12</sup> SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1989. p. 8.

singularidade apresentada por este tipo de fonte: a obra literária reúne em si diversas camadas, diversas parcelas constituintes. É preciso que o historiador separe cada uma destas parcelas para, em seguida, hermeneuticamente decodificá-las.

Por exemplo: uma de nossas fontes literárias, o épico *Os Lusíadas*, de Luís de Camões, apresenta diversos contextos que se intercalam: o contexto da escrita do poema – no qual o próprio Camões é o narrador; o contexto da viagem de Vasco da Gama – no qual o navegador é o narrador, o contexto da memória histórica de Portugal, o contexto do ambiente mitológico da Ilha dos Amores, que também possui seu quinhão de memória histórica lusitana. Em outras palavras, uma obra literária pode-se utilizar como fonte histórica, mas é preciso que o historiador analise o grande número de nuances que possui e aplique as técnicas necessárias para realizar um trabalho que não seja anacrônico.

A compreensão da particularidade do uso de uma obra literária como fonte histórica, então, subordina-se ao entendimento do modo que se aborda tal tipologia de fonte. Voltamos a Chartier para introduzir este debate:

*(...) nossa relação contemporânea com as obras e os gêneros não pode ser considerada nem como invariante nem como universal. Devemos romper com a atitude espontânea que supõe que todos os textos, todas as obras, todos os gêneros, foram compostos, publicados, lidos e recebidos segundo os critérios que caracterizam nossa própria relação com o escrito.*<sup>13</sup>

A prática do diálogo entre História e Literatura, através do uso de uma obra literária como fonte histórica, exige do historiador não apenas a historicização desta obra, seu texto e seu discurso, mas a utilização do suporte teórico e metodológico da própria Literatura voltado para a pesquisa historiográfica. Se esse aspecto do trabalho entre História e Literatura não for levado em consideração, o historiador corre o risco de realizar um trabalho parcial e incompleto.

É preciso, na prática da História na Literatura, respeitar a *condição literária* da fonte histórica. Desta forma, quaisquer que sejam as abordagens escolhidas para o ofício do historiador que se propõe a pesquisar e analisar a Literatura – e seus elementos, é necessário ressaltar que o respeito à condição literária da obra é imprescindível. O diálogo com a Literatura deverá estar sempre pautado pelas particularidades da fonte (ou do objeto de estudo) enquanto obra literária. Isso

<sup>13</sup> CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, p. 197.

significa, por exemplo, que o historiador não pode adotar o discurso da obra, não pode “reduzir-se não-criticamente à opinião que faziam de si mesmos os próprios homens de uma época ou de um contexto histórico”<sup>14</sup>.

Ademais, quando lançamos mão do texto literário como fonte histórica, o compromisso com este critério metodológico precisa ser renovado durante o decorrer da pesquisa para que saibamos distanciar o discurso literário direto do subjacente discurso ideológico, contextual e conceitual indireto. Esta prerrogativa é expressada por João Adolfo Hansen, em diálogo com Roger Chartier para a revista *Topoi*:

*(...) uma abordagem especificamente histórica da literatura, como Chartier propõe, consistiria em não dar o discurso como natural, mas buscar, a partir de discursos particulares, a possibilidade de reconstruir os sistemas de representação que os subentendem, como relação de usos/estruturas.*<sup>15</sup>

Hansen, baseado em Chartier, argumenta que ao invés de adotar o discurso da fonte literária, o historiador deve se dedicar a interpretá-lo, compreendê-lo em cada fração, relacioná-lo com as estruturas e o contexto que se envolveram em sua produção. A partir desta abordagem é que se possibilita a análise de uma obra literária como fonte histórica sem cometer o equívoco do estudo acríptico do texto desta tipologia de fonte. Continuando o debate, em relação ao que chama de sistemas de representação, Hansen nos explica:

*Nesse sentido, me parece que seria importante recuperarmos alguns procedimentos que, como pudemos observar, operam na fala de Chartier. Permitem formular a hipótese de que os discursos que concebemos como literatura existem enquanto discursos, como resultados de práticas que pressupõem sistemas de representação. Esses sistemas, evidentemente, pressupõem códigos, quero dizer, pressupõem uma codificação retórica, tópicos, temas, regras, meios de circulação, condicionamentos materiais e institucionais, públicos etc.*<sup>16</sup>

Desta maneira, o uso de uma obra literária como fonte histórica não se vê restrito ao historiador, desde que sejam respeitadas as particularidades de História e

<sup>14</sup> BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 25, n. 02, Jul./Dez. 2012, p. 427. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>>; Acesso em: 06 Fev. 2014.

<sup>15</sup> HANSEN, João Adolfo. Fala em Debate: Literatura e História. **Topoi**. Rio de Janeiro, n. 1. p. 209 – 210, Dez-Jan. 2000.

<sup>16</sup> **Ibid.**

Literatura e que o instrumental teórico da última seja utilizado de forma responsável e harmônica com a proposta do trabalho e a natureza literária de sua fonte histórica.

Esta necessidade de respeito à condição literária da obra também faz-se presente durante a observação da *função histórica*<sup>17</sup> de uma obra literária. A abordagem específica, naturalmente, depende do tipo de texto e discurso que a obra literária abriga. Contudo, é possível afirmar, segundo Antônio Cândido:

*(...) a função histórica ou social de uma obra depende da sua estrutura literária. E que esta repousa sobre a organização formal de certas representações mentais, condicionadas pela sociedade em que a obra foi escrita. Devemos levar em conta, pois, um nível de realidade e um nível de elaboração da realidade; e também a diferença de perspectiva dos contemporâneos da obra, inclusive o próprio autor, e a da posteridade que ela suscita, determinando variações históricas (...) Em face da ordem formal que o autor estabeleceu para a sua matéria, as circunstâncias vão propiciando maneiras diferentes de interpretar, que constituem o destino da obra no tempo.*<sup>18</sup>

Segundo este autor, a função histórica da obra literária é o conjunto de características estruturais internas e externas relacionadas à obra e sua composição que tornam possível sua análise através de uma perspectiva historiográfica. A função histórica de uma obra literária então é o espaço que o historiador encontra na estrutura desta composição para iniciar sua abordagem e, a partir daí, encontrar o instrumental que lhe possibilitará trabalhar com a Literatura, seja esta como fonte histórica ou como objeto de estudo.

O que aqui denominamos de *função histórica* e *condição literária* não são aspectos dissociados na realidade de uma obra literária, de sua concepção e de sua produção. São elementos integrantes e que são tratados separadamente para que sejam mais acessíveis em nossa reflexão, para que se possa compreender melhor de que forma o discurso de uma obra literária abriga mais do que se pode alcançar à luz de uma primeira leitura e de que maneira os historiadores podem compreendê-la como objeto de estudo ou fonte histórica.

É necessário que o historiador saiba, finalmente, que respeitar a condição literária significa levar a parceria entre História e Literatura a todos os âmbitos de seu trabalho, e se estabelece como a única saída metodológica que permite que este

<sup>17</sup> CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1976, p. 169.

<sup>18</sup> **Ibid.**

historiador supere o problema inicial que se impõe àqueles que se dedicam a utilizar uma obra literária em uma investigação historiográfica: a adoção do discurso da fonte e a contradição de desconsiderar a estrutura original e o contexto do discurso e do texto da obra escolhida, lançando uma suspeita sobre a pretensa veracidade da mesma.

Compreender que a obra literária deriva de seu contexto de produção, que está dependente de sua função histórica e que seu discurso é composto de representações<sup>19</sup> de diversos outros discursos, absorvidos e reinterpretados, é imprescindível. Nesse sentido, Nicolau Sevcenko elucida-nos que, ao mesmo passo em que há um elo dialógico entre História e Literatura, também existe o conflito que diferencia estas duas disciplinas. Este conflito é, exatamente, o que torna possível a sua aliança analítica:

*O estudo da literatura conduzido no interior de uma pesquisa historiográfica, todavia, preenche-se de significados muito peculiares. Se a literatura (...) é uma fronteira extrema do discurso e o prosclênio dos desajustados, mais do que o testemunho da sociedade, ela deve trazer em si a revelação dos seus focos mais candentes de tensão e a mágoa dos aflitos. (...) Sendo um produto do desejo, seu compromisso é maior com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real.*

*Nesse sentido, enquanto a historiografia procura o ser das estruturas sociais, a literatura fornece uma expectativa do seu vir-a-ser. (...) Ocupa-se portanto o historiador da realidade, enquanto o escritor é atraído pela possibilidade. Eis aí, pois, uma diferença crucial, a ser devidamente considerada pelo historiador que se serve do material literário.<sup>20</sup>*

História e Literatura realizam narrativas representativas do mundo social. Segundo Sevcenko, o que as diferencia é a ocupação de quem as produz. Entretanto, não podemos esquecer que ao mesmo tempo em que a História se faz presente na Literatura – através dos contextos, da influência nos discursos, na produção – o inverso também verifica-se. O texto historiográfico por ser narrativo, socialmente mimético e representativo, possui literariedade.<sup>21</sup> Enquanto atividade simbólica, a

<sup>19</sup> A discussão sobre o conceito de Representação e sua aplicação à fonte é realizada no Capítulo II desta dissertação.

<sup>20</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 20 – 21.

<sup>21</sup> O conceito de *literariedade* refere-se ao que torna determinado texto um texto literário o que confere ao texto o caráter literário, através de certas características narrativas, como o discurso, a representação do mundo, a interpretação de fatores sociais e a ressignificação de símbolos. Estas

História, na construção de seus discursos e seu *corpus* textual está constantemente exercendo sua literariedade, ao narrar eventos que se constroem a partir do questionamento de fontes históricas de diversas tipologias. As ferramentas são as mesmas – gramática, ortografia, sintaxe, semântica; tempo, voz, modo; terminologias, conceitos, símbolos – utilizadas apenas em vias diferentes de compreensão e interpretação do mundo. Voltamos a Sevcenko para compreender este contato embrionário entre História e Literatura:

*A palavra organizada em discurso incorpora em si, desse modo, toda sorte de hierarquias e enquadramentos de valor intrínsecos às estruturas sociais de quem emanam. Daí porque o discurso se articula em função de regras e formas convencionais, cuja contravenção esbarra em resistências firmes e imediatas. Maior pois, do que a afinidade que se supõe existir entre as palavras e o real, talvez seja a homologia que elas guardam com o ser social. (...) Tornou-se hoje em dia quase um truísmo a afirmação da interdependência estreita existente entre os estudos literários e as ciências sociais.*<sup>22</sup>

História e Literatura são “palavra organizada em discurso” e se a Literatura sofre a influência histórica em si, a escrita da História sofre as influências da estética narrativa do texto literário, tornando-se não apenas inteligível, mas compreensível intelectualmente diante de seus quadros contextuais sociais: a História responde aos questionamentos do *ser*, a Literatura levanta os questionamentos do *vir a ser* e proporcionam-se ciclicamente os instrumentos de compreensão do social.

A Literatura é uma entre diversas formas de expressão intelectual e artística da sociedade de uma época. Que as obras literárias convertem o discurso vigente – ou a crítica a tal discurso – em texto, reinterpretando-o, ressignificando-o e, desta forma, abrem espaço para novos questionamentos, novas discussões. Podemos afirmar que o discurso das obras literárias está ideologicamente impregnado e influenciado por outros discursos. Sobre esta cadeia hermenêutica do discurso, Ana Maria Florêncio elucidá-nos:

*(...) o discurso não se confunde com a língua, nem com a fala, nem com o texto; não é a mesma coisa que transmissão de informações,*

---

características teriam, segundo o conceito, a finalidade de comunicar uma determinada hermenêutica realizada sobre determinado assunto, seja este ficcional ou não. Para mais, ver: COIMBRA, Rosicley Andrade. Mimesis e Literariedade: (esboço de um) percurso investigativo. **Travessias**, ed. 08 p. 274 – 283. Disponível em: <<http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3599/2856>> Acesso em: 20 Abr. 2014.

<sup>22</sup> SEVCENKO, Nicolau. **Op. Cit.**, p. 19 – 20.

*tampouco surge do psiquismo individual de um falante. (...) nenhum discurso nasce do nada, mas de um trabalho sobre outros discursos (...) todo discurso é uma resposta a outros discursos com quem dialoga; reiterando, discordando, polemizando. Sendo produzido socialmente, em um determinado momento histórico, para responder às necessidades postas nas relações entre os homens, para a produção e reprodução de sua existência, carrega o histórico e o ideológico dessas relações (...) Não há, pois, discurso neutro ou inocente, uma vez que ao produzi-lo, o sujeito o faz a partir de um lugar social, de uma perspectiva ideológica e, assim, veicula valores, crenças, visões de mundo que representam os lugares sociais que ocupa.*<sup>23</sup>

Sendo o discurso, portanto, intrinsecamente ideológico e carregado do *lugar social* de quem o produz, ele constitui-se no melhor espaço para que possamos compreender a obra literária enquanto fonte histórica: é com o discurso de nossa fonte que devemos dialogar para realizar os questionamentos que melhor atendam às necessidades historiográficas de nossa pesquisa. Conscientes disso, a seguir analisamos o discurso de nossas fontes: primeiro, o contexto ideológico que as influenciou e, posteriormente, como cada obra decodificou tal discurso. Finalmente, na conclusão do capítulo, confrontaremos as semelhanças e diferenças entre elas.

## **1.2. As Crônicas Régias e Os Lusíadas**

Pouco mais de um século e meio separa a datação do início do trabalho cronístico na Dinastia de Avis e a liberação inquisitorial para a impressão d’*Os Lusíadas*. Apesar do intervalo temporal relativamente largo, as três obras que selecionamos para nossa pesquisa – a *Crônica de D. Pedro I*, de Fernão Lopes; a *Crônica de D. Afonso IV*, de Rui de Pina; e *Os Lusíadas*, de Luís de Camões – pertencem ao mesmo panorama ideológico em Portugal: o projeto político moralizador e legitimador da Dinastia de Avis. Para compreendermos no que consistia este projeto político e quais as razões que lhe originaram, é necessário recuar nossa observação para um momento específico da História de Portugal: a Crise de 1383 – 1385.

Morto D. Fernando de Portugal, após sucessivas guerras com Castela, alianças feitas e desfeitas, casamentos que geraram animosidades diplomáticas, inflação, fome e peste, a situação era esta: sua filha, D. Beatriz de Portugal casada com D. João I de Castela, cingiria a coroa juntamente a seu marido – embora, juridicamente, os reinos

<sup>23</sup>

FLORENCIO, Ana Maria Gama. [et. al.] **Op. Cit.** p. 24 – 26.

se mantivessem separados. Até que a rainha-menina de Castela gerasse criança e esta criança alcançasse catorze anos, a regência de Portugal estaria nas mãos de D. Leonor Teles, rainha-viúva de Portugal, mãe de Beatriz e *persona non grata* no reino – a *Aleivosa* era impopular por diversos motivos e em diversas camadas da sociedade portuguesa.<sup>24</sup> Partidarismos dividiram a sociedade e, mais especificamente, a nobreza lusitana, ansiosa por um rei legítimo no trono. Após um golpe contra sua regência, Leonor Teles vê-se obrigada a fugir e os acordos com Castela vão-se junto com a fugitiva. Em seguida, um dos meios-irmãos de D. Fernando é proclamado Defensor e Regedor de Portugal.

Ora, este meio-irmão é ninguém menos que D. João, o Mestre de Avis que, posteriormente, se torna D. João I de Portugal, primeiro rei da Dinastia de Avis. As origens de D. João dificilmente o levariam ao trono em circunstâncias menos belicosas. Deixamos Armindo de Sousa nos iluminar a história dos primeiros anos de D. João.

*Era filho bastardo do rei D. Pedro e de uma senhora galega, Teresa Lourenço, da qual e de cuja família não se sabe dizer nada. Parece que o pai só o conheceu aos 6 anos, altura em que (...) o tornou Mestre de Avis (...) Ordens sacras, castidade aceite e prometida. (...) A partir dos 20 anos, muito rico e prestigiado, acotia o círculo do régio meio-irmão e sabe ser mais benquisto dele do que os filhos de Inês de Castro, todos irmãos, como é sabido. Isto até 1382, em que é preso no Castelo de Évora, temendo o pior, ou seja, a morte. É solto (...) Atribuiu o percalço a intrigas de Leonor Teles e do conde Andeiro, par adúltero (...) Mesmo depois da morte do irmão D. Fernando. Quem o visse não apostaria nele o herói. Claro que matou o Andeiro. (...)*<sup>25</sup>

Um dos pontos da virada de D. João, de religioso a cavaleiro-herdeiro, foi a morte do Conde de Andeiro: fora este o golpe que levou Leonor Teles a fugir de Lisboa e a rebelião a rebentar em Portugal. Obviamente, diversos outros motivos se fazem presentes no quadro político geral da crise, mas o impacto do assassinato do preferido da rainha-regente pôs certamente D. João sob os holofotes. Como já dissemos, a fuga de Leonor alçou o Mestre de Avis à posição de Defensor e Regedor de Portugal e, o reino, num período de interregno. Sobre o alevantamento de D. João ao trono, Armindo de Sousa continua:

<sup>24</sup> SOUSA, Armindo de. **1325 – 1480**. In: MATTOSO, José (Dir.). História de Portugal v. 2 – A Monarquia Feudal. Lisboa: Estampa, 1997. p. 414.

<sup>25</sup> **Ibid.**, p. 415 – 416.

*D. João subiu ao trono por eleição, após um interregno complicado, eleição feita nas Cortes de Coimbra de 1385. Era um entre diversos candidatos juridicamente mais sólidos: D. Beatriz, (...) D. João ou D. Dinis, filhos do rei D. Pedro e de D. Inês (...) o Parlamento por unanimidade, elegeu o Mestre de Avis. Foi uma unanimidade conseguida mais pelas ameaças de violência do fogoso condestável D. Nuno Álvares Pereira do que pelas razões do jurista João das Regras. De qualquer modo, uma unanimidade; forma útil. Útil, porque de extrema conveniência para efeitos de diplomacia internacional, na cúria do papa, designadamente. Mas, porque forçada, interinamente questionável. Como questionável foi todo o processo, a começar pela legitimidade da convocatória das cortes. (...) E, por isso também, as preocupações da nova dinastia em dar de si, no reino e fora dele, uma imagem de genuinidade impoluta, carismática e nacionalista, sancionada pelo povo, pela virtude e, acima de tudo, confirmada por Deus.<sup>26</sup>*

Temos então um quadro delineado: um bastardo muito improvável sobe ao trono de Portugal, torna-se rei, sendo que esta nova posição necessita ser firmada e a autoridade régia instaurada. O reinado de D. João I é lembrado por diversos aspectos: a vitória decisiva contra os castelhanos em Aljubarrota, no mesmo ano de sua coroação, um símbolo do portuguesismo ecoado até a contemporaneidade; a conquista de Ceuta, o início de uma sistemática exploração atlântica. D. João também procurou equilibrar as relações com a sociedade lusitana, sarando as tensões advindas da Revolução de 1383–1385. Um trabalho hercúleo que visava fortalecer o reino e, claramente, seu reinado. Funcionou. D. João I, como diz Armindo de Sousa, morre rei.<sup>27</sup> Aljubarrota o fortalece e o transforma de bastardo improvável a rei com o favor divino: canta-se Aljubarrota nas Crônicas e n’*Os Lusíadas* como ponto alto da história régia lusitana.

D. João I carrega o epíteto “o de Boa Memória”. Atribui-se este epíteto por seu reinado simbolizar grandes conquistas ao reino: independência sobre Castela, conquista de territórios no continente e no ultramar, equilíbrio político entre a realeza e as demais camadas da sociedade lusitana. Há registros e estudos sobre os maus percalços de seu reinado – a guerra prolongada, a inflação dos preços, a peste, o empobrecimento da gente – mas a imagem magnânima do rei é a que permanece na memória coletiva. Esta boa memória de D. João começou a ser construída ainda em

<sup>26</sup> SOUSA, Armindo de. 1325 – 1480. In: MATTOSO, José. (Dir.) **Op. Cit.**, p. 416. [Grifos nossos.]

<sup>27</sup> **Ibid.**, p. 419.

seu reinado, sob os fins de legitimar o rei, seus sucessores e toda a Dinastia no trono português.

A construção de memória legitimadora ao redor da entidade dinástica avisina tem fundações solidamente fincadas no que chamamos de *literatura moralizante avisina*. Ela consiste em uma série de obras literárias, de diversos tipos, que obedecem a propósitos comuns: preservar a *memória* histórica de Portugal, criar *continuidade* entre as Dinastias de Avis e de Borgonha, gerar *legitimidade* acerca da linhagem avisina. Esta necessidade, como já pudemos verificar, é procedente da origem bastarda de D. João I, que poderia gerar uma onda de dissidência por parte da nobreza, especificamente dos outros concorrentes ao trono nas Cortes de Coimbra e seus partidários. Após a morte de D. João, a necessidade não arrefece: D. Duarte alcança o trono através de sucessão hereditária e todos os seus sucessores, até o Cardeal D. Henrique, chegaram ao trono lusitano por vias jurídicas inquestionáveis. Entretanto, a atividade moralizante – sobretudo a literária e a jurídica – ocorre ao longo de toda a Dinastia.

Esta empreitada avisina para a disseminação da ideia de sua genuinidade deu origem a diversas obras literárias que exploravam a legitimidade real e a continuidade entre as dinastias de Avis e de Borgonha. Citamos como exemplos as Crônicas Régias, mencionadas por José Mattoso e escritas durante toda a Dinastia de Avis; o *Livro da Virtuosa Benfeitoria* (de Frei João Verba, com base no texto do Infante D. Pedro, do qual era confessor) datado de cerca de 1418; o *Leal Conselheiro* e o *Livro da Enseñança de Bem Cavalgar Toda Sela*, compostos por D. Duarte e impressos em 1438; a compilação de poesia medieval cortesã, *O Conselheiro Geral*, de Garcia de Resende, datado de 1512; a coleção de livros de viagens de Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, impresso ao longo da década de 1550; e finalmente, *Os Lusíadas*, de Luís Vaz de Camões, impresso pela primeira vez no ano de 1572.<sup>28</sup>

A exaltação é o elemento comum entre estas obras que exemplificamos. Elogiam Portugal e sua realeza através de diversas vias: sua história, seus reinados, sua cultura, a virtude e o costume de sua gente, sua aristocracia, a proteção do reino, sua relação com os reinos vizinhos, sua expansão em império ultramarino, entre outras. A linhagem avisina, ao produzir – por si ou por encomendas – determinadas

---

<sup>28</sup> SOUSA, Armindo de. 1325 – 1480. In: MATTOSO, José. (Dir.) *Op. Cit.*, p. 420.

obras e liberar a circulação de outras de conteúdo específico, gerou um eixo cultural temático que tinha por núcleo a exaltação da, como a chama Camões, grã genealogia lusitana.

Não se tratava apenas de produzir loas para elogiar o Portugal avisino. Mais do que isso, tratava-se de estabelecer um elo inquebrantável entre Avis e Borgonha, de gerar um laço interdinástico que fosse incontestável. A legitimidade que não se considerava que D. João possuísse no sangue foi, então, consolidada por diversas ações legitimadoras e, entre elas, pela criação de *memória* para que se pudesse reconhecer o direito avisino de reinar. Não bastava resolver juridicamente pelo alevantamento de um bastardo ao trono: esse novo rei e sua descendência necessitariam de símbolos que lhe atribuíssem poder, que a representassem.<sup>29</sup> A literatura moralizante avisina constituiu-se, desta forma, em um instrumento legitimatório, simbólico e representador da Dinastia de Avis.

Nossas fontes fazem parte deste projeto político legitimador e, dentro dele, possuem suas especificidades: as crônicas compilam narrativas de memória histórica referentes aos reinados dos reis de Portugal, seus feitos de governança, as pessoas que envolveram-se diretamente com o rei, seus antecedentes, seus filhos legítimos e bastardos, os nobres aparentados ou favorecidos, por exemplo. Já *Os Lusíadas* é uma obra épica, um poema de exaltação do reino e da realeza, um panegírico que se utiliza da memória histórica portuguesa, composto com a intenção de cantar aqueles que expandiram Portugal – terra e império, a fé cristã e aqueles que se libertam da “lei da Morte” – o esquecimento.<sup>30</sup>

Enquanto instrumentos legitimatórios inseridos no contexto da literatura moralizante avisina, as Crônicas Régias e *Os Lusíadas* carregam especificidades diferentes, ditadas por suas condições de produção, pelo contexto histórico vigente e pelas influências literárias sofridas. Enquanto as Crônicas Régias se aproximam muito do contexto de imediata necessidade de afirmação da legitimidade avisina, de criação de elos entre Borgonha e Avis; *Os Lusíadas*, composto em fins do século XVI, é uma compilação poética da história portuguesa, eventos selecionados por Luís de Camões para representar o fausto da realeza portuguesa, seus bons e maus

---

<sup>29</sup> Os conceitos de Poder Simbólico, de Pierre Bourdieu, e Representação, de Roger Chartier, aplicados ao corpo do teórico da pesquisa são discutidos detalhadamente no Capítulo II desta dissertação.

<sup>30</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 01.

momentos na governança de Portugal e, sobretudo, a maneira como o reino fora conduzido por Avis para a posição política hegemônica que alcançara com as navegações no Atlântico e o caminho marítimo para a Ásia.

Para uma melhor compreensão das peculiaridades de cada modalidade de fonte que escolhemos, lançamos um olhar crítico sobre cada uma delas para, posteriormente, confrontá-las. Nossa pesquisa compreende três fontes, uma principal e duas periféricas: a principal é *Os Lusíadas*, de Luís de Camões; as periféricas são a *Chronica del Rey D. Pedro I*,<sup>31</sup> composta por Fernão Lopes; e a *Chronica de el rey Dom Afonso o quarto do nome, e settimo dos Reys de Portugal*,<sup>32</sup> composta por Rui de Pina.<sup>33</sup> Como as Crônicas são cronologicamente anteriores a *Os Lusíadas* e servem de fonte ao poema,<sup>34</sup> direcionaremos nossa análise para essas obras e, logo depois, para a epopeia camoniana.

As Crônicas Régias que selecionamos como fonte dedicam-se a narrar os eventos ocorridos durante os reinados de D. Afonso IV e seu sucessor, D. Pedro I. Estas, como obras que estão a serviço do reino e, sobretudo, da Dinastia, possuem como assuntos principais aqueles que, à época, eram considerados determinantes para a memória de um reinado – e conseqüentemente para a memória dos reis que os protagonizaram. Caracterizam-se por relatarem eventos numa lógica narrativa fortemente cronológica, encadeando os eventos através de dois eixos: o temporal (do mais antigo ao mais recente, por exemplo, do nascimento à morte de um rei, ou de sua coroação até sua morte) e o temático (em geral, um reinado específico, ou, um conjunto de reinados sob alguma coerência dinástica, ou ainda há crônicas que tratam da vida de nobres considerados eminentes para o reino).

O gênero cronístico na literatura portuguesa não teve seu advento em Avis: há crônicas de datação bastante anterior, como nos diz Ester de Lemos:

---

<sup>31</sup> LOPES, Fernão. **Op. Cit.**

<sup>32</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**

<sup>33</sup> É preciso esclarecer que utilizamos dois outros textos cronísticos como recursos colaterais ao nosso tema: a *Cronica de D. Alfonso El Onceno de este nombre, de los Reyes que reynaron en Castilla y en Leon*, de autoria discutida e reimpressa em Madrid por Francisco Cerdá y Rico; e a *Crónica del Rey Don Pedro*, de autoria de Pero Lopez da Ayala. As crônicas castelhanas não entram no *corpus* documental de nossa pesquisa, uma vez que não atendem aos nossos critérios de análise – exaltar o reino e a realeza de Portugal e pertencer à literatura moralizante avisina.

Entretanto, estas crônicas castelhanas oferecem informações valiosas sobre eventos narrados paralelamente nas crônicas lusitanas, principalmente quando tratamos do matrimônio internobiliárquico e da Batalha do Salado.

<sup>34</sup> A influência cronística sobre a composição d' *Os Lusíadas*, será discutida mais adiante neste Capítulo I.

*Os textos mais antigos que hoje se conhecem contendo notícias relativas a Portugal ou ao que viria a ser Portugal (alguns ainda anteriores à fundação da nacionalidade) são velhos anais latinos, redigidos no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (...) esses velhos relatos cronológicos, entre os quais são de salientar os que dizem respeito à vida e feitos de D. Afonso Henriques, são os mais remotos testemunhos que possuímos de prosa histórica produzida por nós.*<sup>35</sup>

Entre os documentos de prosa histórica oriundos de Santa Cruz de Coimbra citados acima há *O Livro das Eras*, o *Livro das Lembranças* e as *Crônicas Breves*.<sup>36</sup> Segundo Armindo de Sousa, ainda podemos exemplificar a *Crônica Geral de Espanha*, de datação localizada em 1344. Eram os sinais embrionários de uma historiografia medieval que viria a se consolidar em Avis, sob Fernão Lopes. Sobre isso, diz-nos José Mattoso que “realmente, a história, enquanto género científico e literário, irrompe em força no século XV (...) O método e o estilo são encontrados. Por Fernão Lopes.”<sup>37</sup>.

Fernão Lopes é o autor de uma de nossas fontes, a *Chronica delRey D. Pedro I*, fora alto-funcionário a serviço da Dinastia de Avis. Alcançou ao longo da vida os cargos de guarda-mor da Torre do Tombo, escrivão dos livros de D. João I, escrivão dos livros de D. Duarte, escrivão da puridade do Infante D. Fernando, tabelião-geral do reino e, finalmente, cronista-mor sob ordem e encomenda de D. Duarte.<sup>38</sup> De todos estes postos de confiança ocupados por Fernão Lopes durante sua vida e ofício como homem de letras, aquele que particularmente nos interessa é o de cronista:

*(...) D. Duarte o encarregou possivelmente quando ainda Infante, em 1419, e oficialmente através de carta régia de 19 de março de 1434, de escrever a crônica de todos os reis de Portugal, incluindo seu pai, D. João I; (...)*<sup>39</sup>

Anselmo Braamcamp cita, em sua introdução à *Crônica de D. João I*, um trecho da carta régia de D. Duarte. Maria do Amparo Tavares Maleval reproduz esta citação na qual se lê que Fernão Lopes deveria “(...) poer em caronyca a estória dos Reys que antygame em Portugal forom E esso mesmo os grandes feytos e altos do

<sup>35</sup> LEMOS, Ester de. Vertentes da prosa medieval. (excerto) In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) **História e Antologia da Literatura Portuguesa – séculos XIII – XIV**. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, nº4, Dez. 1997. p. 11.

<sup>36</sup> SOUSA, Armindo de. **1325 – 1480**. In: MATTOSO, José. **Op. Cit.**, p. 454.

<sup>37</sup> **Ibid.**

<sup>38</sup> MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Op. Cit.**, p.21 – 22.

<sup>39</sup> **Ibid.**

*muy uertoso E de grãdes uertudes ElRey meu Senhor e padre cuja alma deus aja”*.<sup>40</sup> A carta exhibe claramente a intenção de compor a memória dos reis de Portugal, incluindo a de D. João I. Fernão Lopes receberia pagamento condizente à tarefa à qual fora encomendado: *Para tanto, recebia uma tença anual de 14.000 reais brancos, sendo que nesse cargo seria confirmado em 1439 por Afonso V, através da rainha regente; e em 1449 a tença ser-lhe-ia aumentada para 20.000 reais.*<sup>41</sup>

De acordo com esta citação, podemos constatar não apenas a trajetória lopeana no ofício cronístico, mas a grande importância que três reis da Dinastia de Avis deram à empreitada de escrita das Crônicas Régias, empregando um de seus mais altos funcionários em letras, aquele que tinha acesso a todos os documentos e arquivos que o reino detinha, para poder escrever as crônicas de todos os reis de Portugal, incluindo D. João I.

Entretanto, das obras que chegaram até nós, sabemos seguramente que três são de autoria de Fernão Lopes: as crônicas de D. Pedro I, D. Fernando I e D. João I – partes primeira e segunda, sendo a terceira parte a chamada *Crônica da Tomada de Ceuta*, finalizada por Gomes Eanes de Zurara.<sup>42</sup> Se a atividade cronística antes era corrente em Portugal para a preservação da memória do reino, podemos afirmar que a partir de Avis ela se tornou *institucionalizada*.

Fernão Lopes ocupou o ofício de cronista-mor do reino até idade avançada, especula-se que até cerca de setenta anos de idade. Após sua dispensa – concedida por D. Afonso V – o posto não ficou vacante, assim como a tarefa de “*poer em caronyca a estoria dos Reys que antygame em portugal foram*” também não se deixou abandonar. Gomes Eanes de Zurara o substituiu<sup>43</sup> e alguns outros o seguiram, mais uma vez demonstrando a importância do cronicado no Portugal avisino.

Dos sucessores de Fernão Lopes, aquele para quem diretamente nos interessa direcionar o olhar é Rui de Pina. Este cronista também usufruiu de valimento junto à realeza: segundo Joaquim Veríssimo Serrão, Pina fora válido e secretário do rei D.

<sup>40</sup> ANTT, *Chancelaria de D. Afonso V*. Livro 19º, fl. 22. In: FREIRE, Anselmo Braamcamp. Introdução a LOPES, Fernão. **Crônica de D. João I – Primeira parte**. Ed. do Arquivo Histórico Português, 1915. Fác-símile Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1977, p. V – XLIV. Apud: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>41</sup> MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Op. Cit.*, p. 22.

<sup>42</sup> Há discussão sobre outras que teriam sido, de certa forma, absorvidas pela atividade de outros cronistas – como a *Crônica de Afonso IV*, de qual conhecemos a versão de Rui de Pina, mas que se discute que a autoria de fato teria sido de Fernão Lopes. Para mais, ver: MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Op. Cit.*, p. 48.

<sup>43</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *Op. Cit.*, p. 9.

João II quando este ainda era Infante. A pedido do rei, exercera o ofício do cronicado de forma particular e, à morte de D. João, seu sucessor D. Manuel I lhe concedeu licença para exercer oficialmente a atividade cronística. Compôs a *Crônica de Afonso V* e a *Crônica de D. Duarte*. Após concluir estes trabalhos, dedicou-se às crônicas dos primeiros reis, de Afonso Henriques a Afonso IV. Deixou ainda em vida o material necessário para que, futuramente, se compusesse a Crônica de D. Manuel, além de outros escritos sobre a expansão marítima.<sup>44</sup> As acusações sobre a existência de “manifesta usurpação da obra alheia”<sup>45</sup> que recaem sobre o trabalho de Rui de Pina, ou seus méritos enquanto cronista e historiador, não serão discutidas nesta pesquisa, sob o risco de desviarmo-nos de nosso assunto nuclear. O que nos interessa destacar, a partir da observação da sucessiva ocupação do cargo de cronista, é que a atividade cronística no Portugal avisino fora intensa e ininterrupta, iniciando-se em Fernão Lopes e ultrapassando Rui de Pina, que trabalhou sob D. João II, D. Manuel I e chegando a Damião de Góis, até a segunda metade do século XVI.

É importante observarmos que, mesmo após a consolidação dinástica avisina no trono, a literatura moralizante não perdeu espaço: ao inverso, intensificou-se. Para um exemplo prático, basta que lancemos um olhar para a cronologia de trabalho de Rui de Pina: dedicou-se às crônicas de D. Afonso V e D. Duarte para, após isto, concentrar-se nas crônicas dos primeiros reis de Portugal. Sendo Rui de Pina um plagiador de Fernão Lopes ou não, este empenho às origens da realeza avisina indica uma preocupação, uma atenção especial a este tema. Mesmo que a necessidade de legitimação tenha cedido, após tantos reinados de Avis, o impulso em direção à representação da imagem de continuidade é detectável ao longo da vigência da linhagem ao trono.

A necessidade de representação avisina também encontra resposta na obra de Luís de Camões, ainda que suas condições de produção sejam diferentes das Crônicas Régias. Não há indicação, por exemplo, que tenha sido uma obra encomendada ao poeta, como D. Duarte encomendara a escrita das crônicas a Fernão Lopes. Ao que tudo nos indica, Camões escreveu a obra por iniciativa própria, durante o serviço militar na Ásia. Entretanto, segundo António José Saraiva e Oscar Lopes, a ideia

---

<sup>44</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Op. Cit.**, p. 53 – 54.

<sup>45</sup> **Ibid.**, p. 56.

humanista de escrever um poema nos moldes d’*A Eneida* de Virgílio já corria na corte lusitana há pelo menos um século:

*A ideia de realizar um poema heroico sobre a expansão portuguesa manifesta-se já desde o século XV, dentro e fora de Portugal. O humanista italiano Ângelo Policiano ofereceu-se a D. João II para cantar em verso latino os seus feitos, e Luís Vives exaltou os Descobrimentos numa dedicatória a D. João III. No prólogo do Cancioneiro Geral, Garcia de Resende lamenta que os feitos dos Portugueses não estejam dignamente cantados, António Ferreira, apesar da sua aversão – várias vezes manifesta – pela vida guerreira e marítima, encorajou mais de um confrade a escrever a epopeia, e ele mesmo ensaiou o estilo heroico em mais de uma ode e nos Epitáfios de vários personagens históricos, como D. Afonso Henriques, D. Dinis, D. João I, regente D. Pedro. Este projecto dos Humanistas relaciona-se com a ambição de ressuscitar um dos mais nobres gêneros greco-romanos. As viagens dos Portugueses prestavam-se a uma comparação emuladora com as de Ulisses, dos Argonautas e de Eneias, assim como seus feitos guerreiros com os dos Gregos e Troianos.*<sup>46</sup>

As tentativas de compilar os feitos régios e a história lusitana em um poema épico já existiam à época da composição d’*Os Lusíadas*. Entretanto, as ambições anteriores separavam-se entre a história do reino português e a história dos feitos e, principalmente, da expansão marítima. Segundo Hernâni Cidade – ao concordar com o camoniano erudito Professor Fidelino de Figueiredo – o contexto de escrita d’*Os Lusíadas*, e as prévias tentativas de se realizar uma obra lusa de cunho épico, colaboraram com a composição camoniana através da criação de um *mito* a ser *glosado*, que “o clima histórico e cultural de Quinhentos constitui a razão suficientemente explicativa d’*Os Lusíadas* (...) isso não obsta a que Fidelino se mantenha fiel à concepção do mito como condição de epopeia.”<sup>47</sup> Ou seja: para Hernani Cidade e Fidelino de Figueiredo, *Os Lusíadas* “é a glosa de um mito, a coroação individual, pelo poder de expressão, da obra colectiva.”<sup>48</sup>

É através desta perspectiva que podemos compreender que o poema de Camões une as duas iniciativas – de cantar em uma única obra os feitos dos reis ancestrais e os feitos avisinios, ligando a história das dinastias e gerando uma memória histórica única. O eixo principal da narrativa d’*Os Lusíadas* é a viagem de

<sup>46</sup> SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. Luís de Camões. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) **História e Antologia da Literatura Portuguesa – século XVI**. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, n°16, Mar. 2000. p. 11.

<sup>47</sup> CIDADE, Hernani. **Luís de Camões – O Épico**. Lisboa: Presença, 1995. p. 15.

<sup>48</sup> **Ibid.**

Vasco da Gama às Índias através do caminho atlântico, um trajeto que o próprio Camões fez e foi o gatilho inspirador para a escrita do poema – durante esta mesma viagem. *Os Lusíadas*, podemos afirmar, é a expressão individual do mito exaltador português, alcançado através de feitos do povo português – especificamente da realeza, da nobreza e demais figuras públicas – ao longo da história do reino.

Dentro desta narrativa, há outras duas, realizadas em *mise en abyme* dentro da narrativa de Vasco da Gama: a primeira é a história do reino de Portugal, do primeiro rei até a navegação de 1498, narrada pelo próprio Vasco da Gama a um rei asiático que deseja conhecer a história do reino dos viajantes. A segunda é a história *a frente* do reino de Portugal, de 1498 ao contexto de Camões e dos reinados que estavam ao porvir de Vasco da Gama, narrada ao navegador por Vênus. Nesta espreita ao futuro detecta-se um recurso do poeta para levar sua obra até o rei ao qual a oferece, D. Sebastião.

Em uma obra do vulto d’*Os Lusíadas*, que conta com uma extensa variedade de assuntos, de recursos literários e de conhecimentos acerca das ciências mais recentes à época de sua composição, faz sentido que Camões tenha revestido seu poema de influências vindas de diversas fontes e de diversos saberes. Para a parcela historiográfica do épico camoniano, Américo da Costa Ramalho, em prefácio para a obra *Fontes dos Lusíadas* – de José Maria Rodrigues, menciona que as Crônicas são utilizadas como fontes para *Os Lusíadas*:

(...) cinco historiadores, pela ordem dos capítulos, Duarte Galvão, Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Rui de Pina e Fernão Lopes (...) Os cronistas e historiadores são usados como fontes históricas e como informadores do vocabulário, semântica e sintaxe (...)<sup>49</sup>

É importante compreender o significado dessa ligação entre *Os Lusíadas* e as Crônicas Régias: saber que os textos cronísticos têm influência no poema camoniano é ter o conhecimento que existe uma continuidade de discurso entre essas obras, uma estabilidade ideológica que é verificável no corpo do poema. Não é surpreendente, porém, que Camões tenha bebido das fontes cronísticas para escrever a parcela historiográfica de seu épico, “pois era aí que no tempo de Camões se encontrava a

---

<sup>49</sup> RAMALHO, Américo da Costa. Prefácio da 2ª edição. In: RODRIGUES, José Maria. **Fontes dos Lusíadas**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979, p. VIII.

história oficial, como hoje diríamos, de todos esses reinados.”<sup>50</sup> Quando Camões se utiliza dessa produção cronística ocorre, como pudemos observar no livro de Ana Maria Gama Florêncio, um diálogo entre os discursos, uma reapropriação, uma reinterpretação do discurso cronístico por Camões, reproduzindo a experiência das crônicas e produzindo novas experiências ideológicas e de memória histórica através desse diálogo entre estes discursos.<sup>51</sup> Ao utilizar-se das Crônicas Régias como fonte, Camões não apenas se vale dos fatos históricos ali narrados, mas introduz um novo olhar e imprime um novo sentido interpretativo quando os aplica em sua narrativa.

Esta narrativa camonianiana, no entanto, precisava da aprovação régia para circular, uma vez que, ao contrário das crônicas, fora composta por iniciativa particular de Camões. O poeta realiza, logo no início do poema, um ofertório de sua obra a D. Sebastião, um distinto elogio no qual ele dedica o poema ao rei e à Dinastia.<sup>52</sup> O ofertório, ao que tudo nos indica, deu resultado: *Os Lusíadas* foi autorizado, através de carta régia de setembro de 1571, para impressão de sua primeira edição em 1572, apenas após o manuscrito ter sido revisado e liberado pela Santa Inquisição. Tendo em vista isto, lancemos primeiramente um olhar à liberação inquisitorial e, posteriormente, o alvará régio. O parecer do Frei Bartolomeu Ferreira esclarece-nos as condições de liberação do poema:

*VI por mandado da santa & geral Inquisição estes dez Cantos dos Lusíadas de Luis de Camões, dos valerosos feitos em armas que os portuguezes fizeraõ em Asia, & Europa, & não achey nelles cousa alguma escandalosa, nem contraria â fe & boons costumes, somente me pareceo que era necessario aduertir os Lectores que o Autor pera encarecer a difficultade da nauegação & entrada dos Portuguezes na India, vsa de uuma fição dos Deoses dos Gentios. E ainda que Sancto Augustinho nas suas Retractações se retracte de ter chamado nos livros que compos de Ordine aas Musas Deosas Toda via como isto he Poesia, & fingimento, & o Autor como poeta não pretenda mais que ornar o estilo Poetico, não tiuemos por inconueniente yr esta fabula dos Deoses na obra, conhecendoa por tal, & ficando sempre salva a verdade de nossa sancta fe, que todos os Deoses dos Geentios são Demonios. E por isso me pareceo o liuro digno de se imprimir, & o Autor mostra nelle muito engenho, & muita erudição nas sciencias humanas. Em fe do qual assiney aqui. Frey Bertholameu Ferreira.*<sup>53</sup>

<sup>50</sup> RODRIGUES, José Maria. **Fontes dos Lusíadas**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979, p. 85.

<sup>51</sup> FLORENCIO, Ana Maria Gama. [et al] **Op. Cit.**, p. 25 – 27.

<sup>52</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 2 – 2v.

<sup>53</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. II.

É possível observar na liberação da Inquisição que, salvo a presença de personagens dos “Deoses dos Gentios” – ou seja, divindades pagãs romanas – não há qualquer percalço para que Camões publique sua obra. Não se trata apenas de ler o que o texto da liberação inquisitorial nos diz, também é questão de lermos aquilo que o texto não diz: não há nenhuma blasfêmia no poema, ou qualquer coisa que contrarie a Igreja em sua narrativa. *Os Lusíadas* é uma obra que não apenas satisfaz as necessidades leigas, mas também não traz ao reino problemas relacionados à religião. O alvará régio é fornecido após, segundo podemos acompanhar no texto, a expedição da liberação inquisitorial e diz o seguinte:

*EV el Rey faço saber aos que este Aluara virem que eu ey por bem & me praz dar licença a Luis de Camões pera que possa fazer imprimir, nesta cidade de Lisboa, huuma obra em Octaua rima chamada Os Lusíadas que contem dez cantos perfeitos, na qual per ordem poetica em versos se declaraõ os principaes feitos dos Portugueses nas partes da India depois que se descobre a nauegação pera ellas por maandado del Rey dom Manoel, meu viauo, que sancta gloria aja, (...)*<sup>54</sup>

Após este trecho, D. Sebastião deixa claras as condições de publicação e distribuição d’*Os Lusíadas*, bem como o tempo do privilégio cedido a Camões pelo serviço do poema. Podemos verificar, portanto, que o discurso do épico atende às novas necessidades políticas do Portugal de Quinhentos: o reino tornara-se um império, de tentáculos estendidos por África, Ásia e América. Portugal ultrapassara a si mesmo e necessitava de testemunhos de sua expansão, iniciada e consolidada por Avis. A necessidade, portanto, não era de uma legitimação através da literatura moralizante, mas utilizá-la para a criação e a consolidação de uma memória que ligasse a expansão marítima ao sucesso da dinastia.

Quando analisamos o quadro da literatura moralizante avisina que delineamos, desde o cronista Fernão Lopes até o poeta Luís de Camões, podemos verificar que a questão central que dá ânimo a este projeto político é a necessidade de criação de *memória*. Baseando-se em legitimidade, continuidade e fortalecimento do mito português de heroísmo, de aventura no desconhecido, de combate ao Outro – os mouros – de defesa e propagação da fé cristã e da honra ante aos reinos vizinhos; podemos afirmar que as Crônicas Régias e *Os Lusíadas* são obras limítrofes entre a Literatura e a História, encaixando-se no projeto político avisino a partir de premissas

54

**Ibid.**, p. I.

diferentes, mas conteúdos muito semelhantes no tocante à conservação da memória lusitana.

As Crônicas Régias são obras que se propõem ao intuito de preservação da memória do reino e dos feitos dos reis, produzidas por iniciativa e ordem da realeza sob esta premissa e dentro de um propósito político. Compostas ao longo de todo o período dinástico avisino, constituem um instrumento de disseminação e fundamentação da ideia do direito ao trono e do poder régio de Avis. É a partir da escrita sistemática e oficializada das crônicas que se considera iniciada a atividade historiográfica no Portugal tardomedieval. Todavia, é preciso atentar que não podemos compreender “historiografia” como hoje se define este conceito. A cronística lusa dedica-se a compilar fatos e eventos ocorridos sob a vigência de um determinado domínio real, cronologicamente, acriticamente. É uma narração descritiva que preserva literariamente a memória histórica dos reis e seus reinados. Uma historiografia embrionária que tem profundas raízes literárias.

*Os Lusíadas* vai ao encontro da situação avessa: a epopeia fora feita de acordo com o tipo de obra literária que já se produzia em sua época, em estilo e lírica, poesia renascentista que já existia em curso no Portugal de Quinhentos, simultaneamente à literatura medieval que também ainda circulava no reino. Podemos observar que neste ambiente das letras quinhentistas em Portugal existia o ímpeto da escrita de uma obra que expressasse a história da expansão portuguesa ou a história do reino português em síntese literária, uma obra heróica que satisfizesse esta necessidade. Ao unir estas duas prerrogativas ao gênero épico da poesia, ao tom de Virgílio e de Homero antes dele, Camões eleva o elogio ao patamar da exaltação, cantando os feitos lusitanos da mesma maneira que se cantaram um dia os feitos de semideuses e deuses olímpicos, realizando, literariamente, uma compilação da memória histórica portuguesa, satisfazendo a necessidade avisina de disseminação de seu poderio legítimo, que teria elevado Portugal à hegemonia na Europa.

Ao afirmarmos que as crônicas e *Os Lusíadas* são obras limítrofes, queremos expressar que nelas a História e a Literatura estão em diálogo constante e que não se pode dissociá-las ao analisarmos estas obras. É preciso que nas próximas páginas tenhamos uma postura que se alinhe a esta característica tão peculiar: se não podemos dissociar nelas a História e a Literatura, necessitamos então saber diferenciá-las

dentro do discurso e, assim, dialogar em conjunto com as fontes e as disciplinas, em busca das respostas para nossos questionamentos.

Desta forma, detentores do conhecimento da abordagem das fontes literárias e das peculiaridades que apresentam nossas fontes, seguiremos para o aprofundamento da análise de como estas obras serviam à Dinastia de Avis e alinhavam-se a este projeto político, estabelecendo a discussão epistemológica à luz do conceito de Representação, como concebido por Roger Chartier; e do conceito de Poder Simbólico, formulado por Pierre Bourdieu. Além disso, também analisaremos como estes conceitos se aplicam, especificamente, no excerto d'*Os Lusíadas* que é nossa fonte principal.

## CAPÍTULO II

### Poder Simbólico & Representação

*Mandas me, o Rei, que conte declarando, / De minha gente a grão genealogia  
Não me manda contar estranha historia: / Mas mandas me louvar dos meus a gloria.*

*– Os Lusíadas, Canto III, Estrofe III*

No Capítulo II da presente dissertação, analisaremos o discurso de nossa fonte de acordo com os conceitos de Poder Simbólico e Representação – formulados, respectivamente, por Pierre Bourdieu e por Roger Chartier. Num primeiro momento, analisaremos de que maneira *Os Lusíadas*, enquanto obra alinhada à literatura moralizante avisina, é um instrumento de poder simbólico dinástico. Em seguida, indagamos como as personagens D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro são elementos de representação das dinâmicas políticas ibéricas que instrumentalizavam a mulher no período tardomedieval. Por último, observaremos de que maneira a aplicação de tais conceitos à fonte nos possibilita a análise da composição d’*Os Lusíadas* no contexto avisino de criação da memória de Portugal.

#### **2.1. Poder Simbólico: Os Lusíadas na Literatura Moralizante Avisina**

As características definidoras das obras de literatura moralizante avisina são a *construção de memória* sobre a história de Portugal, o *estabelecimento de continuidade* entre as dinastias de Borgonha e Avis e a *exaltação da legitimidade* da realeza portuguesa. Tais atributos não são apenas um conjunto de peculiaridades de um gênero literário, mas também são instrumentos do exercício sistemático do poder<sup>55</sup> em prol da articulação política da Dinastia de Avis. Contudo, o conceito de poder por si só é por demais abrangente para definir com maior precisão a dinâmica empregada na literatura moralizante avisina. Desta forma, é através do conceito de *poder simbólico* que poderemos realizar uma análise fidedigna à execução desta modalidade de poder. Formulado por Pierre Bourdieu, este conceito tem por premissa que as camadas dominantes das sociedades valem-se da utilização de estruturas

---

<sup>55</sup> Concebemos o conceito de poder – assim, em expressão única – tal como concebido por Michel Foucault e por ele versado em diversas de suas obras: emanado de um indivíduo, de um grupo, de uma instituição e empregado no subjugo dos demais, sejam estes súditos, subordinados e quaisquer aqueles que lhes sejam hierarquicamente inferiores. Para mais, ver: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Michel Foucault e a teoria do poder. **Tempo Social**; Revista de Sociologia da USP, São Paulo, n.7, v.1, Out. 1995, p. 105 – 110.

sociais; ou, da maneira que o autor especifica, *sistemas simbólicos* – como a arte, o mito, a religião, a legislação, a comunicação, entre outros – para servir ao intuito de inculcar ideologicamente conhecimentos, ideias, atitudes e filosofias que lhes sejam vantajosas na manutenção de sua dominação e posição social superior. Bourdieu explica-nos então que o exercício do poder simbólico por uma camada dominante da sociedade é realizado por intermédio de *violência simbólica*, ou seja, a imposição dos símbolos<sup>56</sup> ideologicamente impregnados à sociedade. Sobre a dinâmica do poder simbólico numa sociedade, Bourdieu afirma:

*O poder simbólico como poder de construir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou económica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. Isto significa que o poder simbólico não reside nos “sistemas simbólicos” em forma de uma “illocutionary force”, mas que se define numa relação determinada – e por meio desta – entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, quer dizer, isto é, na própria estrutura do campo em que se produz e se reproduz a crença. O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.<sup>57</sup>*

Bourdieu afirma que o conceito de poder simbólico depende do reconhecimento do instrumento através do qual seu exercício se impõe – não do artifício de manipulação do poder simbólico em si – pela sociedade na qual ele é imposto. Ainda podemos observar que, a intenção de se utilizar de um artifício que simbolizaria poder sem que este seja imposto socialmente através de violência simbólica não basta: este instrumento precisa circular e a ideologia nele contida deverá ser recepcionada de maneira não forçosa para que este seja compreendido como um ato de exercício de poder simbólico.

A literatura moralizante avisina é um dos instrumentos de imposição de poder simbólico na sociedade lusitana durante toda a vigência da linhagem de Avis no trono de Portugal, e subdividindo-se em diversas obras que tem por atributos comuns as

<sup>56</sup> Compreendemos serem os *símbolos*, no mesmo raciocínio de Bourdieu, “os instrumentos por excelência da integração social: enquanto instrumentos de conhecimento e comunicação (...) eles tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social (...)” Para mais, ver: BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989, p. 10.

<sup>57</sup> BOURDIEU, Pierre. **Op. Cit.**, p.14.

três características particulares a este gênero: estabelecimento de continuidade, exaltação de legitimidade, e construção de memória. Estas três características ultrapassam as barreiras temporal e temática das obras da literatura moralizante avisina. Por exemplo, ainda que as *Crônicas Régias* e *Os Lusíadas* tenham propostas narrativas diferentes – enquanto as primeiras dedicam-se ao registro histórico, nos padrões tardomedievais, dos diversos reinados portugueses, modelo bastante comum na Península Ibérica; a última realiza uma exaltação épica baseada na história do reino de Portugal e segundo um modelo renascentista há muito almejado no âmbito cultural lusitano da época de sua produção<sup>58</sup> – estas obras obedecem à lógica da corrente de publicações da literatura moralizante avisina e podemos identificar isto através da presença das três características-chave mencionadas.

O alinhamento do discurso político d’*Os Lusíadas* com a tendência ideológica da literatura moralizante avisina dos finais do século XVI – exaltar Portugal, seus reis e seu império ultramarino – é discernível por toda a extensão do poema, até mesmo nos trechos nos quais a tônica ficcional-mitológica é mais forte<sup>59</sup>. Contudo, reservaremos nossa análise quase que majoritariamente às estrofes XCVIII a CXXXVII do Canto III d’*Os Lusíadas*, trecho que compõe nossa principal fonte histórica, com incursões em outros trechos da obra a guisa de contextualização do período de produção do poema, especificamente da associação do discurso do épico aos moldes do reino de Portugal contemporâneo a Camões.

### 2.1.1. O Poder Simbólico no ofertório camoniano a D. Sebastião.

Para compreender os matizes do Poder Simbólico n’*Os Lusíadas*, é preciso acessar inicialmente o trecho no qual Camões primeiro explora o tema político em

<sup>58</sup> SARAIVA, António José; LOPES, Oscar. *Luís de Camões*. In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) **História e Antologia da Literatura Portuguesa – século XVI**. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, n°16, Mar. 2000. p. 11.

<sup>59</sup> Um bom exemplo de exaltação camoniana em um momento ficcional-mitológico d’*Os Lusíadas* são as estrofes XXIV e XXV do Canto I. Neste momento da narrativa, Camões canta o Concílio dos Deuses do Olimpo. O assunto de tal reunião são os portugueses e se estes Deuses permitirão que Vasco da Gama e os seus companheiros completem a viagem que intencionam realizar, uma vez que os lusitanos já se esqueceram das grandes civilizações da humanidade e já possuíam grande favor divino contra o mouro e o castelhano: “*Eternos moradores do luzente / Estelífero polo & claro assento / Se do grande valor da forte gente, / De Luso, não perdeis o pensamento, Deueis de ter sabido claramente / Como he dos fados grandes certo intento / Que por ella sesqueção os humanos, / De Assirios, Persas, Gregos & Romanos. // Ia lhe foy (bem o vistes) concedido / Cum poder tam singelo & tam pequeno / Tomar ao Mouro forte e guarneçido, / Toda a terra que rega o Tejo ameno: / Pois contra o Castelhano tam temido / Sempre alcançou fauor do Ceo sereno / Assi que sempre em fim com fama & gloria, / Teue os tropheos pendentes da victoria.*” Ver: CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 05.

seu épico, o que ocorre já no início do poema, durante o ofertório do poeta a D. Sebastião. É durante a análise do ofertório que podemos acompanhar o tom politicamente exaltador que atravessa todo o discurso camoniano. É possível observar que Camões condensa os temas de que se propõe a tratar – encontrados nas estrofes I e II do poema – no ofertório que faz ao rei, enredando sua figura dentro da proposta de versar sobre os edificadores do novo reino, os reis que dilataram a fé e o império, que conquistaram territórios na África e na Ásia e aqueles que se livram do esquecimento através de obras valorosas.

*E vos ò bem nascida segurança  
Da Lusitana antigua liberdade,  
E não menos certissima esperança,  
De aumento da pequena Christandade:  
Vos o nouo temor da Maura lança,  
Marauilha fatal da nossa idade:  
Dada ao mundo por Deos que todo o mande,  
Pera do mundo a Deos dar parte grande.*

*Vos tenro, & nouo ramo florecente,  
De huuma aruore de Christo mais amada,  
Que nenhuma nascida no Occidente,  
Cesarea, ou Christianissima chamada:  
Vedeo no vosso escudo, que presente  
Vos amosta a victoria ja passada.  
Na qual vos deu por armas, & deixou  
As que elle pera si na Cruz tomou.<sup>60</sup>*

A segurança da independência de Portugal e a legitimação através da unção divina são os enfoques camonianos nas duas primeiras estrofes do ofertório a D. Sebastião. Atentemos para o fato da aliança entre dois sistemas simbólicos num único instrumento de exercício do poder simbólico – a religião dentro da literatura. Ao legitimar não só a figura de D. Sebastião, mas toda a sua ascendência – ao utilizar-se da alegoria da “aruore de Christo mais amada”, Camões faz a primeira evocação à ancestralidade do rei, denotando que o seu poder vem da antiguidade do domínio que Deus lhes atribuiu.

O primeiro enfoque deve-se às circunstâncias sob as quais D. Sebastião se torna herdeiro do trono e, posteriormente, rei. Ele era neto de D. João III e filho do infante D. João Manuel, único herdeiro do trono português. Ocorre que o pai de D. Sebastião falece em 1554, enquanto sua mãe estava em avançado estado de gravidez, o que punha a política portuguesa em sobressalto: a continuidade da Dinastia de Avis

<sup>60</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p.02.

repousava no sucesso do nascimento do bebê, filho único do infante. Um agravante da situação era o contrato matrimonial da falecida tia de D. Sebastião, D. Maria Manuela: esta infanta fora casada com D. Filipe II de Espanha: caso o reino de Portugal quedasse sem herdeiros para ocupar o trono, este seria transferido ao filho de D. Maria Manuela com D. Filipe, D. Carlos, caracterizando uma posterior união de coroas entre Portugal e Espanha, uma ideia rechaçada durante séculos no lado lusitano da península.<sup>61</sup>

D. Sebastião, então cognominado *O Desejado*, nasce 18 dias após a morte de seu pai e, apenas 3 anos depois, transforma-se em rei de Portugal após a morte do avô – atendido pela regência de sua avó, a rainha-viúva D. Catarina, e de seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique.<sup>62</sup> O nascimento saudável de D. Sebastião assegura a continuidade e a legitimidade da Dinastia de Avis, assim como a “lusitana antiga liberdade.” Nas primeiras estrofes do ofertório, Camões atribui as circunstâncias de nascimento e crescimento de D. Sebastião como uma “marauilha” “dada ao mundo por Deos”, ou seja, um sinal de que o poder de Portugal estava sob o abrigo das graças divinas. É a partir destes versos de ofertório que Camões começa a estabelecer uma narrativa que, analisada à luz do conceito de Poder Simbólico, é construída em torno do tópico de um progressivo empoderamento da figura de D. Sebastião e de seu reinado enquanto um rei avisino.

Após a introdução do personagem de D. Sebastião, Camões parte para o segundo enfoque: a vontade e a aprovação do Deus cristão para o reinado de D. Sebastião. A bênção de Deus é o fator definidor do discurso acerca do poder régio descendente<sup>63</sup> – dos céus para a terra, e para o trono – e Camões imediatamente o atribui ao rei. O discurso camoniano nestas estrofes exalta a figura de D. Sebastião como um rei cristão, defensor da fé, e semeador da crença em Jesus. Estes atributos religiosos à figura do rei conferem deferência e poder a sua imagem, uma vez que aliam D. Sebastião a Cristo – e a religião é um dos sistemas simbólicos identificados por Bourdieu que possibilitam o exercício do poder simbólico. O discurso camoniano no início do ofertório é claro: D. Sebastião é um ramo da “aruore de Christo” e a imagem bíblica da árvore é, tradicionalmente, associada àquela do próprio Cristo. Ou

<sup>61</sup> OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **História de Portugal. Volume I – Das origens às revoluções liberais**. Lisboa: Ágora, 1972, p. 420 – 421.

<sup>62</sup> **Ibid.**, p. 420.

<sup>63</sup> Trataremos do conceito de poder régio e sua influência n’*Os Lusíadas* no Capítulo V desta dissertação.

seja, D. Sebastião *faz parte* de Cristo, do corpo do Messias que se estende e abarca os reinos que existem em terra, o espaço terreno que deve ser preservado, assim como aqueles cristãos que nele habitam e que precisam ser guiados no caminho da retidão para o reino dos céus.<sup>64</sup> A associação das figuras do rei e do messias é uma imposição simbólica: a partir da associação das imagens de Cristo e D. Sebastião, impondo a ideologia do carácter divino do poder régio e assegurando a positividade à imagem do rei de Portugal. Em seguida, Camões continua seu ofertório e passa a tratar de temas mais mundanos:

*Vos poderoso Rei, cujo alto Imperio,  
O Sol logo em nascendo ve primeiro:  
Veo tambem no meio do Hemispherio,  
E quando deca o deixa derradeiro.  
Vos que esperamos jugo & vitupério,  
Do torpe Ismaelita caualleiro:  
Do Turco Oriental, & do Gentio,  
Que inda bebe o licor do sancto Rio.*

*Inclinay por um pouco a magestade  
Que nesse tenro gesto vos contemplo,  
Que ja se mostra, qual na inteira idade,  
Quando sobindo yreis ao eterno templo,  
Os olhos da real benignidade  
Ponde no chão, vereis hum nouo exemplo,  
De amor, dos pátrios feitos valerosos,  
Em versos deuulgado numerosos.*

*Vereis amor da patria, não mouido  
De premio vil: mas alto, & quasi eterno  
Que nam he premio vil, ser conhecido  
Por hum pregão do ninho meu paterno.  
Ouui vereis o nome engrandecido  
Daqueles de quem sois senhor supremo,  
E julgareis qual he mais excelente,  
Se ser do mundo Rei, se de tal gente;*<sup>65</sup>

Nestas estrofes VIII e IX do poema, Camões alude ao tamanho e ao poder do imenso império de colónias e entrepostos ultramarinos sob o governo de D. Sebastião através de uma alusão ao caminho que faz o sol no céu, vigiando o império lusitano: nasce no Oriente e vê a porção asiática ao leste – o primeiro contato com o Japão, o litoral da China, as áreas dominadas na Índia e os demais territórios no Índico; chega ao meio-dia – posição central – e vê Portugal; põe-se no Ocidente e vê o litoral

<sup>64</sup> FRYE, Northrop. **Código dos Códigos – A Bíblia na Literatura**. São Paulo: Boitempo, 2004, p. 184.

<sup>65</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p.02 – 02v.

africano e o Brasil, numa demonstração panorâmica e exaltadora do poder e da riqueza que estavam sob o controle do rei de Portugal. D. Sebastião é cantado por Camões neste momento do poema como um rei abençoado por Deus e detentor de um império tão poderoso que demora toda uma volta no céu para que o sol o ilumine por completo. Politicamente, esta exibição denota a proeminência de Portugal no cenário das Grandes Navegações que, à altura da escrita do poema, já não era um privilégio apenas lusitano, mas transformara-se numa corrida entre reinos por riquezas e território. Os portugueses podiam não ser mais os únicos, como na época do Gama, a navegar pelo Índico, mas Camões expõe que ainda detinham punho cerrado ao redor de seus domínios ultramarinos.

Também na estrofe VIII, Camões repete o tema do inimigo mouro – já o mencionara na estrofe VI e tornaria a tocar no tema do conflito entre cristãos e mouros muitas vezes mais ao longo do poema, especialmente no Canto III – e evoca o rei ao combate contra o “torpe ismaelita”, o “turco oriental” e o “gentio”, expondo o poder bélico implícito ao trono de D. Sebastião, necessário para que se mantenha o vasto império sob controle português.

Enfim, Camões, na estrofe IX, chama o rei a acompanhar os *exemplos* – palavra extremamente importante para nossas futuras análises, retomaremos-la mais à frente – de feitos de amor, dos pátrios feitos valerosos. D. Sebastião é convidado a “olhar para baixo”, onde se encontra o poeta humilde, para ouvi-lo cantar os numerosos feitos exemplares de seus antepassados. Camões lista, em seguida, alguns daqueles que cantará – cita Nuno Álvares, Egas Moniz, o Gama, Afonso Henriques, os Castros, Albuquerque, e os Pachecos; que não temeram a morte, entre outros – e finaliza o seu ofertório com as seguintes estrofes:

*E em quanto eu estes canto, & a vos nam posso  
 Sublime Rei, que nam me atreuo a tanto,  
 Tomay as rédeas vos do Reino vosso,  
 Dareis materia a nunca ouuido canto:  
 Comecem a sentir o peso grosso,  
 (Que polo mundo todo faça espanto)  
 De exercitos, & feitos singulares,  
 De Affrica as terras, & do Oriente os mares  
 (...)  
 Em vos se vem da Olimpica morada,  
 Dos dous auôs, as almas ca famosas,  
 Huuma na paz Angelica dourada,  
 Outra polas batalhas sanguinosas:  
 Em vos esperão, verse renouada*

*Sua memoria, & obras valerosas.  
E la vos tem lugar no fim da idade,  
No templo da suprema eternidade.*

*Mas em quanto este tempo passa lento  
De regerdes os pouos, que o desejo:  
Day vos fauor ao nouo atrevimento,  
Pera que estes meus versos vossos sejam  
E vereis ir cortando o salso argento:  
Os vossos Argonautas, porque vejão,  
Que sam vistos de vos no mar yrado,  
E costumaiuos já a ser inuocado.<sup>66</sup>*

Nas últimas estrofes do ofertório, Camões versa em humildade: na estrofe XV, diz que não se arrisca a cantar as obras de D. Sebastião, mas implora que ele “tome as rédeas” de Portugal e lhe dê feitos singulares para celebrar, seja com a derrota dos mouros norte-africanos, seja com a expansão de suas navegações no mar oriental. Camões afirma, na estrofe XVII, que D. Sebastião possui poder para realizar obras maiores que as de seus antepassados, pois os traz consigo e todas as suas bem-sucedidas ou malfadadas experiências. Finalmente, na estrofe XVIII, o poeta pede para que o rei lhe autorize a cantar, pede o “favor ao novo atrevimento” – ou seja, o poema em si – para que D. Sebastião guarde na memória a lembrança dos antepassados, para que tenha exemplos de seus ascendentes a seguir, e para que viceje no trono para ser posteriormente (e postumamente) lembrado no “templo da suprema eternidade”, onde seus avós – aí citados, D. João III de Portugal e D. Carlos V de Espanha – estão lhe esperando.

A proposta camoniana no ofertório a D. Sebastião é apresentar, não apenas o poema ao rei, mas também apresentar o rei – seus domínios, sua ancestralidade, sua riqueza e sua soberania – através de uma exposição narrativa de poder. O discurso da dedicatória feita por Camões ao rei de Portugal é um dos mais incisivos exemplos de poder simbólico na literatura moralizante avisina. Das estrofes VI a XVIII d'*Os Lusíadas*, Camões dedica-se pela primeira vez aos três pilares da política de imposição de poder simbólico da Dinastia de Avis: construção de memória, estabelecimento de continuidade, e a exaltação da legitimidade avisina. O poeta sustenta estes pilares através de instrumentos diversos, como a invocação aos antepassados, as alusões às conquistas de Portugal na Europa e alhures, atribuição ao rei a missão de manter e expandir os territórios; através da ligação da figura de D.

<sup>66</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p.03v – 04.

Sebastião a imagem de Cristo, à bênção de Deus; e à atribuição da preservação da independência de Portugal ao seu nascimento e precoce reinado.

O discurso de Camões dentro da lógica da literatura moralizante avisina não se restringe a tratar apenas de D. Sebastião – que o poeta canta mesmo ao declarar que não o cantará. Luís de Camões prevê no início do poema e anuncia ao rei que tratará de seus antepassados, os reis que construíram Portugal. Eis o cerne da questão legitimatória, memorialista e continuísta da literatura moralizante avisina: Camões inclui todos os reis portugueses na lista de antepassados de D. Sebastião, não apenas os avisinos, expandindo assim as possibilidades narrativas e exaltadoras de seu poema ao mesmo tempo em que satisfaz o projeto político da Dinastia de Avis.

### 2.1.2. *O Poder Simbólico no Canto III, estrofes XCVIII a CXXXVII*

Os episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês de Castro ocorrem na mesma janela temporal que trata do reinado de D. Afonso IV n' *Os Lusíadas*. Este rei é um dos antepassados de D. Sebastião que Camões se propõe a cantar e, nestes episódios, é o personagem sobre o qual recai o discurso camoniano que analisaremos através do conceito de Poder Simbólico. Apesar de D. Afonso IV não ser o protagonista<sup>67</sup> das estrofes nas quais figura – o que é incomum dentro da narrativa camoniana – sua presença é um fator modificador das dinâmicas narradas em ambos os episódios.

Na nona estrofe do Canto I,<sup>68</sup> Camões declara que há *exemplos* em seu poema e pede que D. Sebastião os observe – *Os olhos da real benignidade / Ponde no chão, vereis hum nouo exemplo, / De amor, dos pátrios feitos valerosos, / Em versos deuulgado numerosos*<sup>69</sup> – e a presença de D. Afonso IV é um destes exemplos de regalidade (ou seja, de governança, de atos reais necessários para a manutenção do reino e do trono) que D. Sebastião deve mirar, assim como a de todos os outros reis borgonheses ou avisinos d' *Os Lusíadas*, uma característica que adequa a obra à literatura moralizante avisina, por carregar fortemente a tônica da *moralização* – neste caso, dirigida aos mais altos escalões da realeza portuguesa. Os exemplos que

<sup>67</sup> As protagonistas, Maria de Portugal e Inês de Castro, serão abordadas nos mesmos episódios, mas à luz do conceito de Representação – como formulado por Roger Chartier – mais a frente neste mesmo capítulo.

<sup>68</sup> Aqui recuperamos assunto que mencionamos mais cedo neste mesmo capítulo e não exploramos antes, por crer ser mais proveitoso trabalhar este tema neste momento da dissertação.

<sup>69</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 02v.

existem na narrativa do poema servem para a construção de um modelo de rei, ou mais especificamente, de um modelo de conduta real. Estes modelos de conduta são estabelecidos por uma lógica em contrapontos intercalados: Camões dá um exemplo poderoso, bom, magnânimo e sábio, praticamente endeusado, para logo depois equilibrar esta imagem com uma imagem mais mundana do mesmo rei ou de sucessores, uma figura que, se descrita, orbitaria entre adjetivos tais como “frágil”, “abalado”, “apaixonado”, “ingênuo”. A intenção surge como uma espécie de guia de atitudes reais, o que se deve ou não fazer uma vez que o poder lhe exige uma postura sobre determinadas questões.

Compreender os exemplos de conduta real existentes nos episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês é, portanto, a maneira de analisar a dinâmica de poder simbólico existente em tais passagens d’*Os Lusíadas* e como ela se aplica na lógica política da literatura moralizante avisina, observando passagens específicas de ambos os episódios. No poema, D. Afonso IV é apresentado imediatamente antes da Batalha do Salado, assim que o trecho que aborda seu pai, D. Dinis, se encerra. Camões o adjectiva de “filho pouco obediente”, o que podemos atribuir às querelas sucessórias que D. Afonso IV teve com seu pai enquanto era infante, nascidas da rivalidade que o herdeiro tinha com um dos bastardos de D. Dinis, D. Afonso Sanches.<sup>70</sup> Em seguida, Camões segue para a narração dos antecedentes da Batalha do Salado, ocorrida em 1340:

*Este sempre as soberbas Castelhanas,  
Co peito desprezou firme & sereno,  
Porque não he das forças Lusitanas,  
Temer poder maior, por mais pequeno  
Mas porem quando as gentes Mauritanas,  
A possuir o Esperico terreno,  
Entrarão pelas terras de Castela,  
Foy o soberbo Affonso a socorrella.<sup>71</sup>*

Recordamos que o papel do personagem de D. Afonso IV n’*Os Lusíadas* é o de exemplo régio, e quando analisado sob o conceito de poder simbólico, torna-se uma das expressões da ancestralidade da Dinastia de Avis, um dos componentes dos três pilares da literatura moralizante avisina. Camões introduz o reinado de D. Afonso IV no poema através de uma questão-chave de todos os reinados lusitanos: a conturbada

<sup>70</sup> SOUSA, Armindo de. **Op. Cit.**, p. 405 – 407.

<sup>71</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p.54v.

relação diplomática com Castela – que foi particularmente inquieta durante a vigência deste rei no trono. O poeta menciona “*soberbas Castelhanas*” que D. Afonso IV não teria temido, mas não se alonga por demais na questão da rivalidade entre os dois reinos, uma vez que o episódio da Batalha do Salado canta a união bélica de Portugal e Castela contra um inimigo comum, os mouros.

Camões limita-se a apontar que existia uma tensão que, ao sinal do perigo da entrada mourisca no território ibérico, é suspensa para dar lugar ao amparo necessário. As próximas estrofes detalham o cenário anterior da Batalha do Salado: versam sobre o tamanho e as características do exército mourisco, sobre o apelo de D. Afonso XI de Castela ao rei de Portugal, o estratagema castelhano de enviar D. Maria – rainha de Castela e infanta de Portugal – para pedir o socorro de D. Afonso IV, que lhe atende. Logo após o monólogo de D. Maria, Camões narra o aceite do rei de Portugal e, então, a Batalha do Salado:

*Não de outra sorte a tímida Maria  
Fallando está, que a triste Venus, quando  
A Iupiter seu pay fauor pedia,  
Pera Eneas seu filho, navegando,  
Que a tanta piedade o comouia,  
Que caido das mãos o rayo infando:  
Tudo o clemente Padre lhe concede,  
Pesandolhe do pouco que lhe pede.*

*Mas ja cos esquadrões da gente armada,  
Os Eborenses campos vão qualhados,  
Lustra co Sol o arnes, a lança, a espada,  
Vão rinchando os cauallos jazeados:  
A canora trombeta embandeirada  
Os corações aa paz acostumados:  
Vay às fulgentes armas incitando  
Polas concauidades retumbando.*

*Entre todos no meio se sublima,  
Das insígnias Reais acompanhado,  
O valeroso Affonso, que por cima  
De todos, leua o collo aleuantado,  
E somente co gesto esforça & anima,  
A qualquer coração amedrontado.  
Assi entra nas terras de Castela,  
Com a filha gentil Rainha della.<sup>72</sup>*

Nestas estrofes, Camões dedica-se a narrar a grandiosidade da véspera da batalha, e dá à figura do rei D. Afonso IV um carácter magnânimo: o rei comove-se com os apelos de D. Maria e, considerando “*pouco que lhe pede*” a filha, concorda

<sup>72</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p.55v – 56.

em acudir o genro, rei de Castela, no combate aos mouros que invadiram seu território. Já no cenário do campo de batalha, Camões narra que D. Afonso IV leva consigo os símbolos reais e “*leua o collo aleuantado*”, uma postura ativa que constitui num gesto de demonstração de autoridade e, dentro da narrativa, poderíamos chamar de uma espécie de *mise en abyme* de Poder Simbólico, ou o conceito dentro do conceito.

Explicamos: sendo *Os Lusíadas* uma obra de literatura moralizante, portanto simbólica como instrumento de dominação, que se utiliza de uma adoção do mito legitimatório avisino como ferramenta de imposição ideológica, aquela deve ser em sua completude analisada através do conceito de Poder Simbólico. Uma vez que esta obra contém uma passagem de uma demonstração específica de símbolos designatórios de poderio, dentro de uma certa lógica narrada (e narrativa) de imposição de autoridade, ocorre um reforço do peso do conceito de Poder Simbólico na análise do discurso d’*Os Lusíadas*, uma nova instância de demonstração. Encontra-se Avis em Borgonha através da exibição dos atos de guerra e diplomacia de D. Afonso IV, não havendo rompimento: existe o reforço incessante de uma continuidade interdinástica.

Na crítica interna, ou seja na análise isolada do episódio da Batalha do Salado na narrativa d’*Os Lusíadas*, Camões destaca o exemplo do rei que vai à batalha e leva consigo todo o aparato que o destaca entre seus súditos e o localiza como hierarquicamente superior a todos eles. O *capital simbólico*<sup>73</sup> da passagem que narra a chegada de D. Afonso IV à batalha compreende a descrição e personalização de D. Maria de Portugal como *símbolo personificado* da aliança Portugal-Castela. A chegada de D. Afonso IV e sua comitiva motiva os “*corações aa paz acostumados*” a lutar por seu reino e por seu rei.

Numa crítica externa, na análise deste episódio e da construção do modelo régio de D. Afonso IV que nele ocorre, o rei que luta na Batalha do Salado é aquele no qual D. Sebastião deve mirar-se para absorver o exemplo de um rei cristão que se impõe aos seus pares – os castelhanos – e aos seus opositores – os mouros – através de seus atos de governança e suas decisões diplomáticas. D. Sebastião deve buscar

---

<sup>73</sup> Bourdieu nos explica que o que chama de *capital simbólico* é o conjunto de recursos disponíveis nos sistemas simbólicos (arte, literatura, língua, religião) para a manipulação das camadas dominantes e para a produção da ideologia sobre a qual se constrói a dominação social. Ver: BOURDIEU, Pierre. **Op. Cit.**, p. 9 – 12.

em seus antepassados a inspiração para fazer o mesmo, ou seja: governar Portugal para a cristandade, impor-se enquanto rei aos aliados e aos inimigos, e inspirar os súditos à coragem e é na memória da ancestralidade que encontrará o perfeito exemplo. A Batalha do Salado é descrita, a seguir, com detalhes sanguinolentos, comparações e alusões bíblicas, reivindicações de território e demonstrações de fé em Cristo e em São Tiago (o que detém o epíteto de *Matamoros*, um rico detalhe na narrativa camoniana influenciada pelo discurso cruzadístico).<sup>74</sup>

Após esta apoteose de D. Afonso IV, Camões imediatamente o introduz no episódio seguinte, de tom notadamente mais sombrio do que o anterior. Camões inicia o episódio da Morte de Inês declarando que este era “*um caso triste, & dino da memoria / que do sepulchro os homẽs desenterra, / Aconteceo da misera e mesquinha / Que depois de ser morta foy Rainha.*”. O poeta versa sobre a força crua do amor, sobre o retiro de Inês no exílio, sobre o cenário idílico que a cerca. A questão política do episódio inaugura-se na estrofe CXXII, quando o poeta versa sobre as recusas do infante D. Pedro, herdeiro do trono português, a casar-se com “*outras belas senhoras, & Princesas*” por conta de seu relacionamento com Inês de Castro e a solução encontrada por D. Afonso IV para este problema:

*De outras bellas senhoras, & Princesas,  
Os desejados tâlamos engeita,  
Que tudo em fim, tu puro amor desprezas,  
Quando hum gesto suave te sogeita,  
Vendo estas namoradas estranhezas,  
O velho pay sesudo, que respeita,  
O murmurar do pouo, & a fantasia  
Do filho, que casarse não queria.*

*Tirar Ines ao mundo determina  
Por lhe tirar o filho que tem preso,  
Crendo co sangue sô da morte indina,  
Matar do firme amor o fogo aceso:  
Que furor consentio, que a espada fina,  
Que pode sustentar o grande peso*

<sup>74</sup> A alusão camoniana à devoção militar dos lusitanos a Cristo e a São Tiago “el Matamoros”, em oposição à devoção muçulmana ao Profeta Mohammed, surge quando o poeta descreve o auge da Batalha do Salado: *Desta arte o Mouro pérfido despreza, / O poder dos Christãos, & não entende, / que esta ajudado da alta fortaleza, / A quem o Inferno horrífico se rende / Co ella o Castelhana, & com destreza, / De Marrocos o Rei comete & ofende, / O Portugues que tudo estima em nada, / Se faz temer ao Reino de Granada.*

*Eis as lanças & espadas retenião, / Por cima dos arneses, brauo estrago, / Chamão (segundo as leis que ali seguião,) / Huums Mafamede, & os outros Sanctiago, / Os feridos com grita o Ceo ferião, / Fazendo de seu sangue bruto lago / Onde outros meio mortos se afogauão, / Quando do ferro as vidas escapauão.* Ver: CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 56v.

*Do furor Mauro, fosse aleuantada,  
Contra huuma fraca dama delicada?*<sup>75</sup>

A questão política exposta por Camões nestas estrofes é a de um problema diplomático: o relacionamento amásio de D. Pedro de Portugal com D. Inês de Castro remonta aos tempos iniciais do matrimônio do infante com D. Constança de Peñafiel: D. Inês de Castro é uma dama de companhia galega, de família muito influente em Castela, que chega a Portugal na comitiva da noiva, em 1340 e, segundo as crônicas, o envolvimento da dama galego-castelhana com o infante português é praticamente imediato.<sup>76</sup> O relacionamento conturba a política portuguesa: a família de D. Inês – especialmente seus irmãos, D. Fernando e D. Álvaro – começa a fazer parte dos círculos mais íntimos do infante, o que significava o embrião de um núcleo político castelhano na corte de Portugal. Temia-se que a união clandestina de D. Pedro gerasse bastardos e levasse o reino a uma nova situação de guerra civil, como a que ocorrera entre D. Afonso IV e D. Afonso Sanches, uma geração antes. Um evento em particular levanta suspeitas sobre D. Inês e seus próximos: D. Constança engravida e escolhe D. Inês para ser madrinha de seu primeiro filho com D. Pedro, o que ataria o trio num laço de parentesco e tornaria o envolvimento dos amantes em crime e pecado, um estratagema inteligente. Entretanto, o pequeno infante falece antes de poder ser batizado, frustrando o plano de D. Constança e gerando o boato de que a morte de D. Luiz (o nome dado ao bebê) possa ter sido provocada por D. Inês ou um de seus partidários.

A infâmia do envolvimento, sua longa duração e as origens políticas da família da amante do infante levam ao envio de Inês para o exílio em Albuquerque, na Estremadura.<sup>77</sup> Isto não arrefece seu romance com D. Pedro. Durante todo o casamento do infante com D. Constança, a Crônica nos deixa claro que os dois enamorados continuam a encontrar-se e comunicar-se. Nesta época, D. Constança falece alguns dias depois de dar à luz D. Fernando, herdeiro do reino, em 1345, e D. Pedro logo manda buscar D. Inês em Albuquerque, instalando-se com ela em Coimbra, no Paço de Santa Clara. De 1345 a 1355, ano da morte de Inês, os dois

<sup>75</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p.58 – 58v.

<sup>76</sup> “(...) *Por semelhante amor, qual ElRey D. Pedro houve a Dona Ignez, raramente se há achado em alguma pessoa, porem disseraõ os antigos, que nenhum he taõ verdadeiramente achado, como aquelle, cuja morte não tira da memoria (...)*” em LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 392 – 393.

<sup>77</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal vol. I – Estado, Pátria e Nação (1080 – 1415)**. Lisboa: Editorial Verbo, 1979, p. 275.

viveram em situação amásia. Desta união nasceram quatro crianças, das quais três chegaram à idade adulta como herdeiros legitimados de D. Pedro.

Camões, no poema, questiona a determinação que leva D. Afonso IV a executar D. Inês de Castro, mas não expõe claramente o problema político que ela representava para o reinado de D. Afonso IV e numa posterior sucessão ao trono de Portugal. Entretanto, o poeta expõe mais uma vez um exemplo de conduta real através da figura do antepassado de D. Sebastião, desta vez acerca do dilema que se apresenta a D. Afonso IV quando a decisão de executar D. Inês de Castro esmorece:

*Trazião a os horríficos algozes,  
Ante o Rei, já mouido a piedade;  
Mas o pouo com falsas, & ferozes  
Razões, aa morte crua o persuade:  
Ella com tristes & piedosas vozes,  
Saidas sô da magoa, & saudade  
Do seu Principe, & filhos que deixava,  
Que mais que a própria morte a magoaua.  
(...)  
Queria perdoarlhe o Rei benigno,  
Mouido das palavras que o magoão:  
Mas o pertinaz pouo, & seu destino  
(Que desta sorte o quis) lhe não perdoão,  
Arrancão das espadas de aço fino,  
Os que por bom tal feito ali apregoão,  
Contra huuma dama, ô peitos carnicheiros  
Feros vos amostrais, & caualleiros?<sup>78</sup>*

O exemplo apresentado por Camões vale-se de um vocabulário mais mundano: ao longo do episódio da Morte de Inês, o poeta atribui a D. Afonso IV os substantivos de parentesco “pai” e “avô”, esclarecendo a ligação entre o rei e os filhos de D. Inês, o que implica na sua legitimidade; também associa ao rei vocábulos e expressões que têm uma influência humanizadora sobre sua figura – “sisudo”, “filho”, “movido a piedade”, “[tu que tens de] humano [o gesto e o peito]”, “culpa”, “movido das palavras que o magoão”. A imagem de D. Afonso IV construída como magnânima e poderosa no episódio da Batalha do Salado é, desta maneira, *descida à terra* no episódio da Morte de Inês de Castro e expõe, através de um dilema, a profunda humanidade que se abate sobre um rei num momento decisivo.

D. Afonso IV *determina* que Inês deve morrer e envia seus algozes. Contudo, o poema narra uma hesitação momentânea, um momento de autoavaliação que ocorre

78

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59v.

antes e depois da dama implorar por sua vida. Ela alega não ter cometido erro (“*Sabe tambem dar vida com clemencia / A quem pera perdela não fez erro:*”) e implora por um novo exílio, ainda mais distante do anterior (“*Poem me em perpetuo & misero desterro, / Na Scitia fria, ou na Lybia ardente,*”)<sup>79</sup>, o que causa ondas de piedade em D. Afonso IV, que deseja perdoá-la. Todavia, há neste episódio a presença abstrata e, ainda assim influente, do *pertinaz povo*. Esta generalização, essa abstração, da entidade que persuade D. Afonso IV a prosseguir com a sentença não se desvenda em Camões, mas nas Crônicas – que serviram de fonte a *Os Lusíadas*: quando o rei reconsidera a decisão de executar Inês de Castro, Rui de Pina exhibe-nos quem Camões chama de *pertinaz povo*:

*“(…) & consentido na morte da dita Dona Ines acompanhado de muyta gente armada, & seveo a Coimbra onde ella estava nas cazas do Mosteyro de Santa Clara, a qual sendo avizada da hida de elRey, & da iroza, & mortal tenção que contra ella levava achandosse salteada pera senão poder já saluar per alguma maneyra, o veo receber à porta, onde com o rosto trãsfigurado, & por escudo de sua vida, & pera sua innocencia achar na ira de elRey alguma mais piedade, trouxe ante si os três innocentes Infantes seus filhos netos de elRey, com cuja apresentação, & com tantas lagrimas, & com palavras assi piadozas pedio misericordia & perdao a elRey que elle vencido della se dis que se volvia, & a leyxava já pera nã morrer como levava determinado, & alguns Cavaleyros que com elRey hiaõ pera a morte della que loguo entrarão, & principalmente Dioguo Lopes Pacheco filho de Lopo Fernandes Pacheco senhor de Ferreyra, & Alvaro Goncalves meirinho mor, & Pero Coelho quando assi viraõ sahir elRey como quem já revocava sua tença agravados dele pella publica determinação com que os ally trouxera, & pelo grande odio, & mortal perigo que daly em diante com ella, & com o Infante D. Pedro os leyxava, lhe fizeraõ dizer, & consentir que elles tornassem a matar Dona ines se quizessem, a qual por isso loguo mataraõ (...)”<sup>80</sup>*

A missão da execução de D. Inês de Castro é dada a homens de confiança de D. Afonso IV e Rui de Pina destaca os nomes de Diogo Lopes Pacheco, Pero Coelho e Álvaro Gonçalves: estes representam uma parcela dos nobres portugueses que estavam imensamente prejudicados com a presença de Inês de Castro e sua família no círculo íntimo do infante D. Pedro, por possuírem posições privilegiadas sob o reinado de D. Afonso IV e terem seus cargos políticos ameaçados por ocasião de morte do rei – uma vez que D. Pedro poderia substituí-los por homens de sua própria confiança, notadamente os irmãos de Inês de Castro e seus próximos. Ao aceitar o

<sup>79</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59v.

<sup>80</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71v. [Grifo nosso.]

posto de algozes da amante do infante, puseram-se em uma posição radical na corte: completamente a favor do rei e inteiramente contra D. Pedro. O cancelamento da decisão real, como a Crônica nos esclarece, deixaria todos os envolvidos sob as más-graças de D. Pedro e sem nenhum tipo de retorno político benéfico em médio prazo – isto é, depois da morte do rei e da sucessão do herdeiro no trono. Desta forma, os algozes de D. Inês representam o pertinaz povo o qual Camões nos exhibe e, para eles, persuadir D. Afonso IV a prosseguir com a execução é um ato político. Assim como o é a decisão do rei de prosseguir com a sentença. A Crônica também nos expõe as razões de D. Afonso IV para executar D. Inês:

*“porque ella tinha seus irmãos Dom Fernando de Castro, & Dom Alvaro Pires de Castro, que eraõ em Castella grandes senhores, & asi por respeito, dela começauã ter muita parte em Portugal, & ouuesse deles por isso grande receyo à vida, & sucessão do Infante Dom Fernando filho primogênito, & erdeyro que era do Infante Dom Pedro, que pera alguma maneyra poderiam ordenar sua morte por tal que cada huum dos outros filhos de Dona Ines por morte do dito Dom Fernando seu irmão pudesse succeder os Reynos de Portugal, & dos Algarues, & consultavasse que pera este grande inconveniente cessar não avia outro melhor remedio, (...) & quando isto por seu bem, & honrra nã quisesse fazer que elRey pera segurança da vida de seu neto o Infante Dom Fernando, & por aseseço, & conservação de seus Reynos, & das couzas de sua coroa que que por respeito da dita Donna Ines se poderia enlhear a mandasse matar por tal (...)”<sup>81</sup>*

O exemplo de governança apresentado por Camões no episódio da Morte de Inês de Castro é baseado nas decisões que D. Afonso IV deve tomar a favor do reino e a despeito de seus envolvimento pessoais com a situação. O poeta traz o elemento do parentesco bastante arraigado na narrativa do episódio, ressaltando que há uma ligação entre o rei e a dama galega, através do infante e dos filhos que o casal gerara juntos. O rei pondera e desiste, mas é lembrado – pelo “pertinaz povo” – de seu dever para com o reino, decidindo então pela morte de D. Inês.

É neste episódio que a mensagem passada através da figura de D. Afonso IV se completa: a política régia da Europa do tardomedieval e da modernidade possuía dinâmicas movimentadas pelos relacionamentos interpessoais de reis e infantes, isto é, a governança poderia ser afetada por assuntos de foro íntimo daqueles envolvidos nos exercícios de governabilidade dos reinos. Quando observamos os episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês focalizando nossa análise na figura de D.

<sup>81</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71.

Afonso IV sob o conceito de poder simbólico, somos capazes de compreender que ambos tratam de questões pessoais interferindo na governança do reino de Portugal e da maneira através da qual D. Afonso IV lida com tais questões. O rei é o símbolo utilizado por Camões para denotar o poder régio de vida e de morte sobre seus súditos, o poder de manter a paz ou fazer a guerra, uma decisão que caberia somente a ele e da qual dependia a estabilidade de Portugal. O exemplo a D. Sebastião aqui fecha-se como um círculo completo: D. Afonso IV encontra-se, em ambos os episódios, atrelado às decisões políticas que se relacionam com dinâmicas de foro íntimo (o apelo de D. Maria é um apelo de filha ao pai, e não de diplomata ao rei; a decisão de executar D. Inês vêm do longo relacionamento desta com D. Pedro) e em ambos os casos, o rei decide pelo que é *melhor para o reino*, dentro de seu julgamento enquanto detentor do poder. Não apenas D. Afonso IV detinha este poder de fazer justiça sobre a vida e a morte sobre seus súditos, mas também seus antecessores e sucessores, incluindo D. Sebastião (retornamos ao tema da *continuidade*) e o exemplo diz que todos deveriam agir segundo o melhor *para Portugal*, sem deixar-se afetar pelas comoções pessoais.

A figura de D. Afonso IV apresenta mudanças de um episódio para outro: no episódio da Batalha do Salado, o rei é magnânimo, comparado ao Zeus mitológico e mostra-se convicto de seus atos, de que a luta contra o mouro invasor do território é legítima e, sem dúvida, a vitória é certificada pelo Cristo. Já no episódio da Morte de Inês, observa-se D. Afonso IV mais próximo do que teria de mais humano, através da hesitação – que demonstra duas vezes – e das dúvidas que lhe abatem sobre a sentença que deveria ser cumprida. Esta dualidade na personagem de D. Afonso IV é uma demonstração do que cada rei possui de mais cristão, ou seja, apesar de designado por Deus para o trono – segundo a crença e a política tardomedieval – carrega em si uma inexorável carnalidade enquanto cristão, enquanto pecador, a qual deverá ser subjugada, uma vez que o rei é o símbolo que denota que a coroa real traz consigo o ônus das decisões salomônicas (pessoais ou não) e que o reino, responsabilidade divina, deverá ser sua prioridade.

## **2.2. Representação: Maria e Inês como representação das dinâmicas políticas instrumentalizadoras do feminino.**

A corrente narrativa do Canto III d' *Os Lusíadas* sofre uma alteração entre as estrofes XCVIII e CXXXVII: os episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês de Castro não são protagonizados apenas pelo rei que governara Portugal dentro da janela temporal que abriga estas duas passagens (de 1340 a 1355), D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro dividem com o rei este posto narrativo. Esta parte do poema afasta-se um pouco da proposta camoniana que demonstrada no Canto III ao entregar a dinâmica dos episódios às personagens femininas e do poema num geral, ao ter Maria e Inês como protagonistas ao lado de D. Afonso IV. Nos dois momentos em que Camões se dedica ao seu reinado e aos exemplos de conduta régia que dele deveriam ser retirados, são Maria e Inês que detêm a maior parte do discurso dos episódios e este é um fator fundamental dos nossos questionamentos acerca de nossa fonte principal, *Os Lusíadas*.

Ao analisarmos o contexto de produção do poema, suas características narrativas e a especificidade de seu alinhamento com as tendências da literatura moralizante avisina, pudemos concluir as inclinações políticas d' *Os Lusíadas* e o papel do personagem de D. Afonso IV no poema, segundo o conceito de Poder Simbólico formulado por Pierre Bourdieu. É a partir do respaldo obtido na análise anterior que podemos acessar a investigação da função das personagens de Maria de Portugal e Inês de Castro dentro do contexto político do épico camoniano, concluindo assim a discussão sobre o lugar ocupado por nossa fonte dentro do projeto político da Dinastia de Avis.

Como observamos, o autor versa sobre as camadas dominantes da sociedade utilizando-se de sistemas simbólicos para, através de violência simbólica, realizar a imposição das ideologias que lhes interessa inculcar na sociedade. Ora, cremos que esta postura não cabe na análise das personagens de Maria de Portugal e Inês de Castro, uma vez que, no contexto do poema, ambas não fazem uso deste tipo de artifício político, apesar de estarem envolvidas no movimento camoniano e fazerem parte do projeto político avisino, os quais se valem deste expediente.

A compreensão do papel de Maria de Portugal e Inês de Castro, então, passa pela análise de suas funções dentro do exercício de poder simbólico camoniano-avisino. A mudança do arcabouço conceitual direciona-se para o conceito de

*Representação*, tal como formulado por Roger Chartier, uma vez que estas personagens são protagonistas da narrativa camoniana e nela possuem uma atribuição dinamizadora específica n' *Os Lusíadas*. Discutimos no Capítulo I desta dissertação a função da Literatura como um dos veículos de percepção do mundo social, produzindo discursos que não são neutros, reproduzindo ou contestando as ideologias e práticas de uma dita autoridade em determinada sociedade, interpretando realidades sociais, incorporando e produzindo estratégias para a decodificação dos debates vigentes, entre outras atribuições. Para que a percepção do mundo social estabelecida pela Literatura seja interpretada e reinterpretada pelo público que lhe acessa, é necessário que os mecanismos de poder se valham de representações deste dito mundo social. Recorremos a Roger Chartier e sua concepção sobre o que é a representação. Segundo este autor, há duas maneiras de encarar este conceito:

*As definições (...) do termo (...) manifestam a tensão entre duas famílias de sentidos: por um lado, a representação dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou alguém. (...) A relação de representação – entendida, deste modo, como relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme – modela toda a teoria do signo que comanda o pensamento.<sup>82</sup>*

De acordo com Chartier, há duas vias para que o conceito possa ser aplicado na interpretação de discursos de diversas origens – e que podem ser, também, oriundos de uma obra literária ou uma fonte histórica: a primeira que se utiliza de um símbolo para representar algo ausente; e a segunda, segundo a qual um símbolo é instrumento para representar uma presença, uma existência. É preciso ressaltar que estas vias de representação não se anulam, e podem estar presentes simultaneamente num discurso, variando de acordo com a necessidade. Segundo Chartier, é essencial que em quaisquer vias que sejam utilizadas na análise do discurso de uma fonte, esta relação de representação envolva a *imagem presente de um objeto ausente*. Podemos afirmar que Camões faz uso das duas vias de representação n' *Os Lusíadas*: quando o poeta trata dos reinados dos reis ancestrais a Avis, de D. Afonso Henriques a D. Fernando, o épico representa algo que está ausente. Por outro lado, quando Camões versa sobre os reinados da Dinastia de Avis, a representação feita é aquela que se

82

CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, p. 20–21.

constitui na apresentação pública de algo ou alguém. De toda maneira, é a variação desses tipos de representação que permite a Camões estabelecer um fio coeso de continuidade entre as duas dinastias, obedecendo aos designios políticos e ideológicos de Avis. A compreensão de como a representação de nossas personagens enquanto instrumentos político-diplomáticos do Portugal tardomedieval se encaixa no intuito avisino de produção e conservação da memória do reino será realizada através da análise destas personagens enquanto elementos representativos de dinâmicas presentes na realeza lusitana. Retornamos a Chartier para elucidar a forma como o conceito de Representação atende aos nossos questionamentos:

*Deste modo, a noção de representação (...) é um dos conceitos mais importantes utilizados pelos homens (...) quando pretendem compreender o funcionamento da sua sociedade ou definir as operações intelectuais que lhes permitem apreender o mundo. (...) Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns «representantes» (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade.<sup>83</sup>*

Através da noção de que o conceito de representação pode ser utilizado para construir e interpretar um determinado *status quo*, construído através de diferentes influências e dinâmicas, com o intuito de realizar o reconhecimento de uma identidade social – algo que está no cerne do épico camoniano – e institucionalizar a presença de uma instância coletiva no grupo social (no caso, a Dinastia de Avis no seio da memória histórica lusitana), podemos compreender de que maneira Camões se utiliza dos episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês para representar aos reis avisinos a partir das atitudes de seu antepassado, D. Afonso IV, nas situações narradas e estabelecer continuidade entre as dinastias de Borgonha e Avis.

Uma vez que a intenção principal *d'Os Lusíadas* é exaltar o reino de Portugal e os reis que o governaram, o conceito de representação age dentro do discurso camoniano durante todo o épico, possibilitando que o poeta realize seus elogios, suas

---

<sup>83</sup> CHARTIER, Roger. *Op. Cit.*, p. 23.

críticas, suas admoestações e, através de alguns personagens, exprima suas opiniões acerca dos episódios narrados. Ao incorporar D. Maria e D. Inês como protagonistas de seus respectivos episódios, Camões as introduz no grupo de figuras escolhidas para representar a História de Portugal e lhes atribui papéis específicos em sua compilação de memória. Como *Os Lusíadas* é uma obra de cunho político, é necessário que observemos os papéis políticos de ambas as personagens em seus contextos para compreender o que representam no épico camoniano, o que nos será facilitado pela prévia análise do personagem de D. Afonso IV.

### 2.2.1. *A instrumentalização política feminina através das dinâmicas matrimoniais tardomedievais.*

O matrimônio enquanto sacramento, tal como o conhecemos no Ocidente atualmente, começa a ser definido a partir do século XII, entrando na lista de sacramentos promulgada pela Igreja em 1215. Segundo Paulette L’Hermite-Leclercq, esta concepção alicerça-se numa maneira, regulada pela Igreja, de permitir que homens e mulheres possam se reproduzir sob uma espécie de licença, algo como uma escusa religiosa, para cometer o pecado original e, assim, multiplicar-se sem cair em concupiscência. Segundo a Igreja, o matrimônio deveria ser indissolúvel e sujeito a estritas regras de conduta da parte dos noivos e também de suas famílias.<sup>84</sup>

Ao mesmo passo desta regulamentação religiosa sobre o casamento, a política e a diplomacia tardomedieval passaram a amparar-se largamente nos vínculos jurídicos estabelecidos entre as famílias da realeza e da alta nobreza dos reinos. Aliar famílias através das amarras dos laços matrimoniais era a maneira mais eficiente de garantir que os acordos jurídicos não seriam facilmente quebrados – não se constituía num método infalível, como veremos, mas era suficientemente eficiente. Neste panorama, os sentimentos individuais dos noivos eram pouco considerados: estes seriam apenas personagens que viabilizavam os acordos, a expansão patrimonial familiar, as alianças de colaboração, entre outros fatores. Segundo Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, a complexização das estruturas sociais medievais era a origem deste procedimento ante o casamento e ante às mulheres medievais:

---

<sup>84</sup> L’HERMITE-LECLERCQ, Paulette. *The Feudal Order*. In: DUBY, G; PERROT, M. *Writing the History of Women*. In: KLAPISCH-ZUBER, Christiane (ed.) **A History of Women in the West: vol. II – Silences of Middle Ages**. Cambridge: Harvard University Press, 1998; p. 214.

(...) essencialmente desde os finais do século X – princípios do século XI, como um período de senhoriação, de passagem de um sistema dominial a um sistema senhorial, em que o aspecto territorial já não constitui o único elemento nem mesmo talvez o dominante na definição de poderes, o parentesco, especialmente as alianças matrimoniais, tornam-se o aspecto nodal na articulação e na coesão do sistema. As estratégias matrimoniais, organizando e sustentando certas relações sociais, particularmente as relações de vassalidade, permitem assim a reprodução da ordem social e, conseqüentemente, da ordem política.<sup>85</sup>

Na dinâmica destas vinculações, as mulheres eram *instrumentalizadas* como um bem patrimonial de suas famílias, as principais moedas de troca nas negociações de alianças políticas através dos contratos de matrimônio. A noiva é o elemento catalisador dos contratos matrimoniais, uma vez que o valor político, jurídico e econômico dos acordos era ditado pelo valor que a noiva possuía enquanto moeda de troca: seu patrimônio prévio, seus dotes e arras, quais as benesses políticas aquele casamento representaria para a família que *recebe* a noiva, que *investe* nesta noiva. O conceito de *mulher como um bem* é discutido por Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura no trabalho supracitado. Nele as autoras debatem que era atribuída uma condição patrimonial à mulher medieval, ou seja, a família considera suas parentas como posses das quais poderia dispor para que as necessidades imediatas da organização familiar – econômicas, sociais ou políticas – fossem atendidas. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura traçam os paralelismos entre os matrimônios medievais e as relações feudovassálicas do tardomedieval ibérico:

(...) o simbolismo das relações vassálicas está presente em todo o ritual do casamento. No casamentum (termo também integrante da linguagem feudal que traduz a acção de munir alguém de um feudo, de uma tenência), como nas relações feudo-vassálicas, dois elementos principais: por um lado, o elemento pessoal, a submissão, a homenagem, o servicium por parte da mulher ao marido; por outro lado, o elemento real, o feudo, neste caso as arras, consequência do compromisso matrimonial, materialização e sinal do mesmo. Arras, pois, como um benefício, contrato ad tempus, precaria, prestimonium do qual a mulher é usufrutuária. Tal como o casatus (o vassalo que recebe uma tenência) também a mulher jura fidelidade (fides) a seu marido, prestando-lhe conselho e ajuda e

---

<sup>85</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. A mulher como um bem e os bens da mulher. In: **A mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais**. Colóqui de 20 a 22 de Março de 1985. Actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, p. 53.

*como o vassalo será considerado pérfido e perjuro, assim ela, se violar o contrato, será considerada de mau preço, adúltera.*<sup>86</sup>

De acordo com esse cenário, o matrimônio medieval, progressivamente institucionalizado, ia aos olhos de Deus além de um enlace entre homem e mulher: era, sobretudo, um veículo de preservação social e de construção de alianças de características diversas; transformava o parentesco em um ativo de articulação política e o ponto de contato primordial entre as famílias mais destacadas de uma área específica – dentro de um reino ou entre reinos. Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura elucidam-nos sobre o local do feminino dentro destes movimentos, dizendo, “*a mulher é doada e recebida*”<sup>87</sup>, ou seja: a passividade é uma postura intrínseca à mulher nessas negociações, ao contrário do homem, que possui muito mais “margem de manobra” enquanto noivo, uma vez que assente em casar-se – ou assente na decisão familiar de casá-lo – pesando as vantagens e benefícios que obterá destas questões. Casar uma parenta significava transferir sua tutela patrimonial, da família de nascimento para a família de casamento, em busca de benesses sociopolíticas e econômicas; já casar um parente significava avaliar quais as melhores ofertas que o circuito apresentava – de dote, de negociação de arras, de fertilidade familiar, de vantagens sociopolíticas e econômicas – para então escolher uma mulher apropriada.<sup>88</sup>

Compreende-se então que ambos os noivos possuem um determinado *valor simbólico*. Atenhamo-nos à noiva: seu valor simbólico traduz-se no valor em bens que carrega consigo para o casamento e sua nova posição como mulher casada – bens móveis ou imóveis que compunham uma complementação ao patrimônio que ela própria representa enquanto propriedade familiar; no valor político-estratégico que representa para as duas famílias envolvidas na transação (a família do noivo e a família da noiva) – e aí incluem-se as vantagens não-físicas que representava para a família de seu noivo e para sua família de nascimento, como por exemplo títulos de nobreza, alianças bélicas, acordos de colaboração política, negociações econômicas e assim por diante; e, por fim, no seu valor linhagístico, ou seja, os herdeiros que esta esposa deveria gerar em sua nova família, garantindo-lhe a continuidade. Chamamos de *dote* os bens essencialmente físicos que uma noiva representava dentro de uma

<sup>86</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. **Op. Cit.**, p. 64. [Grifos originais].

<sup>87</sup> **Ibid.**, p. 54.

<sup>88</sup> **Ibid.**, p. 51.

negociação matrimonial e, sobre estes, voltamos a recorrer a Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura:

*Sem dúvida que o poder parental continua a manifestar-se, sobretudo através do aspecto patrimonial, atribuindo à filha um dote se contrai matrimônio de acordo com sua vontade ou deserdando-a se for contra ela. (...) Estas normas deixam-nos pressupor que a dádiva da mulher em casamento era obrigatoriamente complementada com um dom – o dote (...) seria constituído mediante simples pacto verbal do pai ou de quem tinha o dever de a dotar, mas, por outro lado, vinha-se consolidando o costume de identificar o dote com a parte respeitante à mulher no património familiar. (...) Também as muitas referências, por parte do marido, à proveniência ex parte meae socrus e ex parte mei soceri dos bens imóveis de que está a dispor, parecem ser disso uma prova. Daqui concluímos igualmente que o dote que a mulher (ou os pais por ela) dá ao marido, por razão do casamento, é propriedade do marido, com capacidade para aliená-lo.<sup>89</sup>*

É através desta concepção de dote e compensação que podemos compreender a troca de vantagens entre as famílias dos noivos, significando que os consórcios matrimoniais servem a duas prioridades básicas: atar laços de aliança em nós cada vez mais fortes, sob a intenção de prevenir quebras contratuais, e proteger o patrimônio familiar de uma dissolução completa, uma vez que o noivo – e, por extensão, sua família – poderiam alienar as propriedades que fazem parte do dote de uma noiva. As autoras continuam:

*A troca da mulher é pois feita por meio de dons (...), isto é, a conclusão do casamento é ocasião para intercâmbio de bens esponsalícios, para troca de presentes teoricamente voluntários (entre as duas famílias), mas, na realidade, obrigatoriamente feitos e entregues, com um valor simbólico devido à reciprocidade. Reciprocidade que obriga o marido a fazer suas dádivas à esposa, pagamento equivalente, por um lado, ao valor das propriedades que ela recebe da família e, por outro, ao serviço que ela lhe presta.<sup>90</sup>*

Destarte, podemos observar que os conúbios medievais aristocráticos e reais obedeciam, principalmente, às necessidades sociais, econômicas e políticas das famílias envolvidas, que visavam o aumento progressivo de seu poder local e prosperidade. O envolvimento de tais grupos familiares em dinâmicas públicas resultava em interferências no reino, como por exemplo: a incursão de membros familiares na administração interna do reino ou nos conselhos reais, mudanças nas

<sup>89</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. **Op. Cit.**, p. 56.

<sup>90</sup> **Ibid.**, p. 58.

ações de produção e taxaço de bens em territórios que passavam à alienação de uma família, transferência da gestão de territórios internos (cidades, vilas, aldeias) a parentes por afinidade, a atribuição de terras e títulos a determinadas famílias da nobreza envolvidas nos acertos matrimoniais, estabelecimento de novas vias para negociações diplomáticas entre os reinos vizinhos, alianças para o esforço de guerra no território – sejam estas guerras internas, referentes às posses de terra contestadas entre dois reinos ou mais, ou contra uma ameaça exterior, como os mouros que incursionavam contra os reinos ibéricos.<sup>91</sup>

Dentro desta intrincada ordenação social do tardomedievo ibérico – e, podemos afirmar com segurança, europeu – as duas protagonistas dos episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês, D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro, enquanto pertencentes aos quadros reais e aristocráticos da Península Ibérica, também foram instrumentalizadas – a princípio – pelas mesmas dinâmicas e, por suas conexões familiares da alta nobreza, apresentavam vasto potencial diplomático em seus valores simbólicos. A primeira era infanta do reino de Portugal e a segunda era a filha, ainda que bastarda, de um senhor da guerra castelhano muito influente no reino vizinho.

Sendo assim, quaisquer participações políticas de ambas na História de Portugal são transpassadas pela questão da instrumentalização feminina na política régio-aristocrática. Desta forma, é bastante genuíno que Camões tangencie o assunto no discurso d'*Os Lusíadas*: os episódios destacados do Canto III, ao terem D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro como protagonistas, orbitam a questão da instrumentalização política tardomedieval e as representações destas personagens – atreladas à lógica da literatura moralizante avisina – são construídas de modo a integrar o projeto político camoniano de construção de memória, estabelecimento de continuidade interdinástica e exaltação da legitimidade da Dinastia de Avis.

---

<sup>91</sup> BRAGA, Paulo Drummond. *Casamentos Reais Portugueses – um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV)*. In: **IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices**. Actas, vol. II, p. 1532 – 1534.

2.2.2. *As dinâmicas tardomedievais de instrumentalização política do feminino e suas representações no Canto III d'Os Lusíadas, estrofes XCVIII a CXXXVII.*

*I. Maria.*

A instrumentalização feminina, como analisamos, consiste no processo de atribuição de valor simbólico e de papel definidor às mulheres solteiras (ou viúvas, ou quaisquer outras aptas a casar-se) numa negociação de aliança de base matrimonial. Conhecemos o funcionamento, na Península Ibérica, desta estratégia de empoderamento sociopolítico e enriquecimento patrimonial através dos vestígios jurídicos e histórico-literários compostos no período, sobretudo acerca das negociações matrimoniais que envolviam membros da nobreza e da realeza.<sup>92</sup>

As duas protagonistas dos episódios camonianos que constituem nossa fonte, D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro, pertencem aos altos círculos da sociedade luso-castelhana do século XIV. Foram atingidas por este estratagema e, Luís de Camões vale-se de uma representação destas personagens para construir uma parcela do discurso d'*Os Lusíadas*. Desta maneira, esta questão política matrimonial transpassa o Canto III através das duas personagens e, para realizar a análise deste discurso em busca de tais representações sob a perspectiva da literatura moralizante avisina, lançaremos nosso olhar primeiramente ao episódio da Batalha do Salado e, em seguida, ao episódio da Morte de Inês.

Para analisar o episódio da Batalha do Salado e, mais especificamente, nossa primeira figura feminina, D. Maria de Portugal, é preciso situá-la num contexto histórico, dissecando assim as dinâmicas de sua instrumentalização no panorama luso-castelhano do século XIV. D. Maria é uma infanta portuguesa, filha do rei D. Afonso IV de Portugal e da rainha D. Beatriz de Castela – prima, por via materna, de seu marido, D. Afonso XI de Castela. O contrato matrimonial entre os noivos – e, conseqüentemente, entre os reinos – acertado em 1328, depois de dissolvido o primeiro casamento de D. Afonso XI com D. Constança de Peñafiel – sobre os quais falaremos mais num momento posterior deste mesmo capítulo. O interesse político que se coaduna no contrato matrimonial entre o rei castelhano e a infanta lusitana é exposto na *Crônica de D. Afonso XI*, editada por Francisco Cerdá y Rico, quando este aceita a oferta de casamento com D. Maria, feita pelo rei D. Afonso IV:

---

<sup>92</sup> BRAGA, Paulo Drummond. **Op. Cit.**, p. 1532.

*Et quando el Rey veno á Sevilla de la conquista de Olvera, et de los otros castiellos que tomó, falló y mandaderos que le avia enviado el Rey de Portogal, con quien le envió rogar que casase con la Infanta Doña Maria (...) Et el Rey, avido su acuerdo sobre las cosas quel Rey de Portogal le envió decir, como quier que oviese esquivado fasta entonce este casamiento, empero veyendo el grand pró que le venia de este pleyto, porque faciendolo, cobraba muchas villas et castiellos (...) las quales, si otro alguno del regno ó de fuera las tomase, tomaria grand apoderamiento en la tierra, de que se le podria seguir algun deservicio et daño á los regnos (...) et respondió á los mandaderos del Rey de Portogal, que le placia de facer lo que avia dicho en fecho de aquellos casamientos; et que él queria enviar sus mandaderos al rey de Portogal sobre esto, et sobre algunas cosas que convenian ser fabladas et tractadas entre los Reyes.<sup>93</sup>*

A crônica de D. Afonso XI deixa clara a relação entre os contratos de casamento e os acertos patrimoniais, além das “algumas cosas que convenian ser fabladas et tractadas entre los Reyes”, que a crônica discute em capítulos adiante e que consistem em um outro contrato de casamento (de D. Pedro, infante de Portugal, com D. Branca, infanta de Castela), e das alianças de paz e divisões de títulos e terras que adviriam de ambas as uniões, para os dois reis e homens de confiança de ambos.<sup>94</sup>

Alguns anos depois de realizado, acordo de matrimônio entre D. Afonso XI e D. Maria sofreria um abalo: o rei castelhano assume uma concubina – D. Leonor de Gúzman – e tanto ela quanto a família dela começam a ter muito espaço na corte castelhana. Rui de Pina, em sua *Crônica de D. Afonso IV*, ressalta a existência de “quebra destado & datacamento”<sup>95</sup> no repúdio de D. Maria em favor de D. Leonor – que fora, no total, mãe de dez filhos bastardos de D. Afonso XI. A dificuldade de D. Maria na geração de herdeiros<sup>96</sup> para Castela é apontada pelo cronista como o motivo-mor deste repúdio e, as reações que descreve de D. Afonso IV de Portugal elucidam-

<sup>93</sup> CERDÁ Y RICO, Francisco (Ed.). **Cronica de D. Alfonso El Onceno de este nombre, de los Reyes que reynaron en Castilla y en Leon**. Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1787. Disponível em: <<http://books.google.es/books?id=hLmXIZMfnDgC>> Acessado em: 23 Ago. 2014 p. 113 – 115.

<sup>94</sup> “*Et otrosí firmaron los Reyes entre sí pleytos et posturas de amistad, aquellos que entendian que les convenian á firmar, porque se guardasen amistad para adelante. Et para esto el Rey de Castiella el de Leon puso em rehenes algunos castiellos et alcázares del su señorío em poder de omes naturales del regno de Portogal. Et otrosí el Rey de Portogal puso castiellos et alcázares del su señorío em poder de omes naturales del regno de Castiella: et avianlos á tener, porque fuesen guardados entre los Reyes los pleytos et posturas que avian puesto de consuno.*” In: CERDÁ Y RICO, Francisco. **Op. Cit.**, p. 140 – 141.

<sup>95</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p 11 – 11v.

<sup>96</sup> Rui de Pina narra na *Crônica de D. Afonso IV*, que a rainha de Castela, passados dois anos de casamento com D. Afonso XI, ainda não teria conseguido gerar criança viva. Ainda neste mesmo tema, o cronista narra a dificuldade que D. Maria sofreu no longo trabalho de parto de D. Pedro I de Castela, e que a rainha só fora coroada após a certificação de que a gravidez estaria segura. Ver: **Ibid.**, p. 7v – 8v.

nos um pouco mais a questão da instrumentalização feminina na política diplomática tardomedieval:

*E alem destas couzas, que elRey consentia por abatimento & desprezo da Rainha, outras muytas mays faziam, que seriam longas e ásperas para ouvir, & impassíveis de crer, as quaes ella com muyta mansidão, & grande paciência sofria, sem disto aos do Reyno, nem a elRey seu padre numqua se querer agravar, nem querelar, como de muytos era requerida, & aconselhada, & por que desta tam grande desonestidade, & desoluçam de que elRey uzava com sua manceba [Leonor de Gusmão], se causavam incomportáveis desordens em todas as cousas de fazenda da justiça, & do Reyno, (...) elRey de Portugal seu sogro, que deveria ter em lugar de pay, estas couzas poderiam ter algum melhor remédio, lhas enviaram largamente notificar por seus messageyros, & lhe pediram, que pelo grande divido, & razam, que com elRey de Castella tinha, quisesse prover ao que compria a seu real Estado, o qual estava em condiçam de perder, poys se regia, & governava, & consentia que seus Reynos fossem governados, & regidos sem verdadeyros conselheyros, mas por aquelles em que avia respeytos, & payxoens particulares contrarias ao sam, & verdadeyro conselho, com tanta quebra do estado, & merecimentos da Raynha sua filha.<sup>97</sup>*

A traição e o amancebamento de D. Afonso XI de Castela, como se pode perceber na citação anterior, não afetavam apenas sua relação com D. Maria: atingiam as cláusulas do contrato de casamento, especificamente aquelas que referiam-se ao patrimônio e aos títulos negociados neste contrato – como podemos verificar quando Rui de Pina se refere as “incomportáveis desordens em todas as cousas de fazenda da justiça & do Reyno”. O *status* marital de D. Maria não é importante sob a perspectiva emocional desta questão, mas o é quando recordamos que este é o lastro que sustenta divisões de largos patrimônios, acordos de trocas econômicas, alianças bélicas contra a ameaça moura, acordos de administração territorial, assimilação de nobres no serviço de ambas as casas reais e acordos de paz que eram muito necessários aos reinos ibéricos do século XIV. Todas estas questões, sumarizadas no repúdio de Maria por D. Afonso XI, adicionam tensão a um específico quadro diplomático luso-castelhano que não precisava de mais abalos.<sup>98</sup> As sucessivas quebras de contrato entre os reinos levaram ao conflito armado.

<sup>97</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 11 – 11v.

<sup>98</sup> Agressões epistolares já andavam em curso entre Portugal e Castela, tanto por ocasião do repúdio de D. Maria quanto por razão do repúdio de D. Branca de Castela por D. Pedro de Portugal. Outra questão matrimonial também tinha sua influência no quadro diplomático: D. Pedro de Portugal acertara casamento com D. Constança de Peñafiel, primeira esposa de D. Afonso XI (que por este fora repudiada para que pudesse se casar com D. Maria). Esta fora aprisionada pelo rei castelhano em Toro, impossibilitada de ser enviada a Portugal para a consumação de seu casamento com D. Pedro.

Ao mesmo tempo, as incursões mouras no território cristão ibérico aumentavam em frequência e agressividade, facilitadas pela desordem entre os reinos de Portugal e Castela. Este elemento funcionou para que o conflito armado lusocastelhano se interrompesse e o contato diplomático fosse retomado, com a intervenção de enviados do papa em Avignon e do rei da França.<sup>99</sup> Os termos para a recuperação dos contratos de matrimônio – e dos acordos feitos através destes – foram os seguintes: readmissão de D. Maria no seio conjugal e na corte de Castela, exílio da manceba de D. Afonso XI e de seus bastardos, e a libertação de D. Constança de Peñafiel para o casamento com D. Pedro de Portugal. A concórdia deu-se em 1340, meses antes da Batalha do Salado, entre maio e julho, como nos relata a *Crônica de D. Afonso IV*:

*(...) em Santarem aos trinta de Mayo (...) & do anno do nascimento de Nosso Senhor Iesu Christo de mil, & trezentos, & corenta, enviou da hi por seus Embayxadores com sua bastante procuração (...) que herão homens prudentes em que tinha confiança os quais foram a elRey de Castella que hera em Seuilha o qual pera o acento da dita paz tambem fez seus procuradores (...) todos juntos em Seuilha despois de bem praticadas todas as duvidas, & debates ao primeyro dia de julho da sobredita era, & anno concordarão paz perpetua antre os ditos Reys nesta sustância a saber loguo com perdão de totalas mortes, & roubos de huma parte & da outra (...) & que a Infanta Dona Costança que ate então fora por elRey de Castella detiuda pudesse liurementemente ir a Portugal pera ser entregue ao Infante Dom Pedro seu marido, & que Dom João Manoel seu padre, & quaisquer outros vassallos, & naturais de Castella liurementemente, & em suas pessoas podessem ir com ella & que a Infanta Dona Branca de que o Infante Dom Pedro por suas indesposições se quitara fosse loguo entregue em Castella com todo o seu que tinha, & ouvesse de da hi endiante o que elRey de Portugal das rendas de seu Reyno lhe hera obrigado dar por rezão de suas terras de Castella que a Rainha Dona Maria ouvera em seu casamento como atrás fiqua. (...) elRey de Castella ficou de tratar da hi em diante a Rainha sua molher como devia, & nom trouxesse consigo Leonor Nunes como trazia (...)*<sup>100</sup>

---

Ora, todos estes constrangimentos diplomáticos envolvendo noivas e seus contratos de casamento são um retrato bastante detalhado de como a instrumentalização feminina era um ponto nodal da diplomacia ibérica tardomedieval. Ressaltamos que não são as noivas em si que causam o constrangimento, mas os contratos (e a quebra destes contratos) e todas as alianças e negociações que elas simbolizam. Armindo de Sousa articula a questão da instrumentalização feminina e da diplomacia interreinos do período do reinado de D. Afonso IV na parte que lhe cabe autoria do livro *História de Portugal v. 2 – A Monarquia Feudal*, da coletânea dirigida por José Mattoso. Para mais, ver: SOUSA, Armindo. **Op. Cit.**, p. 406 – 408.

<sup>99</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 40v – 45v.

<sup>100</sup> **Ibid.**, 45 – 45v.

Para compreender os atos de ambos os reis na Batalha do Salado e na representação deste evento n'Os *Lusíadas* é indispensável conhecer seus antecedentes, especialmente os que versam sobre a aliança luso-castelhana no combate aos sultões marroquino e granadino. A concórdia entre Portugal e Castela alcançada no restabelecimento (e no honramento) dos contratos matrimoniais garante a manutenção das alianças bélicas entre os reinos que foram determinantes no desenrolar do jogo diplomático que tem seu ápice na Batalha do Salado.<sup>101</sup>

Os mouros, oriundos de Granada e Marrocos, invadem a Península Ibérica e montam cerco à cidade de Tarifa. A crônica narra que os reis de Castela e Portugal trocam correspondências acerca de um provável ataque às tropas mouriscas e é no momento da última cartada de D. Afonso XI para conseguir o apoio de D. Afonso IV que as narrativas cronísticas se encontram com a narrativa camoniana. Voltemos às estrofes iniciais do episódio da Batalha do Salado:

*Este sempre as soberbas Castelhanas,  
Co peito desprezou firme & sereno,  
Porque não he das forças Lusitanas,  
Temer poder maior, por mais pequeno  
Mas porem quando as gentes Mauritanas,  
A possuir o Esperico terreno,  
Entrarão pelas terras de Castella,  
Foy o soberbo Affonso a socorrella.  
(...)  
E verndo o Rei sublime Castelhana  
A força inexpugnabil, grande & forte,  
Temendo mais o fim do pouo Hispano,  
Ia perdido huuma vez, que a propria morte,  
Pedindo ajuda ao forte Lusitano,  
Lhe mandaua a caríssima consorte,  
Molher de quem a manda, & filha amada  
Daquelle a cujo Reino foi mandada.<sup>102</sup>*

Camões expõe o estratagema de Afonso XI: enviar ao rei de Portugal sua “filha amada” para lhe pedir ajuda. Repetimos o vocábulo: estratagema, pois a assinatura de um contrato de matrimônio não é o fim da instrumentalização feminina,

<sup>101</sup> “(...) & assim sabendo que Abomelich filho de elRey Aliboacem de Marrocos que ja tomara Gibraltar aparelhava de passar de Africa muyto poderoso em Espanha, & que o primeyro seu cometimento auia de ser em sua terra, com que lhe recresceriam tais afrontas, & necessidades a que não poderia resistir, ouve por melhor & mais seguro conselho fazer per si, & sem dilaçam o assento das pazes com elRey de Portugal, antes que pelo Papa, nem por outros estranhos arbitros nem juizes, & pera isso sem mostrança destas necessidades lhe escreveo que inuiasse a elle seus Embayxadores, & que a paz com a graça de Deos antre elles se faria com toda a honra, & contentamento delle Rey de Portugal.” PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 44v – 45.

<sup>102</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 54v.

mas sim o compartilhamento de sua tutela entre a família paterna e a família do marido, especialmente nos altos estratos da sociedade tardomedieval. Trata-se, pois definitivamente de um compartilhamento, pois D. Afonso IV, enquanto pai, não deixa de prosseguir o processo instrumentalizante de sua filha, como veremos em estrofes a seguir – e em trechos da Crônica que corroboram esta representação. Sendo assim, D. Afonso XI utiliza-se do artifício de que dispõe – a aliança contratual que D. Maria representa – e a envia, não apenas como filha, mas também como rainha de Castela e emissária de guerra ao pai, solicitando ajuda. Como diz a Crônica, a Batalha do Salado ocorre poucos meses após a reconciliação entre Portugal e Castela, promovida – entre outras cláusulas – pela readmissão de D. Maria no seio conjugal. Utilizar-se da figura da rainha como mensageira de seu pedido de socorro é uma forma de relembrar D. Afonso IV dos acordos de paz, guerra, aliança e suporte assinados nos meses anteriores, é um artifício de instrumentalização de D. Maria e, conseqüentemente, de seu papel político na diplomacia luso-castelhana. O episódio segue, com a chegada de D. Maria à corte paterna, sua ominosa mensagem de guerra iminente em território ibérico e seu consternado pedido de ajuda:

*Entraua a fermosissima Maria,  
Polos paternais paços sublimados,  
Lindo o gesto: mas fora de alegria,  
E seus olhos em lagrimas banhados,  
Os cabellos Angelicos trazia,  
Pelos eburneos hombros espalhados:  
Diante do Pay ledo, que a agasalha,  
Estas palauras tais chorando espalha.*

*Quantos pouos a terra produzio  
De Africa toda gente fera & estranha,  
O grão Rei de Marrocos conduzio  
Pera vir possuis a nobre Espanha:  
Poder tamanho junto não se vio,  
Despois que o salso Mar a terra banha.  
Trazem ferocidade, & furor tanto,  
Que a viuos medo, & a mortos faz espanto.*

*Aquelle que me deste por marido,  
Por defender sua terra amedrontada,  
Co pequeno poder, offerecido  
Ao duro golpe está, da Maura espada,  
E se não for contigo socorrido,  
Verme as dele & do Reino ser priuada,  
Viua & triste, & posta em vida escura,  
Sem marido, sem Reino, & sem ventura.*

*Por tanto, ô Rei, de quem com puro medo,  
O corrente Muluca se congella,  
Rompe toda a tardança, acude cedo,  
Aa miseranda gente de Castella.  
Se esse gesto que mostras claro & ledô,  
De pay o verdadeiro amor assella:  
Acude & corre pay, que se não corres,  
Pode ser que não aches quem socorres.*<sup>103</sup>

Nestas quatro estrofes, Camões sumariza a ativa participação política de D. Maria de Portugal no contexto da Batalha do Salado. A representação camonianiana de D. Maria utiliza uma imagem de desespero (cabelos soltos, espalhados pelos ombros, e face molhada de lágrimas), desalinho que seria incomum para uma rainha, ainda que “formosa”. Contudo, Camões justifica a postura de Maria quando esta explica a D. Afonso IV qual é o problema: ela está com medo da gente “fera e estranha” que o “grão rei de Marrocos” conduzira até “a nobre Espanha”; um medo causado pela ferocidade e furor do ataque, tamanhos que até “a mortos faz espanto.” Maria é uma mulher amedrontada, mas é uma rainha: seu medo não é por si, é por seu reino.

Neste episódio, Camões consegue um equilíbrio fino em seu discurso ao injetar a paixão de Maria nos dois tons principais do episódio: a abnegação das emoções inteiramente pessoais – assim como D. Afonso IV supera as “soberbas Castelhanas” e vai ao socorro de Castela, D. Maria exibe-se em desespero, mas este desespero direciona-se à situação do reino no qual ela reina – e a tomada de decisões que visam o benefício maior de suas coroas. D. Maria clama – e deixa clara – sua situação marital no momento de seu apelo ao pai: diz a ele que quem pede socorro é “aquelle que me deste por marido”, pondo-se na posição de esposa e, logo depois, lembrando que sua viuvez a privaria do marido, sim, mas também do reino de Castela e, com isto, toda a negociação feita entre os reinos na ocasião de seu matrimônio se perderia.

A representação da instrumentalização política-diplomática de Maria de Portugal completa um ciclo neste momento: uma vez negociada, casada e cambiada, D. Maria assume seu posto de rainha de Castela, barganhando ajuda bélica e lembrando ao pai que o faz em razão do acordo entre os reis, e ressaltando que se o rei de Portugal não acudir, ela estará destinada a um futuro funesto: “sem marido, sem Reino, & sem ventura.”, e Portugal sofreria com ela. D. Maria apropria-se do

---

<sup>103</sup>

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 55 – 55v.

processo político que lhe se impôs, a domina e dela se vale no momento de pedir o socorro de guerra a seu pai, rei vizinho.

Abordamos, no início deste capítulo, como os atos de D. Afonso IV tratam destes dois temas – abnegação das emoções pessoais e tomada de decisões visando o bem do reino – e com a personagem de D. Maria o quadro não se exhibe diferente. Esta rainha, ainda que reine em Castela, é oriunda da Dinastia de Borgonha, a dos antepassados de D. Sebastião. Ela é um fruto da árvore lusitana que Camões evoca em seu ofertório, e se D. Afonso IV é o rei que põe de lado o orgulho e vai ao socorro da terra, pois esta seria a atitude régia esperada de um bom regente, D. Maria é a representação da honra da união diplomática, do esforço de guerra lusitano de batalhar ao lado do castelhano pela defesa da terra e da fé, apesar das tensões que ocorriam entre um texto e outro – as quais Camões menciona quando versa sobre as “soberbas Castelhanas”. Este posicionamento de D. Maria (e dos dois reinos) em relação ao conflito que resulta na Batalha do Salado só é possibilitado através da aliança entre Portugal e Castela que alicerçava-se em grande parte em seu contrato matrimonial – e em sua posterior manutenção.

Roger Chartier elucida-nos – como citamos no início do capítulo – que a representação pode ser “a apresentação pública de algo ou alguém” e, no episódio da Batalha do Salado, D. Maria de Portugal e seu processo de instrumentalização política através do matrimônio são a representação do relacionamento diplomático lusitano em uma situação de guerra. D. Maria *apresenta publicamente* a honra lusitana, especialmente quando a análise do episódio da Batalha do Salado é feita sob a luz do conteúdo acerca do assunto que consta nas Crônicas Régias (que serviram de fonte a Camões para que escrevesse *Os Lusíadas*). Na última estrofe que possui a participação da personagem de D. Maria, Camões completa a ação da personagem no contexto da Batalha do Salado:

*Entre todos no meio se sublima,  
Das insígnias Reais acompanhado,  
O valeroso Affonso, que por cima  
De todos, leua o collo aleuantado,  
E somente co gesto esforça & anima,  
A qualquer coração amedrontado.  
Assi entra nas terras de Castella,  
Com a filha gentil Rainha della.<sup>104</sup>*

<sup>104</sup>

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 56.

D. Afonso IV, como já observamos, se vale de insígnias e símbolos de poder ao adentrar o local onde a batalha se travaria. Entre eles, está D. Maria, dos símbolos o maior, aquele que possibilitou e dinamizou a circunstância daquela guerra. D. Maria não é, neste momento, apenas filha e esposa de reis, mas a representação do contrato entre os reinos de Portugal e Castela, a fiel depositária de todos os acordos firmados entre aqueles dois reinos na ocasião de seu matrimônio. Ela era, além de infanta e rainha, a própria aliança e Camões lança mão de sua personagem para representar a honra dos acordos firmados.

Desta maneira, analisando de forma geral o contexto da Batalha do Salado – a tensão diplomática, as quebras de aliança, a guerra peninsular, os repúdios matrimoniais e a recuperação dos contratos de casamento – é possível compreender o papel da personagem de D. Maria e o que ela representa dentro d’*Os Lusíadas*: o senso de dever lusitano, a noção de responsabilidade para com o reino e o que a coroa significa àqueles que a cingem, sendo um modelo de conduta para D. Sebastião e aqueles que lhe sucederiam. Dentro da lógica do épico, de estabelecimento de continuidade, exaltação de legitimidade, e construção de memória; a representação de D. Maria e do resultado de seu processo instrumentalizador é a apresentação pública do modelo de retidão da diplomacia régia lusitana e dos aparelhos simbólicos necessários para sua manutenção – o casamento entre membros das famílias reais, as alianças bélicas, os contratos estabelecidos, o contato direto através da intercessão de familiares em comum – constituindo o modelo positivo entre os episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês.

## II. Inês.

Se, por um lado, n’*Os Lusíadas* a personagem de D. Maria representa a retidão, a honra, o cumprimento de contratos, a manutenção de alianças e, como consequência disto, a concórdia entre os reinos de Portugal e Castela e a independência política lusitana em relação aos mouros e castelhanos, a personagem de D. Inês representa dinâmicas opostas. Entretanto, para compreendermos estas representações dentro da lógica narrativa d’*Os Lusíadas* no projeto político de literatura moralizante avisina, é necessário que conheçamos o contexto da presença de D. Inês de Castro na corte lusitana entre os anos de 1340, quando chega a Portugal, a 1355, data de sua execução.

D. Inês Pires de Castro, uma dama galega, filha natural de Pedro Fernandes de Castro, um alto nobre castelhano que era senhor de Lemos e Sarriá. Sua trajetória nos círculos nobiliárquicos ibéricos lhe angariou poder e influência política por todo o território. Era camareiro-mor do rei Afonso XI de Castela e detentor de enorme poderio bélico, carregando por isso o epíteto de “o da Guerra.” Pedro Fernandes de Castro também exercia influência em Portugal, orbitando entre as nobrezas de ambos dos reinos e estabelecendo uma eficiente rede de alianças políticas. D. Inês possuía ainda três irmãos: o irmão D. Álvaro Pires de Castro e os meios-irmãos D. Fernando Rodrigues de Castro e D. Joana de Castro, todos proeminentes dinamizadores dos processos políticos da Península Ibérica do século XIV.<sup>105</sup> Segundo Rui de Pina, em sua *Crônica de D. Afonso IV*, a presença de D. Inês na comitiva matrimonial da esposa de D. Pedro era privilegiada:

*Dona Ines Pires de Castro, foy comadre de elRey Dom Pedro sendo Infante, & da Infanta Dona Costança, & isto se fez por quanto esta Dona Ines andava em casa da dita Infanta por sua donzela, & parenta (...)*<sup>106</sup>

Conforme já analisamos, D. Constança era Constança de Peñafiel, esposa repudiada do rei D. Afonso XI de Castela, mantida prisioneira em Toro e cujo contrato de casamento com D. Pedro causara conflito bélico no eixo luso-castelhano. Recordamos que o contrato de readmissão de D. Maria de Portugal no seio da corte castelhana e no leito marital também previa o envio de D. Constança para firmar e consumir o casamento em Portugal. Na comitiva da noiva ia D. Inês de Castro que, segundo o cronista, causou furores no infante português:

*“e se algum quiser dizer, que muitos foraõ já, que tanto, e mais que elle amáraõ, assim como elle em suas Epistolas, (...) tratamos daquelles amores que se contaõ, e lem nas Historias, que seu fundamento tem sobre verdade. E este verdadeiro amor houve em*

<sup>105</sup> Dos irmãos de D. Inês de Castro, D. Álvaro Pires de Castro (que era seu irmão de mãe e pai) fora Condestável de Portugal, primeiro Conde de Arraiolos e Alcaide-mor de Lisboa, graças ao favorecimento de sua irmã para com D. Pedro, além de ter recebido o senhorio de diversas terras (ver: BAYÃO, Jozé Pereyra. *Suplemento a esta cronica*. In: LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 429.) Já D. Joana de Castro fora rainha de Castela e conhecida pelo epíteto “A Desamada”, por ter sido rejeitada por D. Pedro I de Castela pouco tempo depois de seu casamento. (ver: AYALA, Pedro Lopez. **Op. Cit.**, p. 127 – 128.) Finalmente, D. Fernando Rodrigues de Castro, que fora imensamente poderoso em Castela, detentor dos senhorios que foram de seu pai (Lemos e Sarriá) e um dos mais fieis partidários de D. Pedro I de Castela até o momento da desonra de sua irmã D. Joana – quando passou ao lado dos Trastâmara. (ver: AYALA, Pedro Lopez. **Op. Cit.**, 170 – 171.)

<sup>106</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 67v – 68.

*ElRey D. Pedro para com Dona Iгнеz, como della se namorou sendo cazado, e ainda Infante,* <sup>107</sup>

Os amores de Pedro e Inês progrediram a ponto de chamar a atenção de D. Constança: pelo que diz a crônica, o infante não se furtava a exhibir seus sentimentos pela dama de companhia da esposa. D. Constança então recolhe D. Inês do convívio cortesão o máximo que pode, para evitar que o relacionamento com D. Pedro se aprofundasse. Rui de Pina nos exhibe outro estratagema utilizado pela infanta:

*O Infante Dom Pedro filho primogenito erdeyro de elRey Dom Affonso de Portugal, foy cazado com a Infamta Dona Costança Manoel, como atrás he declarado, & della em vida de elRey Dom Affonso seu pau, ouve dous filhos, & huma filha a saber, o Infante Dom Luis, que foy o primeyro, & este em moço faleceo ao baptismo, do qual Dona Ines Pires de Castro foy comadre, de elRey Dom Pedro sendo Infante, & da Infanta Dona Costança, & isto se fez por quanto esta Dona Ines andava em casa da dita Infanta por sua donzella & parenta, & sentiasse ja que o Infante Dom Pedro lhe queria bem, & por se evitar antre elles outra affeyçam (...)*<sup>108</sup>

Os contratos matrimoniais aristocráticos ibéricos, como nos elucidaram Maria Helena da Cruz Coelho e Leontina Ventura, estavam sujeitos a repúdios e rejeições, o que poderia resultar em consequências negativas para as partes envolvidas em caso de quebra de contrato. Tomar D. Inês como madrinha do seu filho primogênito era, desta forma, um ato político de D. Constança: o romance de seu marido com uma de suas damas, sobretudo uma de família tão influente, poderia pôr em xeque todo o seu processo matrimonial e as alianças que dele provinham. O risco de um novo repúdio era grande – visto que D. Pedro já repudiara Branca de Castela para casar-se com ela e que a família de Inês de Castro possuía significativa relevância no panorama diplomático luso-castelhano.<sup>109</sup>

As Crônicas Régias não esclarecem de quem partiu o estratagema do sacramento do batizado – se da própria Constança, se do rei D. Afonso IV, se de algum conselheiro real – mas relatam a manobra com a qual D. Constança atacara o problema por várias frentes: pelas leis da Igreja, o batismo de uma criança criava um laço parental entre a criança e a madrinha, além de estabelecer uma ligação análoga à fraternal entre os pais e os padrinhos. Desta maneira, os amores de Pedro e Inês, que

<sup>107</sup> LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 393.

<sup>108</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 67v. – 68.

<sup>109</sup> NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Amor de Perdição: as mulheres entre a monarquia e o poder aristocrático no Portugal do século XIV**. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. *Inês de Castro – a época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 53.

já eram considerados escandalosos, seriam transformados em uma relação incestuosa e gravemente pecaminosa; assegurava sua posição na corte, mantendo os acordos matrimoniais intactos; e, por fim, atraía a família de Inês de Castro para o favorecimento de seu filho, que então seria o futuro rei de Portugal depois de seu pai.<sup>110</sup> Todavia, o pequeno infante falece antes do batismo poder ser realizado e o estratagema de D. Constança é frustrado: o laço parental entre D. Pedro e D. Inês através do batismo de D. Luiz não se estabelece e a situação de D. Constança volta a ser ameaçada na corte, sobretudo entre os Castro. Entretanto, a posição de D. Inês e sua família não era muito mais vantajosa: com a morte do bebê, uma suspeita de responsabilidade cai sobre os Castro e, especificamente, sobre a amante do infante, já que lhes seria politicamente interessante que o bebê cessasse de existir.<sup>111</sup>

As suspeitas sobre a morte de D. Luiz ser responsabilidade da família Castro não se confirmaram, mas ainda assim o rei D. Afonso IV decidiu tomar providências: o escândalo da morte do infante, a necessidade de assegurar a paz com a família de D. Constança, a crescente influência que Inês e seus irmãos exerciam sobre D. Pedro foram fatores determinantes para que o rei ordenasse o exílio de D. Inês em Albuquerque, com a esperança de que o afastamento dela fosse o suficiente para que os Castro a casassem com outro homem e, assim, as paixões entre ela e o infante esfriassem – o que não ocorreu.<sup>112</sup> Do exílio de Inês até a morte de Constança, em 1345, D. Pedro continuou a corresponder-se com sua amante e à morte de D. Constança, o infante a instala nos paços do mosteiro de Santa Clara de Coimbra que fora, como diz a crônica, fundado pela Rainha Santa Isabel, avó de D. Pedro, e servira de residência aos infantes, suas esposas e aos filhos originários destas uniões.<sup>113</sup> Instalar-se com Inês neste espaço era uma declaração – e também um desafio: D. Pedro assumia perante todo o reino sua situação amásia com D. Inês através de uma vida publicamente marital. Não entraremos aqui numa discussão acerca da existência de um matrimônio entre D. Pedro e D. Inês, legítimo ou não. Basta que saibamos que no intervalo de tempo de 10 anos (entre 1345, ano da morte de D. Constança e

<sup>110</sup> MONTEIRO, Miguel Corrêa. **Razões de Estado e Razões do Coração**. In: SOUSA, Maria Leonor Machado de. *Colóquio Inês de Castro. Actas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2005, p. 41.

<sup>111</sup> NOGUEIRA, Carlos Roberto Figueiredo. **Op. Cit.**, p. 54.

<sup>112</sup> SALES, Mariana. **Vínculos políticos luso-castelhanos no século XIV**. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. *Inês de Castro – a época e a memória*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 23.

<sup>113</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71v.

instalação do casal em Coimbra, e 1355, ano do assassinato de D. Inês de Castro) no qual Pedro e Inês viveram como esposos em Santa Clara, nasceram quatro filhos do relacionamento entre o infante e a dama galega: D. Afonso, morto ainda bebê; D. Beatriz, D. João e D. Dinis; infantes reconhecidos por D. Pedro e legitimados em testamento.

Neste período de tempo, também ocorreu o franco crescimento da família Castro no valimento do infante D. Pedro, dinamizado à órbita da figura cada vez mais poderosa de D. Inês na corte lusitana. Ainda que D. Pedro se recusasse a recebê-la oficialmente como esposa ante o reino, o infante também recusava-se a casar-se com outras mulheres, questão que Camões insere como problemática no episódio de D. Inês de Castro:

*De outras belas senhoras, & Princesas,  
Os desejados tálamos engeita,  
Que tudo em fim, tu puro amor desprezas,  
Quando hum gesto suave te sogeita:  
Vendo estas namoradas estranhezas,  
O velho pay sesudo, que respeita  
O murmurar do pouo, & a fantasia  
Do filho, que casarse não queria.<sup>114</sup>*

Muitas preocupações políticas concorriam para a recusa de D. Pedro em casar-se novamente depois da morte de D. Constança: o primordial era que não se podia estabelecer um novo contrato matrimonial que fosse vantajoso ao reino. Se o infante se casasse publicamente<sup>115</sup> com D. Inês e deixasse a situação aparentemente irregular em que se encontravam, este matrimônio promoveria uma aliança vastamente benéfica a Portugal, especialmente nos termos bélicos e diplomáticos; se ele aceitasse casar-se com qualquer outra senhora ou princesa, fosse de quaisquer um dos reinos ibéricos ou d'além, alianças seriam estabelecidas, mas a recusa ao casamento transformava-se num revés político, impedindo que acordos diplomáticos fossem realizados através de um contrato matrimonial e permitindo que a família de Inês de Castro se infiltrasse mais e mais nos altos escalões da nobreza lusitana, com vistas a ocupação de posições de poder, já que uma parceria não era estabelecida para lhes

<sup>114</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, 58.

<sup>115</sup> E aqui dissemos “publicamente” pois não há uma confirmação sólida de que D. Pedro e D. Inês se casaram, ainda que clandestinamente. Viviam os dois em situação marital e, depois de sua morte, ele afirmou ter se casado com ela em segredo, mas a historiografia ainda vê a questão como nebulosa.

saciar. Ainda assim, Camões questiona as razões pelas quais o rei exigira a cabeça de D. Inês:

(...)  
*Que furor consentio, que a espada fina,  
 Que pode sustentar o grande peso  
 Do furor Mauro, fosse aleuantada,  
 Contra huuma fraca dama delicada?*<sup>116</sup>

Camões não explora os motivos pelos quais D. Afonso IV sentencia D. Inês à morte, sendo estes só expostos quando analisamos as Crônicas Régias, fontes do poema. É na *Crônica de D. Afonso IV*, de Rui de Pina, que encontramos o “furor” que “consentio, / que a espada fina / que pode sustentar o grande peso / do furor Mauro, fosse aleuantada / contra huuma fraca dama delicada”:

*(...) porque ella tinha seus irmãos Dom Fernando de Castro, & Dom Alvaro Pires de Castro, que eraõ em Castella grandes senhores, & asi por respeito, dela começauaõ ter muita parte em Portugal, & ouesse deles por isso grande receyo à vida, & sucessão do Infante Dom Fernando filho primogênito, & erdeyro que era do Infante Dom Pedro, que pera alguma maneyra poderiam ordenar sua morte por tal que cada huum dos outros filhos de Dona Ines por morte do dito Infante Dom Fernando seu irmão pudesse suceder os Reynos de Portugal, & dos Algarues (...) e quando isto por seu bem, & honrra nom quisesse fazer que elRey pera segurança da vida de seu neto o Infante Dom Fernando, & por aseseço, & conservação de seus Reynos, & das couzas de sua coroa (...)*<sup>117</sup>

É na *Crônica de D. Afonso IV* que encontramos a resposta aos questionamentos de Camões: além da questão prática da firmação de um contrato de casamento, – com, de fato, quem quer que fosse – os filhos que D. Pedro teve com D. Inês configuravam outro problema aos olhos de D. Afonso IV. As três crianças eram fortes concorrentes ao trono de Portugal, rivalizando com D. Fernando, filho do casamento legítimo de D. Pedro com D. Constança de Peñafiel, e o rei temia pela vida do neto, que poderia ser eliminado pelos Castro para ceder lugar na linha de sucessão a um dos filhos de D. Inês e D. Pedro. A oposição entre o rei e a amante de seu filho é exposta nas estrofes seguintes:

*Trazião a os horríficos algozes,  
 Ante o Rei, já mouido a piedade:  
 Mas o pouo com falsas, & ferozes  
 Razões, aa morte crua o persuade:  
 Ella com tristes & piedosas vozes,*

<sup>116</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 58v.

<sup>117</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71.

*Saidas sô da magoa, & saudade  
Do seu Principe, & filhos que deixaua,  
Que mais que a própria morte a magoaua.*

*Pera o Ceo cristalino aleuantando  
Com lagrimas os olhos piedosos,  
Os olhos, porque as mãos lhe estaua atando,  
Hum dos duros ministros rigorosos.  
E depois nos mininos atentando,  
Que tam queridos tinha, & tam mimosos,  
Cuja orfindade como mãy temia,  
Pera o auô cruel assi dizia.*

(...)

*O tu que tens de humano o gesto & o peito  
(Se de humano he, matar huuma donzela  
Fraca & sem força, so por ter sujeito  
O coração, a quem soube vencella.)  
A estas criancinhas tem respeito,  
Pois o não tens aa morte escura della,  
Mouate a piedade sua & minha,  
Por te não moue a culpa que não tinha.<sup>118</sup>*

Inês alega que não tem culpa pelo que lhe acontecera, que apenas se rendera ao sentimento que a subjugou ao Infante, apelando ao rei que tivesse piedade, senão dela, das “criancinhas”, seus três netos. Neste momento do discurso camoniano podemos observar um paralelo entre os episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês: ambas as personagens apelam para a misericórdia do rei; D. Maria intercede pela “miseranda gente de Castela”, já D. Inês pede que o rei lhe poupe por compaixão dos pequenos infantes que eram, apesar de naturais, seus netos. No primeiro episódio, D. Maria faz a D. Afonso IV uma previsão de seu futuro. D. Inês também segue por uma vereda semelhante:

*E se vencendo a Maura resistencia,  
A morte sabes dar com fogo & ferro,  
Sabe tambem dar vida com clemencia,  
A quem pera perdela não fez erro:  
Mas se to assi merece esta inocencia,  
Poem me em perpetuo & misero desterro,  
Na Scitia fria, ou la na Lybia ardente,  
Onde em lagrimas viva eternamente.*

*Poem me onde se vse toda a feridade,  
Entre Liões, & Tigres, & verey  
Se nelles achar posso a piedade  
Que entre peitos humanos não achey:*

<sup>118</sup>

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 58v – 59.

*Ali co amor intrínseco & vontade,  
Naquelle por quem mouro, criarey  
Estas relíquias suas que aqui viste,  
Que refrigerio sejam da mãy triste.<sup>119</sup>*

Inês de Castro realiza um apelo ao rei: que não a mate, mas a envie outra vez para o exílio, desta vez a um lugar muito mais distante que Albuquerque onde ela possa criar os filhos dela e de D. Pedro. Ou seja, até este momento a estrutura dos dois episódios segue a mesma ordem: a personagem é introduzida, o problema se apresentado e a personagem apela aos sentimentos familiares e pessoais do rei D. Afonso IV. A reação inicial do rei no episódio da Morte de Inês de Castro também é similar àquela do episódio da Batalha do Salado, mas, como já observamos na análise do conceito de poder simbólico n' *Os Lusíadas*, Camões desvia-se:

*Queria perdoarlhe o Rei benigno,  
Mouido das palavras que o magoão:  
Mas o pertinaz pouo, & seu destino  
(Que desta sorte o quis) lhe não perdoão,  
Arrancão das espadas de aço fino,  
Os que por bom tal feito ali apregoão,  
Contra huuma fama, ô peitos carnicieiros  
Feros vos amostrais, & caualleiros?<sup>120</sup>*

Este é o momento em que a narrativa atinge um ponto de ruptura: ambas as protagonistas apelam para as emoções particulares do rei, mas enquanto o apelo de D. Maria mostra-se vantajoso ao reino, o de D. Inês não era benéfico a Portugal – por todas as razões políticas e sucessórias expostas nas crônicas de D. Pedro I e D. Afonso IV – e, portanto, não pôde ser atendido. A cabeça de D. Inês fora exigida pelo “pertinaz pouo”, entidade esta que também já podemos reconhecer como os nobres portugueses que insistiram na execução de D. Inês, por ambição de recuperar a privança que os Castro lhes tomaram, e por temor da retaliação do infante D. Pedro e da família de D. Inês caso a ameaça fosse feita e não cumprida.

N' *Os Lusíadas*, a personagem de D. Inês é um exemplo de conduta negativa, tanto dela quanto de D. Pedro e D. Afonso IV. Ao contrário de D. Maria – que aceita o casamento arranjado de acordo com interesses políticos e mostra-se inserida nas dinâmicas instrumentalizadoras da mulher tardomedieval, D. Inês entrega-se ao homem que ama, sujeita “o coração a quem soube vencê-la”, é a antítese da boa esposa, da boa filha, da boa mãe, da boa dama e vai contra todas as convenções

<sup>119</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59v.

<sup>120</sup> **Ibid.**

sociais que condiziam com sua posição. É a mulher que enlouquece o príncipe – em contraste com D. Maria, a mulher que dá apoio ao marido numa situação de perigo para o reino. Por outro lado, D. Inês é o pivô de uma circunstância perigosa para Portugal. Observemos um excerto de uma estrofe d’*Os Lusíadas* para uma melhor articulação desta análise:

*Tirar Ines ao mundo determina,  
Por lhe tirar o filho que tem preso,  
Crendo co sangue sô da morte indina,  
Matar do firme amor o fogo aceso:  
(...)<sup>121</sup>*

A representação de D. Inês n’*Os Lusíadas* refere-se a uma subversão da ordem e às medidas necessárias para que esta ordem possa ser restabelecida: a mulher que, desobedecendo às diretrizes da Igreja e às normas e posturas de sua sociedade, se amasia com o herdeiro do trono, gera e cria filhos deste infante, vive e atua no círculo de poder do reino como se legítima fosse e, sobretudo, ainda articula um séquito de pessoas influentes ao seu redor, criando um centro de poder duplo dentro da aristocracia de Portugal, um do rei e seus nobres aliados e outro do infante D. Pedro e seus nobres aliados, influenciados fortemente por uma política castelhana. Ao contrário de D. Maria, D. Inês representa tudo aquilo que uma dama da nobreza ibérica tardomedieval não deveria ser: concubina, mãe de filhos naturais que poderiam afetar a sucessão do trono e, sobretudo, magnetizadora de forças políticas contrárias aos propósitos do rei e de seu séquito de conselheiros e vassalos.

Ainda na temática da subversão da ordem, uma vez que esta é alterada pelos amores de Pedro e Inês, através de ímpetos sentimentais, a intervenção cabe a D. Afonso IV. A medida escolhida por D. Afonso IV, narrada pelas *Crônicas Régias* e criticada por Camões é a de “tirar Ines ao mundo” para libertar D. Pedro do “firme amor” que o subjugava não apenas à Inês, mas aos seus familiares que estavam gradativamente angariando poder no reino e ameaçando interferir na sucessão portuguesa. O que D. Afonso IV faz ao sentenciar D. Inês à morte é agir de acordo com o que considerava ser o mais correto para o governo de Portugal, exatamente como faz no episódio da Batalha do Salado; a diferença está no direcionamento emocional: enquanto o apelo de D. Maria comove o rei e ele lhe atende, por ser uma atitude benéfica para o reino; o apelo de D. Inês exerce algum efeito sobre os

<sup>121</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 58v.

sentimentos de D. Afonso, mas ele não pode reconsiderá-lo, já que era de opinião que sua existência era nociva a Portugal e sua morte poderia interromper a influência dos Castro (e castelhana) no núcleo da aristocracia lusitana.

Ao analisar o episódio da Morte de Inês sob a luz do contexto do envolvimento entre a dama galega e o infante português – o amasiamento público, a subversão da lógica instrumentalizadora do feminino, a geração de quatro filhos naturais, a atração de diversos nobres castelhanos aos altos círculos aristocráticos lusitanos, a influência crescente dos irmãos de D. Inês na nobreza de Portugal e a ameaça sucessória – podemos compreender o papel da personagem protagonista e sua representação dentro do poema. Inês de Castro representa a insubordinação ao sistema sociopolítico português e todas as consequências que tal postura causava à dinâmica de Portugal. Dentro da lógica narrativa d’*Os Lusíadas*, que se vale de modelos positivos e negativos para estabelecer o discurso do projeto político camoniano de construção de memória, estabelecimento de continuidade interdinástica e exaltação da legitimidade da Dinastia de Avis, o exemplo de governança deste episódio está atrelado ao ato de execução de Inês de Castro: ainda que o rei se comova com o apelo da suposta nora, crê – após as insistências da nobreza autóctone – que o reino necessita que ela morra, então prossegue com a sentença, ainda que o desagrade. D. Inês é a representação do quão daninhos podem ser os envoltimentos amorosos e emocionais quando interferem nos assuntos do reino e quão nefastas podem ser suas consequências.

### CAPÍTULO III

#### Maria de Portugal: Crônicas Régias x Os Lusíadas

*Entraua a fermosissima Maria, / Polos paternais paços sublimados  
Lindo o gesto: mas fora de alegria / E seus olhos em lagrimas banhados.*

*– Os Lusíadas, Canto III, Estrofe CII*

O modelo essencial de mulher no Medievo é o da Virgem Maria, bastião primordial de uma moral construída pela Igreja<sup>122</sup> e em torno do qual se estabeleceram todos os outros modelos complementares reguladores do feminino à época. Tais modelos classificam-se em três: positivos, negativos e intermediários (ou transicionais).<sup>123</sup> Os positivos servem como exemplos de comportamento virtuoso que agradam a Deus e se refletem em diversas personagens bíblicas – como Sara, esposa de Abraão, símbolo de contrição e recompensa; Raquel, esposa de Jacó e imagem de paciência amorosa e mãe simbólica das Tribos de Israel; Rute, viúva de Malom, um exemplo de mulher trabalhadora e fiel à família; Ester, rainha que salvou os hebreus de um massacre através da inteligência. Já os negativos eram exemplos de atitudes femininas que desagradavam a Deus, e serviam como exemplos de reflexão sobre os tipos de comportamentos considerados nocivos à Cristandade – como Eva, a pecadora-original, que pela curiosidade influenciou Adão a corromper-se pelo fruto da Árvore do Bem e do Mal; Dalila, que seduz o juiz Sansão e o traiu por dinheiro; Jezebel, rainha de Israel que incitou o rei Acab a abandonar o culto a Javé. Há, finalmente, os transicionais, que não podem ser referenciados como completamente positivos ou negativos, mas que servem como exemplos de contrição, arrependimento, salvação através da penitência e encontro com Deus – o maior exemplo deste modelo é Maria Madalena, a mulher caída que Jesus perdoou, cuja figura é um exemplo de quão baixo uma mulher pode chegar até ser salva do pecado pelo Cristo. As mulheres bíblicas eram tomadas, assim, como referências para um padrão comportamental do que se poderia ou não ser enquanto mulher na sociedade do medievo.<sup>124</sup>

<sup>122</sup> COSER, Miriam Cabral. Modelo mariano e relações de poder na Dinastia de Avis. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, jul. 2011, p. 01.

<sup>123</sup> DALARUN, Jacques. *The Clerical Gaze*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **A History of Women in the West – Silences of Middle Ages**. Cambridge: Harvard University Press, 2005, p. 37.

<sup>124</sup> Chiara Frugoni, em “*The imagined woman*”, realiza um extenso panorama sobre os modelos bíblicos que eram utilizados pela Igreja medieval como instrumentos de regulação comportamental da mulher. A autora divide-os em cinco categorias: a Mulher na Companhia do Diabo (In the Devil’s Company), a Maldita Mulher em Casa (The Damned Woman at Home), o Corpo Sedutor (The

Esta postura social alastra-se, decerto, para a produção cultural desta época, inclusive a literária, tornando-se o fundamento sobre o qual se estabeleceram os modelos de rainhas, princesas e senhoras na literatura tardomedieval. Desta maneira, tanto nas Crônicas Régias, quanto n'Os Lusíadas, existe esta oposição de modelos positivos, negativos e transicionais de mulher, aos quais as representações de D. Maria e D. Inês se adequam. Sendo assim, compreender as similaridades e detectar os afastamentos entre as representações de ambas as personagens atravessa a análise do modelo literário construído sobre sua figura histórica vigente como tendência literária cultural e sociopolítica na Dinastia de Avis. Esta atitude ante aos modelos exige que comparemos, nos dois tipos de fontes históricas de que dispomos, os fatores determinantes da construção de um modelo: o exórdio, o conjunto de informações preliminares apresentadas da figura abordada (de que forma são dispostos, quais existem numa fonte e inexistem na outra); as características, físicas ou psicológicas, particulares à personagem; o discurso, aquele atribuído à personagem e aquele acerca dela; as ações e reações da personagem na narrativa; e, finalmente, o processo de alinhamento do modelo construído com um exemplo bíblico equivalente.

### *I.Exórdio*

Saber a origem de algo auxilia-nos a perceber melhor a sua estrutura. Muito do processo de construção de modelo a partir de uma personagem histórica – ou acerca dela – é baseado em seus antecedentes: quem é a personagem, quem é sua família, de onde veio, para onde foi, qual sua trajetória social e o que fez para que as pessoas devessem se espelhar em seu exemplo.

D. Maria, infanta e rainha, possui origens férteis e sólidas para que seu modelo se estabeleça sobre eles. Acerca de D. Maria de Portugal, estes questionamentos são atendidos pela *Crônica de D. Afonso IV* e pela *Crônica de D. Afonso XI*. Filha mais velha do rei D. Afonso IV de Portugal e da rainha D. Beatriz a sobreviver a infância<sup>125</sup>, apenas por nascer neste seio familiar, tinha potencial para ser uma catalisadora política:

---

Seductive Body), a Face da Morte (The Face of Death) e A Grande Exceção (The Great Exception). Cada uma dessas categorias é ilustrada com uma ou diversas personagens bíblicas sobre as quais tais modelos foram construídos e propagados. Para mais, ver: FRUGONI, Chiara. *The Imagined Woman*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **A History of Women in the West – Silences of Middle Ages**. Cambridge: Harvard University Press, 2005, p. 336 – 422.

<sup>125</sup> A *Crônica de D. Afonso IV* cita três infantes nascidos antes de D. Maria que não sobreviveram à infância ou foram natimortos. Na ordem de citação, o Infante D. Afonso, falecido em Penela e sepultado no mosteiro S. Domingos de Santarém; o Infante D. Dinis, nascido e falecido (com a idade de um ano) em Santarém, sepultado no mosteiro de Alcobaça; e o Infante D. João, sepultado no mosteiro de Odivelas. Para mais, ver: PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 1v.

lembramos que é a partir de suas filhas e parentas solteiras que as famílias reais e aristocráticas medievais estabeleciam seus vínculos e suas alianças entre si. Uma infanta jovem, virginal, nunca antes casada e filha de um rei de vasta autoridade no contexto era, nas dinâmicas que regiam os processos matrimoniais, um elemento de grande poder de articulação política, uma noiva valiosa, apta a tornar-se consorte do rei que melhor acordo matrimonial oferecesse a Portugal. A condição de rainha, no Medievo, impunha a estas mulheres o papel social de exemplo: ela deveria ser pura, casta, cristã; compreensiva, boa esposa, caridosa; vigilante da honra e da moral daquelas mulheres que a cercavam, condutora das almas de suas súditas à salvação:

*Some families were more important than others. Accordingly, some wives, mothers and daughters were more important, and attracted more attention, than others. Queens, princesses, court ladies and aristocrats often were the main interlocuters of the pastoral and pedagogical works (...) the more universally effective the values and the models proposed, the more noblewomen were called up as examples. In the view of preachers and moralists, queens, princesses and ladies could become concrete, living models for all women precisely because of their God-given superior social status, which obliged them, Humberto de Romanis wrote, to observe moral rules all the more strictly. (...) In Durandus of Champagne's account, a queen was an object of curiosity for the whole country. Since people came from all corners of the nation to set eyes on her, she was no longer simply "a woman, but an example of holiness, an embodiment of good manners, a mirror of honesty. Francesco of Barberino thought that queens and princesses, obliged by their social status to adopt "noble habits," were a perfect model for noble, middle-class, and peasant women to emulate, each in proportion to their own inferiority. As one went down the social scale, rules could be restricted, discipline slackened, and values eroded, but all women were urged to look up to the woman with perfect habits that only a queen could fully personify.<sup>126</sup>*

---

<sup>126</sup> Em tradução livre: "Algumas famílias eram mais importantes do que outras. Consequentemente, algumas esposas, mães e filhas eram mais importantes, e atraíam mais atenção que outras. Rainhas, princesas, damas da corte e aristocratas eram as principais interlocutoras das obras pastorais e pedagógicas (...) quão mais universalmente efetivos os valores e modelos propostos, mais mulheres da nobreza serviam como exemplos. Na perspectiva de pregadores e moralistas, rainhas, princesas e damas poderiam tornar-se modelos concretos e vivos para todas as mulheres, precisamente por conta de seu status social superior concedido por Deus, que as obrigava, escreve Humberto de Romanis, a observar regras morais ainda mais estritamente. (...) Na visão de Durandus de Champagne, uma rainha era objeto da curiosidade de um reino inteiro. Uma vez que súditos de todos os cantos do território convergiam para vê-la, ela não poderia ser mais simplesmente 'uma mulher, mas um exemplo de santidade, uma incorporação de boas maneiras, um espelho de honestidade.' Francesco de Barberino pensara que rainhas e princesas, obrigadas por seu status social a adotar 'hábitos nobres', eram um modelo perfeito para que mulheres nobres, da classe-média, e camponesas pudessem emular, cada uma em proporção a sua própria inferioridade. Quando observavam-se os estratos mais baixos da organização social, as regras poderiam ser restritas, a disciplina afrouxada, e os valores erodidos, mas todas as mulheres eram instadas a espelhar-se na mulher de hábitos perfeitos que apenas uma rainha poderia personificar

Desta forma, podemos começar a compreender como a situação social de D. Maria (e de D. Inês, que analisaremos no próximo capítulo) já lhe conferia um papel de modelo para a sociedade de sua época, modelo este que deveria ser aperfeiçoado e cuidadosamente elaborado, para que as súditas pudessem espelhar-se. A construção de modelo literário-historiográfico de nossas personagens transpassa esta questão: os modelos que ambas representavam em vida transferem-se – com certa carga interpretativa – para o discurso das *Crônicas Régias* e d’*Os Lusíadas*. Enquanto infanta, D. Maria já ocupava uma posição de exemplo a ser seguido e, ao casar-se com o rei D. Afonso XI de Castela e tornar-se rainha, o peso desta atribuição aumenta.

O matrimônio com o rei D. Afonso XI de Castela, cujos preparativos foram narrados nas crônicas dos dois reis, ocorre no ano de 1328. De acordo com a *Crônica de D. Afonso IV*, o casamento do rei castelhano com a infanta lusitana começa a ser planejado e acordado depois que amargaram-se as relações de D. Afonso XI com o pai de sua primeira esposa, D. Constança de Peñafiel, o infante D. João Manoel de Castela:

*E por isso eram bem pera estimar, que elle dito Dom Ioam, & outros, que elRey quizessem desservir, nem se liassem com Portugal, que seria sem embargo das promessas do primeyro cazamento com Dona Costança, que cazasse com a Infanta Dona Maria, filha delRey de Portugal, que era donzela, & a mandasse pedir (...) E al elRey de Castella aprouve de isso; & sobre apontamentos secretos, que ouve de huuma parte. & da outra, El Rey de Castella enviou a Coymbra por seus Embayxadores a tratar os ditos cazamentos (...) & por eles com elRey Dom Afonso de Portugal, que era presente; foy em nome delRey de Castela concordado, que elle cazasse com a dita Infanta Dona Maria (...) E pera segurança disto poz elRey de Castella em poder de Fidalgos Portugueses Trugilho, Prazença, Feria, Burgilhos. E elRey de Portugal, em poder doutros Castelhanos Filhos dalgo Arronches, Castello davide, Portalegre & Monforte, (...)<sup>127</sup>*

Através de Rui de Pina, podemos perceber, além das características gerais que se aplicam a uma aliança matrimonial, o caráter estratégico específico deste casamento: não permitir que os inimigos de D. Afonso XI – o pai de sua primeira esposa e seus partidários no reino – construam aliança com Portugal antes que o próprio rei de Castela. Na mesma ocasião, como já soubemos, o infante D. Pedro, irmão de D. Maria, casa-se com a prima do rei D. Afonso XI, D. Branca de Castela, o que só reforça a aliança entre os dois reinos. Esta aliança, no contexto da Batalha do Salado, transforma-se no melhor trunfo à disposição de Castela diante da crescente ameaça mourisca. Entretanto, nos anos entre a

---

completamente.” Ver: CASAGRANDE, Carla. *The Protected Woman*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 78 – 79.

<sup>127</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 4 – 4v.

aliança matrimonial firmada e a Batalha do Salado, há um interlúdio que Camões alude, mas não explora profundamente:

*Este sempre as soberbas Castelhanas,  
Co peito desprezou firme & sereno,  
Porque não he das forças Lusitanas,  
Temer poder maior, por mais pequeno  
(...)*<sup>128</sup>

A alusão camoniana às “soberbas Castelhanas” é bastante abrangente. Portugal e Castela estavam, durante todo o medievo, envolvidos numa relação que oscilava entre a aliança e a traição, o matrimônio e o repúdio, a paz e a escaramuça. Uma perene tensão suspendia-se nas fronteiras entre os reinos por diversos motivos. Desta forma, Camões poderia estar referindo-se a qualquer inquietação que pudesse ter existido entre os reinos e que envolvesse o período de regência do rei D. Afonso IV. Contudo, de acordo com a disposição dos versos – no início do Episódio da Batalha do Salado – é possível afirmar que as ditas “soberbas Castelhanas” dizem respeito à crise matrimonial que se abateu sobre as casas reais de Portugal e Castela, um imbróglio que envolveu a quebra de dois contratos matrimoniais e, conseqüentemente, duas alianças diplomáticas, além de um terceiro acordo matrimonial que causou sérios litígios. No intervalo de tempo entre 1328 e 1340, as relações entre os reinos foram deteriorando-se, devido às tensões causadas pela quebra de diversos contratos diplomáticos,<sup>129</sup> entre eles: o acordo matrimonial do infante D. Pedro com D. Branca de Castela (sob a alegação de que a castelhana era doentia e possuía distúrbios mentais); pelo impedimento do casamento entre o mesmo infante e D. Constança de Peñafiel (pelo encarceramento da noiva em território castelhano, promovido pelo rei D. Afonso XI) e, finalmente, pela quebra do contrato matrimonial entre D. Afonso XI e D. Maria, quando o rei rechaça a rainha em favor de uma concubina, D. Leonor de Guzmán. Debruçamos nosso olhar sobre o último caso, e Rui de Pina apresenta-nos um panorama do desprezo sofrido pela rainha de Castela:

*(...) do tempo que lhe elRey comesoo a ter afeyção ate sua morte delle sempre deu poder a ella [D. Leonor] sobre sy, & sobre todas as cousas do Reyno, que se faziam, & ordenavam todas a sua vontade, & disposição de qualquer importancia, & sustancia, que fossem de maneyra, que a Rainha Dona Maria, & o Infante Dom Pedro seu filho heredeyro nam tinham nem lhes ficavam mays, que os nomes de suas*

<sup>128</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p.54v.

<sup>129</sup> SOUSA, Armindo de. 1325 – 1480. In: MATTOSO, José. (Dir.) **Op. Cit.**, p. 407.

*Reaes dignidades, nus, & singelos com muyto pouco de que a sua Real preeminencia se devia.*<sup>130</sup>

Segundo Rui de Pina, D. Maria e seu filho pequeno, destituídos de todas as posses às quais teriam direito enquanto rainha e infante herdeiro, sofrem o descaso de D. Afonso XI e os caprichos de D. Leonor de Guzmán. Esta é uma faceta dos antecedentes do episódio da Batalha do Salado que é de extrema importância: ainda que Camões não se valha destes pormenores, a personagem de D. Maria n’*Os Lusíadas* é representada como a boa esposa, a boa mãe, a boa rainha e esta representação, por sua vez, é fundamentada naquela que a Crônica realiza, que enaltece D. Maria como um exemplo de rainha que “*com muyta mansidam, & grande paciencia sofria, sem disto aos do Reyno nem a elRey seu padre numqua se querer agravar, nem querelar, como de muytos era requerida e aconselhada (...)*”<sup>131</sup>, e que punha as questões políticas à frente de seu próprio sofrimento – uma questão recorrente, tanto nas Crônicas quanto n’*Os Lusíadas*.

O suplício matrimonial de D. Maria estende-se por anos. Ao mesmo tempo que seu marido a humilhava através de todos os gestos de favorecimento que cometia na direção de D. Leonor de Guzmán, D. Afonso XI desafiava Portugal com o encarceramento de D. Constança, sua repudiada primeira esposa e noiva do infante D. Pedro. A crônica relata as tentativas de concórdia, realizada através de mensageiros que transitavam entre os reinos, com missivas e notificações que buscavam um acordo. A via epistolar não funcionou como o esperado e, logo, o rei português inicia as represálias diretas: primeiro, reunindo os alcaides portugueses para ajudá-lo a destituir os fidalgos castelhanos instalados em suas terras<sup>132</sup> e depois partindo para o combate armado, optando por escaramuças de devastação de povoados e vilas.<sup>133</sup> Castela devolve na mesma moeda e esta fase do conflito perdura até que o rei de França e o Papa em Avignon enviam mensageiros e intercessores para conciliar os reinos,<sup>134</sup> posto que ao mesmo tempo em que Portugal e Castela se desgastavam nesta querela, mouros granadinos e marroquinos praticavam pequenas incursões no território ibérico, uma ameaça que se provou bastante concreta na invasão que deu origem à Batalha do Salado. Partindo da intromissão estrangeira na querela e com a crescente ameaça fervilhando no Norte de África, Portugal e Castela decidem encerrar as hostilidades e, sobretudo, unir-se contra os mouros. Rui de Pina detalha a questão:

<sup>130</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 11v.

<sup>131</sup> **Ibid.**, p. 11v.

<sup>132</sup> **Ibid.**, p. 32v.

<sup>133</sup> **Ibid.**, p. 34v.

<sup>134</sup> **Ibid.**, p. 40v.

*(...) estando (...) do anno do nascimento de Nosso Senhor Iesu Christo de mil, & trezentos, & corenta (...) depois de bem praticadas todas as duvidas, & debates ao primeyro dia de julho da sobredita era, & anno concordarão paz perpetua antre os ditos Reys nesta sustancia a saber loguo com perdão de todalas mortes, & roubos de huuma parte e da outra, & com entrega das fortalezas, villas, & Cidades que fossem tomadas, & com liure soltura de todolos prezos, & catiuos sem algum preço bem resgate, & que sem prazer dambos se não fizesse tregoa nem paz com elRey de Benamarim, & (...) elRey de Castella ficou de tratar dahi em diante a Rainha sua molher como devia, & nom trouxesse comsigo Leanor Nunes como trazia.*<sup>135</sup>

Como pudemos observar, o cronista narra que os conflitos foram solucionados com desfecho favorável aos portugueses: na mesma ocasião em que D. Maria é readmitida na corte castelhana, o infante D. Pedro consegue a dissolução efetiva de seu casamento com D. Branca e seu processo de casamento com D. Constança de Peñafiel é finalmente concluído. Suspendem-se as hostilidades, as posses de terra são recuperadas, os presos e cativos são libertados. Acerta-se uma paz necessária, uma paz prática, que visava a reorganização diplomática frente a uma ameaça mais grave do que as represálias a uma quebra de contrato matrimonial. É a partir do acertado neste acordo de paz estabelecido entre maio e julho de 1340 que a narrativa cronística e a narrativa camoniana começam a trilhar o mesmo recorte temporal acerca destas questões. Ao mesmo passo que a paz era acertada, em Gibraltar a tensão entre os cristãos castelhanos e os mouros de Granada aumentava. A Crônica dá conta de que um príncipe de Marrocos, filho do sultão reinante, fora assassinado nos conflitos entre estes dois grupos,<sup>136</sup> o que torna a situação insustentável no âmbito da alta política de então, incitando os marroquinos a um ataque ao território ibérico, culminado na Batalha do Salado.

Camões abre o episódio da Batalha do Salado com um prólogo: o rei castelhano percebe que, sem o auxílio do rei de Portugal, não conseguirá superar a nova ameaça a seu reino. Com o acordo de paz ainda fresco nas dinâmicas políticas entre os dois reinos, D. Maria assume um papel capital nas novas comunicações de guerra entre Portugal e Castela. O poeta narra esta passagem:

*E vendo o Rei sublime Castelhana,  
A força inexpugnabil, grande e forte,  
Temendo mais o fim do pouo Hispano,  
Ia perdido huma vez, que a propria morte  
Pedindo ajuda ao forte Lusitano,  
Lhe mandaua a carissima consorte,  
Molher de quem a manda, e filha amada*

<sup>135</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 45 – 45v.

<sup>136</sup> **Ibid.**, p. 48.

*Daquelle a cujo Reino foi mandada.*<sup>137</sup>

Como pudemos analisar anteriormente, a participação de D. Maria nestas negociações trata-se de um estratagema político. Não é incomum encontrar nas fontes os registros de rainhas, damas e princesas participando de deliberações políticas, atuando como mensageiras quando o diálogo girava em torno de assuntos delicados e se fazia necessário, e conciliadoras nos momentos de crise. Observando apenas a narrativa da *Crônica de D. Afonso IV*, podemos destacar a Rainha Santa Isabel – admoestando seu neto, D. Afonso XI, nas questões matrimoniais; a Rainha D. Maria, nesta ocasião da Batalha do Salado e a Rainha D. Beatriz de Castela, agindo como intercessora no sério conflito entre seu marido, D. Afonso IV e seu filho, o infante D. Pedro.<sup>138</sup> Contudo, apesar de comum, o peso da ação de D. Maria neste contexto era maior, devido a toda a querela recente que se passara entre os reinos e sua central e delicada posição nas dinâmicas anteriores. Segundo Rui de Pina, o rei de Castela vale-se da aliança de paz com Portugal, da cristandade do rei e do fator emocional que causaria um pedido de socorro partido de D. Maria:

*(...) elle pedio à Raynha D. Maria sua molher, que sobre isso viesse a elRey seu Padre porque em caso que a isso se demovesse como se delle esperava, por ser Rey Christão, & taõ catholicico, & ter com elle tam estreitos devidos, & por saber que este mal a todolos Reys de Espanha igualmente se podia estender porem cria que sua vista della com sua intercessam, & assi com a representaçam destas necessidades em sua pessoa aproueitaria muyto (...)*<sup>139</sup>

O discurso d’*Os Lusíadas* alinha-se com o da *Crônica de D. Afonso IV* na descrição dos imediatos antecedentes da Batalha do Salado, o que não quer dizer que o contexto anterior não esteja presente no intertexto camoniano. Quando o poeta cita as “soberbas Castelhanas” e a resistência lusitana face à postura do reino vizinho, quando cita a possessão do “Esperico terreno” pelas “gentes Mauritanas” que se diziam “de Deos açoute

<sup>137</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.** p. 54v.

<sup>138</sup> A *Crônica de D. Afonso IV* dá conta da ação das rainhas de Portugal e Castela nas deliberações com intuito de resolver querelas internas ou diplomáticas. A Rainha Santa Isabel, por exemplo, deixa a reclusão do mosteiro de Santa Clara para ter com o neto, D. Afonso XI, uma audiência sobre o mau tratamento que ele dispensa à sua nova esposa, a Rainha D. Maria e de que maneira isso poderia lhe prejudicar politicamente. A Rainha D. Maria, como estamos acompanhando ao longo desta dissertação, envolve-se nas negociações de participação de Portugal na Batalha do Salado e, anos mais tarde, a Rainha D. Beatriz, esposa de D. Afonso IV, negocia em Canavezes a paz entre seu marido e seu filho, D. Pedro de Portugal por ocasião do assassinato de D. Inês de Castro. A ação política das rainhas e infantas está pontualmente documentada nas *Crônicas Régias*, mas é através destes registros que são pouco mais que citações que podemos compreender um pouco das funções políticas e sociais das mulheres da realeza e da nobreza no tardomedieval. Para mais, ver, respectivamente: PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 7 – 7v.; p. 55 – 56; p. 72.

<sup>139</sup> **Ibid.**, p. 55v.

horrendo” e que possuíam o “(...) poder excessivo de Granada”;<sup>140</sup> estes são indícios do contexto do qual se propõe a tratar, das informações que podem ser encontradas em seu intertexto. Camões focaliza a ação em D. Maria e D. Afonso IV, mas não descontextualiza seus envolvimento no episódio, não os destaca da ação. A base do modelo de D. Maria no poema camoniano está, justamente, na construção desse exórdio, deste leito de informações preliminares que podemos encontrar no entrelaçamento das referências do intertexto camoniano e do discurso direto da fonte utilizada pelo poeta, a *Crônica de D. Afonso IV*. Conhecemos a trajetória desta rainha, suas origens e os processos que a localizaram no centro da ação narrada durante o Episódio da Batalha do Salado, mas o modelo só será inteiramente decodificado com a soma deste aos outros fatores constituintes, no caso, as características físicas e psicológicas atribuída à personagem em suas representações cronística e camoniana.

## II. *Características Particulares & Apresentação*

Descrever algo ou alguém é a primeira abordagem de quando queremos dar tal objeto ou pessoa ao conhecimento. O ato de descrever, o que quer que seja, é um ato de compartilhamento de perspectivas, de atribuição de características para que a imagem do ente ou objeto seja idealizada por aquela pessoa que recebe as informações cedidas. Na concepção de um modelo literário as características particulares de uma personagem – sua aparência física, suas peculiaridades de comportamento, seu temperamento, suas idiosincrasias psicológicas e racionais – são descritas não apenas para aproximar o leitor da personagem, mas também como parte do exercício de envio de mensagens exemplares, de fornecimento de referências de personalidade que sejam passíveis de reprodução ou repreensão.

Este esforço em remeter tais mensagens referenciais de personalidade, tais exemplos a serem reproduzidos, completa-se com a apresentação da personagem na narrativa: dialogar estes dois fatores constituintes do modelo é o que dá corpo à ideia, é o que torna palpável e discernível aquela personagem enquanto modelo. No caso de D. Maria de Portugal, não basta descrever sua aparência para sustentar a imagem do modelo: é preciso que se observe a maneira com esta personagem se coloca – ou, melhor, é inserida pelo poeta – no cenário da narrativa.

<sup>140</sup>

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 54v.

A descrição de D. Maria de Portugal n' *Os Lusíadas* envolve características físicas e atributos psicológicos e intelectuais. O poeta descreve a aparência da rainha de Castela no momento em que ela adentra os paços do rei D. Afonso IV para levar ao pai o pedido de ajuda do reino de Castela:

*Entraua a fermosissima Maria,  
Polos paternais paços sublimados,  
Lindo o gesto: mas fora de alegria,  
E seus olhos em lagrimas banhados,  
Os cabellos Angelicos trazia,  
Pelos eburneos hombros espalhados:  
Diante do Pay ledto, que a agasalha,  
Estas palauras tais chorando espalha.*<sup>141</sup>

A descrição do poeta é pungente: a “formosíssima” D. Maria vai à audiência com o rei D. Afonso IV com os “angélicos” cabelos soltos, espalhados pelos ombros pálidos; chorosa, frágil. D. Maria, neste momento, está desarmada, vai emocionada ao encontro do pai para pedir o socorro de Castela. Contudo, se observássemos apenas a fragilidade da aparência física de D. Maria, desconsiderar-se-ia a força de seus motivos: esta é uma rainha com uma missão, esta é a maior mensageira de Castela agindo em tempos de guerra. A completude de sua imagem, em Camões, ocorre durante sua fala, quando D. Maria coloca a questão posicionando-se em dois pontos fundamentais: rainha de Castela e infanta de Portugal:

*Aquelle que me deste por marido,  
Por defender sua terra amedrontada,  
Co pequeno poder, offerecido  
Ao duro golpe está, da Maura espada,  
E se não for contigo socorrido,  
Verme as dele & do Reino ser priuada,  
Viua & triste, & posta em vida escura,  
Sem marido, sem Reino, & sem ventura.*

*Por tanto, ô Rei, de quem com puro medo,  
O corrente Muluca se congella,  
Rompe toda a tardança, acude cedo,  
Aa miseranda gente de Castella.  
Se esse gesto que mostras claro & ledto,  
De pay o verdadeiro amor assella:  
Acude & corre pay, que se não corres,  
Pode ser que não aches quem socorres.*<sup>142</sup>

<sup>141</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 55 – 55v.

<sup>142</sup> **Ibid.**, p. 55 – 55v.

A fragilidade e o desespero da aparência de D. Maria, sozinhos na descrição de suas características particulares, poderiam ser interpretados como aspectos não condizentes a um modelo de rainha. Entretanto, ao analisarmos conjuntamente a aparência descrita da rainha num momento de angústia e a forma como o poeta lhe atribui eloquência, loquacidade e justeza estratégica, podemos reconhecer em D. Maria uma postura de liderança adequada a uma rainha num contexto de guerra. A rainha de Castela põe-se à frente das questões, ainda que o porvir de uma guerra a exaspere às lágrimas, ela domina o pedido que o rei D. Afonso XI lhe faz, chega em Portugal e expressa ao pai os perigos iminentes que se impõem ao território. Neste momento, D. Maria é uma manifestação da coragem régia, do domínio completo da postura real: pôr o reino à frente e arrebanhar os aliados para o seu lado nos momentos de crise. Na *Crônica de D. Afonso IV*, a descrição da chegada de D. Maria a Portugal e da audiência com D. Afonso IV é igualmente tocante:

*& a Raynha outorgamdo na vinda de Portugal, & aparelhada pera isso com a trigança, que a tal necessidade requeria, vindo em romaria primeiro a Terena, dahi se veyo loguo á Cidade de Evora, em Portugal onde el Rey, & a Raynha Dona Beatriz seus Padre, & Madre, sabendo que vinha, a vieram esperar, & a receberam com muyta honra, & com sinais de grande amor, & loguo sem mais trespasso a Raynha com grande humildade, & muytas lagrimas disse a elRey o fundamento, esperança, & necessidade, com que vinha que era pedirlhe com grande efficacia que em sua pessoa, & com as gentes darmas, & Frotas, & tizouros de seus Reynos, quizesse em tão evidente periguo hir ajudar elRey Dom Affonso seu marido, contra os Mouros imigos da Fee, & da Cruz (...)*<sup>143</sup>

Na *Crônica de D. Afonso IV*, Rui de Pina descreve que a rainha D. Maria chega à Évora com a pompa que seu *status* exige, sob o ritual que envolvia as audiências diplomáticas. Ao ser recebida pelos reis de Portugal, seus pais, a formalidade ritualística quebra-se e na segurança da presença familiar – “*com muyta honra, & com sinais de grande amor*”, a D. Maria cronística expõe a D. Afonso IV e D. Beatriz a situação de seu marido e do reino de Castela que a leva a pedir socorro não apenas do pai, mas do rei de Portugal.

Nas duas obras, D. Maria solicita que, em pressa, Portugal pegue em armas para o socorro de Castela. Tanto no poema quanto na Crônica, a emoção não lhe turva ou nubla a imagem de rainha forte e intercessora, de esposa diletta e de filha obediente, pelo contrário: a paixão demonstrada por D. Maria na causa de Castela representa que ela atendia aos desígnios de Deus ao deter a coroa castelhana. Todas estas qualidades de D. Maria estão

<sup>143</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 55v. [Grifos nossos.]

ilustradas na descrição de suas características e na apresentação de seu posicionamento dentro das narrativas: ela chega com a majestade correspondente a seu posto, ela emociona-se ao relatar a causa que a leva a pedir socorro, advoga pelo povo de Castela e pelo rei seu marido e intercede pela defesa da fé. Tanto no discurso d’*Os Lusíadas* quanto no discurso cronístico, a imagem régia atribuída a D. Maria, é a de rainha e mãe, *regina et mater*, do povo castelhano. Contudo, uma intercessora realiza seu papel através de suas palavras e de seus atos, não apenas pela sua aparência forte e postura pungente. É preciso que analisemos o discurso e as ações desta personagem nas duas narrativas para, finalmente, encaixar os atributos que completam seu modelo literário.

### III. Discurso & Ações

O processo de construção de um modelo literário a partir de uma personagem histórica conclui-se com a atribuição de um discurso que possa alinhar-se com os antecedentes da dita personagem, as características e os posicionamentos que apresenta na narrativa e, conseqüentemente, a concessão de ações que transpassem todos estes fatores anteriores, conferindo assim coerência ao modelo completo. Tanto o discurso quanto as ações de uma personagem que exerce o papel de modelo em uma narrativa lítero-historiográfica estão diretamente ligados aos antecedentes de tal personagem, uma vez que o exemplo construído deve prezar por uma certa coesão com outros registros e representações realizados acerca desta figura. Contudo, é necessário lembrar o que analisamos no Capítulo I desta dissertação: o discurso não é isento, carrega ideologias a serem transmitidas pelo texto. Esta afirmação aplica-se aos textos cronístico e camoniano: como obras que obedecem ao projeto político avisino de construção de memória, legitimação e continuidade, seus discursos não devem isentar-se da transmissão desta ideologia. É este fator que sacramenta, enfim, a formação do modelo.

Tanto no texto d’*Os Lusíadas* quanto no texto da Crônica de D. Afonso IV, D. Maria de Portugal tem extensos momentos de discurso: enquanto advogada de uma causa, enquanto intercessora por Castela, é preciso que a rainha verbalize o problema para que o rei D. Afonso IV concorde em ajudar o reino vizinho. No épico camoniano, este é o fator que concede às personagens de Maria de Portugal e Inês de Castro o protagonismo de seus episódios. Ambas as representações da rainha de Castela seguem uma linha muito parecida de discurso acerca da invasão de Tarifa pelos mouros e a necessidade do socorro de

Portugal. Entretanto, há sensíveis diferenças entre os dois discursos atribuídos à personagem. Analisemos o trecho d’*Os Lusíadas* no qual D. Maria realiza seu apelo.

*Quantos pouos a terra produzio  
De Africa toda gente fera & estranha,  
O grão Rei de Marrocos conduzio  
Pera vir possuir a nobre Espanha:  
Poder tamanho junto não se vio,  
Despois que o salso Mar a terra banha.  
Trazem ferocidade, & furor tanto,  
Que a viuos medo, & a mortos faz espanto.*

*Aquelle que me deste por marido,  
Por defender sua terra amedrontada,  
Co pequeno poder, offerecido  
Ao duro golpe está, da Maura espada,  
E se não for contigo socorrido,  
Verme as dele & do Reino ser priuada,  
Viua & triste, & posta em vida escura,  
Sem marido, sem Reino, & sem ventura.*

*Por tanto, ô Rei, de quem com puro medo,  
O corrente Muluca se congella,  
Rompe toda a tardança, acude cedo,  
Aa miseranda gente de Castella.  
Se esse gesto que mostras claro & ledó,  
De pay o verdadeiro amor assella:  
Acude & corre pay, que se não corres,  
Pode ser que não aches quem socorres.<sup>144</sup>*

D. Maria expõe a D. Afonso IV a magnitude do exército mourisco, composto pelos combatentes marroquinos que atravessaram o estreito de Gibraltar para unir-se àqueles que se encontravam em Granada. A rainha, n’*Os Lusíadas*, alude à travessia dos marroquinos pelo mar, e a “ferocidade” que os acompanhou ao território ibérico. Ela compara o poderio castelhano ao mourisco, e informa ao rei de Portugal que D. Afonso XI de Castela está encurralado. D. Maria diz ao pai que seu auxílio é indispensável, uma vez que se não for ao socorro de Castela, ela será destituída de tudo o que possui (“*Sem marido, sem Reino, & sem ventura.*”). A rainha ainda alude às glórias passadas dos lusitanos, que não sofriram mais com uma ameaçadora presença mourisca em seu território, como os castelhanos – que tinham Granada ao sul. Por último, D. Maria apela para que D. Afonso IV a ajude em nome do “[*De pay o] verdadeiro amor*” e depressa, que a demora só faria fortalecer os muçulmanos e facilitar a queda de Castela.

144

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 55 – 55v.

Nestas três estrofes, Luís de Camões atribui à rainha D. Maria não apenas uma vaga noção do perigo, mas o conhecimento político e prático da situação que se impõe à Península Ibérica como uma mensageira diplomática certa – podemos afirmar a partir de três versos “*De Africa toda gente fera & estranha / O grão Rei de Marrocos conduzio / Pera vir possuir a nobre Espanha*” uma vez que a noção de “Espanha” se misturava à de Península Ibérica, devido ao fato de que o território era conhecido à época, e desde os romanos, como *Hispania*. A partir destas estrofes, sabemos que a D. Maria camoniana está ciente de onde vêm os mouros (Marrocos), de que maneira alcançaram o território ibérico (via marítima), o tamanho e o poderio de seus exércitos (“*Poder tamanho junto não se vio*”), as prospecções sobre a situação de Castela (um exército menor do que o mourisco, uma cidade sitiada, a provável queda do rei e do reino), as prospecções sobre sua própria situação (com a queda de Castela, D. Maria não ficaria apenas viúva: seria a viúva pobre de um rei deposto. Perderia suas posses, de arras e dotes, perderia seu *status* na realeza local, perderia em valor de negociação para um novo casamento, portanto, sem *marido*, sem *reino*, e sobretudo sem *ventura*.) A D. Maria cronística aborda os mesmos pontos em seu discurso:

*& a Raynha outorgamdo na vinda de Portugal, & aparelhada pera isso com a trigança, que a tal necessidade requeria, vindo em romaria primeiro a Terena, dahi se veyo loguo á Cidade de Evora, em Portugal onde el Rey, & a Raynha Dona Beatriz seus Padre, & Madre, sabendo que vinha, a vieram esperar, & a receberam com muyta honra, & com sinais de grande amor, & loguo sem mais trespasso a Raynha com grande humildade, & muytas lagrimas disse a elRey o fundamento, esperança, & necessidade, com que vinha que era pedirlhe com grande efficacia que em sua pessoa, & com as gentes darmas, & Frotas, & tizouros de seus Reynos, quizesse em tão evidente periguo hir ajudar elRey Dom Affonso seu marido, contra os Mouros imigos da Fee, & da Cruz, porque em sua ajuda, & esforço da sua real pessoa, elRey tinha tal confiança que se o visse consiguo, afirmava que nam temeria a dar batalha a todo o mundo, que lhe fosse contrario quamto mais aos Reys de Marroquos, & de Grada, de quem com graça de Deos esperava aver loguo certa, & dezejada victoria*<sup>145</sup>

Na *Crônica de D. Afonso IV*, Rui de Pina não cede discurso direto à rainha de Castela – ao contrário de Camões, contudo, isto se deve às características distintas de narrativa; o cronista descreve o que ela teria dito ao rei D. Afonso IV na audiência solicitada. O cronista ressalta o conhecimento de D. Maria sobre as táticas bélicas e estratégicas utilizadas em combates da magnitude daquele que se avizinhava: ela solicita

145

PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 55v. [Grifos nossos.]

exércitos, frotas e dinheiro para o esforço de auxílio ao rei de Castela, D. Afonso XI (“(...) *gentes darmas, & Frotas, & tizouros, de seus Reynos (...)*”); alude à faceta cruzadística que dava o tom do embate (“(...) *ajudar Dom Affonso seu marido, contra os Mouros imigos da Fee, & da Cruz (...)*”) de maneira muito similar ao argumento que poderia ter sido utilizado pelo rei de Castela e que podemos observar no texto da *Crônica de D. Afonso XI* – e também na de D. Afonso IV. Por fim, a D. Maria cronística encerra seu apelo de forma semelhante à sua representação camoniana, recorrendo à lembrança do poderio lusitano em confrontos passados com os mouros – demonstrado pelos seus antepassados – e atribuindo “*certa, & desejada victoria*” à vontade de Deus.

Ambas as obras, poema e crônica, apresentam-nos D. Maria na mesma situação – em audiência com D. Afonso IV, suplicando por ajuda – e atribuem a ela a mesma postura e o mesmo discurso, no qual ela solicita que a cristandade da terra da Espanha ofereça guerra ao mouro invasor. D. Maria vai até Portugal como filha e esposa, mas argumenta como infanta de Portugal, rainha de Castela e diplomata da causa cristã: ela expõe o perigo, informa as circunstâncias, leva a mensagem de seu marido e soberano e solicita a ajuda em termos militares, alegando os riscos práticos para Portugal e Castela de uma derrota de tal magnitude.

Tanto a *Crônica de D. Afonso IV* quanto *Os Lusíadas* seguem suas narrativas na mesma direção: após ouvir o apelo de D. Maria, o rei de Portugal toma a sua decisão acerca de uma participação na batalha que se aproxima contra os mouros. Há diferença, entretanto, na apresentação do personagem. N’*Os Lusíadas*, D. Afonso IV não profere as palavras de concessão, de atendimento ao apelo da filha. Camões representa a aceitação da empreitada através do gesto do rei:

*Não de outra sorte a tímida Maria  
Fallando está, que a triste Venus, quando  
A Iupiter seu pay fauor pedia,  
Pera Eneas seu filho, navegando,  
Que a tanta piedade o comouia,  
Que caído das mãos o rayo infando:  
Tudo o clemente Padre lhe concede,  
Pesandolhe do pouco que lhe pede.<sup>146</sup>*

D. Afonso IV, no texto camoniano, não fala diretamente dentro do discurso da narrativa, mas considera o pedido da filha “*pouco*” e concede, comovido, o socorro de que Castela necessita. A sequência do poema, a estrofe seguinte, já se dá na véspera da Batalha

<sup>146</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 56v.

do Salado, quando Camões narra D. Afonso IV atravessando o campo castelhano e encaminhando-se para a contenda com D. Maria a seu lado.

*Entre todos no meio se sublima,  
Das insignias Reais acompanhado,  
O valeroso Affonso, que por cima  
De todos, leua o collo aleuantado,  
E somente co gesto esforça e anima,  
A qualquer coração amedrontado.  
Assi entra nas terras de Castella,  
Com a filha gentil Rainha della.<sup>147</sup>*

N<sup>o</sup> *Lusíadas*, D. Afonso IV marchar para a guerra ao lado de D. Maria não é uma descrição de um pai que é acompanhado por uma filha: é uma representação do reino de Portugal avançando para ajudar a Castela, é a cristandade seguindo para a luta contra o mouro infiel. Camões descreve os descendentes de D. Afonso Henriques caminhando para a vitória da Batalha do Salado, o próprio espírito cristão lusitano que serve de alavanca para o processo de aplicação do projeto político de legitimação, construção de memória e continuidade da Dinastia de Avis.

Na *Crônica de D. Afonso IV*, Rui de Pina trata do mesmo assunto – a aceitação do pedido de ajuda, a ida de D. Afonso IV e D. Maria a Castela – por uma perspectiva sensivelmente diferente, ainda que tanto a cronística lusitana quanto o épico obedeçam aos mesmos princípios legitimadores avisinos. A diferença crucial é que o cronista concede voz ao rei de Portugal:

*(...) a qual embaixada elRey de Portugal, acezo loguo da graça do Espirito Sancto, recebeu afeytuosamente em seu coraçam, & esforçado della loguo lhe respondeo, dizendo; Filha, Senhora, este feyto a que vindes, he muy grande, & importa tanto quanto vedes, & porem que fosse mayor, & de mais periguo, & nelle pera o fazer nam ouvessem as Urgentes razões, & muytas obrigações que me apontais, sabey que so por serdes a mesageira, eu o faria, & e farei, pelo qual dagora crede que por serviço de Deos, & pela honra de Vosso marido, & Vossa neste cazo em mim, & meus Reynos não ficara cousa que a isso nam offereça, pois nelle offerecerey com boa vontade o corpo, & a propria vida como vereis.*

*E a Raynha muy alegre desta resposta lhe beijou as mãos.<sup>148</sup>*

Na crônica, D. Afonso IV inicia seu discurso de aceitação da súplica castelhana chamando D. Maria por “*Filha, Senhora*”, o que denota que, ainda que sejam pai e filha debatendo sobre um assunto, as formalidades rituais de comportamento deveriam ser

<sup>147</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 56.

<sup>148</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 55.

observadas. A postura de D. Maria, em ambos os textos, é intimista, porém não deixa de ser régia: ela dirige-se a D. Afonso como a filha que pede socorro, ao mesmo tempo em que se dirige a ele falando de suas obrigações para com a aliança Portugal-Castela. Ela é abraçada por ele – n’*Os Lusíadas* – e lhe beija as mãos – na *Crônica de D. Afonso IV*. Por sua vez, o rei dirige-se à filha, sim, mas naquela ocasião ela era mais do que isso, ela era a rainha de um reino vizinho em missão diplomática, e a cortesia necessária deveria ser aplicada. D. Afonso IV declara seu apoio a Castela de maneira incondicional em favor do pedido da filha e a serviço de Deus e da honra dela – enquanto Rainha, do rei D. Afonso XI e dele própria, como rei cristão, independentemente de todas as obrigações contratuais que ela sinaliza e do perigo que desponta no território castelhano.

A *Crônica de Afonso IV* prossegue no tema, abordando assuntos que Camões omite: o conselho de guerra, o planejamento da batalha, a convocação do exército – prezando não apenas pelo número de combatentes, mas pela presença dos homens de armas que possuíam “*grandes percebimentos de armas, cavalos, que todos heram necessários (...) o aviam de aver com tamanho poder de Mouros, & ja tam exercitados na guerra*”<sup>149</sup> – e pelo traçado do itinerário. É neste ponto que encontramos mais uma similitude entre a *Crônica de D. Afonso IV* e *Os Lusíadas*: Rui de Pina narra que D. Maria – bem como a rainha D. Beatriz e o infante D. Pedro – acompanha o rei D. Afonso IV em, pelo menos, parte do trajeto para a guerra:

(...) porque elRey de Portugal sabendo de sua vinda com ambas as Raynhas, & com o Infante Dom Pedro seu filho, erdeyro, o veyo esperar [D. Afonso XI] em Ierumenha onde todos se viraõ, & como esquecidos das muytas payxões passadas, elles com mostrança de muyto amor, & grande prazer se trataraõ, & depois de ambos apartados, el Rey de Castela deu inteira conta do seu cazo (...) <sup>150</sup>

Ainda que a narrativa cronística acerca da ida de D. Maria soe menos épica que a d’*Os Lusíadas*, tal fato não diminui a importância da volta ao reino da rainha de Castela acompanhada do exército português às suas costas. D. Maria cumpre o dever que lhe fora dado, não apenas o de retornar com ajuda, mas aquele que lhe fora imputado no momento do matrimônio que fundamentara a aliança Portugal-Castela, o papel de rainha, de advogada, de intercessora e de mãe do reino castelhano.

Analisamos que a partir do momento em que o discurso é atribuído à D. Maria – direta ou indiretamente – é a Rainha de Castela que ocupa o lugar de fala. É a mulher que

<sup>149</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 56.

<sup>150</sup> **Ibid.**, p. 56.

assume uma miríade de papéis políticos ao longo dos dois textos. D. Maria é a advogada do povo castelhano contra os invasores mouriscos, embaixadora de Castela em Portugal, rainha de um rei que se vê sob um perigo real de destituição, e símbolo físico de um acordo de paz que obriga a colaboração mútua entre os reinos por ocasião de uma guerra. É uma mulher que faz o caminho de volta para a casa, cumpridora dos papéis que lhe foram imputados por ocasião de seu matrimônio com o rei de Castela. Tais qualidades impostas à representação de D. Maria dialogam com um modelo bíblico de mulher, tal como abordamos no início deste capítulo e detalhamos a partir deste ponto.

#### *IV. Alinhamento com exemplo bíblico*

O comportamento feminino no tardomedieval era, como pudemos analisar no início deste Capítulo III, regulado e regulamentado pelos modelos bíblicos de mulher pregados pelos clérigos da Igreja. A esta regulação, todas as mulheres, de todos os estratos sociais tardomedievais, estavam submetidas. Ainda que o conteúdo das admoestações fosse o mesmo, o teor discursivo adaptava-se à realidade de cada mulher admoestada para a busca de Deus para que seu comportamento se pautasse segundo as mulheres da Bíblia. Miriam Cozer explicita-nos a lógica desta prática:

*A literatura pastoral e didática dirigida às mulheres, fundamentada na tradição, nas exegeses das escrituras e também no pensamento aristotélico, insistiu veementemente nos atributos de castidade, humildade, modéstia, sobriedade, silêncio, trabalho, misericórdia e custódia ao longo dos séculos XII ao XV.<sup>151</sup>*

Paralelamente, também observamos a perspectiva de Carla Casagrande acerca do papel social das mulheres da realeza e da aristocracia desta época: servir de exemplo moral para as outras mulheres do reino. No pináculo desta estrutura cultural estava a rainha, cuja posição hierarquicamente superior a transformava no paradigma moral e religioso no qual as mulheres deveriam se espelhar.<sup>152</sup> Quando dialogamos estas duas tendências sociais e comportamentais, percebemos que: se a Bíblia é a fonte dos modelos – positivos, negativos ou transicionais – teóricos a serem observados para que o comportamento feminino seja satisfatório a Deus e as mulheres se afastem, desta forma, do pecado; as rainhas constituíam o exemplo da prática do modelo em si. Uma boa rainha era aquela que, entre outras características, transmitia o conhecimento de tais exemplos às suas súditas e

<sup>151</sup> COZER, Miriam Cabral. **Op. Cit.**, p. 1.

<sup>152</sup> CASAGRANDE, Carla. *The Protected Woman*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 78 – 79.

reproduzia, ou deveria reproduzir, através das práticas diárias de comportamento o que os clérigos – apoiados na Bíblia – teorizavam. A rainha era o núcleo moral a partir do qual esta postura cotidiana baseada no modelo se espalhava pelas mulheres que a cercavam e que eram instruídas a repetir para outras, criando uma rede de práticas morais.

Quando transferimos o conhecimento desta lógica cultural de moralização feminina para as obras da literatura moralizante avisina, ocorre uma sobreposição de práticas: tanto nas Crônicas Régias quanto n’*Os Lusíadas*, os personagens – sobretudo aqueles dos centros reais e aristocráticos portugueses – devem servir de exemplo, seguindo a tendência do projeto político da Dinastia de Avis, para a criação de memória e legitimação dinástica do reino de Portugal. Desta forma, ocorre uma fusão de atribuições em nossas personagens: D. Maria e D. Inês desempenham simultaneamente, nas narrativas das Crônicas Régias e d’*Os Lusíadas*, o papel designado para suas representações pelos cronistas e pelo poeta, e também aqueles que já lhes eram atribuídos em seu tempo.

O alinhamento da representação de D. Maria de Portugal a um modelo bíblico de mulher está diretamente relacionado aos fatores que detalhamos neste Capítulo III. Analisamos, a seguir, os fatores componentes do modelo de D. Maria através da observação de seus aspectos definidores: seus antecedentes, sua aparência, sua apresentação, e seu discurso e suas ações. E então, observaremos que tais aspectos unidos no modelo avisino de D. Maria, encontram-se também atrelados a um dos modelos bíblicos mais extensamente utilizados pela Igreja para estabelecer padrões comportamentais entre as mulheres, sejam estas leigas ou religiosas.

D. Maria n’*Os Lusíadas* é descrita como “*carissima consorte*”, “*molher*”, no mesmo sentido de “esposa”; “*filha amada*” (estrofe CI), “*fermosissima*”, com os olhos “*em lagrimas banhados*”, os “*cabellos Angelicos*” espalhados pelos “*eburneos hombros*” (estrofe CII), “*timida*” (estrofe CVI), “*filha*” novamente, “*gentil*” e, finalmente, “*Rainha*”. (estrofe CVIII).<sup>153</sup>

Já na *Crônica de D. Afonso IV*, alguns dos termos utilizados para descrever a infanta de Portugal e Rainha de Castela, do início da crônica até capítulo que narra a Batalha do Salado, são: “*filha*”, “*infanta*” (inúmeras vezes ao longo da Crônica, a partir do capítulo III); “*molher*” (no mesmo sentido de “esposa”), “*Raynha*” (ou “*Rainha*”, diversas vezes, a partir do capítulo IV, que narra seu matrimônio com o rei D. Afonso XI de Castela); prenhe (“[...] a Rainha Dona Maria de Castela empenhou do Infante Dom Pedro que

<sup>153</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 54v. – 56.

*despois foy Rey [...]”*<sup>154</sup>, no capítulo V); “*coroada*” (cap. V), “*com a graça de Deos e saude*” (cap. V, na ocasião do parto do Infante D. Pedro de Castela),<sup>155</sup> “*com grande dor, & muyta tristeza*”, por conta da traição do rei com D. Leonor de Guzmán (cap. VII); “*ella com muyta mansidam, & grande paciencia sofria*” (cap. VII);<sup>156</sup> virtuosa (“[...] *com mais temperança [...] esta virtude antre às outras teve sempre á Rainha Dona Maria[...]*”; cap. XXXIII)<sup>157</sup>; detentora de “*grande humildade*”, “*Senhora*” e “*mesageira*”(cap. LVI).<sup>158</sup>

Os textos, camoniano e cronístico, representam D. Maria em termos que, além de muito similares entre si, pertencem ao mesmo eixo de atributos valorizados pela Igreja: honestidade, humildade, caridade, devoção – a Deus, ao reino, ao rei, ao marido, ao pai; honradez, paciência, diligência nos deveres de mulher, modéstia, gentileza e virtude. Mesmo quando se descreve a beleza de D. Maria n’*Os Lusíadas*, no momento em que a rainha vai ao encontro do rei para pedir ajuda, esta beleza não se versa num contexto de vaidade, languidez ou luxúria, mas de contemplação da aparência de uma mulher bela em sofrimento.

Ora, estes termos de qualificação, aliados com o contexto político dos antecedentes de D. Maria, somados aos papéis que ela exerce no contexto da Batalha do Salado – rainha, esposa, filha, mãe, mensageira, intercessora, advogada, redentora – dão a esta personagem as atribuições do exemplo de mulher supremo para a Cristandade, alinham a representação da rainha de Castela ao modelo da Virgem Maria – filha nascida sem pecado, esposa mística de Deus, mãe de Jesus Cristo, intercessora e advogada dos cristãos junto ao Filho, receptora e propagadora da Boa Nova, Rainha dos Céus, origem da vida.<sup>159</sup> Como expõe Jacques Dalarun, a Virgem Maria era a mãe dos homens por excelência, de poder intercessor e protetora dos pecadores, os quais encontram alento em sua piedade maternal. A Mãe de Cristo é a esperança da salvação, e esta característica se pode atribuir à Maria de Portugal no contexto do episódio da Batalha do Salado.

*Still, they were firmly within the tradition (...) one of poetic exaltation of the “always precious virgin,” (...) of filial piety for the Mother of Christ, of confidence in the intercessory powers of Mary, “the sinner’s refuge”*

<sup>154</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 7v.

<sup>155</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 7v. – 8v.

<sup>156</sup> **Ibid.**, 11v.

<sup>157</sup> **Ibid.**, p. 34.

<sup>158</sup> **Ibid.**, p. 55v.

<sup>159</sup> DALARUN, Jacques. *The Clerical Gaze*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 23.

*and “man’s hope”. (...) Mary was the mother par excellence, in whose bosom the unworthy son could bury his shame.*<sup>160</sup>

Estas características marianas estão intrinsecamente imbuídas nas representações de D. Maria de Portugal, como analisamos através da forma como o modelo fora construído ao longo da vigência da literatura moralizante avisina. A representação de D. Maria, tanto no épico quanto na crônica, não está direcionada para uma santificação da personagem através da associação da rainha de Castela com a Virgem Maria – afinal de contas, a Virgem Maria era um modelo que nenhuma mulher poderia atingir, mas de quem todas deveriam tentar se aproximar.<sup>161</sup> O protagonismo de D. Maria de Portugal conecta-se aos movimentos diplomáticos existentes entre os dois reinos e que se sustentavam, em boa parte, nos acordos matrimoniais realizados por conveniência política. Trata-se de construir um panorama harmonioso com a totalidade do projeto político avisino. N’*Os Lusíadas*, o episódio da Batalha do Salado é um momento de estabelecimento de legitimação por exibição de um sustentáculo da *continuidade* entre as dinastias de Borgonha e Avis, enredando as trajetórias destas duas dinastias através da elaboração de um mito fundador que estabelece elos inquebrantáveis entre elas.

Tal mito fundador camoniano faz parte da estruturação do poder simbólico avisino que, neste episódio, tem por núcleo a honradez e o virtuosismo da realeza lusitana em relação aos acordos diplomáticos, características essenciais para que a imagem dos primeiros reis de Portugal fosse moralmente positiva.<sup>162</sup> A representação de D. Maria de Portugal associada ao modelo mariano no épico camoniano significa, portanto, que esta é uma rainha portuguesa que alcança grande virtude ao aproximar-se, através de seus atos enquanto filha, esposa, rainha e mãe, das características exemplares da Virgem Maria; um elemento fundamental para a exaltação de Portugal.

---

<sup>160</sup> Em tradução livre: *Ainda assim, eles eram firmes dentro da tradição (...) uma das exaltações poéticas da ‘sempre preciosa virgem’ (...) e de piedade filial pela Mãe de Cristo, de confiança nos poderes intercessores de Maria, [era] ‘o refúgio dos pecadores’ e ‘a esperança do homem’.* (...) *Maria era a mãe por excelência, em cujo seio o filho indigno poderia enterrar sua vergonha.* Ver em: DALARUN, Jacques. *The clerical gaze*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 25.

<sup>161</sup> FRUGONI, Chiara. *The imagined woman*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 368.

<sup>162</sup> SOUSA, Armindo de. *1325 – 1480*. In: MATTOSO, José. (Dir.) **Op. Cit.**, p. 454 – 455.

## CAPÍTULO IV

### Inês de Castro: Crônicas Régias x *Os Lusíadas*

*O caso triste, & dino da memoria, / Que do sepulchro os homens desenterra,  
Aconteceo da misera, & mezquinha, / Que depois de ser morta foy Rainha.*

– *Os Lusíadas, Canto III, Estrofe CXVIII*

Imediatamente após a narração da retumbante vitória luso-castelhana na Batalha do Salado, Camões exhibe-nos o outro lado da moeda do reinado de D. Afonso IV: o Episódio da Morte de Inês. De acordo com a lógica narrativa d’ *Os Lusíadas* no Canto III – alternar exemplos positivos e negativos de governança, postura régia, decisões políticas, empreitadas bélicas à guisa de admoestação – se o exemplo dado através da representação de D. Maria de Portugal é virtuoso, positivo, honrado, ousado, aquele que lhe sucede versaria sobre temas semelhantes abordados sob uma perspectiva diferente, negativizadora.

Num contexto literário de alternância de exemplos, os modelos são indispensáveis para a estruturação do que tenciona transmitir. Se no Episódio da Batalha do Salado a personagem de D. Maria se alinha em descrição (física, psicológica e de atos e discurso) ao modelo da Virgem Maria – que é o supremo positivo dos modelos de mulher bíblicos tardomedievais – a personagem de D. Inês de Castro obedece à mesma tendência, alinhando-se a um outro modelo bíblico de mulher.

Pela característica-chave da alternância de exemplos da obra camoniana, somos prontamente levados a relacionar a figura de D. Inês com modelos diametralmente opostos ao da Mãe de Cristo: nomeadamente Lilith e Eva. A primeira surge no Antigo Testamento, no Livro de Isaías, como um monstro noturno. Posteriormente, é associada à primeira mulher criada por Deus, da terra, como Adão. Lilith, num ato de rebeldia, recusa-se a submeter-se ao homem e deixa o Jardim do Éden – por vontade própria ou expulsão – retornando em forma da Serpente que tentou Eva a provar do Fruto da Árvore do Bem e do Mal.<sup>163</sup> A segunda, Eva, surge no Livro do Gênesis, gerada no Jardim do Éden a partir da costela de Adão, com o intuito de ser submissa a ele. Segundo a Bíblia, curiosa e vaidosa, Eva cai no estratagema da Serpente, come

<sup>163</sup>

FRYE, Northrop. *Op. Cit.*, p. 173 – 175.

do Fruto da Árvore do Bem e do Mal e incita Adão a fazer o mesmo, atos que ocasionaram a Queda do homem e da mulher e o Pecado Original. Ambos estes modelos bíblicos<sup>164</sup> encontram-se na margem oposta dos valores que o modelo de mulher bíblica da Virgem Maria transmite. Servem ao propósito pedagógico de instruir mulheres nas características e atributos que não deveriam possuir: curiosidade, rebeldia, insubordinação, pró-atividade, vaidade, loquacidade, liberdade sexual, desonestidade, indiferença a Deus, entre outros. Resumidamente, a mulher demoníaca e a mulher tentadora eram os modelos sobre os quais a mulher deveria refletir acerca de suas más atitudes e posturas, e Lilith e Eva correspondem aos graus mais altos destes modelos.

Entretanto, não é possível atribuir qualquer modelo à personagem de D. Inês de Castro – estes dois ou quaisquer outros – sem que percorramos o mesmo caminho de conhecimento que trilhamos para compreender o processo de atribuição de modelo a D. Maria de Portugal. É preciso que tornemos a observar os antecedentes de D. Inês de Castro, suas características particulares, sua apresentação, seu discurso e suas ações n' *Os Lusíadas* e nas Crônicas Régias. Analisar a personagem para desvendar se o seu exemplo alinha-se ao modelo de Lilith, de Eva ou de outra mulher bíblica é imprescindível. E isto exige a compreensão da construção da personagem nas fontes e também a análise de quais foram os atributos a ela cedidos para que se alinhasse com este ou aquele modelo, sem nos prestarmos a um maniqueísmo que não seria de grande contribuição para o nosso trabalho.

### I. *Exórdio.*

O episódio de D. Inês de Castro n' *Os Lusíadas* inicia-se em 1355, no dia, no momento e no local em que ocorre a execução da dama galego-castelhana que era amásia do Infante D. Pedro. Sua história em Portugal, contudo, inicia-se um pouco antes da Batalha do Salado, em 1340, após a negociação de paz que possibilitou a aliança entre Portugal e Castela. Um dos termos deste acordo era a libertação de D. Constança de Peñafiel do cativeiro imposto pelo rei castelhano em Toro, para

---

<sup>164</sup> No caso de Lilith, seria mais exato dizer que seu modelo é baseado num folclore medieval concebido através da interpretação do Livro de Isaías e de evangelhos apócrifos que não teriam sido selecionados, ao longo dos séculos, para fazer parte do conjunto de textos que hoje conhecemos com Bíblia. Tudo isto, contudo, não reduz a importância do modelo da mulher demoníaca que Lilith representa no tardomedieval. Para mais, ver: FRYE, Northrop. **Op. Cit.**, p. 173 – 175.

consumar seu matrimônio, já que já era casada, por procuração, com o infante D. Pedro de Portugal.

*Feita a paz por intervenção do Papa Benedicto XII, que a isso mandou a Hespanha o Bispo de Rodes, consentio ElRey de Castella, bem contra a sua vontade, que a dita Infanta [D. Constança] fosse trazida ao Infante, seu esposo no anno de 1340, os quaes estavaõ já recebidos por Procuração quatro annos antes no de 1336, (...) O dote foraõ trezentas mil dobras de ouro, e muy grande enxoval, (...) No mez de Agosto foy sua entrada em Lisboa acompanhada de seu pay, e de muitos Cavalheiros de Portugal, e Castella, (...) Era entaõ o Infante de idade de vinte annos, e a Infanta de poucos mais, idade muy conveniente para a procreação da Prole.<sup>165</sup>*

Na comitiva de D. Constança, estava uma dama que era de família poderosa e influente em Castela, D. Inês de Castro. Em suplemento da *Crônica de D. Pedro I* de Fernão Lopes, o seu editor, Padre Jozé Pereyra Bayão dá conta das origens desta dama; especificamente quem eram seus parentes e quais as posições ocupadas pela família Castro na corte castelhana.

*Foy esta Senhora filha de D. Pedro Fernandes de Castro, que chamaraõ o Da Guerra, grande Senhor em Galliza, Adiantado Môr da Frontaria, e Camareiro Môr delRey D. Affonso XI de Castella, e de huma mulher de Galliza, sua manceba (...) Era o dito Dom Pedro Fernandes primo com irmão do nosso Infante Dom Pedro, porque foy filho de Dom Fernando Rodrigues de Castro, e de sua mulher Dona Violante Sanches, filha bastarda delRey Dom Sancho o Bravo de Castella, irmã da Rainha de Portugal Dona Brites, mãy do dito Infante.<sup>166</sup>*

Laços matrimoniais e consanguíneos eram, como já observamos, intrinsecamente envolvidos na política nobiliárquica tardomedieval e no que tange à progênie ilegítima dos reis, tais dinâmicas aplicavam-se igualmente aos filhos e filhas, que eram casados com grandes senhores e senhoras da aristocracia local e vizinha, de modo a angariar apoio político e construir relações de influência também nas camadas mais altas da nobreza. Desta forma, podemos afirmar que a condição de bastardia dos filhos de reis e nobres não significava qualquer ostracismo político obrigatório, e sim a abertura de possibilidades de alianças políticas de diversas características que viabilizavam a expansão de poder, riqueza e influência. D. Violante Sanches, Senhora de Uzero e filha bastarda do rei D. Sancho IV de Castela,

<sup>165</sup> BAYÃO, Jozé Pereyra. *Suplemento a esta chronica*. In: LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 416 – 418.

<sup>166</sup> **Ibid.**, p. 428 – 430. [Grifos nossos.]

fora casada com D. Fernando de Castro, nobre castelhano e Senhor de Lemos e Sarriá – terras em Castela que transmitiria ao primogénito, D. Pedro Fernandes de Castro, pai de D. Inês. Significa que, não apenas o pai de Inês de Castro era detentor de terras, títulos e cargos de confiança em Castela, mas era um senhor influente o suficiente para casar-se com uma filha de rei, tornando seus filhos parentalmente relacionados à realeza portuguesa por via colateral (através da mãe, que era meia-irmã da rainha de Portugal à época, D. Beatriz). O respaldo de uma família politicamente influente, de considerável fortuna e tão próxima do poder régio, faz de D. Inês de Castro uma noiva elegível a qualquer família aristocrática do cenário nobiliárquico ibérico, ainda que ela fosse uma filha natural de D. Pedro Fernandes de Castro. Sobre a posição de D. Inês de Castro no círculo da comitiva de D. Constança de Peñafiel, o padre Jozé Pereyra Bayão acrescenta à *Crônica de D. Pedro I*:

*Veyo Dona Ignez para Portugal por Donzella da Infanta Dona Constança, a qual era muito fermosa, e se chamava entãõ Ignez Pires, sobrenome patronimico do nome de seu pay D. Pedro, conforme o uso antigo de Hespanha, ainda entãõ observado; e não só lograva a prerogativa de Dama do Paço, mas tambem a estimação de parenta.*<sup>167</sup>

Sua condição detinha certo prestígio no momento de sua chegada a Portugal: para a família Castro, ter D. Inês na comitiva de casamento de D. Constança significava que ela teria a guarda e a proteção da infanta (e, presumidamente, futura rainha de Portugal) enquanto prestava seus serviços de companhia e auxílio. Em troca, D. Inês de Castro seria educada, socializada e exibida na corte portuguesa para que a família pudesse realizar a prospecção de candidatos para uma aliança matrimonial que lhes fosse lucrativa. Além disso, através da afirmação “(...) não só lograva a prerogativa de Dama do Paço, mas tambem a estimação de parenta.” podemos compreender que a ligação entre D. Inês e D. Constança poderia ser muito próxima, o que só contribuía para que a nobre conseguisse favores mais generosos e vantajosos de sua soberana.

Entretanto, o que seria a vereda habitual de uma dama de companhia de uma infanta recém-casada numa corte estranha, tornou-se num episódio que nossas fontes destacam com as mesmas tônicas: “Por semelhante amor, qual ElRey D. Pedro houve

---

<sup>167</sup> BAYÃO, Jozé Pereyra. *Supplemento a esta chronica*. In: LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 430 – 431.

a Dona Ignez, raramente se há achado em alguma pessoa, (...) nenhum he taõ verdadeiramente achado como aquelle, cuja morte não tira da memoria”<sup>168</sup> afirma o cronista Fernão Lopes; “(...) o Infante D. Pedro sendo ja em sua vida della muito enamorado de D. Ines de Castro, que era muy fermosa domzella, & de grande linhagem da parte de seu pay, a ouve a sua disposiçam a que se afeiçoou sobre todos os homens (...)”<sup>169</sup> endossa Rui de Pina em sua *Crônica de D. Afonso IV*; e por fim, há Camões que inicia o cantar do Episódio da Morte de Inês aludindo ao seu tom legendário: “(...) O caso triste, & dino da memoria / Que do Sepulchro os homens desenterra / Aconteceo da misera. & mezquinha, / Que depois de ser morta foy Rainha.”<sup>170</sup>

As crônicas relatam que o enamoramento de D. Pedro por D. Inês fora praticamente imediato e fulminante. Não sabemos se o inverso se confirma, ou seja, se D. Inês apaixonou-se pelo infante na mesma intensidade, na mesma época e na mesma velocidade, pois as fontes não dão conta.

(...) e se algum quizer dizer, que muitos foraõ já, que tanto, e mais, que elle amárão, assim como elle em suas Epistolas, respondesse, que não falemos em amores compostos, os quaes alguns Authores abastados de eloquência, e florecentes em bem ditar ordenaraõ, segundo lhes aprouve, dizendo em nome de taes pessoas razões que nunca nenhuma dellas cuidou, mas tratamos daqueles amores que se contaõ, e lem nas Historias, que seu fundamento tem sobre verdade. E este verdadeiro amor houve ElRey D. Pedro para com Dona Ignez, como della se namorou sendo cazado, e ainda Infante de sorte que posto que della no começo perdesse vista, e falla, estando apartada, como ouvistes \* que he o principal meyo de se perder o amor, nunca cessava de lhe enviar recados(...).<sup>171</sup>

Todavia, ainda que o infante estivesse casado com D. Constança, o relacionamento com D. Inês aprofunda-se e prolonga-se a ponto de tanto a infanta quanto o rei de Portugal procurarem maneiras de afastar o casal e recuperar a honra de ambos. É D. Constança quem realiza o primeiro movimento nesta direção ao exigir que D. Ines fosse madrinha de seu filho primogênito com D. Pedro, mas Rui de Pina conta que “(...) se dizia que a dita Dona Ines fora forçada ao dito batismo, & em sua vontade quanto a Deos, nam consentia nelle (...)”.<sup>172</sup>

<sup>168</sup> LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 392 – 393.

<sup>169</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 68.

<sup>170</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 57v.

<sup>171</sup> LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 393 – 394.

<sup>172</sup> **Ibid.**, p. 431 – 433.

Com a morte do infante D. Luiz e a frustração do estratagema de D. Constança, nada parecia ser capaz de impedir que o envolvimento entre D. Pedro e D. Inês se tornasse cada vez mais público – e constrangedor. É nesta ocasião que o rei D. Afonso IV decide por exilar D. Inês em Albuquerque, sob a guarda de sua parenta e mãe de criação, D. Teresa, senhora daquele território e viúva do meio-irmão do rei, D. Afonso Sanches. Ainda assim, a distância imposta não foi o suficiente para que se rompesse o relacionamento: D. Pedro continua a corresponder-se com D. Inês pelos anos subsequentes.<sup>173</sup> Em 1345, D. Constança falece em circunstância de complicações de parto<sup>174</sup> e o editor da *Crônica de D. Pedro I* narra que o infante prontamente providencia a volta – triunfal – de D. Inês para a convivência da corte:

*Livre o Infante do vinculo do Matrimonio, apoderou-se logo de todo de Iñez Pires, e a retirou do Paço para os de Santa Clara de Coimbra, fundados pela Rainha Santa Isabel, sua avó, com promessa sem duvida de vir a ser sua esposa, e futura mulher, como he o mais certo, nem he de presumir que ella se entregasse sem esta condição, e ainda segurança della, o que parece que elle cumprio, recebendo-a por tal dahi a alguns annos occultamente em Bragança (...) O certo he que ella houvera de vir a ser Rainha de Portugal se chegara a ver coroado o Infante; o qual mandou que dalli em diante se chamasse Dona Iñez de Castro, e della teve tres filhos, e huma filha, a saber: Dom Affonso, D. Joaõ, D. Diniz, e Dona Beatriz.<sup>175</sup>*

Alojada em Coimbra, no paço construído pela Rainha Santa Isabel, parindo os filhos bastardos do futuro rei ao longo dos dez anos que estiveram em situação marital estável e pública, D. Inês torna-se mais do que um constrangimento adúltero e praticamente incestuoso: a amásia do rei fundamentava-se como um núcleo de poder em Portugal. Os irmãos de Inês de Castro,<sup>176</sup> especialmente D. Álvaro, foram os que mais se beneficiaram dos favores que a posição da amásia de D. Pedro lhes podia oferecer:

<sup>173</sup> TOLEDO, Maria Emília Miranda de. *Razão de Estado x Razão de Amor na tragédia A Castro de António Ferreira*. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. (Org.) **Op. cit.**, p. 118.

<sup>174</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 68.

<sup>175</sup> BAYÃO, Jozé Pereyra. *Supplemento a esta chronica*. In: LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 433. [Grifos nossos.]

<sup>176</sup> O outro irmão de D. Inês, D. Fernando de Castro, hesita em envolver-se diretamente nas questões que o meio-irmão D. Álvaro de Castro levanta em Portugal. Provavelmente por ser o herdeiro legítimo de D. Pedro Fernandes de Castro, não poria em risco sua posição social da forma que D. Álvaro o fez ao aproveitar-se da posição social da irmã no reino português. Contudo, D. Fernando não se opõe a nenhum dos movimentos ousados do irmão em relação ao Infante de Portugal – como por exemplo, a conspiração acerca da coroa de Castela. Para mais, ver: FERNANDES, Fátima Regina; FRIGHETTO, Renan. **Op. Cit.**, p. 151 – 154.

(...) D. Alvaro Pires de Castro, que foy Condestable de Portugal, & o primeyro Conde de Arrayolos, & Alcayde mór de Lisboa (...) este Dom Aluaro Pires antes de ser feito Comdestable, & Conde de Arrayolos, non se chamaua Dom por ser bastardo, & seu iramam Dom Fernando, por ser legitimo sempre se chamou, & intitidou Dom.(...)<sup>177</sup>

De 1345 a 1355, D. Inês cresce na corte portuguesa em posição e benesses, fortalecendo-se pelos favores do infante e, em todas as questões públicas, sendo como sua esposa. Quer tenha ocorrido por ambição ou favorecimento, esta proeminência de D. Inês de Castro em Portugal leva que a nobreza e o rei se perguntem se o infante teria ou não tomado sua amásia como esposa de maneira secreta – como, anos mais tarde, ele afirmou nas Cortes. Sendo ou não esposa, a posição privilegiada de D. Inês na corte como parceira do herdeiro do trono e mãe de quatro dos seus seis filhos – até aquele momento –, e irmã de um senhor em ascensão em Portugal, meia-irmã de um outro senhor de amplas posses em Castela e na Galícia e meia-irmã de uma grande senhora enviuvada que se torna rainha de Castela em 1354 –, fazia de D. Inês de Castro uma incômoda ameaça em potencial para a sucessão e ressaltava a necessidade da neutralização de sua influência. Tal dilema foi solucionado através de sua execução, em janeiro de 1355.

## II. *Características Particulares & Apresentação*

Como sabemos, a descrição é a primeira instância da formação de um modelo literário. É a primeira camada à qual temos acesso para formar, a partir da narrativa, a imagem mental da personagem com informações tais quais sua aparência física, sua forma de se portar no ambiente narrado. Assim como no Episódio da Batalha do Salado, é necessário que observemos delicadamente cada dado que os cronistas e Camões nos fornecem e comecemos a nos aprofundar na análise do modelo de D. Inês de Castro no Episódio da Morte de Inês. Considerando a tendência camoniana de justapor exemplos positivos e negativos de acordo com a exaltação da realeza lusitana e do reino de Portugal, observamos as semelhanças e diferenças entre as descrições de D. Inês e sua antecessora camoniana, D. Maria, para compreender a mensagem relacionada à literatura moralizante avisina que o modelo inesiano transmite.

Camões, antes mesmo de apresentar a personagem de D. Inês de Castro, já lhe atribui a característica mais importante do episódio, aquela que aproxima

<sup>177</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 69. [Grifos nossos.]

literariamente os dois exemplos,<sup>178</sup> as duas personagens, e adota uma posição que será a linha-guia de toda a extensão desta parte de nossa fonte principal: o poeta atribui a D. Inês o título de “Rainha”:

*Passada esta tão prospera victoria,  
Tornado Affonso aa Lusitana terra,  
A se lograr da paz com tanta gloria,  
Quanta soube ganhar na dura guerra,  
O caso triste, & dino da memoria  
Que do Sepulchro os homens desenterra,  
Aconteceo da misera, & mezquinha,  
Que depois de ser morta foy Rainha.*<sup>179</sup>

O poeta inicia a representação de D. Inês de Castro já no prólogo do episódio, a partir do momento que em que transfere o foco bélico do combate contra o mouro para a tônica dramática da história inesiana (“*O caso triste, & dino da memoria / Que do Sepulchro os homens desenterra*”), sem deixar que a narrativa se desatrele da história da realeza de Portugal (“*Aconteceo da misera, & mezquinha / Que depois de ser morta foy Rainha.*”). Nas crônicas, o fenômeno se repete:

*(...) E sendo lembrado de honrar seus ossos, pois lhe não podia mais fazer, mandou obrar hum muymento, (ou tumulo) de alva pedra, todo muy sutilmente lavrado, pondo elevada sobre a tampa de cima a imagem della com coroa na cabeça, como se fora Rainha (...)*<sup>180</sup>

A dignidade do lugar social de rainha – ou da probabilidade que ela possuiria de ser a futura rainha de Portugal, para tratarmos com mais exatidão – não é negada à personagem de D. Inês de Castro, nem nas Crônicas Régias e nem n’*Os Lusíadas*. Quando se trata desta senhora no discurso camoniano ou cronístico, é sobretudo com a certa deferência que a posição dela, mesmo que nebulosa, enquanto parceira do infante e mãe de seus filhos, exigia. A possibilidade da coroa não lhe é negada quando D. Inês de Castro é descrita e apresentada nos discursos da literatura moralizante avisina. Da mesma maneira, os cronistas e o poeta não negam à personagem de D. Inês adjetivos positivos ao se referirem a sua aparência física e características psicológicas.

*Estavas linda Ines posta em sossego,  
De teus annos, colhendo doce fructo,  
Naquelle engano da alma, ledto & cego,  
Que a Fortuna não deixa durar muito,*

<sup>178</sup> Esta aproximação é aprofundada no Capítulo V desta dissertação.

<sup>179</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 57v.

<sup>180</sup> LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 394 – 395.

*Nos saudosos campos do Mondego,  
De teus fermosos olhos nunca enxuto,  
{Aos montes insinuando, & às eruinhas,  
O nome que no peito escripto tinhas.<sup>181</sup>*

Camões, na estrofe CXX, vale-se de termos (e versos inteiros) descritivos e presentativos muito claros. Destacamos: “*linda*”, “*posta em sosego*”, “*fermosos olhos [nunca enxuto]*”, “*Aos montes insinuando, & às eruinhas, / O nome que no peito escripto tinhas.*”. O poeta descreve e apresenta D. Inês como portadora de grande beleza, narra a serenidade na qual D. Inês se encontrava antes do momento fatal, seus olhos que preenchiam o Mondego com lágrimas, a devoção exposta ao amor de D. Pedro. Toda esta estrofe<sup>182</sup> é direcionada a narrar que o infante e sua amásia viviam em grande e público amor por todo o período que estiveram inteiramente juntos – o qual, devemos lembrar a análise dos antecedentes inesiano, se estende por dez anos após a morte de D. Constança.

Para aprofundar a problemática questão que envolvia a união entre o infante e sua amásia, Camões narra a postura de D. Pedro acerca de seu relacionamento com D. Inês, sua recusa em casar-se com outras mulheres e indica – através da postura dela e da recusa dele – uma consoante despreocupação de ambos com seu *status* marital:

*De outras belas Senhoras, & Princesas,  
Os desejados tâlamos engeita,  
Que tudo em fim, tu puro amor desprezas,  
Quando hum gesto suave te sogeita:  
Vendo estas namoradas estranhezas,  
O velho pay sesudo que respeita  
O murmurar do pouo, & a fantasia  
Do filho, que casarse não queria.<sup>183</sup>*

A despreocupação do infante acerca de sua situação, jurídica e religiosamente, irregular com D. Inês também reflete-se na *Crônica de D. Afonso IV*, quando Rui de Pina narra a situação de constrangimento enfrentada pelo rei ao insistir com o filho que assumia D. Inês como esposa ou case-se com outra mulher:

<sup>181</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 58. [Grifos nossos.]

<sup>182</sup> A estrofe seguinte, CXXI, também dedica-se à exploração do amor de D. Pedro e D. Inês, mas não possui mais informações de grande peso historiográfico, dedicando-se ao versar lírico acerca da relação harmoniosa entre o infante e a aristocrata, valendo-se de descrições que também existem em outros momentos e que poderemos analisar em conjunto com outros fatores. A saber: *Do teu Príncipe ali te respondião, / As lembranças que na alma lhe morauão, / Que sempre ante seus olhos te trazião, / Quando dos teus fermosos se apartauão / De noite em doces sonhos, que mentião, / De dia em pensamentos que voauão. / E quanto em fim cuidaua, & quanto via, / Eram tudo memorias de alegria.* Ver: **Ibid.**, p. 58.

<sup>183</sup> **Ibid.**, p. 58. [Grifos nossos.]

*O tempo que a Infanta Dona Constança, molher do Infante Dom Pedro faleceu, elle ficou moço de trinta, & coatro annos, idade muy conveniemte pera ainda aver de cazar, & posto que de elRey, & da Raynha seu padre, & madre, & dos principais homens de Portugal fosse pera isso com justas razoës aconselhado, & assi por elRey seu padre requerido, & amoestado que cazasse, ou dissese se D. Ines hera sua molher pera ser por isso honrada & tratada de todos como merecia, elle em vida, sempre negou que o casamento entre elles era feyto, nem tampouco quis com outra molher cazar, para que daua escusas, & pejos que a sò sua vontade, & affeyçam mais razoens favoreciam, & isto tudo era sò por nam leixar Dona Ines de Castro, que a queria grande bem & de que tinha os tres filhos, & huma filha (...)*<sup>184</sup>

Honar corretamente D. Inês de Castro ou casar-se com outra mulher eram as escolhas que se apresentavam a D. Pedro e as crônicas deixam este tema muito claro: tanto Fernão Lopes quanto Rui de Pina dirigem seus discursos nesta direção. Camões também, embora veladamente: na estrofe CXXII, ao versar sobre “*outras belas Senhoras, & Princesas*” o poeta insere D. Inês neste rol de representantes femininas. D. Pedro não rejeita mulheres melhores que D. Inês, mas sim aquelas semelhantes a ela, “*outras*” é um termo que inclui a dama castelhana na digna categoria de “*belas senhoras e princesas*”, reforçando a noção descritiva de que D. Inês pertence, senão apenas aos altos círculos da nobreza, também pertenceria – intertextualmente – à estirpe da realeza.

Após narrar o poder destrutivo do amor, o idílio da vida marital de D. Inês e D. Pedro e as preocupações de D. Afonso IV acerca da situação irregular dos amantes, Camões inicia o cantar – e também a crítica – da execução de D. Inês. O poeta não interrompe a descrição ou a apresentação da dama neste momento, pelo contrário, aprofunda-a e nos dá a conhecer a Inês de Castro camoniana através de uma perspectiva de tensão e medo:

*Tirar Ines ao mundo determina,  
Por lhe tirar o filho que tem preso,  
Crendo co sangue sô da morte indina,  
Matar do firme amor o fogo aceso,  
Que furor consentio, que a espada fina,  
Que pôde sustentar o grande peso  
Do furor Mauro, fosse aleuantada,  
Contra huuma fraca dama delicada?*<sup>185</sup>

<sup>184</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 70v. – 71. [Grifos nossos.]

<sup>185</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op Cit.**, p. 58.

A fraqueza que Camões atribui a D. Inês no verso destacado vem de uma concepção de mulher muito comum no tardomedieval: aquela que é incapaz de olhar por si própria, de julgar o que é melhor para si. “*So women cannot be their own guardians. The infermitas of their condition [of womanhood], which makes them weak and inconstant, requires them to accept other forms of custody, aside from their own coyness.*”<sup>186</sup> Ou seja, dentre diversas outras razões políticas que inflamaram a decisão pela sentença de morte no coração do rei D. Afonso IV,<sup>187</sup> a fraqueza imanente às mulheres leva, segundo Camões, o rei a decidir o destino daquela incômoda situação, já que seu filho e a amante dele foram incapazes de solucionar a questão das maneiras tradicionais, através de um casamento acordado entre as famílias, com dotes e arras negociados em contrato matrimonial. A fraqueza e a delicadeza atribuídas à personagem de D. Inês nesta estrofe são formas de ressaltar características que, então, eram atribuídas a todo o gênero feminino. Esta exacerbação serve para desequilibrar as virtudes do modelo de D. Inês em relação ao de D. Maria que, apesar de também ser mulher, é apresentada como livre de defeitos, livre de características negativas.

Camões parte então para a descrição da cena da execução de D. Inês de Castro, em três atos: o prólogo, o apelo e a sentença executada. No prólogo, ela é levada à presença do rei D. Afonso IV, humilhada e amarrada, para que ele dê a palavra final sobre seu julgamento sumário.

*Trazião a os horrificos algozes,  
Ante o Rei, ja mouido a piedade:  
Mas o pouo com falsas, & ferozes  
Razões, aa morte crua o persuade:  
Ella com tristes & piedosas vozes,  
Saidas sô da magoa, & saudade  
Do seu Principe, & filhos que deixaua,  
Que mais que a própria morte a magoaua.*<sup>188</sup>

Os quatro últimos versos da estrofe CXXIII descrevem o estado psicológico de D. Inês de Castro ao ser levada à presença do rei, subjugada e humilhada, sabedora daquilo que o destino lhe reserva. O poeta narra que a amásia do infante D. Pedro

<sup>186</sup> Em tradução livre: *Desta forma, mulheres não poderiam ser suas próprias guardiãs. A infermitas de sua condição, que as fazia fracas e inconstantes, requeria delas que aceitassem outras formas de custódia, além de sua própria pudicícia.*

CASAGRANDE, Carla. *The protected woman*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 89. [Grifos originais]

<sup>187</sup> Tais razões serão amplamente exploradas no Capítulo V desta dissertação.

<sup>188</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 58v.

pensa em seus filhos e em seu parceiro no momento de encarar o ordálio com o rei, pensamentos que seriam típicos de boa esposa e uma boa mãe, que apenas teriam a advogar em seu pleito pela vida, se ela não representasse para D. Afonso IV o grande escândalo de um futuro rei incestuoso e adúltero. D. Inês não teme a morte, mas se entristece e entenece ao pensar em D. Pedro e nos infantes que deixaria caso morresse naquele momento. A postura de D. Inês de Castro, segundo a perspectiva camoniana, é a de um cordeiro consciente de sua imolação. A *Crônica de D. Afonso IV* não descreve esse tipo de pensamento tão íntimo – nem poderia, de acordo com seu tipo de texto e discurso – mas narra que D. Inês teria tentado comover D. Afonso IV através de seus filhos:

*(...) Se veo a Coimbra onde ella estava nas cazas do Mosteyro de Santa Clara, a qual sendo avizada da hida de elRey, & da iroza, & mortal tenção que contra ella levava achandosse salteada pera se não poder saluar per alguma maneyra, o veo receber à porta, onde com o rostro transfigurado, & por escudo de sua vida, & pera sua innocencia achar na ira de elRey alguma mais piedade, trouxe ante si os tres innocentes Infantes seus filhos netos de elRey, com cuja apresentação, & com palauras assi piadozas pedio misericórdia & perdaõ a elRey (...)*<sup>189</sup>

A descrição cronística deste momento do episódio da Morte de Inês oferece-nos uma outra perspectiva, que podemos somar à camoniana: Inês apresenta-se ao rei e não é levada submissamente ao seu encontro. Ela confronta D. Afonso IV visando sua misericórdia e piedade em ambas as obras, mas a Inês cronística e a Inês camoniana possuem tipos diferentes de coragem neste momento das narrativas. Contudo, compreender a diferença sutil exige que complementemos o cenário com a próxima estrofe d' *Os Lusíadas*:

*Pera o Ceo cristalino aleuantando,  
Com lagrimas os olhos piedosos,  
Os olhos, por que as mãos lhe estaua atando,  
Hum dos duros ministros rigorosos.  
E depois nos mininos atentando,  
Que tam queridos tinha, & tam mimosos,  
Cuja orfindade como mãy temia,  
Pera o auô cruel assi dizia.*<sup>190</sup>

Enquanto Camões a descreve nos tons dramáticos da mulher (e mãe) que vai, subjugada, ao encontro da morte e ainda assim tem firmeza para erguer um apelo por

<sup>189</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71v.

<sup>190</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, 58v.

sua vida, Rui de Pina opta por representa-la ativa nos momentos que lhe antecedem o fenecer. A coragem, entretanto, é uma constante nos dois discursos e o motivo pode não ser tão claro à primeira vista, mas Rui de Pina colabora com nossa interpretação ao elucidar um detalhe importante acerca da descendência de D. Inês e D. Pedro:

*(...) & a Infanta Dona Beatris, que depois da morte de elRey Dom Pedro & em tempo de elRey Dom Fernando de Portugal, seu irmão, foy cazada em Sanctarem com Dom Sancho de Albuquerque filho bastardo deste Rey Dom Affonso de Castella, & de Leonor Nunes de Gusmam, de que já disse, & irmão de elRey D. Pedro, & de elRey D. Anrique (...) & pario D. Leonor que foy mulher do Infante D. Fernando de Castella, que depois foy deste nome o primeyro Reu de Aragam, & esta D. Leonor, foy mãy da Raynha Dona Leonor, mulher de elRey Dom Duarte de Portugal, madre de elRey D. Afonso o Quinto, de maneyra que desta Dona Ines de Castro vem tambem os Reys de Portugal, da parte de mulheres, porque de Dona Beatris dua filha mulher do Conde Dom Sancho Dalbuquerque tresavò de elRey Dom Manoel, que hora he nosso senhor, a saber mãy de Dona Leonor Raynha de Aragam, a qual foy mãy de D. Leonor Raynha de Portugal, mãy de elRey D. Affonso o quinto, & do Infante D. Fernamdo pay do dito Rey D. Manoel.*<sup>191</sup>

Versar sobre D. Inês era, incidentalmente, versar sobre a legítima realza portuguesa avisina, que a partir do casamento de D. Duarte – o infante, e rei, responsável pelo início da escrita das Crônicas Régias – com D. Leonor de Aragão passa a descender de D. Inês de Castro. Desta forma, era preciso cautela ao narrar o episódio de sua execução, o discurso não poderia ser vexatório ou indicar diretamente qualquer ilegitimidade. Ainda que D. Inês tenha sido bisavó de D. Leonor de Aragão, incidir qualquer coisa que a negativizasse em excesso poderia lançar a mesma mancha sobre alguns membros da Dinastia de Avis, o que não obedece ao propósito exaltador da literatura moralizante avisina, mas o exato oposto.

Outros termos utilizados por Camões para descrever D. Inês de Castro ao longo do Episódio da Morte de Inês são: “mãy”, “dama”, “linda moça”, “paciente, & mansa ouelha”,<sup>192</sup> “colo de alabastro”, “Rainha”, “bonina”<sup>193</sup>, “candida”, “bella”, “palida donzella”.<sup>194</sup> Todos estes termos são positivos e ressaltam, em geral, a beleza, a juventude e a candura de D. Inês; qualidades que o poeta reforça a partir do discurso

<sup>191</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 68v.

<sup>192</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59v.

<sup>193</sup> “Bonina” é um nome popularmente dado a vários tipos de flor, entre elas: margaridas, calêndulas e uma espécie conhecida no Brasil como “maravilha”. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível** em: <<http://www.priberam.pt/dlpo/bonina>> Acesso em: 21 Out. 2014.

<sup>194</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 60.

atribuído a esta personagem quando ela apela pela sua vida e pelo bem de seus filhos a D. Afonso IV.

Todos estes não se aplicam a um modelo negativo de mulher, exceto se os pusermos em colação com os dois primeiros adjetivos que Camões utiliza para descrever D. Inês: “*misera, & mezquinha*”. Estes são os termos que desequilibram a balança e, entretanto, entre a coleção de vocábulos e apresentações positivas, só é possível compreender tal disparidade através da análise do discurso e das ações atribuídos à D. Inês no poema camoniano.

### III. *Discurso & Ações*

Em relação ao Episódio da Batalha do Salado, é atribuído a D. Inês um discurso sutilmente mais longo que o de D. Maria: enquanto a primeira realiza um monólogo que se estende por quatro estrofes, a segunda discorre por três. Ambas as personagens dirigem-se ao mesmo interlocutor, o rei D. Afonso IV e tanto D. Maria quanto D. Inês fazem apelos emocionados a ele. Contudo, os fatores essenciais que diferenciam esses trechos são o conteúdo dos dois discursos e a postura das duas personagens, modificadores da tônica das passagens. O processo de negativização da representação de D. Inês transpassa a dinâmica destes fatores dentro da narrativa do épico – uma vez que no âmbito das características físicas e psicológicas a personagem não se difere muito da figura camoniana de D. Maria.

D. Inês nos é apresentada num cenário idílico e inteiramente oposto àquele no qual encontramos D. Maria: enquanto esta última nos surge no epicentro estratégico do contexto da Batalha do Salado – a corte portuguesa; a primeira está, praticamente, em um retiro. D. Inês de Castro está ao ar-livre, longe do centro político, solitária – exceto pela companhia da natureza e dos pensamentos voltados a D. Pedro. N’ *Os Lusíadas*, D. Inês ignora completamente o que lhe acontecerá. Já na Crônica de Rui de Pina, como já observamos, o cronista descreve um quadro diferente:

*(...) & posto que por elRey, & a Rainha Donna Breatis, & pelo Arcebispo de Braga Dom Gonçallo Pereyra, & por outros prelados, & senhores isto fosse aconselhado ao dito Infante Dom Pedro, & a inda dito com certa declaração, & comsultas que avia continuas da morte de Dona Ines pera que se a saluasse, ou segurasse em tal lugar que sua vida não corresse risco, elle dito Infante avendo que tudo eraõ meças, terrores, que se não aviaõ assim de executar, como se praticauaõ (...) numqua quis a isso obedecer (...) [elRey] Se veo a Coimbra onde ella estava nas cazas do Mosteyro de Santa Clara, a qual sendo avizada da hida de elRey, & da iroza, & mortal*

*tenção que contra ella levava achandosse salteada pera se não poder salvar per alguma maneyra, o veo receber à porta, onde com o rostro transfigurado (...)*<sup>195</sup>

Rui de Pina relata que D. Pedro teria sido avisado, muito antes, de que D. Inês de Castro corria risco de vida, e aconselhado a tomar conta de sua segurança para evitar o pior. O cronista então narra que o infante não deu a atenção devida às ameaças e, finalmente, quando o rei D. Afonso IV decide por executar D. Inês, ela já está ciente dos prováveis motivos que o poderiam levar a vê-la, decidindo assim por confrontá-lo. Em Camões, o confronto não é a primeira reação de D. Inês, mas sim o submissão: ela se deixa amarrar, se deixa ser levada à presença régia, para só depois confrontá-lo (*Trazião a os horrificos algozes, / Ante o Rei (...) Pera o Ceo cristalino aleuantando, / Com lagrimas os olhos piedosos, / Os olhos, porque as mãos lhe estava atando, / Hum dos duros ministros rigurosos.*)<sup>196</sup> com seu discurso de apelo à misericórdia de D. Afonso IV. A diferença de postura entre uma obra e outra faz sentido quando analisamos o panorama da narrativa do reinado de D. Afonso IV n' *Os Lusíadas*. Para que possamos visualizar uma imagem simplificada desta dinâmica entre os dois episódios referentes a este reinado, basta que observemos que o elemento ativo, solar, combativo da narrativa camoniana deste trecho, é D. Maria. Ela cumpre sua missão indo diretamente ao encontro daquele que lhe poderia conceder uma solução através de auxílio e misericórdia. Por outro lado, o elemento passivo, noturno, brando da narrativa camoniana do mesmo trecho, é D. Inês. É preciso, para compreender as implicações de uma representação, coloca-la em perspectiva com a outra. O cenário inteiro do reinado de D. Afonso IV n' *Os Lusíadas* só faz sentido completo se D. Maria for analisada em relação a D. Inês e vice-versa.

N' *Os Lusíadas*, ao ser levada à presença do rei, subjugada e chorosa, D. Inês inicia seu apelo, inspirada pelo temor da iminente orfandade dos filhos e solidão de D. Pedro:

*Se ja nas brutas feras, cuja mente  
Natura fez cruel de nascimento,  
E nas aves agrestes, que somente  
Nas rapinas aerias tem o intento,  
Com pequenas crianças vio a gente,  
Terem tam piadoso o sentimento,  
Como co a mãy de Nino já mostrarão,*

<sup>195</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71v.

<sup>196</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 58v.

*E cos yrmãos que Roma edificarão.*

*O tu que tens de humano o gesto & o peito  
(Se de humano he, matar huuma donzela  
Fraca & sem força, so por ter sujeito  
O coração, a quem soube vencella.)  
A estas criançinhas tem respeito,  
Pois o não tems aa morte escura della,  
{ Mouate a piedade sua & minha,  
{ Pois te não moue a culpa que não tinha.<sup>197</sup>*

A ousadia inesiana que inexiste em sua postura, exacerba em seu discurso, escorre aos borbotões de seu monólogo. Na estrofe CXXVI ela faz alusões mitológicas de brutalidade e misericórdia, referenciando aos mitos da rainha assíria Semíramis – que, ainda bebê, teria sido abandonada pela mãe no alto de uma colina e alimentada por pombas para que não morresse – e dos fundadores de Roma, Rômulo e Remo – que, na mesma situação de Semíramis, foram abandonados pelo tio no rio Tibre e, posteriormente, encontrados e amamentados por uma loba. D. Inês dá os exemplos de Semíramis, Rômulo e Remo e invoca que o rei D. Afonso IV tenha com seus filhos – netos dele – respeito e piedade, já que o fato dela ter se rendido ao amor do filho dele não o comovia. A situação de morte iminente dá à D. Inês de Castro camoniana uma enorme liberdade discursiva: ela usa termos como “*brutas*”, “*cruel*”, “*rapina*” para aludir e comparar o ato do rei com os instintos ferais dos animais selvagens; vale-se da expressão “*Se de humano he*”, questionando – quase ironicamente – a racionalidade régia acerca do que estava prestes a cometer; e exige, no imperativo, que D. Afonso IV se comova com a situação dos infantes seus netos, (“*Mouate a piedade*”) já que ele não nutria misericórdia pela sua situação. Ela continua o apelo, desta vez falando sobre si.

*E se vencendo a Maura resistencia,  
A morte sabes dar com fogo & ferro,  
Sabe tambem dar vida com clemencia  
A quem pera perdela não fez erro:  
Mas se to assi merece esta inocencia,  
Poem me em perpetuo & misero desterro,  
Na Scitia fria, ou la na Lybia ardente,  
Onde em lagrimas viua eternamente.*

*Poem me onde se vse toda a feridade,  
Entre Liões, & Tigres, & verey  
Se nelles achar posso a piedade  
Que entre peitos humanos não achey:*

197

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59.

*Ali co amor intrinseco & vontade,  
Naquele por quem mouro, criarey  
Estas reliquias suas que aqui viste,  
Que refrigerio sejam da mãy triste.*<sup>198</sup>

Camões narra que, num último ato de ousadia e desespero, D. Inês propõe exílio, em qualquer terra que seja distante, inóspita ou selvagem, que ainda assim seria melhor do que morrer e deixar os infantes sozinhos. Ela propõe afastá-los da corte, leva-los com ela. O poeta não explicita os motivos de pedido tão inusitado – levar crianças para o exílio cruel (“*Na Scitia fria, ou la na Lybia ardente / (...) onde se vse toda a feridade, / Entre Liões, & Tigres, (...)*”), infantes, seria arriscado. Contudo, quando recordamos o contexto dos eventos que envolvem os motivos para a morte de D. Inês de Castro podemos entender a implicação camoniana sobre o afastamento dos infantes inesianos:

*(...) grande receyo à vida, & sucessam do Infante Dom Fernando filho primogênito, & erdeyro que era do Infante Dom Pedro, que pera alguma maneyra poderiam [Inês e os irmãos, Fernando e Álvaro] ordenar sua morte por tal que cada huum dos outros filhos de Dona Ines por morte do dito Infante Dom Fernando seu irmão pudesse succeder os Reynos de Portugal, & dos Algarues (...)*<sup>199</sup>

Temia-se que um dos três filhos de D. Inês de Castro ascendesse ao trono no lugar do herdeiro de D. Pedro, D. Fernando. Contudo, cremos que não seria inteiramente conveniente exacerbar no poema que D. João, D. Dinis e D. Beatriz constituíssem ameaça ao trono do irmão – pelo mote da continuidade e união entre as dinastias de Avis e Borgonha e injetar nuances a mais no posterior episódio da sucessão de D. Fernando por D. João I não conviria a um dos preceitos da literatura moralizante avisina. Narrar que D. Inês propõe leva-los ao exílio com ela já é indicação suficiente de um dos motivos políticos pelos quais se executa a amásia do Infante D. Pedro.

Apesar dos apelos de D. Inês – e de comover-se com eles –, D. Afonso IV decide por prosseguir com a execução. Camões, porém, realiza na estrofe CXXX uma isenção de culpa para o rei:

*Queria perdoarlhe o Rei benigno,  
Mouido das palavras que o magoão:  
Mas o pertinaz pouo, & seu destino*

<sup>198</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59v.

<sup>199</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71.

(Que desta sorte o quis) lhe não perdão,  
 Arrancão das espadas de aço fino,  
 Os que por bom tal feito ali apregoão,  
 Contra huuma dama, ô peitos carnicheiros  
 Feros vos amostrais, & caualleiros? <sup>200</sup>

A intenção do perdão real também é um tema na *Crônica de D. Afonso IV*: Rui de Pina narra na crônica que D. Inês “(...) *pedio misericórdia, & perdaõ a elRey que elle vencido della se dis que se volvia, & aleyxava; ja pera nom morrer como levava determinado (...)*”<sup>201</sup> A crônica não especifica como teria sido o apelo de D. Inês, apenas que ela teria pedido misericórdia aludindo aos seus três filhos e isto, segundo o cronista, teria comovido o rei a ponto de fazê-lo hesitar sobre sua decisão. Entretanto, o “pertinaz povo” – os nobres que teriam ido com o rei para servir de carrascos a D. Inês – acaba por convencê-lo a seguir com a sentença. D. Inês cala-se – ou melhor, é calada – enquanto Camões ironiza quão valorosa para Portugal teria sido sua execução tão crua. O poeta lamenta a morte da mulher que “*matou de amores*” o Infante D. Pedro através de alusões ao corte de flores, a uma sensação de frio, à ausência do sol e ao choro das “*filhas do Mondego*” – ninfas e mulheres mortais que pranteariam a morte de D. Inês pelo pecado de seduzir o coração do infante, pecado este do qual ela teria se arrependido ao pedir para viver em penitência no exílio, levando consigo os frutos do adultério cometido com D. Pedro.

A relação de D. Inês e D. Pedro, nas Crônicas Régias – tanto na de Fernão Lopes quanto na de Rui de Pina – é tratada como uma união apaixonada, um conjunto de “*desvayros*”<sup>202</sup> adúlteros, incestuosos, imorais, pecaminosos, perigosos para o reino como um todo, não apenas para a sucessão de D. Pedro. Camões opta por tons dramáticos, porém mais suaves em condenação do relacionamento. O poeta foca sua perspectiva no amor, e ainda assim, este amor era considerado – especialmente pela Igreja – como nocivo. Era *eros*, carnal, não *dilectio*, devocional,<sup>203</sup> e por isso, um

<sup>200</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 60v.

<sup>201</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71v.

<sup>202</sup> **Ibid.**, p. 71v.

<sup>203</sup> Citamos Silvana Vecchio sobre a tipologia do amor medieval e tardomedieval tal como pregado pela Igreja. Ainda que o texto faça referência ao amor entre marido e mulher, é possível dialogar o tema com o relacionamento de D. Inês e D. Pedro, uma vez que em tudo eles possuíam uma vida conjugal nos moldes do que seria comum à época, exceto na legitimidade da existência de um compromisso matrimonial de fato. Citamos, em tradução livre: *O dever primordial de uma esposa era o de amar seu marido. A exortação ao amor (dilectio) era uma recomendação constante (...) O pregador Gilberto de Tournai (...) distinguia dois tipos de amor. O primeiro era o carnal, alimentado pela luxúria e caracterizado pelo excesso. Era comparável ao adultério no tocante da causa das mesmas consequências desastrosas – lascívia, ciúme, desvario. Em contraste, Gilberto descreveu o*

pecado condenável, mesmo que carregasse características eróticas e devocionais. D. Inês era “*misera & mezquinha*” por ser pecadora. Triste, por ser amásia, mesquinha por ser pecadora e carregar o Infante D. Pedro e seus filhos. As características atribuídas a D. Inês, seja em suas características físicas e psicológicas, seja por seu discurso e suas ações, alinham-se a um modelo bíblico específico.

#### IV. *Alinhamento com exemplo bíblico*

Pecadora, portanto, é a característica principal que as figuras cronística e camoniana de D. Inês de Castro têm em comum e que se alinha a um modelo bíblico negativo ou transicional – uma vez que o alinhamento da personagem de D. Maria é com um modelo exacerbadamente bom, é preciso que o de D. Inês encaixe-se em um destes dois, para que o contraponto camoniano seja harmonizado. No início deste Capítulo IV, levantamos os modelos de Eva e Lilith, uma vez que estes se posicionam no âmbito diametralmente oposto ao do modelo da Virgem Maria na pedagogia pastoral tardomedieval. Ambas são o derradeiro modelo bíblico negativo. Contudo, de acordo com a representação de D. Inês de Castro e todo o caminho de desmembramento desta representação que percorremos, podemos analisar que não é tão inteiramente negativo. Em verdade, não o poderia ser, sob o risco de contradizer a tendência de reservar a memória histórica de Portugal, gerar continuidade entre as dinastias e estabelecer legitimidade acerca da linhagem avisina.

Se D. Inês de Castro não é representada como uma mulher diabólica nos discursos das Crônicas Régias e d’*Os Lusíadas* e não se pode a ela atribuir um modelo negativo (ou negativizado), um modelo bíblico intermediário, então, seria o mais adequado que procuremos a qual deles a representação melhor se alinha.

Um deles é o modelo de Diná. Esta era a única filha mulher de Jacó, nascida de sua união com Lia. A história de Diná, que inadvertidamente seduz o príncipe Siquem, filho do rei da Cananéia e é por ele violentada, é narrada no Livro do Gênesis e sobre a qual nos esclarece Carla Casagrande:

*One day, a girl named Dinah stepped out of her house to see the ‘daughters of the land’ in the foreign country to which her family had brought her. She was curious, she wanted to see everything, find*

---

*verdadeiro amor conjugal, (...) Fora Gilberto outra vez quem retratou uma imagem idílica da vida conjugal, na qual a reciprocidade do amor garantia serenidade, honestidade e paz doméstica, que por sua vez, originavam fidelidade mútua e apoio e, finalmente, salvação. VECCHIO, Silvana. *The good wife*. In: In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 109 – 110.*

*out, learn. But she was immediately seen: the king's son fell in love with her, 'lay with her, and defiled her'. He wanted to marry her, but Dinah's family would not forgive the insult. Her brothers took arms, sacked the town and slayed all its men, including the king and his rash son.*

*Dinah, the daughter of Jacob and Leah, was a biblical character. Her story, told in Genesis, chapter 34, harks back to faraway times and places. Yet Dinah became a familiar figure for western women in Middle Ages, present in their everyday life; a young, unwary, unlucky friend one had better not be friendly with and certainly not imitate.<sup>204</sup>*

A personagem de D. Inês de Castro possui muita similaridade com o modelo de Diná. Ambas são jovens, vão para uma terra estrangeira, despertam sentimentos em um príncipe imprudente e ambas – e esta é a similaridade mais significativa – são desafortunadas, amaldiçoadas pelas circunstâncias de seus atos. Apesar de tantas similaridades, o modelo de Diná não se pode alinhar à representação avisina de D. Inês. A dama galego-castelhana não vai a Portugal por curiosidade sobre o que quer que fosse, e sim por uma conveniência política – acompanhar a comitiva de D. Constança em troca de visibilidade e proteção. O infante D. Pedro, como dizem as narrativas, apaixona-se por ela e é descrito como um homem irascível, mas sua relação com D. Inês de Castro é sempre relatada como uma expressão de mútuo amor. D. Pedro não manifesta publicamente desejos de se casar e a família de D. Inês de Castro não toma a questão como problemática, aproveitando-se, inclusive, da situação amásia da irmã. Por fim, Diná não é considerada como pecadora e sim como vítima inocente do pecado de outrem, embora manchada para o resto da vida, e esta é a diferença fundamental entre a representação de D. Inês e o modelo bíblico de Diná.

Através da análise dos antecedentes de D. Inês de Castro, suas características físicas e psicológica, seu discurso e suas ações, é preciso que refinemos o fator que nos levará ao modelo bíblico sob o qual a representação desta personagem se aninha.

<sup>204</sup> Em tradução livre: *Um dia, uma menina chamada Diná saiu de sua casa para ver 'as filhas da terra' no país estrangeiro para o qual sua família a tivera levado. Ela era curiosa, ela queria ver tudo, descobrir, aprender. Mas ela foi imediatamente avistada: o filho do rei apaixonou-se por ela, 'deita-se com ela e a deflora.' Ele tencionava casar-se com ela, mas a família de Diná jamais perdoaria o insulto. Seus irmãos pegaram em armas, saquearam a cidade e assassinaram todos os homens, incluindo o rei e seu imprudente filho.*

*Diná, a filha de Jacó e Lia, fora uma personagem bíblica. Sua história, narrada em Gênesis, capítulo 34, remonta a lugares e tempos longínquos. Ainda assim, Diná transformou-se numa figura familiar para mulheres medievais ocidentais na Idade Média, presente em suas vidas cotidianas; uma jovem, inadvertida e desafortunada amiga que seria melhor não cultivar amizade e certamente não se deveria imitar. CASAGRANDE, Carla. *The protected woman*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 84. [Grifos nossos.]*

D. Inês peca e sabe que o faz: ela rende-se ao amor e a todos os artifícios necessários para continuar levando adiante seu romance com D. Pedro – a correspondência no exílio, o contentamento em permanecer dez anos em situação marital clandestina, os filhos, nascidos fora de um laço matrimonial público e religiosa e juridicamente reconhecido. Quando chega o seu Dia do Juízo particular, ela pede perdão, implora por uma penitência mais branda, pela remissão, e quase consegue, mas acaba punida pelos seus pecados, por ser “*misera & mezquinha*”. Ou seja, não só a consumação de um ato pecaminoso, mas o conhecimento de tal ato, de suas consequências, e o arrependimento deste ato é a questão capaz de alinhar a representação de D. Inês de Castro a um modelo bíblico.

N’*Os Lusíadas* e nas Crônicas Régias, D. Inês busca o perdão do rei. Ela diz-se inocente e pede clemência e misericórdia enquanto mulher – de D. Pedro – e mãe – dos infantes D. João, D. Dinis e D. Beatriz. “*Que depois de ser morta foy Rainha*”<sup>205</sup>. Ora, em tudo D. Inês fora esposa de D. Pedro: viveram por dez anos uma vida marital pública, tiveram quatro filhos – dos quais três chegaram à idade adulta e tiveram descendência – todos reconhecidos pelo pai e por ele legitimados. Depois de morta D. Inês, D. Pedro alega nas Cortes que foram casados sob os olhos da Igreja e de Deus. E ela fora postumamente coroada. Ora, todos estes fatores, narrados por Fernão Lopes, Rui de Pina e Camões, incontestes no discurso de nossas fontes, indicam que é possível atribuir à representação de D. Inês um modelo imensamente popular na pedagogia pastoral tardomedieval e que se aplica, majoritariamente, às mulheres casadas: o de Maria Madalena.

Segundo Jacques Delarun, Maria Madalena era o caminho do meio dos clérigos católicos ao realizar a pregação para a salvação das mulheres casadas, uma vez que estas pecam ao atender ao chamado procriativo de Deus (“crescei e multiplicai-vos”), pecam ao cumprir seus papéis de esposas. Estas mulheres renunciam à santidade da virgindade mas buscam e precisam da salvação. Era um dilema. A mulher casada não poderia ser admoestada com o modelo de Eva, pois não seria uma mulher tentadora que pecava por vontade, mas tampouco se poderia admoesta-la com o modelo da Virgem Maria, cuja virgindade imaculada é o cerne de sua sacralidade perante Deus e

---

<sup>205</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 57v.

os homens.<sup>206</sup> A mulher casada conhece o pecado, mas em contrição: precisava arrepender-se, praticar a penitência e dele se redimir, apenas para conhecê-lo outra vez através das práticas sexuais do casamento, ainda que este seja o seu dever de esposa, e seguir neste ciclo até a morte. Jacques Delarun explicita a relação da pastoral tardomedieval ante o modelo de Maria Madalena.

*Their thinking [clergymen's] about women began with an antithesis: Eve versus Mary. One stood as a symbol of women as they are; the other represented the ideal. (...) [Eve] was portrayed as a peril to the clergy, as the woman whom princes must not marry, as the daughter of the Devil. Meanwhile, the Virgin Mother was cast as a woman utterly unlike the women of this world. The figure of Mary Magdalene emerged from the widening gap between these two diametrically opposed symbols. (...) But who really needed this Mary Magdalene? Women, for whom the road to salvation was steep indeed, if not unending. This sinful woman pointed the way to possible redemption. She held out a slim but real hope, which depended on confession, repentance and penance to open a new pathway between the existing portals of life everlasting and eternal damnation. (...) women who took Mary Magdalene for their patroness had to redeem themselves not once, but twice: once for being sinners, and again for being women.<sup>207</sup>*

Mulher desvirginada, adúltera, amásia, mãe de três filhos fora do vínculo do matrimônio. Envolvida na política, livre para circular socialmente na corte sem impedimento relacionado à sua condição de barregania. D. Inês era, segundo as fontes, uma pecadora consciente de seus pecados. Tanto nas Crônicas Régias quanto n'Os Lusíadas, ela confessa seus pecados e declara-se inocente, direta ou indiretamente, (“[...] *so por ter sujeito / O coração, a quem soube vencella.*”)<sup>208</sup> D. Inês arrepende-se ao pedir ao rei D. Afonso que lhe envie, com os filhos, para o exílio

<sup>206</sup> DELARUN, Jacques. *The clerical gaze*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 27 – 29.

<sup>207</sup> Em tradução livre: *O pensamento deles [dos clérigos] sobre as mulheres começou com uma antítese: Eva contra Maria. Uma constituía-se num símbolo das mulheres como elas são; a outra representava a idealizada. (...) [Eva] era representada como um perigo para o clero, como a mulher com a qual príncipes não deveriam casar-se, como a filha do Demônio. Enquanto isso, a Virgem Maria era representada como a mulher que diferia completamente das mulheres deste mundo. A figura de Maria Madalena emergiu do amplo abismo entre estes dois símbolos diametralmente opostos. (...) Mas quem realmente precisava desta Maria Madalena? Mulheres para as quais a estrada para a salvação era muito íngreme, senão interminável. Esta pecadora apontava a rota possível para a possível redenção. Ela guardava em si uma tênue, mas real esperança que dependia de confissão, penitência e arrependimento para abrir um novo caminho entre os portais existentes da vida infundável e da danação eterna. (...) as mulheres que tomavam Maria Madalena como sua padroeira tinham que se redimir não apenas uma vez, mas duas: uma por serem pecadores e, outra, por serem mulheres.*

DELARUN, Jacques. *The clerical gaze*. In: DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.) **Op. Cit.**, p. 37. [Grifos nossos.]

<sup>208</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59.

(“*Poem me em perpetuo & misero desterro, / Na Scitia fria, ou la na Lybia ardente, / Onde em lagrimas viua eternamente*”),<sup>209</sup> e tem a sua penitência através da espada. (“*Tirar Ines ao mundo determina, / Por lhe tirar o filho que tem preso, / Crendo co sangue sô da morte indina, / Matar do firme amor o fogo aceso.*”)<sup>210</sup> Todos os pecados de D. Inês estão inerentes – e remetem – à sua condição telúrica de mulher mortal, madalenesca, em oposição à condição celestial da Virgem Maria e à condição infernal da tentadora Eva. D. Inês é subjugada antes mesmo de sua execução, por seu amor por D. Pedro, rendendo-se a todo o pecado que sua situação lhe impunha. D. Inês é o contrário camoniano de D. Maria não por ser demoníaca ou má, mas por ter sucumbido ao mais mesquinho e egoísta dos sentimentos humanos: o amor por outra pessoa. Enquanto D. Maria é cumpridora de seus deveres enquanto mãe, esposa e rainha; D. Inês é conduzida inteiramente pelo seu amor por D. Pedro e aos frutos de seu relacionamento com ele.

Enquanto Camões representa D. Maria como sendo a abnegada rainha de Castela, D. Inês é a mulher digna que se perde pelo amor. Uma age pelo dever, a outra pelo mais primordial dos sentimentos humanos. Estas duas representações, opostas e complementares, movimentam-se ao redor da proposta da literatura moralizante avisina e a partir de agora, cientes do papel de cada uma destas representações em seus respectivos episódios, analisaremos a dinâmica complementar de ambas em relação a este processo político na obra *Os Lusíadas*.

---

<sup>209</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 59.

<sup>210</sup> **Ibid.**, p. 58v.

## CAPÍTULO V

### D. Maria e D. Inês & a representação do Poder Régio: O Espelho Antagônico de Comparação

*Que assi dos Vates foy profetizado / E depois por IESV certificado.*

– *Os Lusíadas, Canto III, Estrofe CXVII*

Neste quinto capítulo, analisaremos o papel das representações camonianas de Maria de Portugal e Inês de Castro construídas no contexto da literatura moralizante da Dinastia de Avis. Num primeiro momento, indagaremos a relação entre a obra e o poder régio avisino através do conceito de Estado Real tal como concebido por Armando Luís de Carvalho Homem; em seguida, analisaremos as duas personagens enquanto símbolos representativos do poder régio avisino; e, por fim, utilizar-nos-emos de um elemento narrativo como instrumento de comparação – o Espelho Antagônico<sup>211</sup> – para realizar a comparação da maneira como estas duas personagens alinham-se ao projeto político de Avis.

#### *5.1. Os Lusíadas e o Poder Régio em Avis*

Para compreendermos a relação entre *Os Lusíadas* e a representação do poder régio na Dinastia de Avis,<sup>212</sup> é preciso que analisemos este conjunto sob a ótica do conceito de *estado real* formulado por Armando Luís de Carvalho Homem, em artigo sobre a figura do rei na legislação medieval portuguesa. De acordo com este autor, esse conceito é relativo à consciência do poder régio que conferia à pessoa do rei um

---

<sup>211</sup> O Espelho Antagônico pode ser entendido como um instrumento alegórico para a comparação dos episódios camonianos. Camões utiliza-se de uma fórmula para narrar exemplos de governança: apresenta um episódio imbuído de significado positivo ou negativo para marcar como exemplo de governança e; logo após, um episódio muito semelhante ao anterior, impregnado, contudo, de um significado diametralmente oposto, realizando contrapontos em seus modelos de governação. O Espelho Antagônico é, portanto, uma alegoria que ressalta as semelhanças e as diferenças entre esses episódios, possibilitando sua comparação e, desta forma, a compreensão do modelo de governança de Camões.

<sup>212</sup> Entendemos o conceito de Poder Régio tal como José Mattoso o formulou: um poder oriundo da noção de *primus inter pares*, mas que suplanta esta noção e que atribui ao rei “a manutenção da justiça e da paz, acima das que os senhores e os concelhos podiam assegurar”, outorgado por acordos de vassalagem e fidelidade dos senhores ao redor da figura do rei, hereditariamente transmissível, além da autoridade de cobrar tributos, criar e estabelecer um aparelho estatal que lhe permitisse realizar a administração do território e das finanças. Este movimento de consolidação do poder régio significou a transferência da esfera de poder: o enfraquecimento gradual do poder senhorial, o cerceamento do poder da clerezia e a geração de dinâmicas políticas que giravam em torno do rei, de suas privanças e seus favorecidos. Para mais, ver: TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. São Paulo: UNESP, 2000, p. 13-15.

estado, uma condição que apenas a este rei era atribuída e que consta, nas Ordenações Afonsinas, nas Ordenações de Dom Duarte e no Livro das Leis e Posturas.<sup>213</sup> O estado real, portanto, é a consciência da condição do rei enquanto fiel do poder régio que lhe foi outorgado, e que o legitimava – através das leis divinas e terrenas – para o trono e suas obrigações para com a gente do reino.<sup>214</sup> Segundo Carvalho Homem, esta noção da consciência baseia-se em três aspectos principais:

*Tais leis de Trezentos insistem fundamentalmente em três aspectos: a origem divina do ofício régio; (...) o para quê da instituição da realeza, ou seja, as finalidades do poder dos monarcas; (...) e a dimensão ética desse mesmo poder. (...) A esta enunciação da divindade como origem do poder régio encontra-se estreitamente associada a formulação da ideia e “logoteentes” de Deus (...) está particularmente nítida em alguns textos legislativos do início do reinado de Afonso IV.<sup>215</sup>*

Mais adiante no texto, Carvalho Homem cede-nos o último instrumento necessário para que compreendamos a relação entre estado real e poder régio, ao citar as Ordenações Afonsinas:

*De um modo geral, a tónica está na continuidade. Assim, as Ordenações Afonsinas insistem na origem divina da função régia: “O monarca recebeu o «Regimento» e o «Real Estado» «da Maaõ de DEOS», de quem é «Vigairo» e «Logooteente»” (...) O rei ou príncipe é «cosa animada por DEOS enviada a este Mundo pera em seu Nome reger e governar»<sup>216</sup>*

Podemos assim observar o seguinte encadeamento: a legislação medieval lusitana diz que o poder régio descende de Deus, e este poder lhe imputa a consciência de sua condição enquanto regedor – o estado real – e enquanto vigário de Deus no reino, enviado ao mundo para reger e governar em seu nome. O rei deve ser exemplo e zelar pela manutenção dos povos e, neste sentido, continuamos acompanhando Carvalho Homem quando este associa o que consta na legislação medieval lusitana com o esquema metafórico biológico, visto na obra de

<sup>213</sup> CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. Rei e «estado real» nos textos legislativos da Idade Média. **En la España Medieval**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1999, n.º22. p. 179. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=122364>> Acesso em: 21 Jan. 2014.

<sup>214</sup> **Ibid.** p. 180 – 181.

<sup>215</sup> **Ibid.** p. 179 – 180.

<sup>216</sup> **Ibid.** p. 182. (Adaptação: duas citações das Ordenações Afonsinas são feitas e sinalizadas por aspas portuguesas no original: a primeira foi retirada pelo autor de **OA**, abertura do liv. I, p. 2 – 6; e liv. V. Tits. I e XXV, p. 3 e 94 – 95; a segunda foi retirada pelo autor de **OA**, V, LXVII, 272.)

Kantorowicz,<sup>217</sup> que associa a pessoa do Rei à cabeça da entidade do reino, ao seu *corpus mysticum*, o “corpo místico” que integrava o rei e o reino numa só entidade, já se exhibe na documentação ibérica da época do Baixo Medievo – inclusive relacionando o rei não apenas à cabeça do reino, mas ao seu coração e sua alma.

*A questão do para quê de um tal estado assim outorgado aos monarcas passa antes de mais nada pela enunciação da conhecida metáfora biológica da comunidade política, apresentando o rei como cabeça de seu povo. (...) para além da cabeça, associa o monarca à alma e ao coração<sup>218</sup> (...) a representação do Rei como cabeça da comunidade coloca-o numa situação de preeminência; em contrapartida, coração «jazendo» no corpo e dando-lhe «unidade» pressupõe um posicionamento de maior inter-harmonia e menor rigidez hierárquica para as diferentes partes constitutivas dessa mesma comunidade.*

*(...) Cabeça, alma, coração, ao Rei caberá assim assegurar o «serviço de Deus», ideia frequente a partir já de 1303; serviço esse que se traduzirá na guarda do direito, da verdade, da justiça, da paz e da concórdia, noções presentes em diversos textos normativos entre 1324 e 1340, e que não carecem de paralelo num contexto peninsular.<sup>219</sup>*

Podemos, desta forma, afirmar que os textos legislativos tardomedievais estabelecem que o poder divino descendente não apenas dá ao rei o direito de reinar,

<sup>217</sup> A obra de Ernst Kantorowicz – *The King’s Two Bodies* – enfoca especificamente os casos de França e Inglaterra, abordando também o Sacro-Império Romano Germânico. O autor analisa os documentos jurídicos e tratados de juristas destes reinos (e deste império) para compreender a idéia do corpo místico (*corpus mysticum*) do rei e seu relacionamento com a ideia eclesiástica da Igreja Católica ser o corpo místico de Deus e de Cristo na Terra. Segundo Kantorowicz, tanto o Papa quanto o Rei seriam as representações do poder de Deus e de Cristo na Terra, de acordo com suas próprias atribuições, as “cabeças” de seus respectivos corpos místicos – O reino e a Igreja. Este organismo social compreendido como corpo místico teria “membros”, que protegiam a “cabeça” e serviam aos seus comandos: cardeais, arcebispos, bispos, padres, diversos prelados – no caso da Igreja – e nobres, conselheiros, juristas, financistas e ministros, no caso dos reinos. Para mais sobre o assunto da corporificação do poder representativo, das raízes da noção do direito divino real e eclesiástico e da divinização do poder, ver: KANTOROWICZ, Ernst. **Polity Centered Kingship – Corpus Mysticum.** In: *The King’s Two Bodies*. Princeton: Princeton University Press, 1997, p. 193 – 272.

<sup>218</sup> Aqui, Armando Luís de Carvalho Homem cita um trecho legislativo que se encontra compilado nas Ordenações de Dom Duarte – uma compilação da legislação portuguesa autóctone medieval, realizada por iniciativa do rei D. Duarte, o segundo da Dinastia de Avis, que reinou de 1433 a 1438, um *corpus* documental que sucedeu o Livro das Leis e Posturas e antecedeu e baseou as Ordenações Afonsinas. (Sobre as Ordenações de Dom Duarte, ver: OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **História de Portugal. Volume I – Das origens às revoluções liberais.** Lisboa: Ágora, 1972, p. 144.)

Reproduzimos a citação feita por Carvalho Homem: “\*[O Rey] «foy chamado alma E coraçom de seu poboo ca assy como a alma Jaz no coraçom do homem E per ella ujue o corpo E se mantem assy elRey jaz E deue jazer de rrazom E direita justiça (...) E como o coraçom he huum E per ell Reçebem todollos membros unidade pera seer huum (...) E em ell jaz deuem ser huus com ell dessy porque he cabeça do seu Regno» (ODD, 310 ss.)” (Ver: CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. **Op. Cit.** p. 180-181.)

<sup>219</sup> CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. **Op. Cit.** p. 180-181. [Grifos nossos.]

mas de *reinar em nome de Deus* e, de representá-lo na Terra, encabeçando os súditos (talvez seja conveniente dizer “*o rebanho*”) que lhe foram confiados. Tratava-se de uma maneira de fabricar a percepção de que o rei detinha um poder incontestável numa sociedade que tinha íntima relação e identificação com a fé cristã: a hegemonia política, a habilidade diplomática e o poderio militar não seriam suficientes para manter um reino sob o controle de qualquer pessoa: era preciso *construir a imagem do rei*. E a legislação era apenas uma das modalidades utilizadas para realizar tal engenho e manter esta noção vigente. A construção da imagem de tal poder régio era elaborada sem interrupção ao longo dos reinados.

No caso da Dinastia de Avis, este processo de construção de imagens que serviam para a manutenção do poder régio, originou-se mesmo antes da subida do primeiro rei avisino ao poder e teve suas particularidades. Era necessário legitimar D. João, o Mestre de Avis, como herdeiro de D. Fernando e concorrente ao trono antes mesmo de uma possível entronização, e para isto contou-se com a ação de colaboradores e partidários nas Cortes de Coimbra. Publicamente alevantado, juridicamente entronizado, o novo rei e seus descendentes precisariam construir uma imagem forte para manter-se no trono. Três principais artifícios foram empregados ao longo dos reinados avisinos: a legislação, a literatura moralizante e a relação com o Outro – sendo este Outro frequentemente o muçulmano, um resquício cruzadístico no tardomedieval ibérico; ou menos costumeiramente, o castelhano ou o aragonês, quando estes não estão em concórdia com Portugal.<sup>220</sup>

Estes movimentos direcionados para a estabilização e manutenção de uma legitimidade que fundamentasse o poder régio acompanharam os reinados avisinos até D. Sebastião, mudando de caráter e de contexto ao longo dos séculos. Todavia, é importante ressaltar que não podemos pensar em Avis como um bloco dinástico coeso: cada reinado teve sua dinâmica particular de construção de imagens e legitimação, ditada pelas vicissitudes causadas pelas guerras, pela expansão marítima em África, Ásia e América e pela diplomacia direta com os reinos vizinhos.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> COSTA, Ricardo da. A mentalidade de cruzada em Portugal (sécs. XII-XIV). In: Estudos sobre a Idade Média Peninsular. **Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, n. 16, 2001-2002, p. 143 – 178. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/mentalidade-de-cruzada-em-portugal-secs-xii-xiv>> Acesso em: 11 Abr. 2014.

<sup>221</sup> MATTOSO, José (Dir.). **Op. Cit.**, p. 416.

A questão diplomática ibérica é um tema constante durante a Dinastia de Avis e antes, durante a predecessora Dinastia de Borgonha,<sup>222</sup> em especial, a relação entre Portugal e Castela, dois reinos muito próximos – geográfica e politicamente. Quando tratamos de nossas fontes, as dinâmicas políticas luso-castelhanas são um assunto corriqueiro em uma parcela significativa d’*Os Lusíadas* e estão presentes em muitos trechos das Crônicas Régias que analisamos. Estas obras estão entremeadas de episódios de diferentes naturezas e que se referem à relação diplomática entre Portugal e Castela.<sup>223</sup>

Estes dois reinos possuíam disputas de poder de variadas características e, ao mesmo passo, possuíam a necessidade de estabelecer alianças para que pudessem resolver diversas querelas: divisão de terras e títulos, chancelas de paz, parcerias bélicas. Estas alianças eram fundamentalmente estabelecidas através de *acordos matrimoniais* acertados entre as casas reais e nobres de Portugal e Castela (e não apenas entre estes dois reinos, mas entre os demais da península e do continente, dependendo da necessidade). Como muitas coisas estavam apoiadas nesta política de matrimônios políticos,<sup>224</sup> diversos interesses, além dos casadoiros, estavam envolvidos nestas negociações.

*(...) para a nobreza, a mulher, desde que atinge a nubilidade, se torna um poderoso objecto de troca, demasiado importante pela função genética do corpo, garantia da perpetuação da linhagem, de transmissão do status (...) como objecto de uma estratégia político-económica, sendo os nubentes um instrumento ao serviço desta mesma estratégia, estreita é a relação entre aliança matrimonial e património. Com o casamento, a mulher sai da tutela dos pais (agnados) e/ou dos parentes (cognados), onde estariam as seguranças materiais e as garantias de integridade física e inclusive moral, e a sua custódia transfere-se para o marido. Um bem para os pais, de cuja tutela sai, e que tratarão de evitar que um casamento menos «afortunado» ponha em perigo os seus bens e a sua condição, num momento de rígida hierarquia e profundas desigualdades económicas; um bem igualmente para o marido que do casamento sempre esperará vantagens político-económicas (...) Mas porque a mulher funciona como um objecto de troca a fim de criar uma relação social, a fim de proporcionar (para o marido) uma posição social superior, ela é pois objecto precioso – de valor simbólico*

<sup>222</sup> MATTOSO, José (Dir.). **Op. Cit.**, p. 416–417.

<sup>223</sup> **Ibid.**, p. 418.

<sup>224</sup> BRAGA, Paulo Drumond. *Casamentos Reais Portugueses – um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV)*. In: **IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices**. Actas, vol. II. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2000, p. 1531-1537. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4072.pdf>> Acessado em: 10 Abr. 2014.

*múltiplo e complexo – que terá de ser obtido à custa de compensações.*<sup>225</sup>

A instrumentalização feminina<sup>226</sup> é intrínseca a esta política tão comum em toda a Europa do período: damas da nobreza, infantas e princesas eram prometidas em matrimônio e casadas de acordo com o que seria mais benfazejo para suas respectivas casas em determinados contextos. Estes acordos não eram, contudo, indissolúveis: no caso do noivado ou do casamento mostrar-se desfavorável ao cenário político da casa nobre ou real de um dos nubentes, tais acordos matrimoniais poderiam ser rompidos ou desobedecidos por diversas maneiras. Deste modo, estes movimentos colaboravam para o estabelecimento de fronteiras, de uma identidade local, de fidelidades ou infidelidades senhoriais, para a paz ou para a guerra.

São abundantes os exemplos de alianças matrimoniais malfadadas na relação diplomática Portugal-Castela. Dentro de nosso recorte temporal existem vários. Uma dessas circunstâncias de acertos e quebras matrimoniais é particularmente interessante para exemplificarmos estas dinâmicas: o casamento de D. Maria de Portugal com o rei D. Afonso XI de Castela era turbulento e o rei tomou uma amante. Compreendendo isto como uma afronta ao acordo matrimonial, o rei de Portugal, D. Afonso IV quebra outro pacto de casamento ocorrido na mesma ocasião núbil: o de seu filho, o Infante D. Pedro, com D. Blanca de Castela, sobrinha do rei castelhano. Não satisfeito, D. Afonso IV ainda casa, em segredo, o filho com a primeira esposa de Afonso XI – repudiada em nome do casamento com D. Maria – a princesa D. Constança de Peñafiel. Esta princesa fora mantida refém em Castela assim que a notícia do casamento segredado chegou a Afonso XI. Levantou-se guerra entre os dois reinos, que só foi encerrada por interferência do rei de França e do Papa. Nos termos de paz, lia-se que só se faria a paz se D. Constança fosse entregue ao marido, D. Pedro, e D. Maria fosse readmitida no leito do marido, D. Afonso XI. A amante do

<sup>225</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens da mulher*. In: **A Mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais**. Colóquio de 20 a 22 de Março de 1985. Actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, p. 55-57.

<sup>226</sup> Não afirmamos com este termo que estes movimentos de instrumentalização eram sempre realizados à revelia das mulheres, ou que estas não possuíam participação direta no que dizia respeito aos seus próprios matrimônios. O que afirmamos aqui é que as mulheres, particularmente aquelas que faziam parte da nobreza e da realeza, eram tidas politicamente como moeda de troca diplomática em várias esferas políticas. Ver: COELHO, Maria Helena da Cruz; VENTURA, Leontina. *A mulher como um bem e os bens da mulher*. In: **A Mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais**. Colóquio de 20 a 22 de Março de 1985. Actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986, p. 51-90.

castelhano fora convenientemente exilada. Esta paz fora crucial para que existisse a parceria entre Portugal e Castela numa das mais importantes batalhas da guerra contra os mouros: a Batalha do Salado.<sup>227</sup>

Quando tratamos da instrumentalização feminina, é fundamental compreendermos como é que funciona a dinâmica matrimonial no jogo diplomático ibérico. Da mesma forma, necessitamos compreender como a representação desta instrumentalização funciona no processo de criação de memória na Dinastia de Avis. Portanto, temos dois eixos de análise para cruzar: por um lado, a exaltação dinástica avisina como método de construção de memória e legitimidade para o trono português e, por outro lado, a instrumentalização política feminina ocorrida por todo o medievo e o conseqüente papel da mulher nas dinâmicas diplomáticas entre os reinos. É através da comparação destes dois eixos de análise que podemos compreender de que forma os episódios de Maria de Portugal e Inês de Castro n' *Os Lusíadas* se adéquam ao projeto político avisino e ao contexto camoniano de abordagem das políticas ibéricas e das relações luso-castelhanas. De maneiras diferentes – uma vez que cada uma destas personagens tem papeis e posições distintos na política luso-castelhana e na dinâmica matrimonial entre a nobreza e a realeza – Luís de Camões representa estas personagens como atuantes no jogo diplomático ibérico<sup>228</sup>, utilizando-o como pano de fundo dos episódios do poema dos quais estas damas são protagonistas e tratando-os como determinantes no processo histórico lusitano.

Para analisar as representações de D. Maria e D. Inês n' *Os Lusíadas*, devemos levar em consideração dois contextos do poema que nos são relevantes: o contexto interno, ou seja, o Portugal tardomedieval, de meados do século XIV, quando ocorrem as ações de D. Maria e D. Inês narradas no poema; e o contexto externo, o cenário do Portugal de Quinhentos, a conjuntura de produção d' *Os Lusíadas*, suas exigências políticas e especificidades de governo.

A partir da observação deste aspecto de análise, podemos verificar que a narrativa de Camões estabeleceu entre elas um *espelho antagônico*, ou seja: personagens de um mesmo contexto e universo que participam das mesmas dinâmicas, porém sendo utilizadas para diferentes fins políticos dentro da narrativa camoniana, dando amplitude e profundidade ao caráter político-exaltador do poema.

<sup>227</sup> MATTOSO, José. (Dir.) **Op. Cit.**, p. 406 – 408.

<sup>228</sup> MACEDO, Jorge Borges de. **Op. Cit.**, p. 124.

O espelho antagônico é uma ferramenta que nos possibilita a comparação de objetos de estudo estrategicamente muito próximos – neste caso: temporalmente, geograficamente, narrativamente – e muito semelhantes, através do destaque dos contrastes entre um objeto e outro. Desta forma, utilizando esta técnica, as diferenças entre os casos, assim como seus pontos de conexão, são observáveis através da análise do discurso e da detecção de um elemento comum aos objetos – ou vários.

### **5.2. *Maria de Portugal e Inês de Castro como símbolos representativos do Poder Régio n'Os Lusíadas***

O mote da literatura moralizante avisina era estabelecer uma imagem de *continuidade* com a dinastia predecessora, Borgonha, de maneira que seu direito ao trono fosse incontestável e fundamentado em tradição. À época da composição d'*Os Lusíadas*, Avis já estava em seu sétimo reinado, o trono já irrefutavelmente seguro do fantasma da bastardia de D. João I. Contudo, como já observamos, a literatura moralizante assumia o papel da *construção de memória*, ligando Avis aos reis ancestrais de Portugal, a Afonso Henriques, D. Dinis, D. Pedro I. O tema da continuidade estava inserido, portanto, no projeto de construção de memória através da literatura moralizante, relacionando as conquistas de Avis aos sucessos de Borgonha.

Na composição d'*Os Lusíadas*, Luís de Camões utiliza-se de uma amálgama do conhecimento humanista e escolástico corrente no Portugal de Quinhentos como referência fundamental de sua obra.<sup>229</sup> A proposta nuclear d'*Os Lusíadas* era contar a história do reino e exaltar, através de uma exposição positiva do povo português, a Dinastia de Avis e sua ancestralidade. Entre as referências utilizadas pelo poeta para contar a história do reino e reinterpretar a memória histórica portuguesa encontravam-se as Crônicas Régias.<sup>230</sup> Estas fontes forneceram a Camões o domínio necessário da História de Portugal – tal como compreendida então – para que construísse sua narrativa de memória histórica e assim cumprisse o projeto político de seu tempo, conferindo tradição, legitimidade e continuidade entre as dinastias e os reis portugueses, como nos diz Jorge Borges de Macedo:

<sup>229</sup> SILVA DIAS, José Sebastião da. **Op. Cit.**, p. 55 – 72.

<sup>230</sup> “*Os cronistas e historiadores são usados como fontes históricas e como informadores do vocabulário, semântica e sintaxe do Português Antigo.*” Ver: RAMALHO, Américo da Costa. *Prefácio da 2ª edição*. In: RODRIGUES, José Maria. **Op. Cit.**, VIII.

*Na referência ao passado concreto ao tempo do Gama, os factos e as figuras são escolhidos para exprimir a essência da continuidade – a «segurança» – do reino português, assim como a anterioridade da sua «vocaçã». Não há um só rei de Portugal que tenha sido omitido. Para todos os reinados se cita um facto representativo da defesa dessa continuidade, alusivo ao modo como foram vencidas as ameaças que o País enfrentou. Desde Afonso Henriques, por quem sempre os ecos chamam em vão, passando por D. João I, o famoso rei que nos liberta, todos os reis são definidos segundo essa perspectiva.<sup>231</sup>*

É possível identificarmos, segundo Borges de Macedo, a proposta camoniana de tecer um fio contínuo e coeso dos reinados, sem uma separação entre Borgonha e Avis – alinhando-se à tendência avisina de estabelecer continuidades entre estas duas linhagens reais. A única divisão feita por Camões é de cantos: no Canto III, trata-se dos primeiros reis de Portugal, dos ancestrais de Avis: de D. Afonso Henriques a D. Fernando I; no Canto IV, o poeta trata de D. João I a D. Sebastião, os sete reis avisinos. Esta divisão, no entanto, não quebra a intenção da continuidade: Camões mantém a coesão através da aproximação entre o último rei borgonhês e o primeiro rei avisino:

*Despois de procellosa tempestade,  
Nocturna sombra, & sibilante vento,  
Traz a manhã serena claridade,  
Esperança de porto, & salvamento:  
Aparta o Sol a negra escuridade,  
Remouendo o temor ao pensamento:  
Assi no Reino forte aconteceo,  
Despois que o Rei Fernando falleçeo.*

*Porque se muito os nossos desejarão  
Quem os danos & offensas va vingando  
Naquelles que tãbem se aproveitãrão,  
Do descuido remisso de Fernando  
Despois de pouco tempo o alcançãrão,  
Ioanne sempre illustre aleuantado  
Por Rei, como de Pedro vnico erdeiro  
(Ainda que bastardo) verdadeiro<sup>232</sup>*

Camões apresenta a situação imposta a Portugal pela morte do rei D. Fernando como uma terrível tragédia. Este evento apenas rompe-se através do alevantamento do irmão D. João ao trono de Portugal, aquele que, segundo o poeta, era o herdeiro verdadeiro, ainda que bastardo. O poeta elogia o rei posto, o diz que ele fora

<sup>231</sup> MACEDO, Jorge Borges de. **Op. Cit.**, p. 67 – 73.

<sup>232</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 62.

esperança e salvamento do reino que, por descuido remisso do rei morto, passara por uma tempestade. Através desta passagem, podemos verificar que o discurso camoniano, apesar de pertencer a um intuito exaltador, não é composto apenas de louros de glória que Camões deita sobre as cabeças coroadas de Portugal. *Os Lusíadas* é, também, uma obra de crítica e admoestação.

Durante os Cantos que dedica à memória histórica do poema, Camões realiza uma narração em contraponto, trazendo à luz aspectos bons e ruins dos reinados, conquistas e derrotas enfrentadas pelos reis portugueses. A todo momento Camões estabelece uma comparação através de elementos avessos, antagônicos, e esta comparação baseada em contrapontos está no cerne da proposta do poema: Camões dedica sua obra a D. Sebastião e o aconselha a bem reger. Assim como seus ancestrais – lembremos sempre que há o levantamento constante da questão da continuidade inquebrantável entre Borgonha e Avis – D. Sebastião deve ser um bom rei, deve cuidar para que a fortaleza consanguínea da realeza lusitana não se rompa e não se dê o capricho das paixões individuais. Camões exige que o rei tenha uma certa postura para fazer jus ao seu trono, para que o povo esteja bem amparado e o reino em segurança. Para isto, o poeta realiza comparações em contraponto durante a narrativa, antagonizando situações para que sirvam de exemplo de governança. Sobre este aspecto da epopeia camoniana, prosseguimos com Jorge Borges de Macedo, que discorre:

*(...) Em função desta finalidade de os reis portugueses deverem assegurar a continuidade do Reino, Camões volta a definir as suas exigências quanto ao poder real e determina o papel das classes, dos grupos e das pessoas junto do rei: se há conflito entre a continuidade do País e os sentimentos individuais dos responsáveis, por muito autênticos que esses sentimentos sejam (...) Camões sacrifica implacavelmente os sentimentos individuais. São lamentados, mas não defendidos, nas duas vezes em que aparecem em conflito com a segurança da colectividade. Assim sucede tanto no episódio de Inês de Castro, cuja morte é exigida pelo «povo» (...) Condena a atitude real, embora aceite que as razões, quando tivessem só alcance pessoal, pudessem suscitar outra compreensão. No episódio da «Formosíssima Maria» os sentimentos individuais aparecem, em compensação, postos ao serviço da comunidade.<sup>233</sup>*

Utilizando esta perspectiva cedida por Jorge Borges de Macedo e baseados na noção de que Camões estabelece um *espelho antagônico* entre seus episódios para

---

<sup>233</sup>

MACEDO, Jorge Borges de. **Op. Cit.**, p. 67 – 73.

ilustrar a necessidade de boa governança para Portugal, iniciaremos a discussão sobre as semelhanças e diferenças entre os episódios de D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro, buscando o espelho antagônico que há entre eles. Em ambos os episódios são representados atos da realeza e da nobreza em conflitos de governança *versus* interesses pessoais. Para reis, famílias reais e os ramos mais próximos da nobreza, este conflito significava afinar os limites que separavam os relacionamentos particulares e as políticas mantenedoras do poder. Uma vez que os reis eram os responsáveis pela continuidade do reino, pela permanência do *status quo* geral, não poderiam pôr em risco a segurança do território em nome de suas emoções ou das emoções de pessoas mais próximas. Esta mensagem é clara em Camões: o poder régio sempre deve suplantar o poder das afeições humanas, e o poeta exemplifica isto quando apresenta o episódio de D. Fernando, no Canto III:

*Do justo & duro Pedro nasce o brando  
(Vede da natureza o desconcerto)  
Remisso, & sem cuidado algum Fernando,  
Que todo o Reino pos em muito aperto,  
Que vindo o Castelhana deuastando  
As terras sem defesa, esteue perto  
De destruirse o Reino totalmente,  
Que hum fraco Rei faz fraca a forte gente.*

*Ou foy castigo claro do peccado,  
De tirar Lianor a seu marido,  
E casar se co ella de enleuado,  
Num falso parecer mal entendido:  
Ou foy o que o coração sogeito, & dado  
Ao vicio vil, de quem se vio rendido,  
Molle se fez, & fraco, & bem parece  
Que hum baxo amor os fortes enfraquece.<sup>234</sup>*

Durante o Canto III, Camões expõe situações nas quais se exemplifica como os sentimentos podem afetar os reinados e os episódios de D. Maria e D. Inês n' *Os Lusíadas* têm a função de explorar este contraste entre os assuntos pessoais e a governança de Portugal: enquanto o episódio da *Formosíssima Maria* seria uma representação da abnegação real, no qual o rei une suas vontades pessoais à administração de uma crise diplomática, o episódio da *Linda Inês* seria uma exemplificação do que ocorre quando as paixões são toleradamente postas à frente dos assuntos do reino.

234

CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 61.

O contexto dos episódios de Maria de Portugal e Inês de Castro é praticamente o mesmo, já que o intervalo temporal entre os dois episódios é muito curto e o panorama político de ambos era influenciado e movimentado pelas mesmas dinâmicas: a historiografia data a Batalha do Salado como ocorrida no ano de 1340<sup>235</sup> e o assassinato de Inês de Castro em 1355.<sup>236</sup> A comitiva da qual D. Inês participa e que leva a noiva do Infante, chega a Portugal no mesmo ano que a batalha ocorre.<sup>237</sup> A esta altura, D. Maria já estava casada com Afonso XI de Castela e reinando ao seu lado.

Após constatarmos a proximidade, não apenas lírica, mas política e social de Maria de Portugal e Inês de Castro, podemos conjecturar se Maria de Portugal e Inês de Castro se conheceram, se comunicaram diretamente ou se mantinham algum tipo de impressão uma sobre a outra, afinal, as fontes que analisamos não nos informam sobre esses aspectos tão delicados das interações humanas, sobretudo as femininas. De todo modo, estas mesmas fontes permitem-nos afirmar que ambas estavam inseridas no mesmo contexto político e participando, cada uma a seu modo, dos movimentos nobiliárquicos ibéricos, interligadas numa trama sociopolítica que as utilizava como instrumentos de troca diplomática, agentes políticos que viabilizavam conexões e rupturas entre os dois reinos.

Para compreendermos, enfim, o papel destas personagens – e de suas funções dentro da lógica narrativa camonianiana – no processo de legitimação dinástica, lancemos então um olhar sobre os episódios em perspectiva comparada. Primeiro, analisemos as estrofes que nos apresentam D. Maria e, depois, D. Inês. Camões apresenta-nos a primeira quando esta já é Rainha de Castela, na alvorada do conflito ibérico com os mouros de Granada e Marrocos:

*E vendo o Rei sublime Castelhana,  
A força inexpugnabil, grande e forte,  
Temendo mais o fim do pouo Hispano,  
Ia perdido huma vez, que a propria morte  
Pedindo ajuda ao forte Lusitano,  
Lhe mandaua a carissima consorte,*

<sup>235</sup> MATTOSO, José (Dir.). **Op. Cit.**, p. 408.

<sup>236</sup> **Ibid.**, p. 408.

<sup>237</sup> Rui de Pina fala-nos sobre um dito encontro de embaixadores portugueses e castelhanos para resolver a querela da liberação de D. Constança, datando tal reunião em Maio de 1340 e dizendo que pouco depois disso, a princesa castelhana e seu séquito – com Inês de Castro entre ele – chegou a Portugal. O mesmo cronista data a Batalha do Salado em Outubro de 1340. Para mais detalhes, ver: PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 102, p. 132.

*Molher de quem a manda, e filha amada  
Daquelle a cujo Reino foi mandada.*

*Entraua a fermosissima Maria,  
Polos paternais paços sublimados,  
Lindo o gesto: mas fora de alegria,  
E seus olhos em lagrimas banhados,  
Os cabellos Angelicos trazia,  
Pelos eburneos hombros espalhados:  
Diante do Pay ledo; que a agasalha,  
Estas palauras tais chorando espalha.*<sup>238</sup>

Antes de apresentar-nos D. Maria nestas duas estrofes, Camões dá-nos o contexto que abrange o episódio da Rainha: fala-nos do reinado de D. Afonso IV de Portugal e de como este rei lidava com o relacionamento luso-castelhano, que era delicado, repleto de particularidades diplomáticas e, naquela ocasião, se encontrava bastante fragilizado.<sup>239</sup> Ao analisar o discurso camoniano sobre esta passagem, José Maria Rodrigues acusa Camões de inconsistência em relação ao conteúdo da crônica de Afonso IV escrita por Rui de Pina, quando o poeta se utiliza do adjetivo “caríssima” para referir-se ao sentimento do Rei de Castela para com D. Maria, sua esposa e rainha, questionando inclusive se esta fora realmente a palavra utilizada por Camões – Rodrigues conjectura que o poeta tenha, na verdade, utilizado o epíteto “prestíssima”. Este autor diz-nos que, de acordo com o texto cronístico, D. Afonso XI de Castela tratava D. Maria com “má vontade” e “desamor”<sup>240</sup> e que seria um equívoco utilizar este epíteto para falar da relação conjugal entre o rei e a rainha de Castela. Não nos demoraremos nesta questão, apenas discordamos deste comentário: D. Maria e D. Afonso XI podem não ter sido felizes no matrimônio – a infidelidade régia era de pública fama e a crônica exhibe-nos isto de maneira incisiva. Todavia, caso tenha este – “caríssima” – sido o vocábulo originalmente utilizado por Camões e sendo este um episódio de norteamo político, cremos compreender o uso deste no discurso camoniano de apresentação de D. Maria: mais de uma vez, a Rainha foi um elemento diplomático importante para o Rei de Castela em seus tratamentos com

<sup>238</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 54 – 55.

<sup>239</sup> “Os reinados de D. Afonso IV (1325-1357), D. Pedro (1357-1367) e D. Fernando (1367-1383) foram dominados pela questão castelhana. Nessa época as relações entre Portugal e Castela foram muito intensas e marcadas por casamentos, ingerências mútuas, escaramuças e guerras. D. Pedro e D. Fernando beneficiaram famílias castelhanas a tal ponto que nas Cortes de 1371 e 1372 se encontram protestos.” SALES, Mariana. **Vínculos políticos luso-castelhanos no século XIV**. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. Inês de Castro – a época e a memória. São Paulo: Alameda, 2008, p. 17.

<sup>240</sup> RODRIGUES, José Maria. **Op. Cit.**, p. 118.

Portugal,<sup>241</sup> tornando-a cara ao rei e ao reino, porém não no âmbito amoroso e sim político.

D. Maria é apresentada no épico como enviada de Castela em Portugal, como embaixadora em meio à crise. Camões descreve a chegada de Maria à corte do pai em termos dramáticos: entrada triunfal, postura dramática, cabelos em desalinho, face molhada de lágrimas, um apelo emocionado, a previsão desastrosa do futuro instável de uma Rainha viúva.

*Aquelle que me deste por marido,  
Por defender sua terra amedrontada,  
Co pequeno poder, offerecido  
Ao duro golpe esta da Maura espada.  
E, se não for contigo socorrido,  
Verme as delle e do Reino ser priuada;  
Viua e triste, e posta em vida escura,  
Sem marido, sem Reino e sem ventura.*<sup>242</sup>

Por outro lado, ao analisarmos a *Crônica de Afonso IV*, composta por Rui de Pina, podemos observar que o poema camoniano é corroborado pelo texto do cronista, no trecho em que este aborda as vésperas da Batalha do Salado, seus planejamentos e preparativos. Além disto, logo no início poderemos acompanhar como o cronista nos conta que o Rei de Castela diz que “quizera ser por si o mensageiro a elRey de Portugal” e, para isto, envia a rainha D. Maria, sua esposa, como se ele mesmo fosse a tratar assuntos de Reino. Não se pode ignorar o estratagema de Afonso XI e a função diplomática de D. Maria nos dias que precederam o embate ibérico com os mouros em Tarifa. Observemos:

*Como foy acordado que esta ajuda pera desserquo de Tarifa, se pedisse a elRey de Portugal, & a elRey de Aragão o mesmo Rey de Castella, quizera ser por si o mensageiro a elRey de Portugal, & porque lho contradisseram com os inconvenientes que seriaõ afastarse em tal tempo da fronteira dos Mouros; elle pedio à Raynha D. Maria sua molher que sobre isso viesse a elRey seu Padre porque em cazo que a isso se demovesse como se delle esperava, por ser Rey Christão, & taõ catholico, & ter com elle tam estreitos devidos, & por saber que este mal a todos Reys de Espanha igualmente se podia estender porem cria que sua vista della com sua intercessam, & assi com arrepresentaçam destas necessidades em sua pessoa aproueitaria nellas muyto, & a Raynha outrogando na vinda de Portugal, & aparelhada pera isto com a trigança, que a tal necesidade requeria, vindo em romaria primeiro*

<sup>241</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 77.

<sup>242</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 55.

*a Terena, dahi se veyo loguo a Cidade de Evora, em Portugal onde elRey, & a Raynha Dona Beatriz seus Padre, & Madre, sabendo que vinha, a vieram esperar, & a receberam com muyta honra, & com sinais de grande amor, & loguo sem mais trespasso a Raynha com grande humildade, & muytas lagrimas, disse a elRey o fundamento, esperança, & necessidade, com que vinha que era pedirlhe com grande efficacia que em sua pessoa, & com as gentes darmas, & Frotas, & tizouros de seus Reynos, quizesse em taõ evidente periguo hir ajudar elRey Dom Affonso seu marido, contra os Mouros imigos de Fee, & da Cruz (...) <sup>243</sup>*

Observamos que há muita consonância entre o que diz a crônica e o que nos conta Camões. A crônica apresenta-nos o seguinte cenário, ecoado por Luís de Camões: Afonso XI envia a Rainha D. Maria a Portugal por querer “ser por si” o mensageiro de toda a questão da invasão moura a Tarifa. Uma missão especial, delicada e realizada por uma portadora que teria uma alta probabilidade de sucesso. Camões e Rui de Pina também concordam sobre a maneira como D. Maria aborda o assunto: o poeta diz que ela trazia os olhos “banhados de lágrimas” e “chorando” apelou ao pai por Castela. Por outro lado, o cronista diz-nos que Maria solicita a ajuda paterna com “grande humildade e muytas lagrimas”. Como podemos verificar, a fronteira entre os assuntos públicos e os assuntos privados mistura-se às questões de reinos, basta lembrar o viés político dos matrimônios e dar atenção especial para o momento do texto supracitado em que o cronista Rui de Pina nos diz que o rei de Portugal tinha “estreitos devidos” com o rei de Castela.

O panorama político ibérico – e europeu – era, como já mencionamos, muitíssimo dependente de tais dinâmicas de acordos e uniões: conforme os matrimônios entre as casas reais se estabeleciam, os reinos entremeavam-se numa rede muito complexa de alianças e parentelas. Os assuntos de reino sobrepunham-se aos de família – ou deveriam sobrepôr-se – porém, era nos âmbitos familiares que boa parte da política régio-nobiliárquica se construía.<sup>244</sup> Ora, existia entre estes Afonsos – o quarto de Portugal e o décimo primeiro de Castela – um contrato que os ligava em colaboração na guerra, um tratado estabelecido por ocasião do matrimônio da infanta com o rei castelhano, um débito, uma aliança política construída em âmbitos familiares, como tantas outras vigentes e extintas àquela altura.

<sup>243</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 121 – 122. [Grifos nossos]

<sup>244</sup> Para observar um exemplo de intrínseco quadro de parentescos que unia as casas reais ibéricas – e algumas de além-Pirineus – ver: BRAGA, Paulo Drumond. **Op.Cit.** Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4072.pdf>> Acessado em: 6 Out. 2014.

Se, de um lado, os acordos de paz e guerra estabelecidos por matrimônios se fazem vigentes, obedecendo a lógica política dos reinos, por outro lado, as apresentações de D. Inês de Castro exibem o panorama oposto: o que pode acontecer quando estes acordos não são feitos ou desrespeitados por conta de desejos e sentimentos individuais. A introdução de D. Inês n' *Os Lusíadas* ocorre de formas diferentes das de D. Maria. Enquanto a infanta é apresentada em meio à ação de táticas de guerra, posta no centro do planejamento da ofensiva cristã sobre os mouros invasores de Tarifa, Camões apresenta D. Inês da seguinte forma:

*Estauas linda Ines posta em sosego  
De teus annos, colhendo doce fructo,  
Naquelle engano da alma, ledo e cego,  
Que a fortuna não deixa durar muito,  
Nos saudosos campos do Mondego,  
De teus fermosos olhos nunca enxuto,  
Aos montes insinuando, e às eruinhas  
O nome que no peito escripto tinhas.* <sup>245</sup>

Podemos observar a primeira diferença entre os dois episódios: a apresentação de Inês é feita em cenário diametralmente oposto ao de Maria: a dama galega está longe do centro político, ao ar livre, acompanhada apenas por elementos da natureza, exilada e com o pensamento voltado ao amor – numa das mais fortes tônicas petrarquistas<sup>246</sup> apresentadas por Camões em seu épico. A crônica de Afonso IV, escrita por Rui de Pina, apresenta-nos a situação inesiana de outra maneira: num primeiro momento, trata de apresentar as razões pelas quais D. Inês fora morta, deixando clara a ameaça que esta dama representava ao reino e de onde se originara o ímpeto de executá-la.

*(...) [D. Pedro] assi por elRey seu padre requerido, & admoestado que cazase, ou dissesse se D. Ines hera sua molher pera ser por isso honrada & tratada de todos como merecia, elle em vida, sempre negoou que o cazamento entre elles era feyto, nem tam pouco queis com outra molher cazar, para que daua escusas, & pejos que a sò sua vontade, & affeyçam sem mais razoens favoreciam, & isto tudo era sò por nam leixar Dona Ines de Castro, a que queria grande bem & de que tinha os tres filhos, & huma filha (...) porque ella tinha seus irmãos Dom Fernando de Castro, & Dom Aluaro Pires de Castro, que eraon em Castella grandes senhores, & asi por respeito dela começauam a ter muita parte em Portugal, & ouuesse delles por isso grande receyo à vida, & successam do Infante Dom*

<sup>245</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 58.

<sup>246</sup> RODRIGUES, José Maria. **Op. Cit.**, p. 367 – 368.

Fernando filho primogenito, & erdeyro que era do Infante Dom Pedro, que pera alguma maneyra poderiam ordenar sua morte por tal que cada hum dos outros filhos de Dona Ines por morte do dito Infante Dom Fernando seu irmão pudesse succeder os Reynos de Portugal, & dos Algarues (...) & por aseseço, & conservação de seus Reynos, & das couzas de sua coroa que por respeyto da dita Donna Ines se poderia enlhear a mandasse matar por tal, que a ora da morte de elRey Dom Afonso que nom podia muyto tardar pois era ja muy velho a nom leixasse no Reyno viva, & seu filho o Infante Dom Pedro não ficasse em seu poder della (...)<sup>247</sup>

Explicitada a razão da ordem de execução dada pelo rei, em seguida, Rui de Pina conta-nos como o rei encaminhou-se para a execução de D. Inês e como ela soube da ameaça à sua vida e de que maneira reagiu.

(...) elRey em Montemor o velho concluindo ja, & consentido na morte da dita Dona Ines acompanhado de muyta gente armada, & seveo a Coimbra onde ella estava nas cazas do Mosteyro de Santa Clara, a qual sendo avizada da hida de elRey, & da iroza, & mortal tenção que contra ella levava achandosse salteada pera se não poder ja saluar per alguma maneyra, o veo receber à porta, onde com o rostro transfigurado, & por escudo de sua vida, & pera sua innocencia achar na ira de elRey alguma mais piedade, trouxe ante si os tres innocentes Infantes seus filhos netos de elRey, com cuja apresentação, & com tantas lagrimas, & com palauras assi piadozas pediu misericórdia, & perdaõ a elRey (...)<sup>248</sup>

Como pudemos observar, enquanto Camões descreve D. Inês como completamente inadvertida do futuro que a aguarda, Rui de Pina ressalta-nos que ela teria sido avisada da chegada do rei e não tivera tempo de se salvar. A escolha de Inês, segundo o cronista, teria sido enfrentá-lo e pedir misericórdia; uma postura muito mais ativa do que a narrada pelo poeta. A descrição de Rui de Pina conflita com a de Camões em alguns pontos, mas a concordância que existe é significativa e crucial: ambos os autores explicitam que Dona Inês implora a piedade régia em nome dos filhos, apelando para a sensibilidade de pai e avô de D. Afonso IV. A passividade de D. Inês serve, durante a narrativa camoniana, de contraponto à postura de D. Maria: enquanto Maria é exposta em plena ação, Inês ignora o que acontecerá e, mesmo quando toma as rédeas do discurso, Camões a exhibe como “paciente e mansa ovelha.”<sup>249</sup>

<sup>247</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 70v–71v.

<sup>248</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 71.

<sup>249</sup> (...) *Mas ella os olhos com que o ar serena / (Bem como paciente, e mansa ovelha) / Na misera mãy postos, que endoudeçe / Ao duro sacrificio se offerece.* In: CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.** p. 59.

Podemos começar a observar, então, onde as bifurcações que diferem os episódios começam a se delinear entre os dois momentos da narrativa. Isto nos permitirá observar e comparar os dois episódios através do instrumento do espelho antagônico: para tratar de episódios complementares, Camões utiliza-se de descrições físicas muito semelhantes – a descrição física de D. Inês assemelha-se muito à de Maria: beleza flagrante, olhos úmidos de lágrimas, pele alva – porém, os cenários e as posturas das personagens são flagrantemente diferentes.

A partir destes delicados afastamentos entre as apresentações das duas personagens é que podemos notar de que forma elas são posicionadas no poema para realizar suas funções de elementos representativos do poder régio lusitano: Maria é infanta do Reino, defensora do território, mensageira e guerreira, fiel depositária de um acordo diplomático; Inês é uma entidade – quase diáfana – do amor, a ameaça mesquinha ao herdeiro do trono, é a mulher que enlouquece o infante e o mantém cativo das paixões egoístas, a personificação de uma quebra diplomática, de um quadro político deveras problemático.

Como observamos anteriormente, a posição social de D. Maria e D. Inês era relativamente próxima, mas essencialmente diferente: Maria de Portugal era Infanta lusitana e, posteriormente, Rainha de Castela e Inês de Castro era uma nobre de Castela, de origem galega, oriunda de uma das mais influentes famílias no eixo diplomático luso-castelhano e sua posição na corte portuguesa era de dama de companhia. Ambas estavam presentes no séquito régio luso-castelhano e envolvidas diretamente nas dinâmicas diplomáticas. Entretanto, o estreito abismo entre D. Maria e D. Inês é muito *profundo*: a diferença primordial entre elas e que não está definida de forma explícita n’*Os Lusíadas*, está em seus estados conjugais: a primeira era legitimamente casada com o rei D. Afonso XI de Castela; já a segunda era, até onde sabemos, barregã do príncipe herdeiro de Portugal, D. Pedro e mãe de alguns de seus herdeiros, legitimados em testamento.

Camões deixa clara a condição de *esposa legítima* de D. Maria, citando em diversos momentos que ela é “consorte” e “molher”<sup>250</sup> de D. Afonso XI, assim como no discurso de D. Maria, introduz a palavra “marido”<sup>251</sup>. Já no caso de D. Inês, sua condição de barregã, de *amásia* é convenientemente ocultada em seu discurso, por

<sup>250</sup> CAMÕES, Luis Vaz de. **Op. Cit.**, p. 54v.

<sup>251</sup> **Ibid.**, p. 55.

questões que exploraremos a seguir. Para Camões, o estado marital de Inês não lhe impõe culpa, e é irrelevante no desenrolar de seu “caso triste e dino da memória”<sup>252</sup>, o que também pode por nós ser observado nas Crônicas Régias. Fernão Lopes, ao tratar deste assunto, abstém-se da controvérsia sobre o estado conjugal<sup>253</sup> de D. Inês e D. Pedro quando, após descrever os argumentos do rei, de seus aliados e de seus inimigos nesta questão, narra desta maneira:

*E assim porque o entender he disposto sempre para obedecer à razão, muitos que entonces isto ouviraõ, deixaraõ de crer o que dantes criaõ, e apegaraõ-se a este rasoado, mas nós, que não por determinar se foy assim, ou não, como elles disseraõ; mas sómente por ajuntar em breve o que os antigos notarão em escrito, (...) puzemos aqui parte do seu razoado deixando cargo ao que isto ler, que destas oppiniões escolha qual quizer.*<sup>254</sup>

Apesar das abstenções, tanto do poeta quanto do cronista, a situação marital de nossas personagens é um enorme diferencial *político* entre elas. Por exemplo: o casamento de D. Maria com D. Afonso XI promoveu diversos estabelecimentos de novos laços entre Portugal e Castela, como nos diz o cronista deste rei castelhano:

*En el diez et ochavo año del regnado deste Rey D. Alfonso, (...) el Rey et la Infanta su hermana llegaron á Ciubdat Rodrigo, et Doña Joana con ellos. Et desde allí envió el Rey á la Infanta á Saugal, que era del Rey Don Alfonso de Portugal. Et era y con (...) et la Infanta Doña Maria fija de aquel Rey de Portugal, con quien avia de casar el Rey D. Alfonso de Castiella. (...) Et fué el Rey de Castiella á este lugar, et fecieron y las bodas. (...) Et otrosí firmaron los reyes entre sí pleytos et posturas de amistad, aquellos que entendian que les convenian á firmar, porque se guardasen amistad para adelante. Et para esto el rey de Castiella et de Leon puso en rehenes algunos castiellos et alcázares del su señorio en poder de omes naturales del regno de Portugal. Et otrosí el Rey de Portugal puso castiellos et*

<sup>252</sup> **Ibid.**, p. 57v.

<sup>253</sup> A discussão sobre a plausibilidade do casamento de D. Pedro e D. Inês de Castro é realizada por nós em trabalho monográfico. Cita-se: “(...) a legislação lusitana da época do episódio inesiano nos diz que se um homem e uma mulher viviam juntos e realizam demandas domésticas juntos, se são publicamente vistos como um casal – e se o público assim os souber e reconhecer, não se pode negar o casamento, ainda que não sejam casados através dos processos religiosos da Igreja. A isto, o Direito lusitano medieval chama de Casamento por Fama. (...) ainda no Livro de Leis e Posturas, há uma lei sobre o casamento na qual se determina sua validade, quer este seja efetuado pública ou clandestinamente (...) o Direito reconhece que pessoas que tenham se casado religiosamente na clandestinidade tem seu matrimônio – e seu estado marital – considerados como válidos e legítimos, sem pecado, desde que assim seja provado. Estes dois trechos de legislação podem nos ajudar a compreender que D. Pedro e D. Inês, apesar de aparentemente manterem uma relação amásia, poderiam ter sido legitimamente casados.” HOFFMANN, Raquel. **O Grande Desvairo – a visão camoniana sobre o episódio de Inês de Castro** [monografia]. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2011, p. 48 – 49. Disponível em: <<https://ufrj.academia.edu/RaquelHoffmann/Papers>> Acesso em: 21 Jan. 2014.

<sup>254</sup> LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 287

*alcázares del su señorío en poder de omes naturales del regno de Castiella*<sup>255</sup>

Os laços diplomáticos entre Portugal e Castela estabelecidos por ocasião do casamento do Rei castelhano com a Infanta portuguesa permitiram que se firmassem acordos de paz e guerra, cessão de castelos, postos militares e cargos e títulos nobiliárquicos a alguns indivíduos envolvidos no processo.<sup>256</sup> Por outro lado, o envolvimento entre o Infante D. Pedro com D. Inês de Castro não valeu ao reino qualquer outra coisa senão prejuízo – pela negativa do Infante em casar-se outra vez depois da morte da princesa Constança de Peñafiel, sua esposa, para ficar com Inês – e ameaças de corrupção ao trono lusitano, que era o que mais temia D. Afonso IV de Portugal. A questão do contato entre as casas reais e nobiliárquicas e todos os tipos de negociações políticas que envolvem estes consórcios cruzados é o ponto essencial que se deve levar em consideração em nossa análise de fontes e comparação.

No sentido contrário, ou seja, no estabelecimento de contatos entre um episódio e outro, uma personagem e outra, o movimento camoniano vale-se da ocultação do estado conjugal de Inês. Durante a narrativa, Luís de Camões realiza uma equiparação de *status* social entre as duas personagens, com o intuito de aproximá-las e fazer mais flagrante a admoestação sobre paixões e sentimentos individuais. Observemos de que maneira Camões trata de equiparar e aproximar Maria e Inês no que diz respeito a este assunto:

*Passada esta tão prospera victoria,  
Tornado Affonso aa Lusitana terra  
A se lograr da paz com tanta gloria  
Quanta soube ganhar na dura guerra,  
O caso triste, e dino da memoria.  
Que do sepulcro os hōmes desenterra  
Aconteceo da misera, e mezquinha  
Que depois de ser morta foy Rainha.*<sup>257</sup>

É preciso atenção neste momento do poema: a representação de Inês de Castro inicia-se ainda antes de esta personagem começar a agir n' *Os Lusíadas*. Os quatro primeiros versos desta estrofe conectam nossos objetos de estudo, tanto através da imediata conexão narrativa entre um episódio e outro quanto através da elevação – no contexto lírico – de Inês ao mesmo patamar social de Maria. Antes mesmo de nos apresentar Inês, de nos dizer quem ela é, como se parece e o que aconteceu com ela, o

<sup>255</sup> CERDÁ Y RICO, Francisco (Ed.). **Op. Cit.**

<sup>256</sup> CERDÁ Y RICO, Francisco (Ed.). **Op. Cit.** p. 141.

<sup>257</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 57.

poeta a adjetiva de “mísera” e “mesquinha” para, logo em seguida, dar-lhe o título de “Rainha”. Como pudemos acompanhar, em apenas um verso, Camões transforma Inês de Castro em Rainha póstuma de Portugal. Ao atribuir a esta mulher um lugar na realeza portuguesa, o poeta estabelece um fio conector não apenas entre as personagens, mas, sobretudo, entre os episódios e os propósitos políticos d’*Os Lusíadas* em si.

É conhecido o fato de que D. Pedro – já rei – mandou que se lavrasse um túmulo régio para D. Inês, com efígie que portasse coroa e outros símbolos de realeza e que se pusesse este túmulo num mausoléu real e ao lado do túmulo que o próprio Pedro ocuparia quando morto. Também é sabido sobre o evento da grande transladação que fora feita dos restos mortais de D. Inês e sobre como os Infantes seus filhos foram juridicamente legitimados, em vida do pai, como herdeiros do paterno trono de Portugal, o que se confirma no testamento de D. Pedro.<sup>258</sup> A imposição do título de Rainha à D. Inês fora, portanto, um ato simbólico que partira do próprio rei D. Pedro I e ecoara culturalmente ao longo dos anos, até alcançar Luís de Camões. Não é neste aspecto do mito inesiano que devemos nos deter, e sim no contraponto feito pelo poeta entre Inês e Maria: ao corroborar a tradição – como chama Fernão Lopes<sup>259</sup> – Camões equipara Inês e Maria em seus *stati* sociais, criando um ponto de contato entre as duas personagens e seus respectivos episódios, um elemento que utilizamos em nossa análise, uma vez que a ameaça inesiana ao trono português já estaria superada por completo. É preciso lembrar: os episódios de Maria de Portugal e Inês de Castro dizem respeito a como o poder régio reage quando toca as paixões individuais do rei, enquanto pessoa, ou das pessoas que o rodeiam e são peças do jogo político entre os reinos.

Compreender como estas duas personagens são elementos de representação do poder régio lusitano e quais são os lugares que estes episódios tomam nas prerrogativas políticas d’*Os Lusíadas*, significa que precisamos analisar de quem esta manifestação emana nos dois episódios. Camões deixa claro que as considera como iguais – mesmo que no contexto do poema, alimentado pela crônica, Inês tenha sido rainha postumamente – que ambas faziam parte da realeza e que os episódios tratam sobre paixões *da realeza*. Entretanto, o poder régio, nestes casos, não emana delas:

<sup>258</sup> LOPES, Fernão. **Op. Cit.**, p. 272 – 276.

<sup>259</sup> **Ibid.**, p. 272.

Maria e Inês não o detêm, são satélites que refletem e dinamizam esta manifestação e servem como catalisadores da ação do poder régio.

A fonte destas emanções é um elemento comum entre os dois episódios, um personagem determinante para o desenrolar da narrativa e da coerência do projeto político camoniano: D. Afonso IV de Portugal. Os dois episódios tratam de eventos ocorridos durante o reinado deste rei e exploram como é que este rei lidou com tais questões que marcaram o seu governo e como ele fez uso de seu poder para enfrentar os desafios que estes episódios apresentam ao seu governo, através dos pontos de vista das protagonistas, D. Maria e D. Inês. Instrumentos de uma política diplomática fortemente apoiada em dinâmicas matrimoniais, Maria de Portugal e Inês de Castro transformam-se, no poema camoniano, em símbolos representativos do projeto exaltador camoniano e dos desígnios legitimadores avulsos de construção de memória tradicional.

### ***5.3. O Espelho Antagônico de Comparação***

Ao delinear os principais pontos de conexão e notar os afastamentos entre os episódios da Batalha do Salado e da Morte de Inês, pudemos reconhecer que o elemento comum mais fortemente presente entre eles é o ambiente no qual os eventos se passam: o reinado de D. Afonso IV de Portugal. Camões entrega o protagonismo dos episódios para D. Maria e D. Inês e as movimenta de acordo com seu projeto exaltador ao redor de um eixo narrativo formado pela corte de D. Afonso IV, suas políticas diplomáticas e intrigas, representadas pela figura do rei e pelo poder simbólico que emana deste personagem e de seus atos de governança. É importante observar a constância de Camões neste aspecto: o poder régio em conflito direto com as paixões individuais são as forças opostas das quais tratam os episódios, sendo estas forças representadas por D. Maria e D. Inês dentro do contexto político que se apresenta mais frutífero para estas representações: o reinado de D. Afonso IV. Utilizamos este eixo, o elemento que ao mesmo tempo aproxima e afasta nossos dois objetos, como o espelho antagônico de comparação que mencionamos anteriormente. A dinâmica do poder simbólico durante o reinado de D. Afonso e como Camões a representa é a ferramenta que nos permitirá analisar o papel das instrumentalizações diplomáticas femininas do Portugal Medieval no contexto político d'*Os Lusíadas*. Destaquemos, portanto, as representações das dinâmicas do reinado de Afonso IV,

n' *Os Lusíadas* e nas Crônicas Régias. No episódio da Batalha do Salado, Camões apresenta o início do reinado afonsino nos seguintes versos:

(...) *Quarto Affonso: mas forte & excelente:*

*Este sempre as soberbas Castelhanas  
Co peito desprezou firme & sereno,  
Porque não he das forças Lusitanas,  
Temer poder maior, por mais pequeno  
Mas porem quando as gentes Mauritanas,  
A possuir o Esperico terreno,  
Entrarão pelas terras de Castella,  
Foy o soberbo Affonso a socorrella.*<sup>260</sup>

Em seguida, Camões exhibe-nos o apelo e os argumentos de ajuda com os quais D. Maria implora pela intercessão de D. Afonso IV na invasão de Castela pelos mouros e a ponderação do rei sobre ir ao socorro do reino vizinho:

*Não de outra sorte a tímida Maria  
Fallando está, que a triste Venus, quando  
A Iupiter seu pay fauor pedia,  
Pera Eneas seu filho, nauegando,  
Que a tanta piedade o comouia,  
Que caido das mãos o rayo infando:  
Tudo o clemente Padre lhe concede,  
Pesandolhe do pouco que lhe pede.*<sup>261</sup>

Se Maria lhe pedisse muito, D. Afonso não a socorreria, é o que diz o poema. Contudo, como D. Afonso é sabedor de que, caso aquiescesse ao apelo da filha, as forças somadas de Portugal e Castela poderiam resolver o problema castelhano e também proteger Portugal da invasão mourisca, o pedido é concedido, nos termos de reino e governança. A crônica nos esclarecerá a decisão de D. Afonso IV em favor da filha e em favor de Castela.

(...) *elle pedio à Raynha D. Maria sua molher que sobre isso viesse a elRey seu Padre porque em cazo que a isso se demovesse como se delle esperava, por ser Rey Christão, & taõ catholico, & ter com elle tam estreitos devidos, & por saber que este mal a todos Rey de Espanha igualmente se podia estender porem cria que sua vista della com sua intercessam, & assi com arrepresentaçam destas necessidades em sua pessoa aproueitaria nellas muyto (...)*<sup>262</sup>

Quando Rui de Pina nos diz que entre os reis há “estritos devidos”, isso quer dizer que D. Afonso XI de Castela apela para as cláusulas do contrato de casamento

<sup>260</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op Cit.**, p. 54.

<sup>261</sup> **Ibid.**, p. 55v.

<sup>262</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 121-122.

com D. Maria, que dizem que os reis deveriam colaborar entre si em caso de guerra.<sup>263</sup> Em seguida, Camões narra que Portugal vai a caminho da batalha, representado pelo rei e por Maria:

*Entre todos no meio se sublima,  
Das insignias Reais acompanhado,  
O valeroso Affonso, que por cima  
De todos, leua o collo alevantado,  
E somente co gesto esforça & anima,  
A qualquer coração amedrontado,  
Assi entra nas terras de Castella,  
Com a filha gentil Rainha della.<sup>264</sup>*

O posicionamento de D. Afonso IV nestes episódios é essencial para compreendermos a maneira através da qual estes se alinham com o intuito avisionado legitimador e criador de memória. Neste trecho do poema, Camões apresenta D. Afonso chegando às terras de Castela carregando “insignias Reais” – entre as quais é possível, se observarmos com atenção, enquadrar a sua própria filha, D. Maria. A crônica também fala-nos sobre a entrada de D. Afonso IV e D. Maria em Castela:<sup>265</sup>

*(...) elRey de Castela, por mais breuemente remediar suas necessidades que cada ves mais se dobrauam, loguo satisfez & aforrado com poucos, se partio loguo de Seuvilha, & veyo a Xeres de Badajos, & dahi a Olivença, porque elRey de Portugal sabendo de sua vinda com ambas as Raynhas & com o Infante Dom Pedro seu filho, erdeyro, o veyo esperar em Ierumenha onde todos se viraõ, & como esquecidas das muytas payxões passadas, elles com mostrança de muyto amor, & grande prazer se trataraõ, & despois de ambos apartados elRey de Castella, lhe deu inteira conta do seu cazo, & com as palauras que a tal preza, & tamanha necessidade requeria, & lhe pedio que contra os immigos da Fé, que eraõ sem conto, & por defençaõ daquelles que Christo Iesus por seu precioso Sangue tinha remidos (...) ElRey de Portugal se foy a Elvas, & leixou a Raynha dona Beatriz sua molher, & com ella o Infante Dom Pedro seu filho que se tornaram a Estremos, & de Eluas elRey de Portugal com a Raynha Dona Maria sua filha, se passaram loguo a Badajos onde recolhidas suas gentes que cada dia chegauam, seguiraõ também o caminho de Sevilha (...)*<sup>266</sup>

<sup>263</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 122.

<sup>264</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 56.

<sup>265</sup> Como verificamos na citação seguinte, a Crônica nos diz que o Rei D. Afonso IV, a Rainha D. Beatriz, o Infante D. Pedro e a Rainha D. Maria foram juntos pelo menos até Badajoz, arrebanhando os exércitos portugueses para a batalha. Depois, D. Beatriz e D. Pedro partiram de Badajoz para Estremoz, enquanto o rei D. Afonso IV e sua filha, rainha D. Maria, seguiram juntos para encontrar o rei D. Afonso XI de Castela em Sevilha. Nada é dito acerca da rainha de Castela os ter acompanhado além deste ponto. Ver: PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 56.

<sup>266</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 56.

Podemos observar, mais uma vez, muita consonância entre a crônica e o poema, o que nos ajuda a compreender a construção da representação camoniana do reinado de D. Afonso IV a partir da figura do rei. É a honradez em cumprir seus acordos políticos que leva Portugal a acudir o reino vizinho, é a necessidade de proteger Portugal da ameaça moura que faz com que o pai se renda aos apelos da filha e caminhe para a batalha. O poema, através da figura de D. Afonso IV, representa a solidez diplomática de Portugal. Neste momento, a necessidade do reino alinha-se com o desejo pessoal do rei de ir ao socorro das terras sobre as quais D. Maria reina. Entretanto, é o pedido dela, rememorando-o do compromisso de parceria contra o Outro assumido entre Portugal e Castela por ocasião de seu casamento que marca o início do episódio, da colaboração e da representação de sua instrumentalização n' *Os Lusíadas*.

Por outro lado, no episódio de Inês de Castro, o poema representa que, quando afetadas por assuntos de foro íntimo, as questões políticas internas sobre o trono de Portugal não contam com tanta condescendência por parte do rei ou de sua corte. A postura de D. Afonso IV em relação a toda a problemática que D. Inês significa para a coroa lusa não é tão magnânima quanto aquela vista no episódio imediatamente anterior:

*Tirar Ines ao mundo determina,  
Por lhe tirar o filho que tem preso,  
Crendo co sangue sô da morte indina,  
Matar do firme amor o fogo aceso,  
Que furor consentio, que a espada fina,  
Que pôde sustentar o grande peso  
Do furor Mauro, fosse aleuantada,  
Contra huuma fraca dama delicada? <sup>267</sup>  
(...)  
Queria perdoarlhe o Rei benigno,  
Mouido das palauras que o magoão:  
Mas o pertinaz pouo, & e seu destino  
(Que desta sorte o quis) lhe não perdoão,  
Arrancão das espadas de aço fino,  
Os que por bom tal feito ali apregoão,  
Contra huuma dama, ô peitos carniceiros  
Feros vos amostrais, & caualleiros? <sup>268</sup>*

Há uma certa mudança de característica na representação da justiça régia, através da figura de D. Afonso IV, entre os dois episódios que analisamos. Enquanto no episódio

<sup>267</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op Cit.**, p. 58.

<sup>268</sup> PINA, Rui de. **Op. Cit.**, p. 59.

da Batalha do Salado a figura de D. Afonso é paterna, militar, corajosa; no episódio da Morte de Inês podemos verificar que o poeta relativiza – sem nunca controverter a honra do rei ou contestar-lhe o poder régio, o que não corresponderia com o projeto legitimador avisino – as atitudes de D. Afonso IV. Camões questiona como a espada que sustentou o peso do furor mouro pôde erguer-se contra uma “fraca dama delicada”. E, mais adiante, quando o rei hesita em sua sentença de morte contra Inês, Camões mostra-nos que mesmo que os sentimentos do rei tenham se modificado depois do apelo de Inês pela vida, o *estado real* – a consciência do dever para com o reino, o trono e o povo – não permite que ele volte atrás em sua decisão. Voltamos à Crônica de Afonso IV, no momento em que Rui de Pina nos aponta um quadro muito semelhante:

*& consentido na morte da dita Dona Ines acompanhado de muyta gente armada, & se veo a Coimbra onde ella estava nas cazas do Mosteyro de Santa Clara, a qual sendo avizada da hida de elRey, & da iroza, & mortal tenção que contra ella levava achandosse salteada pera se não poder ja salvar per alguma maneyra, o veo receber à porta, onde com o rostro transfigurado, & por escudo de sua vida, & pera sua innocencia achar na ira de elRey alguma mais piedade, trouxe ante si os tres innocentes Infantes seus filhos netos de elRey com cuja apresentação, & com tantas lagrimas, & com palauras assi piadozas pedio misericordia, & perdaõ a elRey que elle vencido della se dis que se volvia, & a leyxava ja pera nom morrer como levava determinado, & alguns Cavaleyros que com elRey hiaõ pera a morte della que loguo entrarão, & principalmente Dioguo Lopes Pacheco filho de Lopo Fernandes Pacheco senhor de Ferreyra, & Alvaro Goncalves meirinho mor, & Pero Coelho quando assi viraõ sahir elRey como quem ja revocava sua tença agravados delle pella publica determinação com que os ally trouxera, & pello grande o dio & mortal perigo que daly em diante com ella, & com o Infante D. Pedro os leyxava, lhe fizeraõ dizer, & consentir que elles tornassem a matar Dona Ines se quizessem, a qual por isso loguo mataraõ )o que foy avido contra elRey mais abominavel crueza) que por severa nem louvada justiça, a qual Donna Ines foy loguo enterrada no ditto mosteyro de S. Clara (...)*<sup>269</sup>

Mais uma vez, a crônica e o épico harmonizam suas narrativas: ambas as obras demonstram que D. Afonso IV teria se comovido pelos apelos de Inês – embora os apelos do poema sejam ligeiramente diferentes dos do texto cronístico – e desistido de executá-la. Entretanto, o dever para com o trono e Portugal levam a cabo a primeira decisão: Inês tem de morrer para que o trono não seja ameaçado por Castela, através dos três filhos bastardos que a dama castelhana deu ao Infante português. É

<sup>269</sup> PINA, Rui de, **Op. Cit.**, p. 154.

importante ressaltar que tanto o poema quanto a crônica são obras ligadas ao projeto político avisino, então as posições políticas sobre o imbróglio de Inês de Castro são parecidas pois, para legitimar a tradição e a memória sobre o trono de Avis é preciso que a origem desta dinastia seja incontestável. Ao representar o rei D. Afonso IV, avô do fundador da Dinastia de Avis, como um rei cumpridor de seu dever com o reino, ambos os autores fundamentam a tradição avisina e exaltam a ancestralidade da dinastia.

Ao longo da construção da narrativa camoniana sobre os episódios de D. Maria e D. Inês e seu impacto no reinado de D. Afonso IV, podemos verificar que há a intenção de representar que o poder régio tem o poder de vida e morte sobre os súditos de um reino, seja na guerra ou em casos mais específicos. Consubstanciado na pessoa do rei, o poder régio exige que o reino seja posto à frente das questões pessoais de quaisquer indivíduos que estejam envolvidos com a governança. Em nossa fonte, Camões representa nestes dois episódios o poder régio através dos atos do rei Afonso IV nestes dois episódios, utilizando-se de modelos de representação: quando o rei vai à guerra ao lado do rei castelhano e quando determina que Inês de Castro seja executada, é possível identificar que o rei faz decisões salomônicas por seu reino, decidindo aquilo que, para ele, seria o mais adequado para Portugal.

Por outro lado, este quadro só se completa quando observamos o segundo aspecto desta representação da realeza: quando Camões demonstra que o detentor do poder régio também tem suas decisões influenciadas por emoções mundanas. O estado real, por mais que conceda consciência do ofício régio ao rei, também compõe-se de humanidade. Isto torna-se evidente nas passagens, nas quais Camões nos mostra D. Afonso IV atendendo à súplica desesperada de D. Maria; nos dizendo que, enquanto pai, o rei não poderia negar ajuda a Castela; e posteriormente, quando Camões demonstra que o rei teria se apiedado de Inês de Castro e tencionado voltar atrás em sua determinação – impedido apenas por seus conselheiros. Ora, se o poder régio emana do ser transcendental do rei e nele está concretizado, questiona-se como é que esta exposição da condição humana de Afonso IV poderia ser benéfica ao projeto político d’*Os Lusíadas*.

Podemos identificar que Camões, ao longo do *mise en abyme* de Vasco da Gama e do Rei de Melinde, utiliza-se de um modelo régio muito claro: os reis de Portugal seriam exemplos de conduta real – conduta de governança – e, ao mesmo

tempo, constantemente confrontados com decisões que envolvem o reino e questões que lhe dizem respeito enquanto homens. O exemplo está na forma como tais reis lidam com estas situações e de que maneira elas influenciam a vida política de Portugal. No caso de Afonso IV, Camões diz-nos que os atos e as decisões deste rei são pautados e direcionados para o bem do reino: quando atende o pedido de D. Maria, ele o faz quando se vê ameaçado pelo risco mouro em seu território e quando permite que se execute a sentença de Inês de Castro é para a proteção da dinastia. Para efeitos de rápida comparação, o modelo régio de D. Afonso IV é oposto ao de D. Fernando, ao qual Camões se refere da seguinte maneira: “(...) hum fraco Rei faz fraca a forte gente”.<sup>270</sup> Ou seja: segundo Camões, a gente de Portugal é forte, mas se o rei não o for, se não se comportar como tal, pode levar o reino à destruição. Neste contexto, a continuação desta história diz respeito diretamente à Avis: a ruína de Fernando é o que possibilita a entronização de D. João I e a inauguração da dinastia que se pretende enaltecer.

A importância da presença de Afonso IV e de seu modelo de rei justo nos dois episódios que analisamos é a de exibir como a similaridade entre eles é a característica que os afasta: Maria e Inês são protagonistas de questões políticas, cada uma ao seu modo, que poderiam decidir o rumo de Portugal, envolvidas nuclearmente com questões que punham em risco o reino enquanto território soberano em si, seja pelo perigo da invasão moura, seja pelo risco da corrupção dinástica e de uma perigosa aproximação com Castela.

Maria e Inês são instrumentalizadas pelas mesmas políticas diplomáticas e pelas mesmas instituições e consideradas moeda circulante entre as famílias da realeza e da nobreza. Eram múltiplas as possibilidades de participação e utilização feminina dentro deste tipo de dinâmica. Através das representações camonianas, podemos verificar que nas dinâmicas instrumentalizadoras tardomedievais a mulher pode servir como salvo-conduto para um acordo de paz capaz de decidir o destino do território – como observamos no episódio de D. Maria. Por outro lado, a mulher também pode ser aquela pela qual se ergue uma querela dinástica que ecoa por gerações após a sua existência – uma questão representada no episódio de D. Inês.

Os eventos da participação de Maria na circunstância da Batalha do Salado e da execução de Inês no contexto da questão sucessória de Portugal seriam dois casos,

---

<sup>270</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op Cit.**, p. 61.

entre muitos, de instrumentalização política feminina na península ibérica tardomedieval. Entretanto, encaixam-se no projeto político camoniano e simbolizam memória e legitimidade no contexto da literatura moralizante avisina por responderem à proposta apresentada nas primeiras estrofes d'*Os Lusíadas*. Destarte, mesmo que os casos de instrumentalização feminina tenham sido correntes nos altos escalões da península ibérica tardomedieval, o contexto e o impacto histórico que os episódios de D. Maria e D. Inês tiveram sobre a história lusitana é o que os leva a figurar n'*Os Lusíadas*. O que insere as duas damas na plêiade de representantes escolhidos por Camões para figurar no poema são seus papéis cruciais na conjuntura do reinado de Afonso IV.

A prerrogativa camoniano-avisina é atendida através do posicionamento de D. Maria e D. Inês no contexto do reinado de D. Afonso IV e suas representações são fulcrais para o desenvolvimento do contraponto de governação e consequente contribuição para a admoestação dos futuros reis de Portugal. À luz da lógica política d'*Os Lusíadas*, o que confere a D. Maria e D. Inês o protagonismo no conjunto de personagens que Camões escolhe para representar Portugal é a maneira como as personagens efetivamente acionam as dinâmicas diplomáticas portuguesas dentro do contexto do reinado de Afonso IV, ainda que sejam instrumentalizadas por estes mesmos movimentos. A inserção de ambas como protagonistas do épico camoniano transforma-o numa obra não apenas poética, mas de moralização política, de avaliação crítica sobre a História de Portugal: o poeta avalia, exalta e comenta como o rei deverá utilizar-se de seu poder régio e da consciência de seu estado real para encaminhar o reino para uma próspera estabilização.

## CONCLUSÃO

*Pera seruiruos braço aas armas feito / Pera cantaruos mente aas Musas dada,(...)*  
 – *Os Lusíadas, Canto X, Estrofe CLV*

### ***Vozes de Rainhas***

Decodificar os murmúrios femininos em nossas fontes históricas. Foi isto que nos propusemos a fazer na Introdução a esta dissertação e esta proposta está no centro de toda a problemática, no cerne de todos os questionamentos. D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro são as únicas mulheres históricas representantes da história de Portugal n’*Os Lusíadas* dentro de um grupo essencialmente composto por protagonistas masculinos. Além disso, ambas possuem presença bastante marcada nas Crônicas Régias, seus episódios são amplamente discutidos e, ainda que a abordagem cronística seja diferente, seus papéis centrais são bastante destacados nestas obras. Assim como um sem-número de outras personagens, D. Maria e D. Inês – ainda que detenham o protagonismo dos episódios camonianos nos quais figuram – são sufocadas em narrativas e documentos que priorizam as presenças e vozes masculinas. Mulheres, num geral, não são e nunca foram inativas e mudas nas sociedades ao longo dos séculos. O silenciamento feminino, tão comum em nossas fontes históricas, é resultado de um processo conhecido por nós, historiadores, como a seleção do que fica de vestígio para as gerações futuras. Jacques Le Goff fala-nos sobre isto:

*De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.*<sup>271</sup>

Assim, como o silenciamento feminino é fruto (propositado ou colateral) de uma escolha sistemática de preservação de memória, também o é a iniciativa de alcançar as mulheres dentro das fontes de discurso essencialmente masculino. Nesta lógica, quando abordamos as fontes a partir desta premissa, com os questionamentos adequados e a metodologia consciente da necessidade de extrair as vozes femininas do meio da cacofonia masculina, tais vozes transmutam-se em clamores que

---

<sup>271</sup> LE GOFF, Jacques. **Op. Cit.**, p. 525.

manifestam afirmativamente a presença e a participação sociopolítica das mulheres em suas épocas.

Partindo desta proposta, percorremos um longo caminho para escutar as vozes de D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro que nos chegaram através da pena de Luís de Camões – e dos cronistas antes dele – para compreender seus papéis em suas épocas e a função de suas representações na lógica da literatura moralizante avisina. No processo de estabelecimento deste argumento central, alguns pontos-chave fizeram-se presentes desde o início da pesquisa e tornaram-se o fundamento do trabalho: a origem literária das fontes, o duplo eixo temporal, o duplo eixo temático, a comparação da construção das duas personagens e da aplicação destas na lógica da literatura moralizante avisina. Estes são os núcleos de problematização que se estendem por todos os cinco capítulos desta dissertação, elaborados acerca dos questionamentos feitos às fontes e realizados sistematicamente ao longo da composição da pesquisa.

A origem literária de nossas fontes consistiu no primeiro desafio por carregarem em si fortes tônicas líricas. Exigiram que praticássemos uma abordagem que problematizasse e questionasse seus vieses históricos ao mesmo passo que respeitasse suas características literárias, especialmente no que diz respeito ao discurso das fontes. Uma passagem camoniana de peso mais lírico, por integrar a literatura moralizante avisina, não se pode desconsiderar em nossa análise, devido ao sistema de duplos eixos de comparação que utilizamos: todo o discurso tem função dentro da literatura moralizante avisina, e o que nos coube foi ressaltar e focalizar a luz sobre as passagens de peso histórico, vestigiais no testemunho de representação do Portugal anterior a’ *Os Lusíadas*.

Estes que chamamos de duplos eixos, como pudemos verificar no decorrer desta dissertação, são fruto da fase preliminar de nossas análises: Quando os múltiplos focos de nossa pesquisa foram determinados percebemos que, para analisar a forma como *Os Lusíadas* servira de instrumento de representação do poder simbólico da instituição régia lusitana e para examinar o desenrolar do processo histórico-literário que utilizou as personagens de Maria de Portugal e Inês de Castro como balizas simbólicas do poder real do Portugal do século XIV, a necessidade era de recorrer a uma comparação tal como proposta por José D’Assunção Barros:

*(...) examinar sistematicamente como um mesmo problema atravessa duas ou mais realidades histórico-sociais distintas, duas estruturas situadas no espaço e no tempo, dois repertórios de representações, duas práticas sociais, duas histórias de vida, duas mentalidades, e assim por diante. Faz-se por mútua iluminação de dois focos distintos de luz, e não por mera superposição de peças.*<sup>272</sup>

Valer-nos dos duplos eixos (temporal e temático) colaborou, portanto, para que norteássemos a pesquisa relacionando as temporalidades de Maria e Inês, dos cronistas e de Camões – séculos XIV, XV e XVI, respectivamente – com a temática da literatura moralizante avisina n’*Os Lusíadas*: a narração dos episódios, o contexto histórico de D. Maria, D. Inês e D. Afonso IV, o peso de tais personagens no fluxo transitório entre Borgonha e Avis, sua relevância numa narrativa exaltadora da dinastia avisina. O papel de D. Maria e D. Inês neste projeto político avisino respalda-se em sua construção enquanto personagens: este processo sofre influências da literatura pedagógica pastoral, utilizada por clérigos pregadores da Igreja no medievo para doutrinar o comportamento humano, sobretudo o feminino, através da divulgação de modelos sociais estabelecidos acerca de personagens bíblicas. Mulheres eram orientadas a mirar-se em exemplos positivos, negativos ou intermediários (transitórios entre os dois polos) para tentar viver de uma forma que fosse conveniente à vida cristã consoante a Igreja.

Esta cultura impregna-se na literatura medieval e tardomedieval, influenciando obras que não possuem um viés pastoral direto, como é o caso d’*Os Lusíadas*. Pudemos analisar o poema de Camões sob uma perspectiva política, a de um compêndio de exemplos de boa e má governança a serviço da Dinastia de Avis e traçar linhas conectoras entre as personagens de D. Maria e D. Inês e os modelos bíblicos da Virgem Maria e de Maria Madalena, respectivamente, comparando-os e compreendendo suas funções na literatura moralizante avisina.

Devido à característica múltipla de nosso tema, esta dissertação organiza-se de modo a imergir-nos gradativamente em todos os aspectos da pesquisa: analisamos as peculiaridades das fontes literárias, as aplicações de seu arcabouço conceitual, a comparação de representações cronísticas e camonianas de D. Maria e D. Inês, e a comparação destas representações na dinâmica da literatura moralizante avisina. Tais aspectos são enfocados em cada um dos cinco capítulos desta dissertação, e convergem-se no núcleo objetivo da pesquisa: comparar as representações construídas

---

<sup>272</sup> BARROS, José D’Assunção. **Op. Cit.**, p. 17.

por Luís de Camões n' *Os Lusíadas* de Maria de Portugal e Inês de Castro com os papéis político-diplomáticos a elas atribuídos enquanto mulheres da alta aristocracia ibérica do século XIV para compreender qual é o papel de tais representações no projeto político da literatura moralizante avisina.

No Capítulo I, intitulado *História & Literatura*, analisamos a relação entre estes dois campos do conhecimento em nossa comparação. Destacamos suas similaridades enquanto ferramentas intelectuais de percepção, interpretação e representação do mundo, ao mesmo tempo que ressaltamos a necessidade de reservar a cada uma suas metodologias e teorias neste âmbito. O diálogo entre História e Literatura é imprescindível para esta dissertação, por conta da origem literária de nossas fontes. Sem a análise do discurso das Crônicas Régias e d' *Os Lusíadas* e uma historicização das informações adquiridas das fontes – através de um processo de questionamento e problematização que respeite a experiência humana coletiva representada, promovida e abordada em uma obra literária – não teria sido possível sequer iniciar este trabalho. Identificar qual a característica comum entre nossas fontes que as alinha ao projeto político da literatura moralizante avisina foi resultado da análise efetuada no Capítulo I, que observa a obra literária como fonte histórica, na qual destacamos fatores tais quais o discurso contido nos textos das fontes, a narrativa e seus atributos, a perspectiva social imbuída nas obras e a interação destas em sua sociedade.

Assim, pudemos concluir que o discurso das Crônicas Régias e d' *Os Lusíadas* obedece ao propósito tripartite de construir a memória de Avis, estabelecer continuidade entre Borgonha e Avis, e exaltar a legitimidade avisina. Também observamos que esta tripartição forma a base da ideologia de moralização acerca da genuinidade da Casa Régia de Portugal após a Crise de 1383-1385 contida nos textos e que estes se dirigiam num movimento social descendente, da realeza para as camadas que lhe eram inferiores – sobretudo a alta nobreza ibérica, que continha em seus círculos aristocratas com pretensão ao trono português, e que precisava ser contida para que não se fomentasse a ideia de um golpe de deposição da realeza avisina, principalmente nos primeiros anos da Dinastia de Avis.

Discutimos, no Capítulo II, intitulado *Poder Simbólico & Representação*, a aplicação destes conceitos na análise de nossas fontes e na subsequente composição dos argumentos desta dissertação. Através deste quadro teórico, pudemos nos

aprofundar na compreensão da dinâmica político-ideológica da literatura moralizante avisina, um projeto político de dominação que se estende do início do século XV ao final do século XVI, ou seja, após D. João I firmar-se no trono de Portugal, pós-Aljubarrota e pós-matrimônio com D. Filipa de Lencastre até o desaparecimento e a morte de D. Sebastião na batalha de Alcácer-Quibir. A longevidade deste projeto político, que atravessa todos os reinados avisinos, obedecendo-lhes as necessidades conjunturais ao longo do tempo, permite-nos analisar, através dos conceitos de Poder Simbólico e Representação, qual é o papel d’*Os Lusíadas* na dinâmica moralizante avisina e, por sua vez, qual a função das representações de D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro nesta obra e de que maneira estas obedecem às diretrizes da literatura moralizante avisina. No Capítulo II concluímos que o discurso camoniano estrutura-se com a finalidade moralizante, ao dispor seus episódios em uma lógica de contrapontos intercalados entre exemplos positivos e exemplos negativos, o que fundamenta o propósito de moralização através de um sistema de admoestação, de aconselhamento acerca da postura régia de governança, através das representações construídas de personagens históricos portugueses.

As representações de nossas personagens em nossa fonte são analisadas profundamente nos Capítulos III e IV desta dissertação. Intitulados, respectivamente, *Maria de Portugal: Crônicas Régias x Os Lusíadas* e *Inês de Castro: Crônicas Régias x Os Lusíadas*, estes dois capítulos dedicam-se à prática do diálogo incessante entre História e Literatura que propusemos no Capítulo I. Em estrutura, são muito semelhantes: divididos em quatro subcapítulos – Exórdio, Características Particulares & Apresentação, Discurso & Ações e Alinhamento com exemplo bíblico – os Capítulos III e IV dedicam-se à comparação das representações das personagens de D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro nas *Crônicas Régias* e n’*Os Lusíadas*, com o intuito de desmembrar seus processos de composição e, através da análise dos quatro fatores, compreender de que forma inserem-se no propósito tripartite da literatura moralizante avisina. Comparar com as *Crônicas Régias* é uma decisão que diz respeito ao processo de composição do poema em si: José Maria Rodrigues em *Fontes dos Lusíadas* encontra evidências – através da análise de discurso – de que Camões se valera da produção cronística como bibliografia para escrever *Os Lusíadas*.<sup>273</sup> Este exercício dialético desvela-nos não apenas as semelhanças entre as representações de

273

RODRIGUES, José Maria. **Op. Cit.**

D. Maria e D. Inês nas Crônicas Régias e no épico camoniano, mas nos respalda para compreender o papel destas duas personagens na narrativa do poema e na lógica da literatura moralizante avisina. Alinhadas aos modelos bíblicos de, respectivamente, Maria e Maria Madalena, D. Maria e D. Inês funcionam n' *Os Lusíadas* não apenas como balizas morais do comportamento feminino, mas como marcos de episódios salomônicos na trajetória do reinado de D. Afonso IV, sendo símbolos da escolha do rei acerca de decisões de governança.

O último capítulo desta dissertação, o Capítulo V, intitula-se *D. Maria e D. Inês & a representação do Poder Régio: O Espelho Antagônico de Comparação* e converge para si todas as elucubrações dos capítulos anteriores, analisando o papel das representações das duas personagens no contexto da literatura moralizante avisina a partir das estrofes XCVIII a CXXXVII d' *Os Lusíadas*. Valemo-nos das noções de D. Maria e D. Inês como símbolos do exercício do poder régio em Camões e de suas funções contrapositionadas – uma simbolizando o positivo e a outra o negativo – para elaborar uma ferramenta de comparação, o Espelho Antagônico, colocando-as frente a frente, ressaltando suas proximidades e afastamentos, e relacionando-as com as decisões de D. Afonso IV tal como narradas por Camões.

É o espelho antagônico de comparação que nos permite acessar o alinhamento das personagens de D. Maria e D. Inês ao projeto político avisino. É no Capítulo V que detectamos um eixo comum entre os episódios de D. Maria e D. Inês é a temática das paixões pessoais: o discurso de ambas está carregado de paixões, seja pela emergência da guerra contra os mouros ou pela iminência da execução sumária. Tanto D. Maria quanto D. Inês realizam apelos emocionados ao rei de Portugal e a decisão que ele toma em cada situação, a maneira com a qual ele lida com as paixões individuais, compõem os exemplos de governança pretendidos por Camões. Um episódio, nestas condições, só se completa com o outro e juntos eles formam o uno simbólico que participa do propósito avisino: gerar um modelo de reino acerca do poder régio de vida e morte e uma exemplificação sobre a maneira pela qual um rei deve pôr os benefícios ao reino à frente das emoções individuais.

As cinco etapas de nosso processo argumentativo culminam-se no Capítulo V de forma gradativa e acumulativa: o conhecimento que produzimos não é estanque ao longo do trabalho, não se segmenta com o passar das páginas, mas se acumula. Cada capítulo carrega em si as experiências e as práticas do anterior, de modo que, ao

alcançarmos o final deste trabalho podemos afirmar que nossos questionamentos acerca do papel das representações de D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro n' *Os Lusíadas* encontram respostas fundamentadas nas reflexões que pudemos realizar ao longo deste trabalho.

O primeiro questionamento que norteou a pesquisa desta dissertação diz respeito ao caráter de obra pertencente à literatura moralizante avisina. Questionamo-nos acerca do lugar d' *Os Lusíadas* neste movimento político régio, sobre sua função na coerência das obras e na lógica do propósito tripartite de Avis – de construir a memória, estabelecer continuidade e exaltar a legitimidade. Questionamo-nos ainda sobre o papel empoderador da obra camoniana para a Dinastia de Avis. As respostas vieram sob a forma, primeiramente, das análises sobre o enredo exaltador de Portugal e dos portugueses ilustres d' *Os Lusíadas* e sobre as ambições de se escrever uma epopeia nestes moldes. A composição de Camões não se originou no seio da alta nobreza ou da realeza, mas atendeu a um anseio deste círculo por uma narrativa que glorificasse o reino de Portugal nos moldes da *Eneida* de Virgílio. O poema realiza esta tarefa sob a influência de toda uma coleção de obras pertencentes à literatura moralizante avisina, fazendo-lhes coro, adicionando-lhes uma perspectiva de sua própria contemporaneidade e experiência ultramarina. Desta forma, pudemos verificar que sim, *Os Lusíadas* é uma obra que obedece a um projeto político avisino de propaganda dinástica e de legitimação de poder régio. Suas representações de personagens fazem parte deste quadro estratégico de manutenção do empoderamento da Dinastia de Avis.

Outro questionamento fora aquele acerca da maneira através da qual Camões realiza seu propósito exaltador, dos instrumentos que permitiram que o poeta executasse o uma epopeia nas bases da *Eneida* – uma obra legitimadora da Dinastia de Avis, exaltadora da instituição régia portuguesa e sua empreitada expansionista – que pudesse construir a ideia de um Portugal politicamente uno, direcionado para a glória, seja esta contra o mouro, contra Castela ou contra os perigos do “*mar yrado*.”<sup>274</sup> A resposta relaciona-se diretamente ao conceito de representação: os personagens que Camões escolhe para fazer parte de sua obra nas duas primeiras estrofes d' *Os Lusíadas*: os “*barões assinalados*” que estenderam os domínios portugueses além-mar, os “*Reis*” que expandiram Portugal e a fé por África e Ásia, e

<sup>274</sup> CAMÕES, Luís Vaz de. **Op. Cit.**, p. 04.

aquelas pessoas que se libertaram da “*ley da Morte*” por “*obras valerosas*”<sup>275</sup> são representações do próprio reino de Portugal, em diferentes ocasiões, de diferentes maneiras. No caso de D. Maria e D. Inês, ambas as representações construídas por Luís de Camões sobre estas personagens d’*Os Lusíadas* são integrantes do projeto político realizado pelo poeta em seu trabalho por simbolizarem os imbróglis que envolviam os assuntos públicos do reino nos assuntos particulares daqueles que estavam em seu comando. D. Maria e D. Inês simbolizam as decisões que um rei precisa tomar, pondo sempre as necessidades do reino à frente das suas emoções e dos assuntos pessoais que lhe envolvem.

A maneira através da qual as mulheres da aristocracia ibérica tardomedieval estavam envolvidas na diplomacia entre os reinos daquela região constituiu outro questionamento da pesquisa, cuja resposta encontramos na análise das dinâmicas matrimoniais das sociedades medievais, nas quais as mulheres solteiras e enviuvadas serviam como “moedas de troca” contratual, fiéis-depositárias de acordos políticos através dos acordos de casamento que uniam muito mais que noivos e noivas, mas famílias, suas riquezas, suas influências políticas e seus poderes bélicos. Estas dinâmicas instrumentalizavam mulheres no tardomedieval, sobretudo as da realeza e da alta nobreza, antes mesmo do ato da assinatura de um contrato de casamento: em suas criações, almejavam prospecções de possíveis maridos e benefícios que suas uniões poderiam originar. Tanto D. Maria de Portugal quanto D. Inês de Castro sofreram, cada uma de maneira diversa, a influência dessa política matrimonial em suas trajetórias sociopolíticas e o impacto que estas dinâmicas tiveram em seus relacionamentos parentais imediatos e na conjuntura política do Portugal do tardomedieval.

Por fim, o destaque que Luís de Camões dá a estas duas personagens em seu poema, o protagonismo que entrega a D. Maria de Portugal e D. Inês de Castro é o questionamento que está no cerne de nossa pesquisa e que transpassa inteiramente o argumento desta dissertação. As representações camonianas de D. Maria e D. Inês estão carregadas destes *backgrounds* sociopolíticos que suas trajetórias possuem. A necessidade de compreender a influência de tais fatores n’*Os Lusíadas* e, conseqüentemente na literatura moralizante avisina, levou-nos a analisar as representações de D. Maria e D. Inês através de duas fases: a primeira, comparando

---

<sup>275</sup> **Ibid.**, p. 01.

as representações camonianas de ambas com as representações cronísticas, nos capítulos III e IV, para compreender suas bases no projeto político de Avis. Então, munidos deste conhecimento, partimos para a análise de tais representações camonianas na lógica da literatura moralizante avisina e pudemos constatar que as personagens de Maria de Portugal e Inês de Castro figuram no poema por terem impacto particular nestes processos de estabilização de poder e legitimação dinástica, e suas trajetórias são comparáveis através de uma perspectiva de negativo, de “espelho antagônico”: para o que uma exemplifica, a outra é a contrarresposta lírico-representativa, completando assim o intuito de exemplificação, admoestação e crítica política do poema de Luís de Camões e, através da catalisação da figura da personagem do rei D. Afonso IV, servindo ao propósito tripartite do projeto político de Avis.

A literatura moralizante avisina, enquanto movimento político, nasce da necessidade de proteção e sustentação do trono português, da coroa sobre a cabeça de D. João I e seus descendentes. O poder que lhe tinha sido entregue deveria ser assegurado através de diversas maneiras e, neste panorama, o papel das obras da literatura moralizante avisina, originadas no seio da realeza, transformam-se numa forma de construir um passado para Avis e, deste modo, garantir-lhe um futuro. Ao longo dos reinados, este projeto político transforma-se num mecanismo de *memória* para esta linhagem, mantendo e repassando aos descendentes de D. João I a *Boa Memória* que lhe serviu de epíteto. *Os Lusíadas* é a obra do ocaso da literatura moralizante avisina e marca também o último reinado de Avis. O jovem rei D. Sebastião, herdeiro de tanta memória construída ao longo dos séculos por seus antepassados e a quem Camões oferece o poema, desaparece em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, jovem e sem herdeiros. O tio-avô D. Henrique lhe sucede, um cardeal idoso, que carrega um reino arrasado pela guerra, mergulhado na crise econômica e abalado pela perda d'*O Desejado*. Ao morrer o décimo-sétimo rei avisino, morre a dinastia com ele. Contudo, a memória avisina perdura na identidade lusitana até hoje, nas palavras de muitos autores, e entre eles está o maior poeta em língua portuguesa, aquele que conseguiu sintetizar a história de um povo numa única obra magistral sustentada pela última flor do Lácio, Luís Vaz de Camões.

## FONTES & BIBLIOGRAFIA

### FONTES

- AYALA, Pedro Lopez. **Cronica del Rey Don Pedro de Castilla**. Madrid: Em la imprenta de Don Antonio de Sancha, 1779. Disponível em: <<http://www.books.google.es/books?id=qcsWAAAAQAAJ>> Acesso em: 15 Abr. 2014.
- CAMÕES, Luis Vaz de. **Os Lusíadas**. Edição fac-símilar. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1995 (fac-símile de 1572).
- CERDÁ Y RICO, Francisco (Ed.). **Cronica de D. Alfonso El Onceno de este nombre, de los Reyes que reynaron en Castilla y en Leon**. Madrid: Imprenta de D. Antonio de Sancha, 1787. Disponível em: <<http://books.google.es/books?id=hLmXlZMfnDgC>> Acessado em: 15 Abr. 2014.
- LOPES, Fernão. **Chronica del Rey D. Pedro I**. Lisboa Occidental: Na Offic. de Manoel Fernandes Costa, 1735. Disponível em: <<http://purl.pt/422>> Acessado em: 15 Abr. 2014.
- PINA, Rui de. **Chronica de ElRei Dom Afonso o quarto do nome, e settimo dos Reys de Portugal**. Lisboa: Biblion, 1936. Disponível em: <<http://purl.pt/339>> Acessado em: 15 Abr. 2014.

### BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Martim de. **A expressão do Poder em Luís de Camões**. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.
- BARROS, José D'Assunção. História Comparada - Da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. **História Social**, Campinas: UNICAMP, n. 13, 07-21, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Universidade Federal de Uberlândia, v. 25, n. 02, Jul./Dez. 2012, p. 427. Disponível em:

- <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/15209/11834>>; Acesso em: 06 Fev. 2014.
- BLOCH, Marc. Por uma história comparada das sociedades europeias. In: **História e Historiadores**. Lisboa: Teorema, 1998, p. 119-150.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- BRAGA, Paulo Drumond. Casamentos Reais Portugueses – um aspecto do relacionamento ibérico e europeu (séculos XII-XIV). In: **IV Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval. As Relações de Fronteira no Século de Alcañices. Actas**, vol. II. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2000, p. 1531-1537. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4072.pdf>> Acessado em: 10 Abr. 2014.
- CAMPBELL, Joseph. **O Herói de Mil Faces**. São Paulo: Pensamento, 2007.
- \_\_\_\_\_. **O Poder do Mito**. São Paulo, Palas Athena, 1990.
- CÂNDIDO, António. **Literatura e Sociedade**. São Paulo: Nacional, 1976.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Narrativa, Sentido, História**. Campinas: Papyrus, 1997.
- \_\_\_\_\_.; BRIGNOLI, Hector. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. Rei e «estado real» nos textos legislativos da Idade Média. **En la España Medieval**. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1999, n°22. p. 179. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=122364>> Acesso em: 21 Jan. 2014.
- CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- \_\_\_\_\_. Debate: Literatura e História. **Topoi**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 197, Dez-Jan. 2000.

- CIDADE, Hernani. **Luís de Camões – O Épico**. Lisboa: Presença, 1995.
- COELHO, Maria Helena da Cruz; CARVALHO HOMEM, Armando Luís de. (Coord.) **A génese do Estado Moderno no Portugal Tardo-Medieval (séculos XIII – XV)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1999.
- \_\_\_\_\_; VENTURA, Leontina. A mulher como um bem e os bens da mulher. In: **A Mulher na sociedade portuguesa – Visão histórica e perspectivas actuais**. Colóquio de 20 a 22 de Março de 1985. Actas. Coimbra: Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, 1986.
- COIMBRA, Rosicley Andrade. Mimesis e Literariedade: (esboço de um percurso investigativo). **Travessias**, ed. 08, s/d, p. 274 – 283. Disponível em: <<http://www.e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/download/3599/2856>> Acesso em: 20 Abr. 2014.
- COSTA, Ricardo da. A mentalidade de cruzada em Portugal (sécs. XII-XIV). In: Estudos sobre a Idade Média Peninsular. Anos 90 – **Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, n. 16, 2001-2002, p. 143 – 178. Disponível em: <<http://www.ricardocosta.com/artigo/mentalidade-de-cruzada-em-portugal-secs-xii-xiv>> Acesso em: 11 Abr. 2014.
- DUBY, G.; KLAPISCH-ZUBER, C.; PERROT, M. (Org.). **A History of Women in the West – Silences of Middle Ages**. Cambridge: Harvard University Press, 2005.
- FERNANDES, Fátima Regina; FRIGHETTO, Renan. **Cultura e poder na Península Ibérica**. Curitiba: Juruá, 2001.
- FLORENCIO, Ana Maria Gama. et al. **Análise do discurso: fundamentos e práticas**. Maceió: EdUfal, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 2012.
- FRYE, Northrop. **Código dos Códigos – A Bíblia na Literatura**. São Paulo: Boitempo, 2004.

- HANSEN, João Adolfo. Fala em Debate: Literatura e História. **Topoi**. Rio de Janeiro, n°1. p. 209 – 210, Dez-Jan. 2000.
- KANTOROWICZ, Ernst. **The King's Two Bodies**. Princeton: Princeton University Press, 1997.
- LAMAS, Maria Paula. Mulheres n'A Odisséia e n'Os Lusíadas. In: **Cadernos do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos**. Vol VII, n.9, s/d.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 2003.
- LEMOS, Ester de. Vertentes da prosa medieval. (Excerto) In: MAGALHÃES, Isabel Allegro de. (Coord.) **História e Antologia da Literatura Portuguesa – séculos XIII – XIV**. Fundação Calouste Gulbenkian – Serviço de Bibliotecas e Apoio à Leitura, Série HALP, n°4, Dez. 1997.
- LUKÁCS, Georg. **Ensaio sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- MACEDO, Jorge Borges de. **Os Lusíadas e a História**. Lisboa: Verbo, 1979.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. **Fernão Lopes e a Retórica Medieval**. Niterói: EdUFF, 2010.
- MATTOSO, José (Dir.). **História de Portugal – a Monarquia Feudal**. Lisboa: Estampa, 1997.
- \_\_\_\_\_. **A Nobreza Medieval Portuguesa**. Lisboa: Editorial Estampa, 1987.
- \_\_\_\_\_. A nobreza medieval portuguesa no contexto peninsular. **Revista da Faculdade de Letras: História**, série II, v. 15, n. 2, 1998.
- MURDOCK, Maureen. **The Heroine's Journey – Woman's Quest For Wholeness**. Boston: Shambala, 1990.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. de. **História de Portugal. Volume I – Das origens às revoluções liberais**. Lisboa: Ágora, 1972.

- PIERCE, Frank. The place of mythology in *The Lusíads*. In: **Comparative Literature**, Durham: Duke University Press, v. 6, n. 2, Mar./Abr./Mai./Jun., 1954; p. 98.
- RODRIGUES, José Maria. **Fontes dos Lusíadas**. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1979.
- RUCQUOI, Adeline. **História Medieval da Península Ibérica**. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.
- \_\_\_\_\_. La mujer medieval. **Cuadernos história 16**, Madrid.n. 262, 1985.
- SALES, Mariana. Vínculos políticos luso-castelhanos no século XIV. In: MEGIANI, Ana Paula Torres; SAMPAIO, Jorge Pereira de. (Org.) **Inês de Castro: a época e a memória**. São Paulo. Alameda: 2008.
- SARAIVA, Antonio José. **Fernão Lopes**. Lisboa: Europa-América, s/d.
- \_\_\_\_\_.; LOPES, Oscar. **História da Literatura Portuguesa**. Porto: Porto Editora, 1989.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **Cronistas do Século XV posteriores a Fernão Lopes**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1977.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão – tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- SILVA, Nuno Espinosa Gomes da. (Ed.) **Livro das Leis e Posturas**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1971. Disponível em: <[http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verobra.php?id\\_obra=57](http://iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/~ius/verobra.php?id_obra=57)> Acessado em: 05 Set. 2012, às 18:41.
- SILVA DIAS, José Sebastião da. **Camões no Portugal de Quinhentos**. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1981.
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion.; VAINFAS, Ronaldo.(Orgs.). **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

- SOUSA, Maria Leonor Machado de. **Inês de Castro – quase um mito.** In: Faces de Eva - Estudos sobre a Mulher n. 19, ano 2008. Lisboa: Colibri.
- STONE, Maria Emília; ABREU, Ilda Soares; SOUSA, Antonio Ferreira de. **Falar de Mulheres – História e Historiografia.** Lisboa: Livros Horizonte, 2008.
- TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal.** São Paulo: UNESP, 2000.
- TODOROV, Tzvetan. **As Estruturas Narrativas.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- VOGLER, Christopher. **A Jornada do Escritor.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.